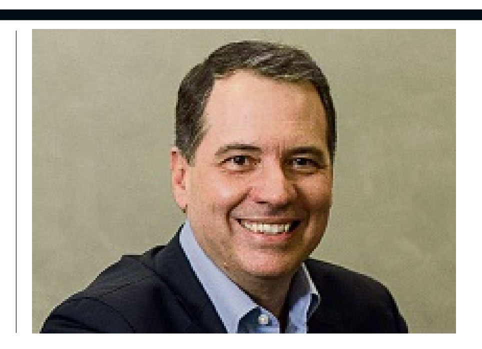
Shopping centers
Setor supera pela primeira vez a receita pré-pandemia e segue em transformação com mais serviços Caderno especial



Agronegócios
Inpasa, maior produtora de etanol de milho da América Latina, investe R$ 5 bilhões em novas fábricas e expansões B10

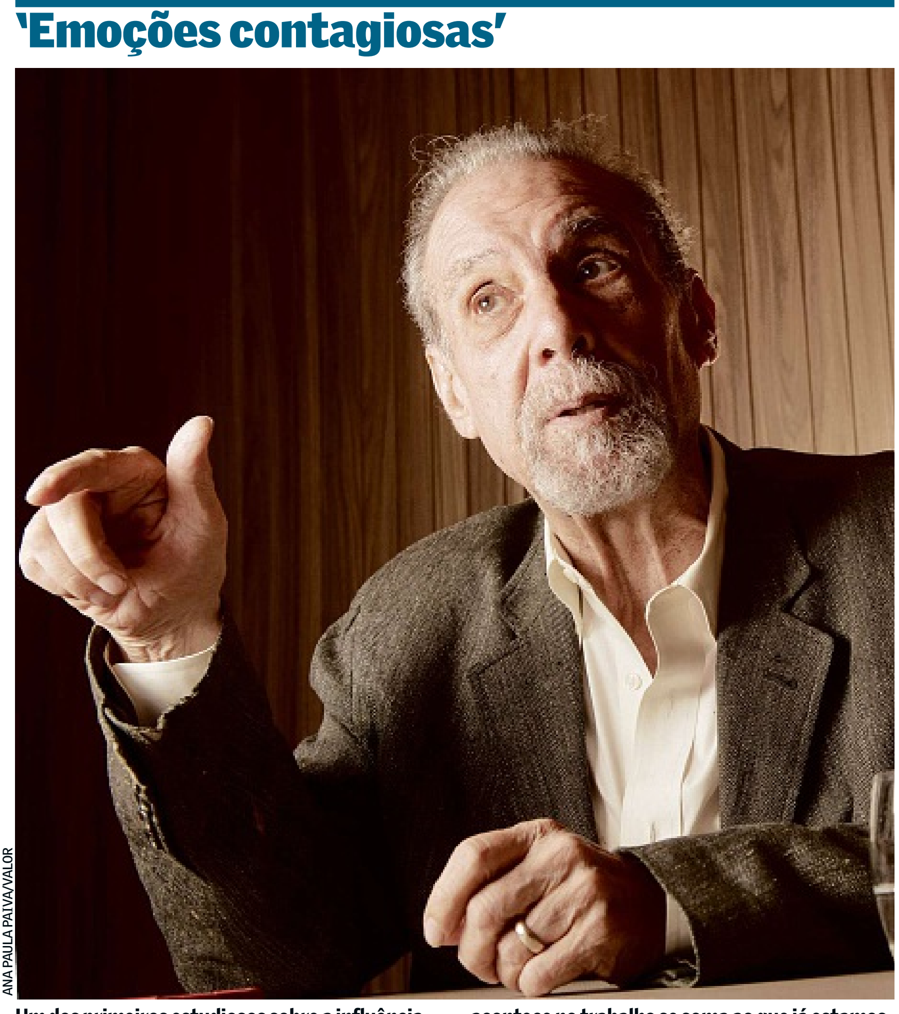


Energia
Compass assume o controle da Compagas por R$ 906 milhões. "Foco em ativos que destravam valor", diz Simões B3

Quinta-feira, 11 de julho de 2024
Ano 25 | Número 6041 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO
25 ANOS

'Emoções contagiosas'



ANA PAULA PAIVA/VALOR

Um dos primeiros estudiosos sobre a influência das emoções no ambiente corporativo, Daniel Goleman, doutor em psicologia por Harvard, diz a Stela Campos, editora de Carreira do 'Valor', que "não deixamos as emoções em casa, o que acontece no trabalho se soma ao que já estamos sentindo", o que influencia na performance das organizações. "Se seu chefe está enviando emoções positivas, motivação, você capta isso e seu desempenho melhora." Página B2

Regulamentação da reforma aprovada na Câmara põe teto de 26,5% para alíquota padrão

Tributos Carnes foram incluídas na cesta básica desonerada; armas de fogo ficaram fora da cobrança do Imposto Seletivo

Marcelo Ribeiro, Jéssica Sant'Ana, Julia Lindner, Beatriz Olivon e Marcello Corrêa
De Brasília

A Câmara dos Deputados aprovou na noite de ontem o principal projeto de regulamentação da reforma tributária do consumo, estabelecendo um dispositivo para limitar em 26,5% a alíquota padrão, na soma da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) — conforme antecipado pelo **Valor** na terça-feira. Segundo o projeto, caso a alíquota média ultrapasse esse teto, o Executivo terá que enviar projeto de lei complementar com as reduções necessárias para cumprir a exigência.

A nova versão do projeto também estabelece imposto reduzido, equivalente a 40% da alíquota padrão, para todos os medicamentos, com exceção da lista de 383 remédios, já prevista na proposta anterior, que terão imposto zero. A mesma alíquota será aplicada a produtos de higiene pessoal.

O parecer do relator Reginaldo Lopes (PT-MG) também altera os critérios para o chamado "cashback" — devolução de tributos pagos pelas famílias com renda per capita de até meio salário mínimo inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) do governo federal. Agora, será ressarcida 100% da CBS (de competência federal) cobrada nas contas de energia elétrica, água e gás encanado, e 20% do IBS (arrecadado pelos Estados, municípios e Distrito Federal). Para o gás de cozinha, os percentuais de devolução serão de 100% da CBS e 20% do IBS. Nos demais casos o ressarcimento será de 20% para os dois tributos.

Após a aprovação do texto-base, os deputados passaram a votar os destaques com os pontos mais polêmicos da reforma, que ficaram fora do relatório.

Depois de intensas negociações, devido a seu impacto na formação da alíquota padrão, o relator cedeu e as carnes, junto com queijos e sal, foram incluídas na cesta básica desonerada por meio de destaque aprovado por 467 votos a 3. Já a inclusão das armas de fogo no Imposto Seletivo, um dos pontos que concentraram o embate ideológico entre os partidos de esquerda e de direita, foi rejeitada por 316 votos a 155. A proposta segue para o Senado. **Página A8**

Captações externas batem volume de 2023

Fernanda Guimarães e Rita Azevedo
De São Paulo

O volume financeiro captado no mercado externo por empresas brasileiras e pelo Tesouro em 2024 já bateu o de todo o ano passado: US$ 16,4 bilhões, ante US$ 16,1 bilhões de 2023, segundo a consultoria Bond Radar. Em 2022, o giro ficou em US$ 10,7 bilhões. O estudo considera também emissões de companhias com atividade no Brasil, mas com domicílio no exterior. Sem essas operações, o volume chega em US$ 15,4 bilhões, contra US$ 16 bilhões. **Página C1**

Parcerias locais com Shein não avançaram

Adriana Mattos
De São Paulo

Anunciado pelo governo e pelas empresas envolvidas há um ano, o acordo de produção local para a Shein não prosperou. As confecções nacionais, clientes da Coteminas, apresentadas como potenciais parceiras no projeto, relatam que as conversas pararam entre setembro e outubro de 2023. Procurada, a plataforma chinesa não comentou. A Coteminas diz que espera retomar o plano. **Página B1**

Indicadores

Ibovespa	10/jul/24	0,09 %	R$ 20,2 bi
Selic (meta)	10/jul/24		10,50% ao ano
Selic (taxa efetiva)	10/jul/24		10,40% ao ano
Dólar comercial (BC)	10/jul/24		5,3961/5,3967
Dólar comercial (mercado)	10/jul/24		5,4114/5,4120
Dólar turismo (mercado)	10/jul/24		5,4370/5,6170
Euro comercial (BC)	10/jul/24		5,8391/5,8419
Euro comercial (mercado)	10/jul/24		5,8598/5,8605
Euro turismo (mercado)	10/jul/24		5,9151/6,0951



INÊS 249

Um prêmio para Estados endividados



Eduardo Belo

O Brasil tem um histórico de leniência com a questão fiscal, em todos os níveis da administração pública. A forma paternal como a União trata os governos regionais muitas vezes estimula a inconsequência e, volta e meia, resulta em desequilíbrios profundos nas contas de Estados e municípios.

A nova rodada de renegociação de dívidas dos Estados que se desenha desde o início do governo Lula não é muito diferente. Mas a proposta do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, para favorecer algo como R$ 700 bilhões em dívidas soa como uma prêmio para filhos pródigos.

O projeto de lei de Pacheco aprofunda benefícios que o próprio Ministério da Fazenda estava disposto a conceder. A redução do indexador de IPCA mais 4% para IPCA puro e simples, por exemplo, é praticamente a institucionalização do juro real zero, algo bastante fora da realidade brasileira.

A proposta cria um fundo de equalização, para o qual será destinado um ponto percentual da redução dos juros dos Estados que aderirem, cujos recursos serão partilhados. O economista Felipe Salto, da Warren Investimentos, classificou a iniciativa como "jogar dinheiro pela janela".

Além disso, o benefício originalmente proposto de reduzir a conta para quem investisse em educação profissionalizante foi desfigurado. Pela proposta, o governador pode decidir se investe em educação, infraestrutura e segurança. O país precisa desses investimentos. Mas não entra na discussão o fato de não terem sido concretizados antes de se tornarem prementes nem que agora entram no cenário como forma de barganha para aliviar contas que não foram pagas — ou que não se desejam pagar.

A edição do **Valor** desta quarta-feira, 10, indica a insatisfação da Fazenda com a proposta. Reservadamente, integrantes da equipe econômica classificam o projeto de lei como "longe do ideal" e capaz de comprometer o fluxo financeiro.

A proposta traz também a possibilidade de ceder à União ativos que abatam parte da dívida. Parece cilada.

Até o início da década de 1990, o principal ativo dos Estados eram suas instituições financeiras. Bancos estaduais serviam para tudo, incluindo fazer política clientelista, financiar projetos pessoais e cavar o profundo buraco fiscal dos Estados.

Em 1993, crise fiscal e hiperinflação conduziram a uma renegociação de dívida para alguns governos regionais. A situação geral piorou e, entre 1997 e 1998, o buraco era tão fundo que o país se viu compelido a encontrar uma solução. As dívidas de 23 Estados, do Distrito Federal e de mais de uma centena de municípios foi renegociada, assumida pela União — que tornou-se credora — e esticada por 30 anos.

Em seguida, os bancos estaduais se tornaram alvo de um processo de limpeza. Dos 32 que havia, 20 foram liquidados pelo Banco Central ou privatizados. Os Estados perderam sua retroescavadeira, mas alguns mais determinados continuaram com pás a cavar fossos fiscais.

Em menos de 20 anos, a solução fez água. Em 2016, o Supremo Tribunal Federal favoreceu governos regionais ao decidir que as condições da dívida estavam então além da capacidade de pagamento. Governadores ganharam o direito de pagar a União com juros simples e livres de punições.

O STF deu prazo para que as partes repactuassem o débito. Assim, a União alongou o financiamento por mais 20 anos — e os 30 anos originais se tornaram 40 — e ainda concedeu oito meses de suspensão dos pagamentos mensais. A contrapartida era de que as contas estaduais passariam a seguir a limitação de não elevar o gasto além da variação da inflação oficial do ano anterior.

Agora, com quatro grandes Estados — São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais — com a corda no pescoço, a proposta do presidente do Senado soa como uma licença para quem se descontrolou na hora de conciliar o que ganha com o que gasta. Situação que ofende quem fez sua parte. Sem contar que três dos quatro quase enforcados — a exceção é São Paulo — estão em Regime de Recuperação Fiscal, ou seja, já receberam ajuda e condições favorecidas para colocar as contas em dia.

Governadores no exercício do cargo dirão que herdaram a situação atual. Fato. Mas enquanto alguns fazem esforços para corrigir o problema, outros jogam a toalha — e a culpa — à espera de novo socorro. Parte deles se esquece que a herança às vezes veio de aliados políticos.

Há poucos dias, em conversa com o **Valor**, o economista Manoel Pires, coordenador do Centro de Política Fiscal e Orçamento Público do FGV Ibre, comentou que a Lei de Responsabilidade Fiscal está envelhecida e precisa ser modernizada. A lei não é tão velha, acabou de completar 24 anos. Mas, com todas as salvaguardas, não tem sido capaz de conter sucessivos deslizes nas contas públicas, em especial nos governos regionais.

Ainda que a proposta de Pacheco não venha a ser aprovada como está e seja amenizada, a sinalização que ela traz não é das melhores. Praticamente sem ter de apresentar contrapartidas, Estados com contas deterioradas limpam sua barra, governadores continuam tocando seus mandatos, e o compromisso com a responsabilidade fiscal continua frouxo e ao sabor da consciência e da conveniência de quem está no cargo. A conta fica com a União, ou seja, para contribuintes do país inteiro.

Mais sobre dívida dos Estados na página A7

Eduardo Belo é editor de Brasil
E-mail eduardo.belo@valor.com.br

Pessoas acham que ideia de desindexação é 'meio maluca', dizia autor. Por **Carlos Alberto Sardenberg**, de São Paulo

A teoria de Persio

"Olha, é uma ideia que pode parecer estranha. As pessoas todas acham muito maluca. Mas você pense um pouco e vai que é um negócio interessante."

Assim o economista Persio Arida introduziu sua conversa com o jornalista Celso Pinto, fundador deste jornal, para explicar sua proposta de reforma monetária — a teoria que viria a ser a base do fracassado Plano Cruzado e do bem sucedido Plano Real.

Como uma mesma ideia pode resultar nessa contradição, um fracasso e um sucesso?

Persio conta isso no quarto episódio do podcast Plano Real – Histórias Não Contadas, que vai ao ar nesta quinta-feira pela CBN e nos tocadores de podcast.

A conversa entre Celso e Persio ocorreu em julho de 1984. O jornalista interessou-se pela "aparente loucura" e foi o primeiro a colocar a ideia para o público.

O artigo – "O debate da desindexação" – saiu na primeira página da "Gazeta Mercantil" em 13 de agosto de 1984. Não falava apenas da proposta de reforma monetária. Tratava da polêmica que se desenvolvia entre economistas da oposição e do governo.

Naquela altura, a ditadura estava com os dias contados, abatida, inclusive, pela crise econômica que deixaria como pesada herança — uma perversa combinação de recessão e inflação.

Eu conheci Persio em 1984, na Secretaria da Fazenda de São Paulo, do governo de Franco Montoro. Ali o secretário João Sayad organizava reuniões com os jovens economistas, todos com menos de 30 anos, que se preparavam para a política econômica da democracia. Como coordenador de comunicação, funcionei como secretário de algumas dessas reuniões. Foi um espetacular curso de economia.

Persio sabia que sua teoria exigia muita explicação. E a boa explicação servia também para desfazer a sensação de incredulidade causada pela sua aparência.

Pouco mais de 30 anos, cara de menos, Persio aparecia carregando uma mochila nas costas, walkman e fones de ouvido. Sacava seus papéis e expunha a história da indexação plena e da nova moeda de maneira metódica, clara, cuidadosa. Um brilho.

A proposta de reforma monetária foi formulada em conjunto com seu amigo André Lara Resende. Eram colegas na PUC do Rio de Janeiro. A teoria foi apelidada de Larida, junção óbvia do sobrenome dos dois.

As reuniões na Secretaria da Fazenda deram frutos. No governo Sarney, o primeiro depois do fim da ditadura, Sayad foi convocado para ser ministro do Planejamento. Chamou Persio Arida para implementar seu plano de estabilização. E me chamou para registrar e comunicar à imprensa essa empreitada.

A inflação batia recordes nacionais em janeiro e fevereiro de 1986. A população se arranjava como podia. De repente, em março, a moeda não se chamava mais cruzeiro, mas cruzado. Os preços não só pararam de subir como começaram a cair.

O problema é que não existe inflação, existem várias, de origem e histórias diferentes. O Plano Cruzado abateu uma delas. Digamos que o sintoma foi curado, mas não a causa. E menos de um ano depois os preços voltaram a subir.

A falta de bons negociadores fez com que a proposta Larida fosse desfigurada no meio político. Quando o Plano Cruzado começou a ser aplicado, os teóricos perderam força. A história que começou como um sonho — e que por um tempo deu fôlego político a Sarney — terminou em pesadelo.

A equipe econômica de Sayad deixou o governo com uma inflação tão devastadora quanto a que havia liquidado. E uma sensação irremediável de dívida com o país.

Persio não se abateu. Continuou se dedicando aos estudos, analisando outras moedas e casos de hiperinflação no mundo. Persio exprime o que é ser um economista político. Conhece a história e a sociedade brasileira em profundidade. Sabe que economia não se faz só com matemática, mas com uma visão humanista.

Então veio a segunda chance. Em 1993, Persio Arida foi nomeado do presidente do BNDES. Na equipe do Real, ajudou a reparar o que não havia dado certo no Cruzado e a implementar o plano de reforma monetária que carregava na sua mochila desde os anos 80.

No podcast, o Persio explica que projeto era esse e como ele saiu do papel. Fala também do seu trabalho na presidência do Banco Central durante a consolidação do Plano Real. E da sensação de alívio que permanece, 30 anos depois, por ter reescrito o final dramático da história do Plano Cruzado.

O podcast Plano Real – Histórias Não Contadas tem a edição e produção de Laura Capelhuchnik.

Carlos Alberto Sardenberg é colunista de "O Globo" e âncora da Rádio CBN. Este é o segundo de uma série de seis textos sobre os podcasts apresentados pelo autor na CBN sobre os bastidores do Real

---

Mello vê inflação e situação no RS como favoráveis

Mariana Ribeiro
De São Paulo

O secretário de política econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello, afirmou que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de junho, divulgado nesta quarta-feira, 10, representou uma surpresa positiva ao vir "significativamente abaixo das expectativas do mercado". Para ele, o país caminha rumo à convergência para a meta de inflação e é possível que "em breve" volte para uma trajetória de redução da taxa básica de juros.

"Há um cenário propício para que em breve, talvez no começo do próximo ano, nós retomemos um caminho de redução sustentada da taxa de juros, com a inflação convergindo para a meta, a taxa de câmbio razoavelmente estável e o cenário externo possibilitando maior espaço para o Banco Central reduzir a Selic aqui", afirmou no evento "Caminhos do Brasil".

O IPCA desacelerou para 0,21% em junho e ficou abaixo das expectativas do mercado. O resultado do acumulado nos últimos 12 meses foi de 4,23%, frente a uma meta de inflação de 3% para 2024, com uma margem de tolerância de 1,5 ponto percentual, para mais ou para menos.

"Nós temos um caminho onde a inflação está convergindo para a meta. Claro, há turbulências internacionais, mas também já há sinais de que o BC americano a partir de setembro vai começar a reduzir a taxa de juros", disse.

Mello comentou que o país tem o desafio de trazer a Selic para um patamar mais próximo da taxa neutra, ou seja, que não contrai nem estimula a economia. "A taxa neutra do país deve estar em torno de 8% a 9%. E estamos com a Selic em 10,5% ao ano, bastante acima, então há espaço para reduzir a taxa para um patamar mais próximo do neutro."

Durante o evento, ele comentou também que a secretaria ainda está fechando suas estimativas sobre o efeito econômico da tragédia no Rio Grande do Sul, mas que há evidências de que o impacto será "praticamente todo compensado" pelas medidas de apoio anunciadas pelo governo.

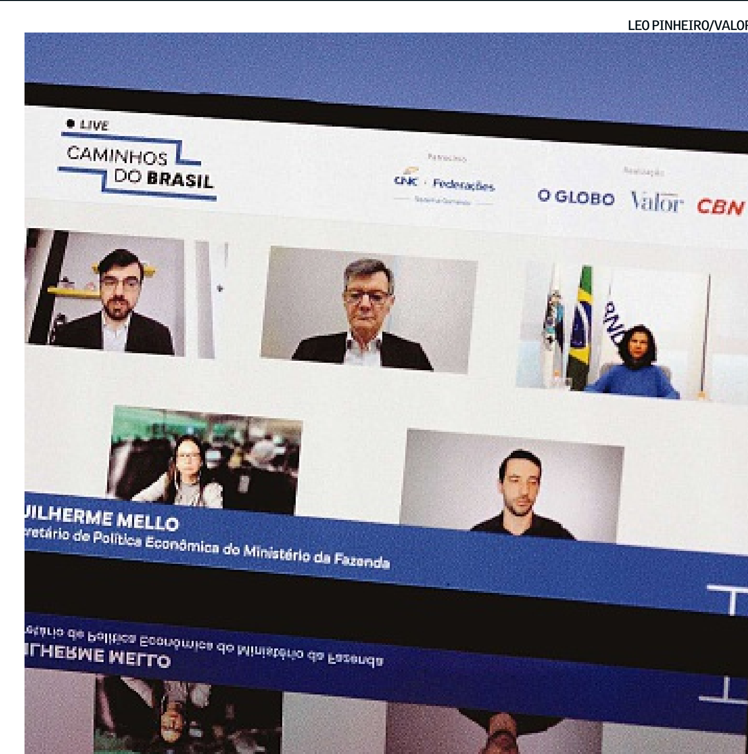
"Estamos otimistas de que, do ponto de vista econômico, vamos sair com certo equilíbrio desse evento. E estamos trabalhando para que, do ponto de vista humano e social, tenhamos medidas de amparo a famílias e empresas", afirmou.

O "Caminhos do Brasil" é iniciativa dos jornais "O Globo" e **Valor Econômico** e da Rádio CBN, com patrocínio do Sistema Comércio, através da CNC, do Sesc, do Senac e de suas federações.

Secretário acredita que efeito econômico da tragédia no Rio Grande do Sul será "todo compensado"

Ver também página A4

LEO PINHEIRO/VALOR



Mello, Jorge Gonçalves Filho e Maria Fernanda Coelho na live Caminhos do Brasil

---

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Conjuntura Fatores externos e domésticos, com ativos brasileiros afetados por perspectivas fiscais, pioraram condições financeiras

Juro mais alto traz viés de baixa para PIB em 2025

Anaïs Fernandes
De São Paulo

A nova perspectiva de que os juros ficarão altos por mais tempo no Brasil — ou, para alguns analistas, de que a Selic pode até voltar a subir — começa a trazer incertezas para as projeções de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) no próximo ano.

A expectativa mediana do mercado na última pesquisa Focus, do Banco Central, estava em 1,97%, um pouco abaixo dos 2% esperados no início de 2024. A média, no entanto, está mais baixa, em 1,9%, e algumas instituições financeiras têm revisto seus números para menos do que isso.

“Já estávamos vendo alguns riscos se acumulando para o ano que vem. O nosso balanço para a projeção de PIB em 2025 estava começando a ficar bem assimétrico para o lado negativo. A mudança na Selic foi o estopim”, diz Gabriel Couto, economista do Santander.

Na semana passada, o banco ajustou sua projeção para a Selic ao fim deste ano de 10% para 10,5%, diante do “contínuo fortalecimento do dólar” ante o real e da “persistência de incertezas domésticas”, sobretudo no âmbito fiscal. Por causa disso, o Santander reduziu sua projeção para o crescimento do PIB em 2025 de 2% para 1,8%.

A avaliação, segundo Couto, já era de que parte significativa do bom desempenho da atividade no início de 2024 estava ligada a um “impulso fiscal muito razoável”, principalmente por causa do pagamento de precatórios. “Mas não vemos elementos como esse à frente. Só por causa disso, a atividade já poderia perder um pouco de momento mais para o fim deste ano.”

Além disso, as condições financeiras também vinham piorando, conforme a perspectiva de que o Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos) pudesse cortar os juros no início de 2024 migrou para o fim do ano.

No indicador de condições financeiras do Santander, os fatores domésticos até tinham “normalizado” e estavam em terreno estimulativo, enquanto os fatores externos ficaram bastante restritivos, segundo Couto. “Mesmo que o Fed venha a cortar os juros no segundo semestre, que é o nosso cenário, em novembro, tem a questão da defasagem”, afirma.

No âmbito doméstico, o Santander chegou a estimar que a Selic poderia se aproximar de níveis próximos do estimulativo, “coisa que não é mais verdade agora”, afirma Couto. “Não é só essa última revisão, tem um acúmulo de revisões altistas na Selic que está começando a fazer efeito na projeção de PIB do ano que vem.”


SILVIA ZAMBONI/VALOR
Gabriel Couto: balanço de riscos para 2025 já estava ficando “bem negativo”

De dois meses para cá, Couto observa que os fatores domésticos no indicador de condições financeiras do banco começaram a apertar de novo, “até como consequência do comportamento dos ativos brasileiros nas últimas semana”, diz, observando que os fatores domésticos nas condições financeiras estão, agora, ao redor da neutralidade.

Assim, para o Santander, o mês de junho foi marcado pelas condições financeiras mais restritivas desde o segundo semestre de 2023. “Vemos uma probabilidade de maior de ter uma atividade um pouco mais comprometida para o que vem”, diz Couto.

Ele pondera que um crescimento de 1,8% para o PIB do Brasil em 2025 ainda não é ruim, considerando que a estimativa do Santander para o crescimento potencial do país está em 1,5%. “Ainda seria um crescimento acima do potencial, sustentado por um mercado de trabalho que tende a continuar bastante robusto. Mesmo que a gente veja alguma desaceleração da atividade um pouco maior do que o esperado na virada do ano, o mercado de trabalho demora mais para responder”, afirma Couto.

A desaceleração da atividade em 2025 pode ficar mais concentrada na primeira metade do ano, segundo o economista. “Como o nosso cenário ainda contempla a possibilidade de cortes da Selic entre o primeiro e o segundo trimestre de 2025, isso pode começar a gerar um pouco mais de impulso à atividade para o fim do ano que vem”, afirma. O Santander projeta que a Selic pode cair para 9% ao longo de 2025.

Bem mais conservadora, a XP Asset passou a contemplar uma retomada das elevações na Selic já a partir de setembro deste ano, com quatro altas consecutivas de 0,25 ponto percentual nos juros.

Com isso, o crescimento que a gestora projetava para o PIB do Brasil em 2025 em torno de 2% deve ir para ao redor de 1%, segundo o economista-chefe Fernando Genta. “A gente estava construtivo com atividade. O impacto do Rio Grande do Sul parece que vai ser menor do que o esperado. Mas esse aperto recente de condições financeiras coloca em xeque principalmente o PIB do ano que vem”, disse Genta em apresentação a clientes.

> Restrições do arcabouço tornam impossível repetir o impulso fiscal
> *Cristiano Oliveira*

Na avaliação de Cristino Oliveira, economista-chefe do Banco Pine, será “impossível” para o governo promover, nos próximos dois anos, o mesmo impulso fiscal de 2,2% do PIB que ocorreu entre 2022 e 2024. “Há restrições, dadas até pelo arcabouço fiscal”, afirma.

Ao mesmo tempo, a política monetária, com a interrupção da queda da Selic, passou a contribuir no sentido de aceleração da piora das condições financeiras, segundo o indicador do Pine.

Esses dois fatores devem contratar uma desaceleração mais forte da economia no primeiro semestre de 2025, segundo Oliveira, que prevê crescimento de 1,8% para o PIB do próximo ano.

“Projetamos algum arrefecimento do consumo, em linha com uma expansão mais moderada das transferências governamentais. Além disso, não vemos melhorias na condução da política econômica que indiquem um cenário mais favorável para os investimentos”, diz a equipe da A.C. Pastore & Associados em relatório, ao também projetar 1,8% para o PIB de 2025.

“Óbvio que um BC mais contracionista joga para baixo o PIB do ano que vem. Mas a variável-chave aqui são as condições financeiras mais amplas. A Selic é apenas um dos fatores”, pondera Rafael Cardoso, economista-chefe do Banco Daycoval.

Ele ainda projeta um PIB de 2% em 2025. “Estamos segurando um pouco a revisão porque queremos ver onde vai parar a história do [ministro da Fazenda, Fernando] Haddad”, diz, em referência aos debates fiscais. “Se a gente voltar para um cenário mais parecido com o do ano passado, é um PIB em 2025; se for a curva de juros de hoje, é outro PIB”, afirma.

O Daycoval projeta ainda um corte por parte do Fed em dezembro. “Se antecipar, também ajuda [o cenário para a atividade no Brasil]”, afirma Cardoso. “Além disso, com o externo mais tranquilo, os agentes econômicos ficam até mais lenientes [com a situação do Brasil], tomam mais risco”, diz.

Prévia do IGP-M também desacelera e fica em 0,15%

Alessandra Saraiva
Do Rio

Alimentos mais baratos derrubaram a primeira prévia do Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), que desacelerou de 0,80% para 0,15% entre junho e julho. Foi a menor taxa para primeira prévia em três meses, desde abril deste ano (-0,25%), informou a Fundação Getulio Vargas (FGV). “Não deixa de ser uma boa notícia. Tínhamos muitas pressões concentradas no grupo alimentação, de onde temíamos inflação mais persistente”, afirmou o economista da responsável pelo indicador, André Braz. Ele não descartou possibilidade de o IGP-M, indexador do aluguel, fechar o mês com taxa inferior à de junho (0,81%).

Braz comentou que os preços dos alimentos ficaram mais baratos tanto no atacado, quanto no varejo, derrubando a prévia.

No atacado, das cinco mais expressivas quedas, quatro foram de alimentos. É o caso de batata-inglesa (-9,41%); mandioca (-5,25%); aves (-3,20%) e mamão (-32,08%). Isso levou o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) — que representa o atacado —, a desacelerar de 0,90% para 0,18% na primeira prévia de julho para a de julho. O IPA tem peso de 60% no IGP-M.

No varejo, os preços voltaram a cair, também influenciados por alimentos mais baratos. O Índice de Preços ao Consumidor (IPC, 30% do IGP-M) passou de 0,37% para -0,10% entre as prévias de junho e julho. A variação no grupo Alimentação caiu de 0,73% para -0,63%.

Um dos destaques de alta do varejo foi a aceleração de preço em gasolina, cuja variação passou de 0,20% para 0,36%. “E vai subir mais”, frisou Braz. Ele lembrou do reajuste anunciado pela Petrobras, na segunda-feira (8). Nem todo o aumento nas refinarias é repassado para as bombas, lembrou Braz. “Mas a gasolina pesa quase 5% do IPC, e ficou 15 centavos mais cara na bomba. Prevemos influência de 0,10 ponto percentual (p.p.) no IPC-M de julho e em agosto impacto de 0,05 p.p.” detalhou.

O Índice Nacional do Custo da Construção (INCC) diminuiu de 0,91% para 0,41%, entre a primeira prévia de junho e igual prévia em julho. Até primeira prévia deste mês, o IGP-M acumula 1,25% no ano e de 3,35% em 12 meses.

Matérias-primas sobem 5,51% em junho, indica BC

Gabriel Shinohara
De Brasília

O preço das matérias-primas com influência sobre a inflação subiu 19,34% no primeiro semestre deste ano, de acordo com o Índice de Commodities Brasil (IC-Br), publicado pelo Banco Central nesta quarta-feira, 10. Apenas em junho, a alta foi de 5,51%.

O IC-Br é construído com base nos preços das commodities agrícolas, metálicas e energéticas convertidos para reais. Seu equivalente internacional, o Commodity Research Bureau (CRB), subiu 15,88% no acumulado do ano e 4,64% em junho.

As commodities metálicas foram as que registraram o maior aumento do índice no ano, chegando a 30%. O cálculo considera alumínio, minério de ferro, cobre, estanho, zinco, chumbo, níquel, ouro e prata.

Mônica Araújo, estrategista de renda variável da InvestSmart XP, destaca a alta no ouro e cobre. Ela aponta que houve um aumento da poupança em ouro principalmente no mercado asiático. Já o cobre, segundo Araújo, tem impacto do crescimento do uso da inteligência artificial, por ser um bom condutor e diminuir o gasto de energia.

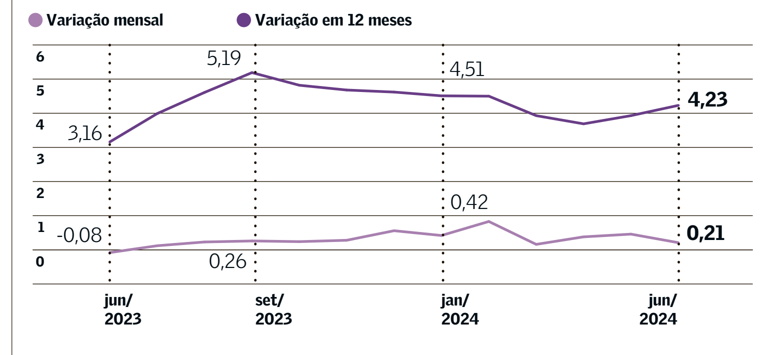
Além disso, o cobre costuma acompanhar a variação da atividade econômica e pode ter sido afetado pelas expectativas de corte de juros nos países desenvolvidos.

Já as commodities agropecuárias (carne de boi, carne de porco, algodão, óleo de soja, trigo, açúcar, milho, arroz, café, suco de laranja e cacau) registraram alta de 17,16% no ano e 7,78% no segundo trimestre. De acordo com o RTI, a alta no trimestre teve impacto, principalmente, da seca na Rússia, que afetou o trigo, da quebra de safra no Brasil, com impacto no suco de laranja, da seca do Vietnã, que impactou o café, e das chuvas excessivas na Costa do Marfim, que afetou o cacau.

As commodities energéticas (petróleo Brent, gás natural e carvão), por sua vez, tiveram alta de 17,96% no acumulado do ano, 6,05% em junho e 11,50% no trimestre. Segundo o Relatório de Inflação, o resultado do trimestre teve contribuição “importante da forte alta do gás natural” por conta do aumento de demanda nos Estados Unidos.

Para o restante do ano, Thiago Lourenço, economista da Manchester Investimentos, destaca que em termos de preços e commodities um ponto de atenção é o comportamento da política global de juros.

Evolução dos preços
IPCA desacelera em junho - Variações em %



Fonte: IBGE

Alimentos e reversão no Sul seguram o IPCA

Marcelo Osakabe e Lucianne Carneiro
De São Paulo e do Rio

A melhora mais rápida que o antecipado dos preços de alimentos in natura, em especial os produzidos no Rio Grande do Sul, ajudou a inflação a desacelerar mais intensamente que o esperado em junho. Para parte dos analistas, a surpresa positiva também ajuda a mitigar os efeitos do reajuste de combustíveis anunciado pela Petrobras no início da semana, e que devem impactar os preços de julho.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou alta de 0,21% em junho, após subir 0,46% em maio. O resultado ficou abaixo do piso das projeções colhidas pelo Valor Data, de 0,21%, que tinha mediana em medianas das 0,32%.

Em 12 meses, o indicador acelerou de 3,93% para 4,23% em junho. Já o acumulado do ano chegou a 2,48%. Em igual período de 2023, a inflação acumulada foi de 2,87%.

Sete das nove classes de despesas tiveram ritmo de altas menos intenso, com destaque para alimentação e bebidas (de 0,62% para 0,44%), habitação (de 0,67% para 0,25%), vestuário (de 0,50% para 0,02%) e transportes (de 0,44% para -0,19%). Já artigos artigos de residência (de -0,53% para 0,19%) e despesas pessoais (de 0,22% para 0,29%), aceleraram altas.

“Cerca de 80% do erro em relação à nossa projeção foi explicada por uma desaceleração mais rápida que o esperado dos preços do grupo alimentação no domicílio”, diz o Barclays em relatório. “De fato, surpresas negativas foram observadas em produtos especialmente afetados pelas chuvas, como arroz, carnes, leite e alguns perecíveis.”

Outro destaque ficou com o comportamento dos preços na região metropolitana de Porto Alegre, que havia saltado 0,87% em maio, mês que ficou marcado pelas enchentes no estado, mas que apresentou deflação de 0,14% em junho. A região metropolitana de Porto Alegre tem peso de 8,61% no cálculo do IPCA geral.

“Vários itens como hortaliças, frutas e verduras trouxeram descompressão de preços. A reversão da alta era algo esperado, mas não com tanta força já em junho”, diz Bruno Imaizumi, economista da LCA Consultores.

A leitura bem menor que o esperado para junho deve ajudar a compensar, ao menos parcialmente, o efeito do reajuste da gasolina e GLP, avalia a economista para o Brasil do BNP Paribas, Laiz Carvalho.

Após o anúncio feito pela Petrobras, algumas casas passaram a incorporar uma alta de 0,20 ponto porcentual em sua projeção para o IPCA de 2024. “Quem pensava em ajustar de 4% para 4,20% o IPCA de 2024 pode acabar indo para 4,10%”, nota.

Não foi apenas a dinâmica de preço dos alimentos que veio melhor que o esperado. A inflação de serviços, acompanhada de perto pelo Banco Central, desacelerou na métrica de 12 meses de 5,09% para 4,49%, o menor nível desde setembro de 2021.

Segundo o gerente do IPCA, André Almeida, o movimento foi puxado pela queda dos preços de passagem aérea e pela alta menor de alimentação no domicílio. Grupo bastante volátil, as passagens registraram recuo de 9,88% em junho, após alta de 5,91% em maio.


LEONARDO RODRIGUES/VALOR

> “Vários itens como hortaliças, frutas e verduras trouxeram descompressão”
> *Bruno Imaizumi*

Alexandre Lohmann, economista-chefe da Constância Investimentos, destaca ainda a desaceleração dos preços de bens industriais. Assim como os serviços, este grupo chegou a ensaiar um repique em maio, mas não viu continuidade do movimento.

O economista também avalia que o dado de junho ajuda a equilibrar ligeiramente o viés para a leitura de julho, que deve vir pressionado. “As coletas de preços indicam repasse já nos primeiros dias do reajuste da gasolina e teremos também o acionamento da bandeira amarela de energia elétrica, que encarece a tarifa”, lembra.

O dado também foi comemorado pela equipe econômica. “Há um cenário propício para que em breve, talvez no começo do próximo ano, nós retomemos um caminho de redução sustentada da taxa de juros”, afirmou o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello. ***(Colaborou Mariana Ribeiro, de São Paulo)***

Curta

Greve no INSS

Sem acordo com o governo federal sobre reajuste salarial e valorização profissional, servidores do INSS decidiram iniciar greve em todo o país a partir desta quarta-feira (10). A medida atinge tanto quem trabalha de forma presencial, nas APSs (Agências da Previdência Social), quanto os que estão em home office. Representantes dos servidores informaram que ainda não há balanço de adesão, mas a expectativa é que a paralisação vai afetar análise e concessão de benefícios, recursos e revisões, atendimentos presenciais (exceto perícia médica) e o pente-fino em auxílios, proposto pelo governo para economizar R$ 25,9 bilhões em despesas obrigatórias.

INÊS 249

Funcionalismo Levantamento do Banco Mundial mostra que só 55% encontram realização no trabalho

Pesquisa aponta insatisfação de servidores

Edna Simão
De Brasília

Os servidores públicos brasileiros têm um baixo nível de satisfação no trabalho quando comparado com 18 países, segundo a Pesquisa Global de Servidores Públicos: Aproveitando os insights dos servidores públicos para uma administração pública mais eficaz, do Banco Mundial.

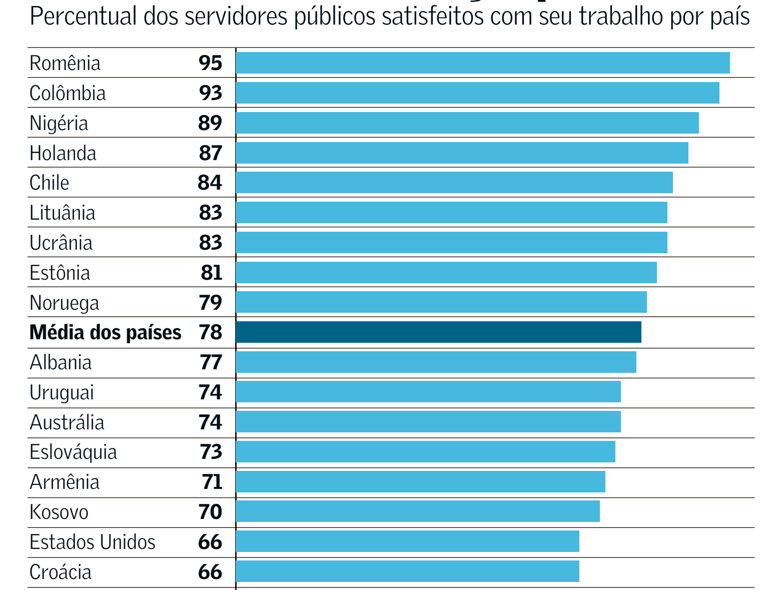
No Brasil, 55% dos trabalhadores ouvidos disseram estar satisfeitos com o trabalho. O percentual é o menor dentre os países pesquisados e é o único abaixo dos 60%. A média dentre os países avaliados foi de 70%. Segundo o levantamento, os funcionários públicos da Romênia (95%), Colômbia (93%) e Nigéria (89%) são os mais satisfeitos. A Croácia e Estados Unidos (ambos empatados com 66%) aparecem em penúltimo lugar, porém, mais satisfeitos que o Brasil.

Os co-fundadores da pesquisa, Christian Schuster e Daniel Rogger, explicaram ao **Valor**, por meio de assessoria de imprensa, que os resultados demonstram que a qualidade das práticas de gestão e as atitudes dos funcionários variam acentuadamente entre países e dentro dos países nas organizações governamentais. Eles acrescentam que as informações podem "ajudar os governos a identificar quais práticas de gestão precisam ser melhoradas em todo o governo e quais práticas de gestão precisam ser melhoradas em quais organizações".

O Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos disse, por meio de sua assessoria de imprensa, que tem feito esforços no sentido de melhorar a qualidade do serviço público, o que inclui, entre outras ações, a valorização dos servidores públicos federais, a melhoria e reestruturação das carreiras, e a realizações de concursos. O ministério informou também que um outro relatório, feito pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com o título "Diagnóstico Institucional do Serviço Público na América Latina 2024" mostra um cenário melhor. "Nesse levantamento, o índice de satisfação atingiu 65 pontos, melhorando o desempenho em relação ao último estudo de 2014, no qual o Brasil alcançou 55 pontos", destacou o ministério.

Mas, para o secretário-geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), Sérgio Ronaldo da Silva, o resultado da pesquisa do Banco Mundial só reforça a baixa estima do servidor público diante das condições precárias de trabalho. Ele citou como exemplo o fato de um trabalhador exercer as atribuições de dois ou três devido à reposição insuficiente de servidores que se aposentaram ao longo dos anos.

Por dentro da administração pública
Percentual dos servidores públicos satisfeitos com seu trabalho por país



Fonte: Abal e Abralatas (a partir de 2003)

"Diálogo com o governo foi retomado, mas ainda sem melhora da satisfação"
Sérgio Ronaldo da Silva

Segundo ele, considerando que a pesquisa do Banco Mundial abrange dados de 2017, a situação hoje pode ser até pior. "Nos últimos seis ou sete anos, os servidores foram massacrados e assediados. O diálogo com o governo foi retomado, mas ainda não há sinalização de melhora da satisfação", destacou.

A pesquisa do Banco Mundial foi conduzida por pesquisadores do University College London e da University of Nottingham em colaboração com o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão do Brasil e a Escola Nacional de Administração Pública e realizada durante a Presidência Temer, entre 5 de julho e 23 de setembro de 2017. A pesquisa online compreendeu servidores públicos de 14 instituições do governo federal sediadas em Brasília — totalizando 26.616 servidores públicos.

Para Schuster e Rogger, o Brasil registrou menor taxa de resposta entre todas as pesquisas nacionais, e, portanto, os resultados devem ser interpretados com cautela. Isso porque, embora a maioria dos resultados de pesquisas de servidores públicos seja relativamente estáveis ao longo do tempo, não é possível ter certeza que este seja o caso brasileiro.

"Recomendamos, em particular, tirar quaisquer conclusões apenas de grandes diferenças percentuais entre o Brasil e outros países, em vez de menores, e de grandes diferenças dentro dos itens da pesquisa no Brasil", destacaram dando como a constatação de que o Brasil tem um nível relativamente alto de satisfação com o salário em comparação internacional, mas um baixo nível de satisfação no trabalho.

Apesar da pesquisa considerar dados do Brasil de 2017 e diferentes períodos dos outros países, Schuster e Rogger reforçaram que a conclusão não fica comprometida pois os dados têm se mostrado "relativamente estáveis ao longo do tempo quando se considera o governo como um todo" em países que realizam pesquisas governamentais de servidores públicos anuais ou bianuais - como Estados Unidos, Reino Unido, Austrália ou Colômbia.

Eles mencionaram que na Pesquisa Federal de Opinião dos Servidores Públicos dos Estados Unidos, por exemplo, o índice de engajamento dos funcionários foi de 72 em 2020, 71 em 2021, 71 em 2022 e 72 em 2023. Na Pesquisa Nacional de Servidores Públicos do Chile, a parcela de servidores públicos satisfeitos com seus empregos passou de 84% em 2019 para 83% em 2023.

"Isso torna provável que a maioria das comparações entre países seja plausível mesmo quando os anos da pesquisa diferem, embora não possamos descartar que essas comparações produziriam resultados diferentes se a pesquisa de um determinado país estivesse disponível para um ano mais recente", explicaram os co-fundadores.

Segundo eles, as pesquisas são feitas nos países quando surge uma oportunidade relevante. "A demanda interna de um país para realizar pesquisas varia ao longo do tempo. Como tal, temos pesquisas de diferentes anos. Esta é uma das várias maneiras pelas quais as pesquisas entre países diferem", informaram.

BNDES negocia novos aportes no Fundo Clima

TOMAZ SILVA/AGÊNCIA BRASIL



O presidente do BNDES: "Nós temos várias conversas com outros organismos internacionais que têm interesse em financiar projetos via Fundo Clima"

Paula Martini
Do Rio

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) negocia o aumento de recursos do Fundo Clima com o Ministério da Fazenda. Segundo o diretor de Planejamento do banco, Nelson Barbosa, há perspectivas de aportes de R$ 10 bilhões por ano do Tesouro Nacional no Fundo, mas isso não está "escrito em pedra", diz, e pode variar conforme o planejamento orçamentário da Fazenda.

O banco de fomento também tem discutido captações para o Fundo junto a organismos internacionais. Barbosa citou interesse do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do alemão KFW, do Banco Mundial, do Global Climate Fund e de outros fundos soberanos.

"Nós temos várias conversas com outros organismos internacionais que têm interesse em financiar projetos via Fundo Clima. Mas ainda não tem nada concreto", afirmou a jornalistas após participar de um encontro com governadores do Consórcio Brasil Verde, nesta quarta, na sede do banco, no Rio.

Questionado sobre o impacto do compromisso fiscal assumido pelo governo federal sobre as negociações, o diretor disse que as operações para aumentar os recursos do Fundo não causam impacto no resultado primário. "Essas operações não impactam a dívida líquida, logo não impacta o primário. A opção por fazer via Fundo Clima e não via equalização de taxa de juros também foi elaborada em conjunto com a Fazenda, justamente para não comprometer todo o esforço fiscal que está sendo feito para elevar o resultado primário do governo", afirmou.

O Fundo Clima conta com R$ 10,4 bilhões para financiar projetos de transição energética, mobilidade verde, preservação de florestas, entre outros, com taxas que variam de 1% a 8%. O programa foi criado em 2009 e retomado ano passado com a emissão de US$ 2 bilhões (cerca de R$ 10 bilhões) em títulos sustentáveis pelo Tesouro Nacional no exterior.

Segundo Barbosa, o saldo deve saltar para R$ 20 bilhões até o fim do ano, com uma nova emissão de títulos feita no mês passado. "A ideia é essa, mas depende do planejamento da dívida, do Tesouro", disse o diretor.

Os novos aportes, defende Barbosa, fariam frente ao tamanho que o Fundo deve atingir nos próximos anos. Projeções do banco de fomento indicam que os desembolsos para projetos financiados com o Fundo Clima devem atingir R$ 32 bilhões entre 2024 e 2026. São esperados desembolsos da ordem de R$ 5 bilhões em 2024; de R$ 12,5 bilhões em 2025; e de R$ 14,5 bilhões em 2026.

A sinalização que o ministro Haddad [Fernando Haddad, da Fazenda] deu é de que vai haver mais recursos à medida em que os projetos se tornarem viáveis", disse.

Do total de desembolsos previstos para o período de 2024 a 2026, a maior parte é para projetos de energias renováveis, como fotovoltaica, eólica e de biogás (R$ 16,9 bilhões), além de transporte limpo, o que envolve eletrificação, frotas de ônibus não poluentes e construção de VLT (R$ 11,2 bilhões).

"O grande crescimento será puxado pela área de energia e transportes", disse Barbosa.

O Fundo Clima pode ser acessado por entes privados, Estados e municípios. Os projetos apresentados por entes públicos, porém, representam uma fatia minoritária da atual carteira do programa ambiental, segundo Barbosa.

O governador do Espírito Santo e presidente do Consórcio Brasil Verde, Renato Casagrande, explicou que o encontro teve objetivo de capacitar os Estados para captação de recursos e incentivar as unidades da federação a desenvolver planos próprios de adaptação climática.

"Existe uma concentração de projetos no Sul e Sudeste, mas é preciso que todos os Estados tenham a capacidade de captar recursos. Nós temos uma meta de ter todos os Estados do Brasil com os planos de descarbonização e adaptação prontos até a COP30, no Pará", disse.

Também participaram do encontro desta quarta os governadores da Paraíba, João Azêvedo, e de Sergipe, Fábio Mitidieri, além de representantes dos demais Estados que compõem o consórcio.

Balanço mostra perdas em garimpo ilegal em terra indígena

Renan Truffi e Fabio Murakawa
De Brasília

Após cinco meses de operação contra garimpeiros, a ofensiva na Terra Indígena Yanomami (TIY) resultou em R$ 110 milhões em perdas para os grupos ilegais e deve impactar em 40% os custos desse tipo de atividade na região. O cálculo obtido pelo **Valor** faz parte de um balanço feito pela Casa de Governo — órgão vinculado à Casa Civil e criado com o objetivo de estancar as atividades de criminoso — e leva em conta aeronaves apreendidas, equipamentos destruídos e pistas de pouso inutilizadas.

Do valor total de prejuízos impostos às atividades de criminosos, a maior fatia vem justamente da destruição de pistas de pouso clandestinas, principal meio de acesso dos garimpeiros à terra indígena. Ao todo, são R$ 34 milhões em perdas geradas a partir da inutilização dessas pistas. A conta traz também R$ 30 milhões referentes a maquinários encontrados, como motores a combustão usados para extração do ouro.

A lista é seguida com o custo estimado pela apreensão de aeronaves, como helicópteros e aviões de pequeno porte, que já alcança R$ 19 milhões. Outros R$ 11 milhões foram aplicados em multas a pessoas físicas envolvidas nessa atividade, R$ 9 milhões acabaram sendo apreendidos em ouro e outros minérios e ainda mais R$ 2 milhões em veículos, como carros e barcos. Por fim, o balanço leva em conta outros R$ 5 milhões referentes a outras ações.

Todo esse cerco, feito ao garimpo ilegal desde março deste ano, tem provocado uma outra consequência para os criminosos: o aumento do preço do ouro. Segundo autoridades à frente da Casa de Governo, o valor do minério ilegal na região está em quase R$ 370. Isso significa que o custo do ouro clandestino, proveniente da terra Yanomami, está cada vez mais perto da cotação comercial, que hoje gira em torno de R$ 410.

"A ideia é sufocar essa logística do garimpo para termos o que estamos alcançando agora, que é o preço do garimpo ficar caro. Hoje, boa parte dos garimpos que são menos rentáveis estão, cada vez mais, inutilizáveis [por conta dessa ofensiva]. O cara que faz a intermediação para colocar avião lá dentro, combustível lá dentro, equipamentos, está com a margem de lucro cada vez mais apertada", disse, ao **Valor**, o diretor da Casa de Governo, Nilton Tubino, responsável pela articulação dos órgãos federais envolvidos na operação.

O extrato de custos do garimpo foi mapeado através do trabalho de inteligência realizado pela Casa de Governo. De acordo com a apuração, o aluguel de um barco para acessar a terra chega a R$ 25 mil; o frete de voo custa em torno de R$ 15 mil; e o garimpo tem pago a pilotos de aeronaves R$ 200 mil ao mês. Os altos valores têm relação com o risco cada vez maior de as pessoas cooptadas serem presas.

Como consequência disso, as autoridades dizem ter identificado também um fluxo, cada vez maior, de transporte de ouro de outras regiões do Brasil para Boa Vista, Roraima. O motivo é que muitos garimpeiros acabam acumulando dívidas por não conseguirem mais extrair o outro na terra indígena e buscam minério em outros Estados para pagarem seus débitos.

Até agora, cerca de 50 pessoas foram presas em atividades relativas ao garimpo na TIY. Por conta disso, o governo tem intensificado o diálogo com a Justiça para que esses detidos fiquem presos ou sejam acompanhados por meio de tornozeleiras eletrônicas. A previsão é que a Casa de Governo funcione até 31 de dezembro de 2026.

Contas públicas Especialistas classificam projeto de lei do presidente do Senado como 'bomba fiscal' que premia a má gestão

Economistas criticam texto de Pacheco para dívidas estaduais

Marcelo Osakabe
De São Paulo

A proposta de renegociação da dívida do presidente do Senado Rodrigo Pacheco (PSD) é uma "bomba fiscal" e um prêmio aos Estados com que gerem mal as finanças públicas, avaliam economistas consultados pelo **Valor**. Para eles, o projeto piora a proposta original, elaborada pelo Ministério da Fazenda, e piora ao invés de melhorar o problema fundamental das finanças estaduais, que é o alto nível do gasto corrente, em especial, com a folha de servidores.

O projeto de Pacheco, revelada na terça-feira, altera o indexador — que pode sair de IPCA mais 4% para apenas IPCA — e prevê que o principal da dívida, cerca de R$ 700 bilhões, possa ser congelado e parcelado em 30 anos. Também flexibiliza a sugestão do Ministério da Fazenda, que previa investimentos na educação técnica, para as áreas de infraestrutura e segurança.

"A proposta é muito pior do que a da Fazenda. Vale dizer, os juros agora poderão chegar a zero pois, na prática, basta direcionar os recursos do serviço [da dívida] para investimentos", diz Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos e ex-diretor da Instituição Fiscal Independente do Senado (IFI). "O impacto fiscal sobre a dívida bruta, pelas nossas contas, na Warren, chegará a 2,4 pontos de PIB sobre a dívida bruta em dez anos. Se calcularmos até 2054, prazo proposto no projeto de lei para a quitação final das dívidas com a União, o impacto chegaria a quase 5,5 pontos do PIB."

Para Marcos Mendes, pesquisador associado do Insper, a parte mais problemática da proposta é a previsão de entrega de ativos de Estados para a União. Em sua avaliação, seria preferível que o próprio Estado fizesse a privatização e depois repassasse os recursos.

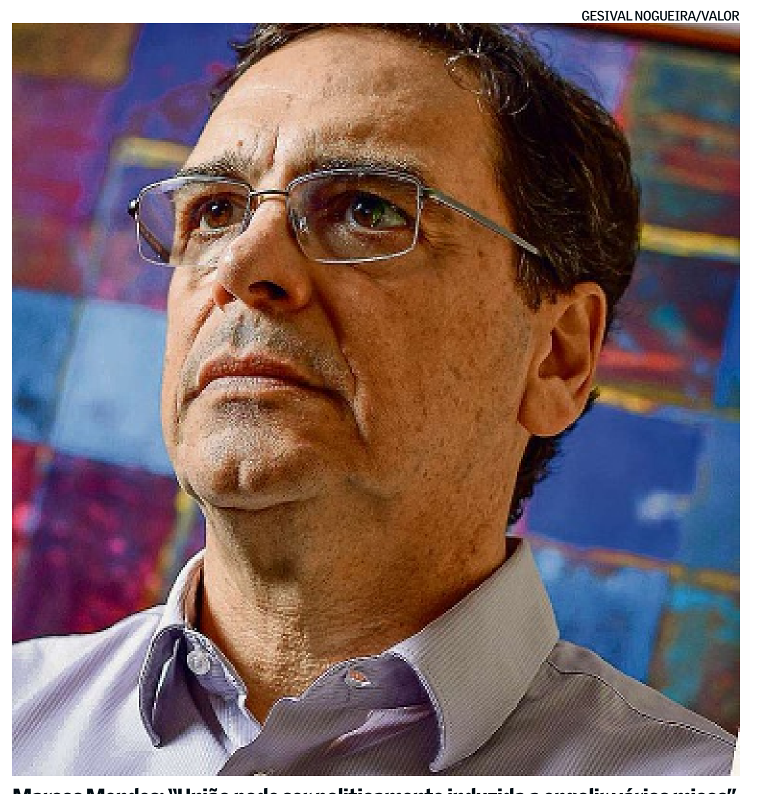
"Tem toda uma questão sobre como é o processo de valuation desses ativos que é complexa, muitos deles são uma caixa preta. A União pode ser politicamente induzida a engolir vários micos", diz. "Pode ocorrer uma contestação ou judicialização posterior que prejudica a gestão futura, como aconteceu com algumas distribuidoras de energia dos Estados. Mesmo empresas de valor, como a Cemig, podem sofrer com este problema. Além disso, a União, que precisa vender imóveis que tem pelo país, pode acabar vendo seu gasto corrente aumentar, por exemplo, ao assumir a manutenção de outros imóveis repassados pelos Estados."

> "A proposta é muito pior que a da Fazenda. Juros poderão ser zero"
> *Felipe Salto*

O economista-chefe da ARX Investimentos, Gabriel Leal de Barros, chama atenção para o fato de que a redução de juros em troca de investimentos cria gastos permanentes para o futuro: escolas precisam de professores e merenda, hospitais, de médicos e insumos.

"O projeto não melhora a situação fiscal dos Estados, pelo contrário. Agrava o principal problema dos entes subnacionais, que é o gasto corrente. Está se trocando um alívio na resultado nominal abaixo da linha [com juros] por uma pressão no resultado acima da linha", diz.

Barros lamenta o fato de que o governo está deixando passar um momento de crise para pedir contrapartidas e, assim, melhorar a perspectiva de solvência futura. "No passado, o governo usou a crise fiscal dos Estados para criar mecanismos com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Estamos perdendo a chance de fazer algo nesse sentido. Esta é uma contrarreforma", diz.


GESIVAL NOGUEIRA/VALOR
Marcos Mendes: "União pode ser politicamente induzida a engolir vários micos"

"A proposta é péssima. Eu já era crítico da proposta de juros por Educação, mas ela tinha lá sua lógica, apesar de também estimular gastos. Agora, com esse projeto de lei do Senado, o último que sair que apague a luz", diz Salto. "Essa dívida não caiu do céu. Ela deriva de déficits sistemáticos ao longo do tempo. O problema é que alguns Estados não querem fazer ajuste fiscal."

Mendes pondera que o Executivo tem cada vez menos controle sobre a matéria. Desde o governo Dilma Roussef, todos os presidentes tiveram que engolir renegociação da dívida dos Estados, lembra.

"Fiscalmente, é uma política expansionista: você libera recursos para Estados direcionarem a outros gastos e aumenta a dívida líquida da União, porque diminui o crédito que a União tem com eles. Politicamente, premia os que não fizeram ajuste, pune os que fizeram o dever de casa e põe na conta do Tesouro — e do contribuinte federal — contas como a folha salarial inchada e penduricalhos, que são a origem da má gestão dos recursos nos Estados."

MME fará proposta para resolver o marco legal do setor elétrico

Rafael Bitencourt
De Brasília

O governo federal apresentará no fim desta semana a proposta para resolver a "colcha de retalho legislativa" que se tornou o conjunto de leis do setor elétrico, informou o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira. O problema colocado pelo ministro já foi diagnosticado há alguns anos por especialistas, que alertam para o crescimento insustentável dos subsídios a partir da articulação bem-sucedida dos lobbies de grupos econômicos no Congresso.

A solução do governo será levada ao debate com lideranças do mercado de energia na próxima sexta-feira (12), no seminário Justiça Tarifária e Liberdade do Consumidor, em São Paulo.

"Fiz questão de ajudar nas ideias e levar a espinha dorsal [da proposta do governo] para que seja debatida democraticamente com todos os setores", afirmou Silveira, depois de participar de evento promovido pelo Sindigás.

O ministro admite que as distorções nas regras de rateio dos custos dentro setor têm colocado a sustentabilidade do setor em risco. Os alertas de especialistas também vão na direção de que, nos últimos anos, a tomada de decisão sobre políticas públicas e até de caráter técnico é feita pelos no Legislativo, que tem assumindo o papel do Ministério de Minas e Energia e do órgão regulador, a Aneel.

"Se os lobbies continuarem prevalecendo e não tiver uma compreensão mais generosa da visão do todo, vamos, de alguma forma, colapsar o setor elétrico brasileiro", disse Silveira.

Nesta quarta-feira, 10, um ano após se comprometer com o setor a enviar sem demora uma medida provisória (MP) ao Congresso, Silveira disse que ainda não está definido se vai propor ajustes no texto já em debate no Legislativo (PL 414), se irá apresentar um novo projeto de lei ou se manterá a posição de editar uma MP.

"Até o final de agosto, temos que estar com essa etapa vencida", afirmou. Ele ressaltou que, dada à urgência da questão, avalia "se é o caso até de uma MP".

Silveira lembrou que trabalha com o respaldo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que convidou este ano especialistas para discutir o tema no Palácio do Planalto. Segundo ele, é preciso "inverter a lógica da lei 'Robin Hood às avessas'". Nela, explicou, o consumidor "rico" consegue instalar placa solar no telhado para pagar menos com acesso ao subsídio.

Além disso, ele citou que abertura de mercado livre, onde o consumidor pode escolher seu fornecedor, ocorreu de forma "injusta", com o grande consumidor industrial tendo acesso a condições melhores de custo da energia. As declarações do ministro, no sentido de reestruturar o setor, servirá para buscar tanto a sustentabilidade quanto o conceito de "justiça tarifária".

Sobre os aspectos de segurança energética, o sistema chegou a contar com sobra de energia até o início do ano, mas já foi disparado alerta para sinais de estiagem mais severa que afetam a geração hidrelétrica, restrições operativas de algumas usinas importantes e aumento súbito da carga em momentos do dia com temperatura elevada. Isso contribuiu para a Aneel voltar a acionar a bandeira amarela em julho.

Ministro critica Zema por gestão e defende a federalização da Cemig

De Brasília

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD), voltou a disparar ataques contra o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), seu principal adversário político no Estado. De novo, o assunto foi o futuro da estatal de energia Cemig, que pode ser federalizada na negociação de dívida do Estado com a União.

Depois de participar de seminário promovido pelo Sindigás, Silveira acusou o governador de desconhecer a realidade do Estado e administrou mal as finanças.

"Acho que o governador foi irresponsável com mineiros e mineiras (...) porque não foi aliado dos mineiros, foi dele pessoalmente. Minas devia R$ 110 bilhões para União, isso é um número objetivo, e passou a dever R$ 165 bilhões. Está à beira do colapso econômico-financeiro", afirmou o ministro de Minas e Energia, quando questionado por jornalistas sobre o tema.

Para Silveira, o governador "tenta empurrar" a dívida do Estado para os funcionários do Estado. "Quando ele trata o servidor público como vilão da sociedade, ele não tem a noção clara, até porque ele não compreende o Brasil, porque viveu numa bolha em Araxá", disse o ministro, ao se referir à cidade natal de Zema.

Quando questionado sobre sua visão a respeito da transferência do controle da Cemig para o governo federal, o ministro respondeu: "Se ele [Zema] for responsável, ele coloca esses ativos [à disposição] para poder não colapsar Minas Gerais".

Em agosto do ano passado, Silveira também havia criticado Zema a partir de temas relacionados à estatal mineira. Naquela ocasião, o governador tentava avançar com a proposta de privatização da companhia. Na visão do ministro, a venda do controle da companhia mineira deveria necessariamente ser precedida de "referendo" junto à população e aval da Assembleia Legislativa.

Procurado, o governador Romeu Zema respondeu, por meio de sua assessoria, que não comentaria as declarações do ministro. *(RB)*

Pimenta 'refuta' TCU por acusação de fraude

Fabio Murakawa
De Brasília

O ministro Paulo Pimenta emitiu nota nesta quarta-feira em que refuta "veementemente qualquer suspeição nos trâmites do processo de licitação" de serviços digitais para a Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência (Secom). O documento foi distribuído por ele depois que o Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu suspender a licitação voltada para a comunicação digital do governo por suspeita de violação do sigilo da concorrência, que envolve quase R$ 200 milhões. Segundo Pimenta, as denúncias ocorrem "por interesses políticos e econômicos".

Pimenta ocupa o cargo de secretário especial para a Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul. Mas era o titular da Secom desde o início do governo e, nessa qualidade, esteve à frente de todo o processo licitatório.

Na nota, ele afirma reiterar seu "respeito" ao TCU. Mas refuta "veementemente qualquer suspeição nos trâmites do processo de licitação". Ele destaca ainda que "nunca fomos procurados, ouvidos e tampouco notificados pela corte".

"As denúncias apresentadas ao órgão de controle contra o prosseguimento da referida licitação são claramente movidas por interesses políticos e econômicos, uma vez que os próprios auditores do Tribunal reconheceram a insuficiência de elementos para a concessão da medida cautelar que suspende o processo."

A decisão do TCU ocorre depois que o site O Antagonista antecipou a lista de vencedores por meio de uma postagem cifrada na rede social X, na véspera da divulgação do resultado. Procurada, a Secom ainda não se pronunciou.

INÊS 249

Congresso Texto-base foi aprovado por 336 votos a favor, 142 contra e 2 abstenções

Cesta básica desonerada incluirá carnes, sal e queijos

Marcelo Ribeiro, Jéssica Sant'Ana Julia Lindner, Beatriz Olivon e Marcello Corrêa
De Brasília

Quase sete meses após a promulgação da emenda constitucional da reforma tributária, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira (10) o principal projeto de lei de regulamentação do novo sistema de impostos sobre o consumo. O texto seguiu para análise do Senado.

Na reta final da votação, os parlamentares decidiram incluir na proposta a previsão de que carnes, queijo e sal entrem na lista da cesta básica desonerada, após um destaque apresentado pela oposição. Esse era considerado um dos pontos mais polêmicos do projeto e, apesar de ser defendido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), dividia o governo pela possibilidade do aumento da alíquota geral. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), vinha se posicionando contra a medida e, nos bastidores, afirmou que a iniciativa representaria "uma loucura".

Integrantes da equipe econômica têm alertado que zerar o imposto sobre as carnes elevaria a alíquota padrão do novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Nesse sentido, os deputados também aprovaram ontem um dispositivo para garantir que a alíquota do novo tributo fique em, no máximo, 26,5%, valor de referência calculado pelo Ministério da Fazenda considerando o texto original.

Segundo Lira, a trava deu "conforto" para a inclusão de proteínas animais na cesta básica desonerada. "Se bater perto [dos 26,5%] vai ter que ter alteração, vai ter que se rever com tempo, foram todas as proteínas, qual sai, qual fica."

O relator, Reginaldo Lopes (PT-MG), disse em entrevista à TV Câmara acreditar que a alíquota não passará de 25% depois de "dois, três anos" da consolidação da reforma, que começará a entrar em vigor a partir de 2027.

Segundo o **Valor** apurou, essa compensação também poderia ser feita no Senado, por exemplo elevando a tributação de mais bebidas açucaradas além dos refrigerantes.

A inclusão da carne na cesta básica ocorreu quando deputados votavam os destaques, propostas de mudanças do texto principal. Antes, o texto-base foi aprovado por 336 votos a favor, 142 contra e 2 abstenções. Somente o Novo, o PL, a minoria e a oposição orientaram suas bancadas a votarem contra.

Durante a votação do destaque sobre as carnes, diante da expectativa de aprovação, Reginaldo Lopes foi à tribuna para defender a medida.

"Quero pedir a todos os nossos líderes que possamos juntos fazer de maneira simbólica essa grande votação do Parlamento, que sabe e reconhece que é fundamental colocar a carne no prato dos brasileiros", acrescentou o relator. A fala de Lopes foi seguida de aplausos efusivos em plenário.

Antes do início da votação, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), destacou o fato de que a versão final do projeto não agradaria a todos, mas defendeu que houve debate suficiente para tratar da matéria.

"Quero ressaltar que ninguém, em um tema como esse, agrada a todo mundo. É muito difícil. Mas a Câmara dos Deputados não pode, independente do resultado, sair arranhada com fala de parlamentares dizendo que não houve debate, discussão, tempo de amadurecimento, diálogo", discursou o parlamentar.

Diante do aumento de exceções e antes da aprovação do destaque sobre a proteína animal, parlamentares incluíram no texto principal a medida para evitar que exceções elevem a alíquota padrão do novo IVA, dividido em Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS, de competência federal) e Imposto sobre Bens e Serviços (IBS, dos Estados e municípios). A inclusão do dispositivo foi revelada na noite de terça-feira pelo **Valor**.

De acordo com o parecer, o governo federal deverá encaminhar em 2031 um projeto de lei complementar para garantir que a alíquota média fique em no máximo 26,5% caso as alíquotas da CBS e do IBS fiquem acima desse percentual. Para isso, o governo poderá optar por reduzir alíquotas de produtos ou setores específicos ou fazer uma redução linear.

Com a mudança, o valor da alíquota de 26,5% passou a constar na regulamentação da reforma tributária, ao contrário do projeto encaminhado pelo governo. Com isso, caso algum futuro governo queira aumentar a alíquota padrão, terá de aprovar no Congresso Nacional um projeto de lei complementar. Essa avaliação da alíquota padrão será quinquenal.

Nos bastidores, a inclusão de um dispositivo foi bem avaliada pela equipe econômica. "É uma sinalização de que os benefícios para alguns setores têm de ser limitados para não onerar demais os demais setores", disse uma fonte ao **Valor**.

Segundo Camila Tapias, sócia da Utumi Advogados, não há como garantir o cumprimento do teto de 26,5%, nem como garantir que ele não seja ultrapassado, mas a alteração de uma lei complementar é mais complexa.

A advogada também destacou a previsão, que já constava em versão anterior do texto, de que qualquer alteração na legislação federal que reduza ou eleve a arrecadação da CBS ou do IBS deverá ser compensada pela elevação ou redução, pelo Senado Federal, da alíquota de referência da CBS e das alíquotas de referência estadual e municipal do IBS, de modo a preservar a arrecadação das esferas federativas.

A previsão de um teto para a alíquota ocorreu após a inclusão de novas exceções à alíquota padrão, antes mesmo da apreciação dos destaques. Em um texto divulgado pela manhã, o relator estabeleceu um novo formato na cobrança de imposto sobre medicamentos, com a inclusão de remédios populares na lista de produtos na alíquota reduzida de 60%.

O texto mantém uma lista de 383 remédios isentos de tributação e estabelece que todos os outros medicamentos registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) ou produzidos por farmácias de manipulação terão a alíquota reduzida. A medida atendeu a uma demanda do setor farmacêutico.

A inclusão dos novos medicamentos nas alíquotas menores deve ampliar a alíquota padrão em 0,21 ponto percentual, segundo cálculos preliminares da equipe econômica.

"O posicionamento da Fazenda, técnico, é quanto menos exceções, melhor"
Fernando Haddad

Ontem à noite, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a medida elevaria a alíquota. Ele destacou que, quanto maior o número de exceções, maior será a alíquota. "A cada exceção você tem que fazer um cálculo. O posicionamento da Fazenda, técnico, é quanto menos exceções, melhor", afirmou o ministro, em entrevista ao chegar à sede da pasta.

O ministro frisou, ainda, que a política trata a reforma tributária de acordo com a sensibilidade e que os deputados possuem as suas próprias demandas. "[Os deputados] ouvem a sociedade, ouvem pesquisas, ouvem setores, então é natural que haja esse tipo de flexibilização, mas tecnicamente o posicionamento da Fazenda é o mesmo desde o início do processo."

O texto aprovado ontem também mudou as regras do cashback. Os deputados aprovaram que haverá devolução de 100% do imposto federal (CBS) pago nas contas de água, luz, esgoto e gás natural por famílias pobres. Antes, a devolução seria de 50%.

Outra mudança trazida pelo parecer é que, para o cálculo da devolução, serão consideradas as compras nos CPFs de todos os membros da unidade familiar, e não apenas do titular da família.

MÁRIO AGRA/CÂMARA DOS DEPUTADOS



Reforma aprovada: haverá devolução de 100% do imposto pago nas contas de água, luz, esgoto e gás natural por famílias pobres

Novo sistema tributário

Regulamentação da reforma tributária dos tributos do consumo avança na Câmara dos Deputados

	Como é hoje	Como fica
Número de impostos	Impostos federais PIS, Cofins, IPI Imposto estadual e municipal ICMS e ISS	IVA Dual Tributo federal: CBS Imposto estadual/municipal: IBS Imposto Seletivo (produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente)
Cumulatividade	Cobrança cumulativa (em cascata)	Cobrança não-cumulativa (impostos pagos são creditados ao longo da cadeia)
Regras da desoneração da cesta básica	Lista de produtos têm alíquota zero de PIS/Cofins em todo o país	Cesta Básica Nacional desonerada traz 15 itens com tributação zero Há também uma lista de itens com tributação reduzida para 40% da padrão
Sistema de cashback	Não previsto no sistema atual	Prevê devolução de impostos a consumidores de baixa renda
Local da cobrança	Origem (local de produção)	Destino (local de consumo)

Fonte: Emenda Constitucional 103/2024

Armas de fogo ficam fora do Seletivo

De Brasília

Aprovado na noite desta quarta-feira (10) pela Câmara dos Deputados, o projeto que regulamenta a reforma tributária do consumo incluiu carvão mineral, concursos de prognósticos (loterias, apostas e sorteios) e "fantasy games" (jogos em que o jogador simula uma equipe esportiva e ganha ou perde em cima dos resultados no mundo real) entre os itens taxados pelo Imposto Seletivo.

Também chamado de "imposto do pecado", o Seletivo foi concebido para desestimular o consumo de bens e serviços que fazem mal à saúde e ao meio ambiente.

Já constava no projeto de lei vindo governo a tributação sobre veículo, aeronaves, embarcações, cigarros, bebidas alcoólicas e açucaradas. Tudo foi mantido pelo relator, que apenas fez uma alteração para prever Seletivo também sobre veículos elétricos, e não só a combustão. Contudo, as armas de fogo ficaram de fora.

"Se não houver inclusão das armas de fogo no Imposto Seletivo, a tributação sobre esses bens, na prática, vai cair de 89,25% para apenas 26,5%. Armas de fogo vão ficar com a mesma alíquota de flores, fraldas, brinquedos e perfumes", declarou o deputado Pastor Henrique Vieira (Psol-RJ). "Não faz sentido. Se for aprovado desse jeito, é redução de carga tributária para armas."

Mais uma novidade em relação ao Seletivo foi a previsão de que a alíquota máxima sobre bens minerais, o que inclui petróleo e minério de ferro, será de 0,25%. Antes, pelo projeto do governo, a alíquota poderia chegar a 1%, o que gerou reação do setor. A alíquota exata será fixada posteriormente, por lei ordinária.

Já as alíquotas do Imposto Seletivo incidentes sobre bebidas alcoólicas serão fixadas de forma escalonada, de modo a incorporar, a partir de 2029 até 2033, progressivamente, "o diferencial entre as alíquotas de ICMS incidentes sobre as bebidas alcoólicas e as alíquotas modais deste imposto". Pelo texto apresentado pelo governo, não havia essa diferenciação.

Integrantes da oposição criticaram a ampliação do rol de itens da lista tributada pelo Imposto Seletivo, o que, segundo eles, poderia ampliar a cumulatividade de alguns setores da economia. "Haverá um aumento de carga tributária com o uso do Imposto Seletivo", criticou o deputado Kim Kataguiri (União-SP). ***(JS, MR e JL)***

valor.com.br
Maria Cristina Fernandes voltará a escrever na próxima semana
www.valor.com.br

Fazenda propõe aumento da alíquota da CSLL

Caetano Tonet, Julia Lindner e Estevão Taiar
De Brasília

Integrantes do Ministério da Fazenda sugeriram ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), aumentar a alíquota da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), que incide sobre o lucro das empresas, como forma de compensar a desoneração da folha de salários de 17 setores intensivos em mão de obra e municípios com até 156 mil habitantes. Pacheco informou, no entanto, que ainda não há acordo em relação à proposta.

"Não há definição ainda em relação a isso. O importante desse projeto é materializar o acordo como foi feito, com a reoneração gradativa ao longo do tempo, mantendo 2024 como está hoje e adotar aqueles programas que eu acredito que são suficientes para fazer frente a desoneração", declarou o presidente do Senado em entrevista a jornalistas, após se reunir com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Palácio do Planalto, em busca de um entendimento.

O encontro ainda teve a presença do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o líder do governo no Senado , Jaques Wagner.

Governo e Congresso têm até o dia 19 de julho para chegar a um acordo sobre a desoneração. Esse foi o prazo concedido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) aos dois Poderes, após o impasse em torno do tema. Caso uma solução não seja alcançada, passa a valer a decisão da Corte que prevê a reoneração dos setores já neste ano.

A ideia da equipe econômica seria aumentar em um ponto percentual as alíquotas da CSLL. O governo estima que, com isso, seria possível acumular R$ 17 bilhões a mais por ano.

Atualmente, a CSLL tem três alíquotas setoriais, que variam de 9% até 21%. De acordo com pessoas próximas a Pacheco, ele vê a ideia da Fazenda com resistência por envolver a elevação de tributos.

A proposta foi apresentada a Pacheco na semana passada pelo secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dário Durigan, que tem representado Haddad nas reuniões sobre o tema. Reservadamente, a equipe econômica tem alegado que a decisão de qual medida de compensação será usada cabe ao Congresso, e que a Fazenda tem dado apenas suporte técnico.

Pacheco já apresentou quatro propostas para compensar a desoneração, como a repatriação de recursos do exterior, a atualização de ativos, a criação de um programa de renegociação de dívidas (Refis) das multas aplicadas pelas agências reguladoras e a taxa para compras internacionais de até US$ 50, a chamada taxa das "blusinhas.

"O importante desse projeto é materializar o acordo"
Rodrigo Pacheco

À noite, Haddad afirmou que Pacheco tem tido "sensibilidade em relação ao tema e afirmou que a equipe da Fazenda enviaria mais informações ao Senado.

"Tem havido sensibilidade do presidente Rodrigo Pacheco e tem uma decisão do Supremo, que nós temos que cumprir, ela está em linha com o que pensa a área econômica, de buscar o equilíbrio nas contas públicas", disse Haddad a jornalistas.

O modelo de desoneração da folha de pagamentos de setores da economia foi instituído em 2011, como forma de estimular a geração de empregos. Desde então, foi prorrogado diversas vezes. É um modelo de substituição tributária, em que segmentos afetados contribuem com uma alíquota de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre salários. Juntos, os 17 setores geram cerca de 9 milhões de empregos.

No ano passado, o Congresso prorrogou a medida até o fim de 2027. Além disso, estabeleceu que municípios com população inferior a 156 mil habitantes poderão ter a contribuição previdenciária reduzida de 20% para 8%. O texto, no entanto, foi vetado pelo presidente Lula. Mais tarde, o veto presidencial foi derrubado pelo Congresso e, como resposta, o Executivo enviou uma medida provisória prevendo novamente o fim dos dois tipos de desoneração, entre outros pontos da agenda fiscal.

Após acordo, o governo propôs um projeto que prevê a manutenção da desoneração neste ano e taxação progressiva a partir de 2025.

Congresso Às vésperas do recesso, pré-candidatos fazem eventos que reúnem políticos e jornalistas

Campanha pela sucessão de Lira ganha corpo

Andrea Jubé
De Brasília

Em pleno turbilhão da votação da reforma tributária, os dois jantares promovidos nesta semana por pré-candidatos à presidência da Câmara evidenciaram que a disputa pela sucessão do presidente Arthur Lira (PP-AL) cada vez mais deixa os bastidores e ganha tração, com contornos mais acirrados e públicos, mesmo a seis meses da eleição.

Mesmo com a tensão do debate sobre a regulamentação do novo sistema tributário, o líder do União Brasil e um dos pré-candidatos à sucessão de Lira, Elmar Nascimento (BA), reuniu deputados e jornalistas em um jantar — uma "churrascada" — em uma casa no Lago Sul, bairro nobre de Brasília, na noite de quarta-feira (10).

Na noite de terça-feira (9), foi a vez do líder do PSD e também pré-candidato ao cargo, Antonio Brito (BA), oferecer um jantar de confraternização para os deputados antes do recesso. O evento de Brito atraiu Lira e os outros principais postulantes, até o momento, à sua cadeira. Além de Brito e Elmar, estiveram no evento do PSD o vice-presidente da Casa e presidente do Republicanos, Marcos Pereira (SP) e o líder do MDB, Isnaldo Bulhões (AL). Pereira ficou poucos minutos porque ainda se recupera de uma cirurgia na córnea. Elmar e Bulhões chegaram depois das 23 horas.

No jantar de Brito, chamou a atenção o tête-à-tête entre Lira e o presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto, em um canto reservado do salão, onde conversaram por alguns minutos, na companhia do líder do PL, deputado Altineu Cortês (RJ). Minutos depois, aproximou-se da roda o líder do governo, deputado José Guimarães (CE). Foi Lira quem chamou Costa Neto, que estava a alguns metros, em uma roda de jornalistas.

Outro convidado concorrido era o secretário de Governo de São Paulo e presidente nacional do PSD, Gilberto Kassab, principal cabo eleitoral de Brito. Questionado se o seu apadrinhado era um candidato de fôlego para a disputa, Kassab respondeu estar convicto de que ele será o novo presidente da Câmara em 2025.

Indagado sobre o porquê dessa certeza, Kassab respondeu com um gesto, apontando para o nariz. Entre seus pares, o auxiliar do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) é reconhecido como um político que identifica, de longe, o "cheiro de poder".

Ainda na festa do PSD, compareceram várias autoridades do primeiro escalão, como os ministros do PSD — da Agricultura, Carlos Fávaro, e de Minas e Energia, Alexandre Silveira —, da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha (PT), da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, e de Cidades, Jader Filho (MDB).

As festas e reuniões informais oferecidas pelos pré-candidatos à sucessão de Lira aos deputados não começaram agora. O primeiro grande evento remonta ao fim do ano, quando Elmar Nascimento reuniu aliados em uma ilha no litoral da Bahia para uma festa de réveillon, que se estendeu por cinco dias, com shows de Bell Marques, por exemplo, ex-vocalista da banda de axé Chiclete com Banana.

Na festa de Antonio Brito, na terça-feira, um dos destaques foi o show do sambista Dudu Nobre. Marcos Pereira, por sua vez, promoveu um jantar para os aliados na comemoração de seu aniversário em abril. Em uma celebração ecumênica, Pereira reuniu lideranças do bolsonarismo e do atual governo Lula, em uma demonstração de que transita em todos os ambientes políticos.

BRENNO CARVALHO/AGÊNCIA O GLOBO



Presidente da Câmara esteve no jantar de um postulante ao cargo

Curtas

Marco temporal

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) adiou para outubro a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que insere no texto constitucional o marco temporal de terras indígenas. A proposta de retirar o texto da pauta partiu do líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA). O senador defendeu que o colegiado aguarde o resultado da comissão de conciliação do Supremo Tribunal Federal (STF), criada pelo ministro Gilmar Mendes.

Autonomia do BC

Em busca de um acordo entre governo e oposição, o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Davi Alcolumbre (União-AP), adiou para quarta-feira (17) a votação da proposta de emenda à Constituição que confere autonomia financeira e orçamentária ao Banco Central. A matéria será o único item da sessão na próxima semana que ocorrerá no sistema semipresencial. A ideia do adiamento partiu do líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA). O senador afirmou que conversou com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sobre o tema. De acordo com Wagner, o governo não tem nenhuma objeção à autonomia financeira e orçamentária do BC, mas não concorda que o orgão passe de autarquia para empresa pública. O senador petista comprometeu-se em construir junto ao relator, Plínio Valério (PSDB-AM), o autor da proposta ,Vanderlan Cardoso (PSD-GO), e técnicos da Fazenda, um texto consensual.

INÊS 249

Governo Pesquisa Genial/Quaest aponta aumento de quatro pontos na aprovação do presidente em relação a levantamento realizado em maio

Lula é aprovado por 54% e críticas ao BC são bem-vistas

Lucas Ferraz
De São Paulo

A aprovação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) melhorou e atingiu o maior patamar neste ano, segundo pesquisa de opinião da Genial/Quaest divulgada na quarta-feira (10). O levantamento mostra que o chefe do Executivo tem 54% de aprovação, quatro pontos percentuais a mais que o levantamento anterior, realizado em maio, enquanto a reprovação recuou para 43% (era de 47%). A última pesquisa do instituto, nesses níveis de avaliação, tinha sido em outubro de 2023.

A alta é atribuída à percepção de melhora econômica sobretudo dos mais pobres, eleitores entre 35 e 59 anos, que ganham até dois salários mínimos e residentes no Sudeste. Nessa faixa, a aprovação do presidente subiu e a reprovação caiu consideravelmente. Mas a maioria dos brasileiros considera que a economia do país piorou nos últimos 12 meses.

Realizada entre 5 e 8 de julho com 2.000 entrevistados presenciais, a pesquisa da Genial/Quaest aferiu a opinião dos entrevistados sobre as tensões recentes, explicitadas por Lula em diferentes entrevistas, entre o Palácio do Planalto, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e o mercado financeiro. Para Lula, ambos atuam politicamente contra o seu governo.

Para 66% dos entrevistados, Lula está certo (apenas 23% discordam) ao criticar a política de juros do Banco Central, alvo de suas cobranças desde que ele voltou ao governo neste terceiro mandato, em janeiro de 2023.

Campos Neto foi indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) para dirigir o BC, função que exerce desde fevereiro de 2019. Manifestações públicas de proximidade com o bolsonarismo incomodaram a base petista, como por exemplo ao ir votar nas eleições de 2022 com a camisa da seleção brasileira. Recentemente, aceitou participar de homenagem na Assembleia Legislativa de São Paulo e de jantar promovido pelo governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), afilhado político de Bolsonaro.

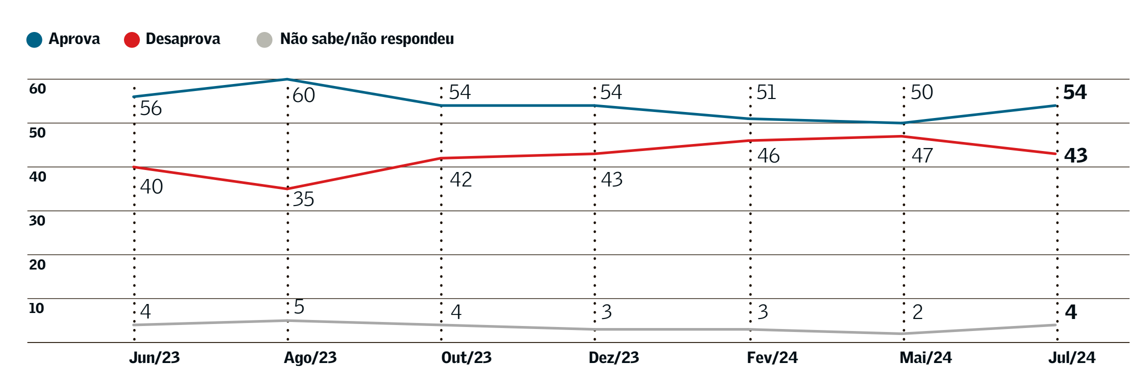
Nas entrevistas recentes, Lula, além das críticas ao BC e a seu dirigente, disse ainda que não devia prestar contas ao mercado financeiro, mas sim ao povo. A maioria (67%) dos entrevistados concorda com a afirmação. Para 53% deles, as declarações de Lula não contribuíram para a alta do dólar, enquanto para 34%, elas influenciaram na oscilação da moeda. A maioria dos economistas e analistas atribuiu a alta do dólar às declarações do presidente, que rebateu chamando o movimento de "ataque especulativo" contra o real.

A reprovação a Lula é maior entre pessoas que recebem mais de 5 salários mínimos, brancos, homens, evangélicos, com ensino superior (mesmo incompleto) e moradores da região Sul.

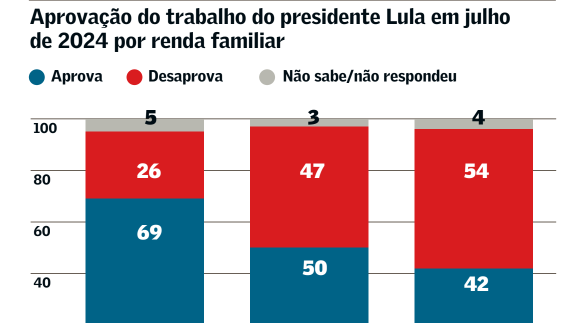
Sobre a situação econômica do Brasil, para 36% dos entrevistados, a economia piorou no último ano, enquanto 32% veem estabilidade e 28% melhora. A avaliação positiva da economia aumenta entre os pobres e a negativa vai é muito maior entre os ricos. Em relação ao poder de compra, contudo, há uma unanimidade entre todas as classes sociais: é bem menor hoje se comparado ao ano anterior. Mas a maioria dos entrevistados (52%) é otimista e espera por melhora econômica nos próximos 12 meses.

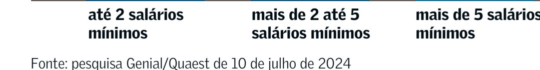
A pesquisa foi realizada conjuntamente entre a Genial, uma plataforma de investimentos, e a Quaest, empresa que atua na área de inteligência de dados. A margem de erro do levantamento é de dois pontos percentuais para mais ou para menos.

Avaliação do trabalho que o presidente Lula está fazendo
Em %

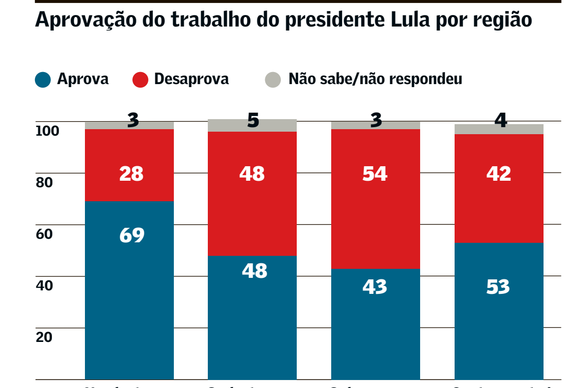


Aprovação do trabalho do presidente Lula em julho de 2024 por renda familiar





Aprovação do trabalho do presidente Lula por região



Fonte: pesquisa Genial/Quaest de 10 de julho de 2024

Ministros são cobrados por ausência em reuniões

Renan Truffi
De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva aproveitou uma cerimônia no Palácio do Planalto, na quarta-feira (10), para cobrar ministros e auxiliares pela ausência deles em reuniões interministeriais. Segundo Lula, os titulares das pastas acabam participando apenas dos primeiros encontros e, posteriormente, enviam representantes em seus lugares.

Lula direcionou o recado ao ministro da Secretaria-Geral, Márcio Macêdo (PT-SE), que terá a "responsabilidade" de garantir que os outros integrantes da Esplanada estejam nos encontros convocados pelo governo federal.

"É preciso que você, Márcio Macêdo, assuma a responsabilidade. A gente cria muita reunião interministerial, mas nem todos os ministros participam das reuniões. Ou seja, se a gente não cumpre de verdade...", disse. "Os próprios ministros que fazem parte têm que participar. Você, Márcio Macêdo, tem responsabilidade de ligar para cada ministro", acrescentou.

Macêdo tem sido criticado, nos bastidores, pelo distanciamento entre o governo Lula e movimentos sociais, segmento central na base eleitoral petista. Apesar disso, a Secretaria-Geral, comandada por ele, foi a pasta que articulou e organizou o anúncio voltado para os catadores.

Lula falou sobre o assunto durante evento no qual o Executivo federal anunciou um conjunto de ações que implicam investimentos de R$ 425,5 milhões em programas conectados ao universo de catadoras e catadores de recicláveis. A iniciativa foi apelidada pelo governo petista de "Lei Rouanet dos Catadores".

O objetivo, com isso, é fortalecer a estruturação de cooperativas e associações, além de apresentar um programa de gestão de resíduos sólidos e regulamentar a lei de incentivo à reciclagem.

O assunto é prioridade para Lula porque o presidente sempre manteve relação próxima com movimentos de catadores, desde a época dos seus dois primeiros mandatos. Estima-se que o número de catadores em atividade no país seja de 800 mil e, desses, 70% sejam do gênero feminino. Podem concorrer aos recursos projetos de todas as regiões. O edital dará prioridade, por meio de pontuação, às redes que possuem mulheres na liderança.

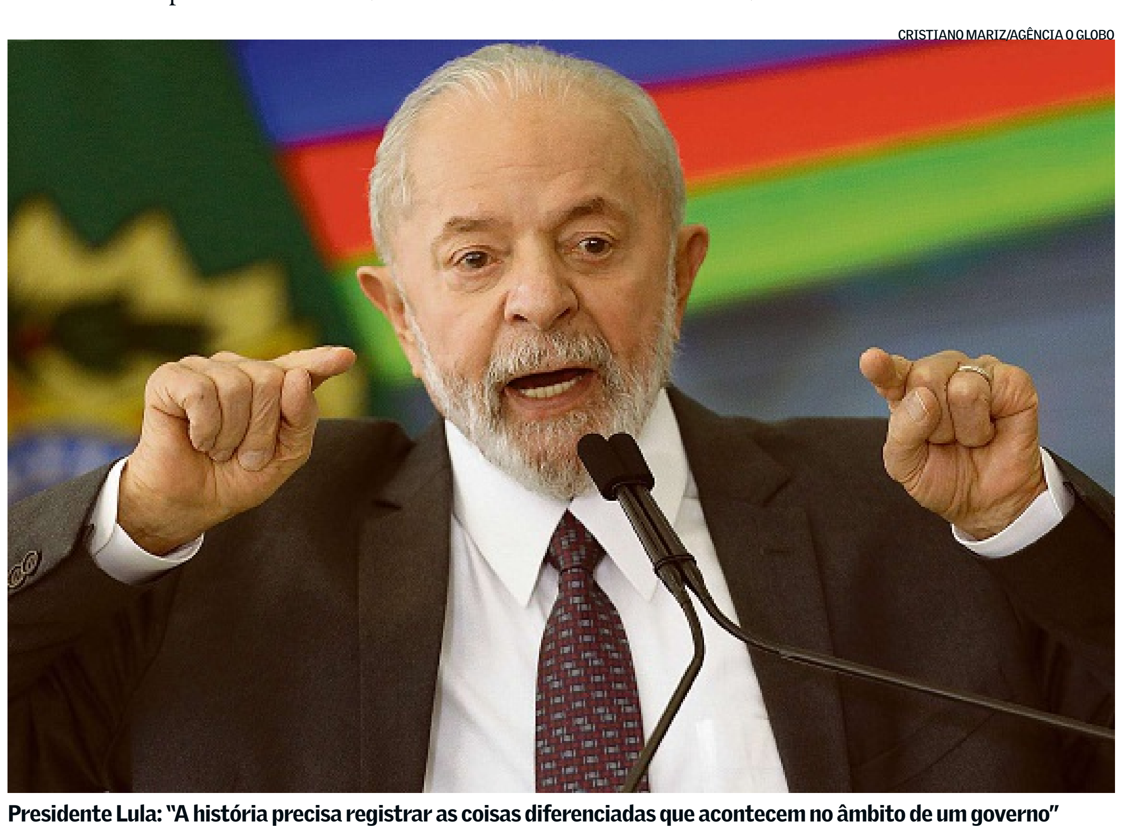
> "É preciso que você, Márcio Macêdo, assuma a responsabilidade"
> *Presidente Lula*

"Eu fiz questão de citar o nome das autoridades aqui porque a história precisa registrar as coisas diferenciadas que acontecem no âmbito de um governo", disse. "Ficará para eternidade que, no nosso governo, os catadores e catadoras são tratados como cidadãos de primeira classe."

A retomada do Programa Cataforte é um dos principais pontos do anúncio. Essa política pública terá um aporte total de R$ 103,6 milhões e tem como objetivo central fortalecer e estruturar cooperativas e associações de catadores de recicláveis em todo o Brasil.

A Caixa, o BNDES e o Banco do Brasil, via Fundação Banco do Brasil, vão investir outros R$ 75 milhões. Desse valor, R$ 25 milhões serão investidos especificamente pela Caixa, que fará o lançamento de carta-convite voltada para organizações da sociedade civil para apresentação de projetos com foco em diagnóstico socioeconômico das cooperativas, assessoria técnica até a modernização física de galpões. Outros R$ 50 milhões serão ofertados via Chamada Pública pela Fundação BB e BNDES para redes de catadores, para que submetam projetos para financiamento de bens e serviços, capacitação, implantação e modernização da infraestrutura física, fortalecendo a estruturação e melhorando as condições socioeconômicas de catadoras e catadores.

CRISTIANO MARIZ/AGÊNCIA O GLOBO



Presidente Lula: "A história precisa registrar as coisas diferenciadas que acontecem no âmbito de um governo"

Judiciário Vieira Gomes, investigado também pela Polícia Federal, teria atuado para que presentes chegassem às mãos de Bolsonaro

CGU apura ação de ex-chefe da Receita no caso das joias

Isadora Peron
De Brasília

Além da investigação da Polícia Federal (PF), o ex-chefe da Receita Federal Julio Cesar Vieira Gomes também é alvo de um procedimento interno aberto pela Controladoria-Geral da União (CGU), que apura a sua participação na operação para liberar as joias sauditas apreendidas no Aeroporto de Guarulhos (SP). A avaliação é que as novas revelações do inquérito, inclusive prints de trocas de mensagens, reforçam a suspeita de que ele atuou para que o conjunto de peças em ouro branco chegasse às mãos do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Gomes deixou a carreira de auditor fiscal no ano passado, mas, mesmo assim, a investigação continua e ele pode vir a ser punido, de acordo com o regime jurídico dos servidores públicos. Procurada, a CGU não se manifestou.

O kit era composto por um colar, um par de brinco, um anel e um relógio da marca Chopard, além de uma escultura de um cavalo dourado. Eles foram dados por autoridades da Arábia Saudita ao então ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, durante uma viagem oficial realizada em outubro de 2021. Os objetos, que estavam na mochila de um assessor da pasta, foram retidos pela Receita Federal ao chegarem ao Brasil.

Gomes foi um dos 12 indiciados no processo. Além dos crimes de peculato, lavagem de dinheiro e associação criminosa, ele foi acusado pela prática do crime funcional de advocacia administrativa. Para a Polícia Federal, o ex-chefe do Fisco patrocinou "diretamente os interesses privados de Jair Bolsonaro perante a Receita Federal do Brasil, com o objetivo de incorporar, ilegalmente, os bens ao patrimônio pessoal do ex-presidente".

Na segunda-feira, o ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes retirou o sigilo do relatório da PF sobre o caso. O documento mostrou que, nos últimos dias do governo Bolsonaro, houve uma operação, "até certo ponto desesperada", para tentar recuperar as joias retidas pela Receita em tempo hábil para despachá-las no avião presidencial, que decolaria no dia 30 de dezembro de 2022 aos Estados Unidos.

A PF apontou que, a partir de 14 de dezembro daquele ano, "iniciou-se uma sucessão de atos para tomar conhecimento da situação dessas joias e escultura pelo gabinete do então Secretário Especial da Receita Federal".

Em depoimento, Gomes afirmou que foi abordado pessoalmente sobre o assunto por Bolsonaro, durante uma reunião no Palácio da Alvorada. Ele, então, pediu que o caso fosse levantado internamente e transmitiu as informações ao tenente-coronel Mauro Cid, que atuava como ajudante de ordens da Presidência.

Ele contou ainda que, em 27 de dezembro de 2022, recebeu nova ligação de Bolsonaro e que, mais uma vez, ele perguntou sobre a situação das joias. Nesse mesmo dia, Cid ligou para Gomes para saber quais medidas deveriam ser tomadas para recuperá-las.

Segundo os investigadores, o ex-chefe da Receita foi o autor de um ofício usado para facilitar a incorporação das joias e procurou, ele mesmo, servidores do órgão para acelerar o processo. Ele também conversou com Cid, em 31 de dezembro de 2022, sobre o assunto. "Avisou o presidente que vamos recuperar os bens?", perguntou no WhatsApp.

De acordo com o relatório, porém, "o crime não se consumou pela atuação profissional e técnica dos servidores da Receita Federal do Brasil que não aceitaram as pressões e evidenciaram o desvio de finalidade nos atos praticados pelos investigados".

A defesa de Gomes refuta o relatório da PF e afirma que o ex-secretário demonstrou "de forma cabal" em suas oitivas que jamais praticou qualquer crime, nem pretendeu "beneficiar indevidamente quem quer que fosse". Diz que o procedimento da CGU está em curso e "também lá a legalidade da atuação de Júlio César será reconhecida".

EDU ANDRADE/ASCOM/ME



Vieira Gomes: ex-chefe da Receita tentou acelerar liberação das joias, diz PF

Marçal diz que União quer a 'alma' por apoio

Cristiane Agostine e Gabriela Guido*
De São Paulo

Sem nenhum partido aliado na disputa pela Prefeitura de São Paulo, o pré-candidato do PRTB, Pablo Marçal, disse na quarta-feira (10) que o União Brasil, com quem tem negociado, pede um "preço alto demais" para compor aliança e quer sua "alma". Em sabatina promovida pelo UOL e pela "Folha de S.Paulo", Marçal fez acenos a bolsonaristas, afirmou falar a "mesma língua" que o deputado federal Ricardo Salles, que não teve apoio do PL para concorrer na capital, e defendeu o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) no caso das joias.

Ao falar de suas propostas, o pré-candidato disse ser contra a implementação da tarifa zero nos ônibus e defendeu a criação de um "cinturão de teleféricos" ligando favelas, para desafogar o trânsito.

Propôs ainda investir no turismo nas comunidades pobres, transformando as favelas em polos "gastronômicos e turísticos" — apesar de admitir que só tem circulado nas favelas acompanhado de seus seguranças. Marçal falou, de forma genérica, que pretende tirar em até dois anos as cerca de 60 mil pessoas que vivem nas ruas na cidade e culpou as famílias das pessoas que vivem na Cracolândia pelo problema delas com o vício.

Pré-candidato de um partido nanico, Marçal tem procurado lideranças nacionais do União Brasil, partido que está na órbita do prefeito e pré-candidato à reeleição, Ricardo Nunes (MDB). Na semana passada, reuniu-se com o presidente nacional da sigla, Antônio de Rueda, o dirigente ACM Neto e o governador de Goiás, Ronaldo Caiado. Ao falar sobre a negociação com o União, no entanto, Marçal indicou ser alvo de uma "barganha" e ignorou o vereador e presidente da Câmara Municipal da capital, Milton Leite, principal liderança do partido em São Paulo. "O União é Rueda, ACM e Caiado".

"O União [Brasil] provavelmente vai andar com a gente. Só não selou porque está caro demais o pedido deles", disse. Questionado sobre qual seria esse pedido, não detalhou. "O que eles estão me pedindo é caro para mim. É tipo a minha alma. Eu não quero entregar isso". Marçal disse que se crescer nas pesquisas, o "preço" do apoio "vai ficar mais barato".

Na pesquisa do Datafolha divulgada na sexta-feira (6), Marçal aparece numericamente em quarto lugar, com 10% das intenções de voto, empatado tecnicamente com Luiz Datena (PSDB), Tabata Amaral (PSB) e Marina Helena (Novo). Na liderança estão o prefeito e pré-candidato à reeleição, Ricardo Nunes (MDB), com 24% , e Guilherme Boulos (Psol), com 23%.

Durante a sabatina, Marçal defendeu Bolsonaro e disse que o ex-presidente vai deixar de apoiar Ricardo Nunes. Ao avaliar o indiciamento do ex-presidente no inquérito que investiga a venda ilegal de joias, Marçal criticou a Polícia Federal e disse que Bolsonaro deve ficar com os presentes — o que é ilegal. "O presente [joias] é dele. Ele faz o que quiser com esse presente", afirmou, sobre o ato ilícito.

Questionado sobre trânsito, defendeu a criação de "praça de empreendedorismo" nas favelas, para evitar o deslocamento de quem vive na periferia. O postulante prometeu um "cinturão de teleféricos" interligando as favelas, "rasgando o céu de São Paulo". "Pela primeira vez na vida vai ver como anda na cidade de São Paulo sem pisar no freio", disse, sem detalhar.

Estagiária sob a supervisão de Fernanda Godoy

INÊS 249

Atividade econômica
Indicadores agregados

	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23	set/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	-	0,01	-0,36	0,36	0,60	0,72	0,11	-0,02	-0,01
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	-0,9	-0,8	1,1	0,1	-1,1	1,1	0,7	0,0	0,2
Indústria de transformação	-	-2,2	0,0	1,2	0,5	-0,2	0,5	0,1	0,1	-0,6
Indústrias extrativas	-	2,6	-3,2	0,6	-1,3	-6,9	3,7	3,2	-0,5	6,3
Bens de capital	-	-2,7	2,9	-0,7	2,0	10,9	-1,7	-0,4	-0,4	-2,4
Bens intermediários	-	-0,8	-1,3	1,0	-0,8	-2,8	1,7	1,7	0,7	0,6
Bens de consumo	-	-1,3	0,1	0,5	1,5	-0,9	1,1	0,0	-0,9	-1,6
Faturamento real (CNI - %)	-	-3,8	0,9	-1,1	2,5	-0,3	2,1	0,7	-0,4	-1,3
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	-2,3	2,2	-1,6	2,5	0,2	1,6	0,6	-0,2	-0,7
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-	0,3	1,1	1,2	1,1	0,3	1,0	0,0	0,9
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-	0,9	0,3	1,0	2,1	-1,0	0,3	-0,2	0,6
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-	1,1	2,2	-2,0	2,3	0,0	1,2	-0,1	1,0
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-	0,5	0,7	-0,9	0,4	0,5	0,6	-0,4	-0,1
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	7,1	7,5	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6	7,7
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,0	0,0	0,3	0,3	0,6	0,1	0,3	0,4	0,0
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	0,5	-1,3	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4	-0,5
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	29.044	30.338	30.584	27.718	23.457	26.711	28.786	27.886	29.682	28.713
Importações	22.333	21.804	21.895	20.491	18.222	20.511	19.463	19.097	20.501	19.532
Saldo	6.711	8.534	8.689	7.227	5.236	6.200	9.323	8.789	9.181	9.182

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas
Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
dez/22	0,2072	0,7082	0,7082	1,0489	1,12	0,6005	0,4670	0,4543	0,17	23,81	1.212,00
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	-	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	0,79	24,38	1.412,00
jul/24	0,0739	0,5743	0,5743	1,7268	0,91	0,5770	0,4970	0,3207	-	24,44	1.412,00
2024	**0,43**	**4,00**	**4,00**	**6,54**	**6,17**	**3,88**	**3,27**	**2,18**	**2,28**	**0,62**	**6,97**
Em 12 meses*	**1,01**	**7,24**	**7,24**	**11,47**	**11,50**	**6,80**	**5,52**	**4,04**	**2,31**	**1,12**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para julho projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento
Variação no período

Indicadores	1º Tri/24	4º Tri/23	2024 (1)	2023	2022	2021
PIB (R$ bilhões) *	2.714	2.831	10.987	10.856	10.080	9.012
PIB (US$ bilhões) **	556	571	2.233	2.174	1.952	1.670
Taxa de Variação Real (%)	0,8	-0,1	2,5	2,9	3,0	4,8
Agropecuária	11,3	-7,4	6,4	15,1	-1,1	0,0
Indústria	-0,1	1,2	1,9	1,6	1,5	5,0
Serviços	1,4	0,5	2,3	2,4	4,3	4,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	4,1	0,5	-2,7	-3,0	1,1	12,9
Investimento (% do PIB)	16,9	16,1	16,5	16,5	17,8	17,9

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central. (1) 1º trim de 2024, nos últimos 12 meses**

Contrib. previdenciária*
Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência jun/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte
Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
***Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80**
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias
Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-abril		Var.	abril		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita Federal						
Imposto de renda total	**295,1**	**271,0**	**8,90**	**73,7**	**68,8**	**7,19**
Imposto de renda pessoa física	10,8	9,9	9,31	3,2	3,0	6,66
Imposto de renda pessoa jurídica	135,8	134,2	1,20	35,7	33,7	5,80
Imposto de renda retido na fonte	148,5	126,9	17,01	34,9	32,1	8,70
Imposto sobre produtos industrializados	24,2	19,7	22,99	6,5	4,9	31,08
Imposto sobre operações financeiras	21,1	20,1	5,01	5,4	5,4	0,45
Imposto de importação	21,3	17,9	19,11	5,8	4,4	33,47
Cide-combustíveis	1,0	0,0	-	0,2	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	131,6	105,3	24,99	34,9	27,2	28,37
CSLL	72,1	67,7	6,47	18,2	16,9	7,73
PIS/Pasep	36,7	29,8	23,30	9,4	7,4	26,31
Outras receitas	283,5	254,2	11,52	74,7	68,9	8,41
Total	**886,6**	**785,7**	**12,85**	**228,9**	**203,9**	**12,25**

	fev/24		jan/24		fev/23	
	Valor**	Var. %*	Valor**	Var. %*	Valor	Var. %*
ICMS - Brasil	**51,2**	**-16,88**	**61,6**	**-5,42**	**50,7**	**-9,74**
	fev/24		**jan/24**		**fev/23**	
	Valor	**Var. %***	**Valor**	**Var. %***	**Valor**	**Var. %***
INSS	**47,9**	**-7,38**	**51,7**	**-32,82**	**44,1**	**-4,61**

Fontes: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação
Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	jun/24	mai/24	2024	2023	12 meses	jun/24	mai/24	dez/23	jun/23
IBGE									
IPCA	0,21	0,46	2,48	4,62	4,23	6.941,51	6.926,96	6.773,27	6.659,95
INPC	0,25	0,46	2,68	3,71	3,70	7.141,00	7.123,19	6.954,74	6.886,37
IPCA-15	0,39	0,44	2,52	4,72	4,06	6.813,08	6.786,61	6.645,93	6.547,15
IPCA-E	0,39	0,44	2,52	4,72	4,06	6.813,08	6.786,61	6.645,93	6.547,15
FGV									
IGP-DI	0,50	0,87	1,11	-3,30	2,88	1.117,79	1.112,26	1.105,54	1.086,47
Núcleo do IPC-DI	0,34	0,31	1,98	3,48	3,65	-	-	-	-
IPA-DI	0,55	0,97	0,49	-5,92	2,51	1.300,66	1.293,59	1.294,35	1.268,86
IPA-Agro	1,52	0,38	1,44	-11,34	2,39	1.811,00	1.783,95	1.785,32	1.768,81
IPA-Ind.	0,19	1,19	0,14	-3,77	2,55	1.096,06	1.093,97	1.094,53	1.068,79
IPC-DI	0,22	0,53	2,46	3,55	3,63	751,69	750,05	733,67	725,34
INCC-DI	0,71	0,86	2,80	3,49	4,02	1.118,83	1.110,89	1.088,31	1.075,54
IGP-M	0,81	0,89	1,10	-3,18	2,45	1.136,41	1.127,23	1.124,07	1.109,23
IPA-M	0,89	1,06	0,47	-5,60	1,94	1.340,52	1.328,63	1.334,20	1.315,07
IPC-M	0,46	0,44	2,65	3,40	3,70	735,41	732,02	716,46	709,20
INCC-M	0,93	0,59	2,63	3,32	3,77	1.114,75	1.104,46	1.086,15	1.074,29
IGP-10	0,83	1,08	1,18	-3,56	1,79	1.156,82	1.147,26	1.143,35	1.136,43
IPA-10	0,88	1,34	0,57	-6,02	1,07	1.374,57	1.362,56	1.366,78	1.360,08
IPC-10	0,54	0,39	2,73	3,43	3,65	740,54	736,54	720,87	714,44
INCC-10	1,06	0,53	2,71	3,04	3,65	1.099,18	1.087,61	1.070,21	1.060,50
FIPE									
IPC	0,26	0,09	1,87	3,15	2,97	687,92	686,12	675,27	668,11

Obs.: IPCA-E no 2º trimestre = 1,04%, IGP-M 1ª prévia jul/24 0,15% e IPC-FIPE 1ª quadrissemana jul/24 0,12%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física
Pagamento das quotas - 2024

No prazo legal				
Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/2024		-	Campo 7
2ª	28/06/2024		1,00%	
3ª	31/07/2024		1,79%	+
4ª	30/08/2024	Valor da declaração		Campo 8
5ª	30/09/2024			
6ª	31/10/2024			+
7ª	29/11/2024			Campo 9
8ª	30/12/2024			
Pagamento com atraso				

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento
Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	mai/24		abr/24		mai/23	
	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Dívida líquida total	**6.897,1**	**62,16**	**6.787,2**	**61,50**	**5.935,7**	**56,66**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-19,7	-0,18	-27,2	-0,25	11,8	0,11
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-819,0	-7,38	-783,2	-7,10	-750,1	-7,16
Dívida fiscal líquida	**7.735,9**	**69,72**	**7.597,6**	**68,84**	**6.674,0**	**63,71**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.604,4	68,53	7.474,6	67,73	6.667,2	63,64
Dívida externa líquida	-707,3	-6,37	-687,4	-6,23	-731,4	-6,98
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.923,8	53,39	5.826,0	52,79	5.006,3	47,79
Governos Estaduais	859,1	7,74	851,8	7,72	827,5	7,90
Governos Municipais	61,5	0,55	59,1	0,54	40,2	0,38
Empresas Estatais	52,7	0,48	50,2	0,46	61,7	0,59
Necessidades de financiamento do setor público	**mai/24**		**abr/24**		**mai/23**	
Fluxos acumulados em 12 meses	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**
Total nominal	**1.061,9**	**9,57**	**1.042,8**	**9,45**	**656,5**	**6,27**
Governo Federal**	871,2	7,85	843,3	7,64	471,1	4,50
Banco Central	107,3	0,97	110,7	1,00	110,2	1,05
Governo regional	73,5	0,66	80,6	0,73	68,5	0,65
Total primário	**280,2**	**2,53**	**266,5**	**2,41**	**-39,0**	**-0,37**
Governo Federal	-47,6	-0,43	-39,0	-0,35	-268,4	-2,56
Banco Central	0,5	0,00	0,7	0,01	0,5	0,00
Governo regional	-23,6	-0,21	-17,8	-0,16	-21,5	-0,21

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

Resultado fiscal do governo central
Valores em R$ bilhões a preços de maio*

Discriminação	Janeiro-maio		Var.	maio		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita total	**675,9**	**833,3**	**-18,89**	**229,1**	**212,5**	**7,78**
Receita Adm. Pela RFB**	446,9	540,1	-17,25	151,2	136,7	10,63
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	152,5	191,1	-20,20	50,7	47,7	6,32
Receitas Não Adm. Pela RFB	76,6	102,2	-25,08	27,2	28,2	-3,56
Transferências a Estados e Municípios	**134,5**	**160,0**	**-15,92**	**36,5**	**35,2**	**3,87**
Receita líquida total	**541,4**	**673,3**	**-19,59**	**192,5**	**177,3**	**8,56**
Despesa Total	**521,0**	**623,4**	**-16,42**	**181,0**	**161,1**	**12,40**
Benefícios Precidenciários	215,2	273,8	-21,38	81,1	69,3	17,03
Pessoal e Encargos Sociais	88,6	113,2	-21,71	28,8	27,3	5,22
Outras Despesas Obrigatórias	103,2	92,1	12,04	28,0	24,6	13,80
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	114,0	144,3	-21,02	43,2	39,8	8,41
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**20,4**	**50,0**	**-59,18**	**11,5**	**16,3**	**-29,44**

Discriminação	mai/24		abr/24		mai/23	
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	Valor	Var. %
Ajustes metodológicos	-0,1	-51,94	-0,1	-15,50	0,1	-162,62
Discrepância estatística	0,3	-	-2,5	756,31	1,8	20,90
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-60,8**	**-**	**8,8**	**-**	**-44,9**	**-**
Juros Noniminais	**-66,5**	**-3,99**	**-69,3**	**24,42**	**-62,1**	**55,94**
Result. Nominal do Gov. Central	**-127,3**	**110,45**	**-60,5**	**5,01**	**-107,0**	**381,30**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

Segurança Após anos, Berlim seguirá aliados que rejeitaram peças vindas da China e põe fim a vulnerabilidade denunciada pelos EUA

Alemanha retirará chinesa Huawei de suas redes 5G

Bertrand Benoit
Dow Jones

A Alemanha removerá os componentes chineses das redes móveis 5G do país até o final de 2029, encerrando anos de debate que deixaram o país muito atrás dos aliados na abordagem — defendida pelos EUA — de que esta é uma vulnerabilidade fundamental.

Como parte de um acordo com o governo, as principais operadoras de telecomunicações da Alemanha concordaram em remover componentes fabricados pelas chinesas Huawei e ZTE das seus núcleos de rede — a parte mais sensível de uma rede móvel — até o final de 2026, disseram pessoas familiarizadas com o assunto.

O sistema de gerenciamento das redes de acesso via rádio — o software que gerencia a comunicação entre dispositivos em uma rede sem fio — deverá estar livre de componentes chineses até o final de 2029, disseram essas pessoas. Ressaltaram que o governo e as operadoras ainda não assinaram um acordo final e alguns detalhes podem mudar nos próximos dias.

Sob pressão dos EUA, a Alemanha comprometeu-se no ano passado a reduzir a sua dependência de tecnologia e matérias-primas chinesas importadas e a diversificar a dependência da sua economia no comércio com a China. Desde então, as agências de segurança alemãs alertaram sobre a espionagem cada vez mais agressiva por parte de Pequim, e os promotores detiveram vários suspeitos de espionagem chinesa este ano.

Mas o crescimento estagnado e as fricções no interior da coligação tripartite do premiê alemão, Olaf Scholz, dificultaram a implementação da política. Embora alguns membros do governo estejam preocupados com a ameaça à segurança representada pela China, a Alemanha segue ansiosa por encorajar o investimento chinês e evitar um colapso no comércio bilateral, segundo funcionários.

Estas fricções levaram Berlim a diluir a primeira estratégia do país para a China, publicada no ano passado, para enfraquecer uma revisão planejada do seu regime de análise do investimento directo estrangeiro actualmente em discussão e para se opor às medidas da União Europeia para reagir às importações chinesas baratas.

Um porta-voz do Ministério do Interior alemão disse que foi tomada uma decisão sobre as medidas para proteger as partes críticas das redes sem fio 5G do país, mas se recusou a entrar em detalhes. A Deutsche Telekom e a Telefónica Germany não quiseram comentar. A Vodafone não respondeu a um pedido de comentário.

Um porta-voz da Huawei na Alemanha também não quis comentar, assim como o da ZTE. A Huawei e a ZTE negaram no passado que os seus equipamentos representassem um risco de segurança.

Analistas disseram que a decisão alinharia gradualmente a Alemanha com outros países da Europa, do Reino Unido à Suécia e aos Países Bálticos, que baniram componentes chineses das suas redes de telecomunicações.

No entanto, sublinharam que a medida chegava tarde e em grande parte nos termos estabelecidos pelos operadores do país, alguns dos quais ameaçaram procurar compensação por custos adicionais associados à proibição de componentes Huawei e ZTE.

"Parece que a Alemanha está fazendo o que o Reino Unido fez, mas quatro anos depois", disse Noah Barkin, consultor sênior da empresa de pesquisa Rhodium's China Practice. "Antes tarde do que nunca, mas é muito tarde."

O cronograma do acordo sugere que a maioria dos componentes chineses só seriam removidos quando chegassem ao fim de sua vida útil e precisassem ser substituídos de qualquer maneira, disse Barkin. A Deutsche Telekom, a maior operadora do país, disse que não possui hardware chinês em sua rede principal.

A formulação do acordo preliminar também deixa alguma margem de manobra para que os componentes fabricados na China permaneçam nas redes de acesso rádio após 2029. Mas os analistas dizem que a troca de sistemas de gestão — o software que opera este hardware — provavelmente removeria a maioria das vulnerabilidades.

Os componentes chineses representavam 59% das redes de acesso rádio 5G da Alemanha em 2022, de acordo com dados da Strand Consult, um grupo independente de investigação de telecomunicações, em comparação com 41% no Reino Unido, 17% em França e 0% na Letônia, Lituânia e Estônia.

A Alemanha tem discutido se deveria restringir o uso de peças fabricadas na China há mais de seis anos, sem chegar a uma conclusão. Apesar da pressão dos EUA, o governo anterior liderado pela premiê Angela Merkel resistiu durante muito tempo à proibição devido a preocupações sobre o custo e potenciais retaliações da China.

No entanto, a invasão da Ucrânia pela Rússia em fevereiro de 2022 e a decisão de Moscou de limitar as entregas de gás natural à Alemanha levaram Berlim a investigar a sua dependência econômica de países hostis e a reavaliar o risco representado pelo hardware chinês.

Os equipamentos 5G fabricados na China foram durante muito tempo considerados de alta qualidade e mais baratos do que os equivalentes fabricados no Ocidente. Mas os EUA alertaram que os componentes chineses podem incluir backdoors que permitiriam ao governo chinês desviar os dados que viajam através da rede ou potencialmente desligá-los em caso de conflitos.

59%
das redes 5G alemãs usam peças da China

Macron diz que 'ninguém venceu' eleição e pede diálogo a partidos


AURELIEN MORISSARD/AP

"Ninguém venceu", declarou ontem por uma carta aberta o presidente francês, Emmanuel Macron (foto), sobre as eleições legislativas de domingo. Na sua primeira manifestação pública sobre a votação, ele pediu um amplo "pacto de governo" para encerrar o impasse no Parlamento. Sem usar a palavra "coalizão", Macron disse que nenhum partido ou aliança chegou perto da maioria absoluta [289 cadeiras] para formar um governo e que as forças políticas devem "se engajar em um diálogo para obter uma maioria sólida". A carta sugere que Macron quer evitar um governo de coabitação com um premiê da aliança de esquerda Nova Frente Popular (NFP), que elegeu 180 deputados. A frente Juntos, de Macron, obteve 150 assentos e o Reunião Nacional (RN), de extrema direita, conquistou 143.

China investiga UE em nova rodada de retaliações

Bloomberg

A China começou a investigar se a série de ações da União Europeia contra a segunda maior economia do mundo constitui uma barreira ilegal ao livre comércio, enquanto os dois blocos ficam cada vez mais perto de uma guerra comercial.

Em um comunicado divulgado ontem, o Ministério do Comércio da China informou que a investigação abrange uma série de setores, entre eles o ferroviário, os de energia solar e eólica e o de equipamentos de segurança. São as mesmas áreas que a UE tem visado nos últimos meses, com um leque de novas ferramentas — segundo o bloco — projetadas para defender-se de práticas desleais de Pequim.

Pelas regras da investigação, se Pequim constatar que uma medida da UE é ilegal, as autoridades chinesas poderão conduzir negociações bilaterais, dar início a um procedimento multilateral de solução de controvérsias e adotar "outras medidas apropriadas". Em um documento separado, o ministério explicou que uma delas poderia ser "medidas retaliatórias".

A relação de Pequim com a UE chegou a pontos ainda mais baixos nos últimos meses, à medida que o bloco aproximou sua política para a China da dos EUA. Líderes americanos e europeus têm criticado Pequim durante por inundar seus mercados com uma onda de exportações de produtos baratos e soaram o alarme a respeito de fortalecer a segurança econômica enquanto as tensões crescem.

As exportações de carros elétricos da China estão no centro dessas tensões, pois a UE teme que a entrada dos VEs ponha em risco os empregos em seu setor automobilístico. Na semana passada, o bloco adotou tarifas provisórias de até 37,6% sobre algumas exportações de automóveis da China, depois que os EUA anunciaram uma nova tarifa de 100% sobre produtos chineses desse tipo. A China reagiu com investigações sobre bebidas destiladas francesas e carne suína da Espanha, e transmitiu ameaças não oficiais contra outros setores.

EUA taxam aço e alumínio chinês que entram pelo México

Josh Boak
Associated Press, de Washington

Os Estados Unidos anunciaram tarifas de 25% sobre o aço e de 10% para o alumínio produzidos na China que entram pelo México visando isenção de impostos, informou ontem a Casa Branca.

A medida visa impedir que empresas chinesas com base no México consigam burlar a taxação americana. EUA e México têm diversos acordos comerciais que diminuem e muitas vezes isentam a taxação de produtos comercializados entre os países.

Segundo a Casa Branca, o aço e o alumínio devem ser fundidos e moldados nos EUA, México e Canadá para serem isentos de tarifas. A medida é uma resposta à reclamação formal de fabricantes de aço dos EUA e outros setores.

Exportações de carros elétricos chineses caem pelo 3º mês

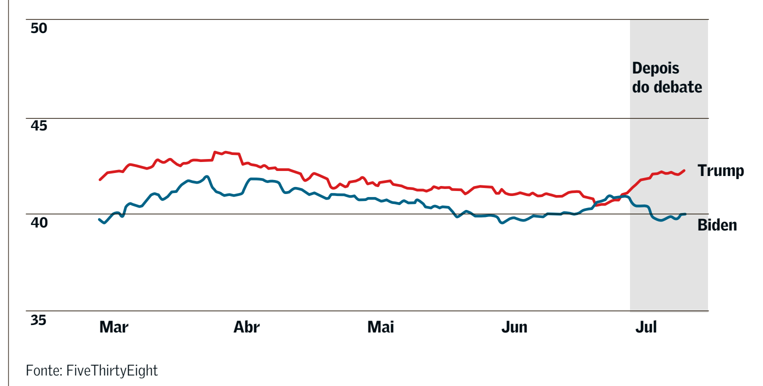
CK Tan
Nikkei, de Tóquio

As exportações chinesas de veículos elétricos (VEs) em junho caíram 13,2% em relação ao mês anterior, para 86 mil unidades, segundo dados divulgados ontem — em um sinal de que a resistência aos carros aumentou após o anúncio da elevação das barreiras comerciais da Europa.

É a terceira queda mensal seguida desde março, disse a Associação de Fabricantes Automotivas da China. Dados de junho mostraram um crescimento modesto de 0,7% nas exportações totais de automóveis em relação a maio.

Na comparação anual, houve alta de 26,9% nas exportações totais de veículos da China em junho, graças à demanda da Rússia e do México, segundo a associação.

Trump avança nas pesquisas após debate
Média nacional das pesquisas, em %



George Clooney e Nancy Pelosi elevam pressão para Biden desistir da reeleição

Owen Tucker-Smith
Dow Jones, de Washington

O ator George Clooney, um aliado próximo que o presidente Joe Biden tem em Hollywood, disse ontem que Biden deveria desistir de sua candidatura para dar aos democratas uma chance de derrotar Donald Trump. Ao mesmo tempo, a ex-presidente da Câmara dos Deputados Nancy Pelosi indicou que o destino político de Biden permanece uma questão em aberto, apesar de sua insistência em disputar a reeleição.

Os acontecimentos reforçam a contínua incerteza em torno de Biden, duas semanas depois de um debate desastroso que levantou preocupações sobre a sua idade — 81 anos — e capacidade de ser reeleito em novembro. Ele prometeu seguir na corrida e vem trabalhando para convencer os eleitores de que merece outro mandato. Amanhã, ele pretende dar uma entrevista coletiva e depois conceder uma entrevista à TV na segunda-feira, em meio às preocupações de que não está à altura do cargo.

"Cabe ao presidente decidir se vai concorrer", disse Pelosi à MSNBC, quando perguntada se apoia Biden como o candidato do Partido Democrata. "Estamos todos encorajando-o a tomar essa decisão, porque o tempo está se esgotando", disse ela, conclamando ao mesmo tempo colegas parlamentares a adiarem suas opiniões até depois das reuniões da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan, a aliança militar ocidental) desta semana. Quando lembrada de que Biden já tomou a decisão de continuar em campanha, Pelosi disse: "Quero que ele faça o que ele decidir fazer".

Clooney — que ajudou a organizar um grande evento de arrecadação de recursos de campanha para o presidente no mês passado, que contou com Biden e o ex-presidente Barack Obama – escreveu no "The New York Times" que Biden deveria abrir caminho para um candidato mais forte.

"É devastador dizer isso, mas o Joe Biden com quem estive há três semanas na arrecadação de fundos não era o Joe Biden de 2020. Ele era o mesmo homem que testemunhamos no debate."

Com seus comentários, Pelosi está se unindo a muitos democratas que, embora não tenham afirmado abertamente que Biden deveria desistir, disseram que ele deveria continuar pensando em sua decisão de permanecer na corrida.

"Eu disse a todos, 'vamos esperar'", afirmou Pelosi. "O que quer que você esteja pensando, fale reservadamente, não precisa colocar isso na mesa até que vejamos como as coisas se desenrolarão esta semana." Ela também elogiou o presidente, dizendo que ele "é querido e respeitado" pelos colegas democratas.

Pelosi, 84, trabalhou em estreita colaboração com Biden em projetos e lei importantes, como sua lei de infraestrutura e um pacote para o clima, atuando como presidente da Câmara dos Deputados, e tem sido uma grande apoiadora do presidente. Embora não esteja mais liderando o partido, ela continua sendo uma figura de destaque e influente.

O próximo grande teste em público para Biden será a entrevista coletiva de amanhã, encerrando dias de reuniões com líderes mundiais. Biden compareceu a uma reunião de líderes sindicais na sede do sindicato AFL-CIO na manhã de ontem. Ele brincou: "Tenho só 42 anos", antes de repetir algumas de suas falas frequentemente usadas sobre o trabalho e a economia. "A classe média construiu este país. Vocês construíram a classe média."

Os desafios para Biden continuarão, disse o senador democrata Peter Welch. "Haverá outro evento na semana que vem e vocês se concentrarão nisso", disse ele. "E o que isso sugere é que essas questões de idade e capacidade simplesmente não irão desaparecer."

Os democratas do Congresso discutiram a candidatura do presidente em reuniões a portas fechadas da bancada na terça-feira, e alguns membros continuam convencidos de que Biden não deveria continuar na disputa. Muitos parlamentares duvidam que ele conseguirá vencer e temem que ele possa prejudicar candidatos à Câmara e ao Senado. Duas fontes a par das discussões internas dos democratas na Câmara disseram acreditar que o número de pessoas pedindo a desistência de Biden vai aumentar em breve.

> "Estamos todos encorajando-o a tomar essa decisão, porque o tempo está se esgotando"
> *Nancy Pelosi*

Outros aliados disseram que continuam nutrindo preocupações com o presidente, mas não veem um caminho alternativo se Biden não desistir voluntariamente, uma vez que ele controla quase todos os delegados do partido graças à vitória esmagadora nas primárias do começo do ano. Se ele desistir, os democratas terão de se unir rapidamente em torno de um novo candidato, o que também é uma tarefa difícil.

Nenhum senador pediu a desistência de Biden, mas alguns expressaram incerteza. O senador Michael Benett disse a colegas na reunião da bancada que não acredita na vitória de Biden em novembro. À CNN, ele disse acreditar que Trump está no caminho para "talvez vencer com uma vitória esmagadora e levar consigo o Senado e a Câmara". Mas ele se recusou a dizer que Biden deveria desistir.

Biden falou aos líderes da Otan na noite de terça-feira, na cerimônia de abertura da reunião de cúpula. Foi a última de uma série de aparições públicas sob forte escrutínio do público, enquanto o presidente busca convencer os eleitores e os aliados de que consegue transmitir uma mensagem forte.

Porém, desde desastrosos debate Biden vem perdendo terreno em relação a Trump. Segundo a média das pesquisas nacionais compilado pelo site FiveThirtyEight, Trump está à frente de Biden por 2,1 pontos percentuais, revertendo uma pequena vantagem que Biden tinha até antes debate no fim de junho. Trump também tem vantagem nos Estados que decidirão as eleições em novembro.

Doadores democratas alertaram esta semana que o financiamento para o esforço eleitoral de novembro está "secando" devido à recusa Biden em se afastar, ameaçando minar o esforço do partido para derrotar Trump. Importantes doadores, de Wall Street a Hollywood, têm manifestado que pretendem abandonar a campanha democrata se Biden continuar.

INÊS 249

Valor ECONÔMICO

Indústria deve deixar para trás o marasmo e crescer bem no ano

O otimismo embala as previsões para a indústria em 2024, apesar de um início de ano de produção em queda. A expectativa de crescimento da indústria de transformação e do impacto positivo da queda dos juros na produção de bens cujas vendas dependem do crédito animam as projeções. Além disso, há as promessas dos programas de estímulos lançados pelo governo, como o Mover e a Nova Indústria Brasileira (NIB).

A produção industrial caiu 1,5% em janeiro e mais 0,3% em fevereiro, interrompendo sequência de cinco meses de crescimento, iniciada em agosto, segundo o IBGE. A principal causa foi o recuo do setor extrativo, que está devolvendo parte do que ganhou em 2023, quando avançou bastante. A atividade extrativa diminuiu 6,9% em janeiro e 0,9% em fevereiro, influenciando o recuo dos bens intermediários, de 2,7% e 1,2% em janeiro e fevereiro. Os produtos alimentícios também tiveram desempenho ruim, explicando em parte a queda dos bens de consumo semi e não duráveis, de 0,4% em janeiro, neutralizada pela alta de 0,4% de fevereiro.

Por outro lado, o setor de transformação, que representa 85% do total da produção industrial, tem ficado estável. Também é motivo do otimismo o aumento de 9,3% dos bens de capital em janeiro e de 1,8% em fevereiro; e dos bens de consumo duráveis de 1,5% e 3,6%, respectivamente. A produção de bens de capital está no azul pela primeira vez em quase dois anos.

A expectativa é de maior equilíbrio entre o setor extrativo e o de transformação do que houve em 2023, quando o primeiro cresceu 8% e o segundo caiu 1%. O setor extrativo deve se recuperar ao longo do ano dada a importância do petróleo bruto e dos minérios. O FGV Ibre, que prevê crescimento de 2,6% da indústria neste ano, espera expansão de 3,8% da indústria extrativa e de 2,3% da transformação.

O Banco Central reviu para cima sua projeção de desempenho da economia e um dos fatores que influenciou a mudança foi o comportamento da indústria. A indústria de transformação avançará 2,7%, ante a expectativa anterior de 1,7%. A extrativa recuará de 3% para 2%, compondo o resultado do setor industrial de expansão de 2,7% no ano. O PIB cresceu mais do que se esperava no primeiro trimestre, o que elevou a perspectiva para o consumo das famílias (que representa dois terços do indicador pelo lado da demanda) e da formação bruta de capital fixo (de 1,5% para 4,5%). Ambos puxam a produção industrial e o último, a de bens de capital, que já tem bom desempenho.

A produção industrial até maio confirma estas grandes linhas. No ano, a fabricação de bens de consumo cresceu 3,7% em relação aos cinco primeiros meses do ano anterior, e a de bens de capital, 4,1%. A produção de alimentos, nos 12 meses até maio, avançou 5,2%, refletindo o avanço real dos salários e do emprego. Já a fabricação de máquinas e aparelhos elétricos aumentou nada menos que 9,9%.

O aumento da produção de veículos, entre automóveis, caminhões e ônibus, que já foi de 6,5% em fevereiro sobre janeiro, é um dos pontos de estímulo da indústria em geral e dos bens de capital. Há previsão da expansão para os automóveis e principalmente dos ônibus e caminhões, cuja produção foi prejudicada em 2023 pela mudança de padrão de motores.

Na onda do programa Mover, o governo comemorou em fevereiro que os investimentos anunciados pelas montadoras somavam cerca de R$ 97 bilhões até 2032. Estimativas do **Valor** se aproximam de R$ 105 bilhões nesta década, levando em conta projetos que estão em fase final e que tinham sido iniciados anteriormente (**Valor** 7/3). Já a Anfavea fala em mais de R$ 117 bilhões, incluindo iniciativas da indústria de caminhões e ônibus e os programas de máquinas agrícolas.

Finalmente, há a expectativa do NIB, pacote de R$ 300 bilhões a serem aplicados até 2026. O BNDES entrará com a maior parte dos recursos, R$ 250 bilhões, para o apoio a projetos de "neoindustrialização". Os demais R$ 50 bilhões virão do caixa da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii).

Entre os projetos contemplados estão o desenvolvimento de motores elétricos para veículos, semicondutores para módulos de energia solar e a produção de hidrogênio a partir de biogás. Os recursos já liberados envolvem projetos voltados à inovação, produtividade, sustentabilidade e ampliação da capacidade exportadora, segundo informa o governo.

No que depender da expansão do crédito, não deve faltar recursos tanto para financiar a produção quanto as pessoas físicas. Em seu mais recente Relatório de Inflação, o Banco Central elevou a projeção para o crescimento nominal do saldo de crédito de 9,4% para 10,8% no ano. Boa parte da explicação para isso está nos programas de empréstimos criados para combater os efeitos da tragédia ocorrida no Rio Grande do Sul e financiar a reconstrução da infraestrutura, das moradias e o reerguimento das empresas do Estado. A revisão das expectativas para o consumo das famílias, que surpreendeu no primeiro trimestre, foi ainda maior: deverá aumentar de 10% para 11,5%. Maior expansão foi barrada pela interrupção da queda da taxa de juros em um patamar ainda restritivo.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
patrick.cruz@valor.com.br

Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)

João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep.
Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda
Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização
Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações
Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados
Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

CARBON FREE

O caminho é parar de desmatar, diversificar e se empenhar em reflorestar. Por **Arilson Favareto e Marina Piatto**

Solução para o clima exige transformação do sistema agroalimentar

Os sinais de que já estamos vivendo sob 1,5ºC de aquecimento global, ou perto disso, são incontestáveis. Chuvas torrenciais na desértica Dubai e na Arábia Saudita ainda estampavam as páginas dos jornais de maio quando uma tragédia se abateu sobre o sul do Brasil. Incêndios assolam agora a região Norte, o Pantanal e o Canadá. Termômetros marcam temperaturas mortais (para cima e para baixo) na África, na Ásia e na América do Norte; cheias e secas se intercalam na Europa; os oceanos estão cada vez mais quentes e as geleiras se liquefazem. As mudanças climáticas não são mais um fantasma a ser contido. Trata-se de realidade escancarada, que exige uma revolução urgente.

De todas as atividades humanas, a alimentação certamente é a mais básica, essencial e universal — ainda que preferências e hábitos sejam diversos ao redor do planeta. A nada trivial tarefa de garantir comida para mais de 8 bilhões de pessoas complica-se quando somada aos eventos climáticos extremos e às emissões de gases de efeito estufa próprias da atividade. No cenário de perdas e danos das catástrofes, essa combinação confere aos modos de produção e de consumo de alimentos lugar de destaque na corrida pela mitigação do aquecimento global e adaptação às suas consequências.

A conexão entre clima e sistemas agroalimentares precisa dar passos importantes na próxima Conferência do Clima, em novembro, no Azerbaijão. Já na COP de Dubai, em 2023, a pauta foi destaque da discussão de agricultura, com a assinatura, por 133 países, de uma Declaração sobre Agricultura Sustentável, Sistemas Alimentares Resilientes e Ação Climática. Os especialistas que se debruçam sobre o assunto sabem que ainda é necessário gerar dados, sistematizar conhecimentos hoje dispersos, identificar convergências entre os diferentes atores e superar polarizações infrutíferas.

O desafio é traçar — e pactuar — um mapa de transição que garanta sistemas agroalimentares justos e sustentáveis. Uma mudança dessa dimensão tem que ser abrangente — vai da produção no campo ao consumo, passando por armazenagem, transporte e processamento. Envolve governos, produtores, academia, ONGs e população.

O Brasil, na atual qualidade de maior exportador de sete commodities agropecuárias (soja, milho, açúcar, café, suco de laranja, carne bovina e frango), precisa assumir um papel de liderança nessa arena. Dados divulgados em março pelo Banco BTG Pactual revelam que a produção nacional é capaz de suprir 900 milhões de pessoas — 11% da população global e 4,5 vezes a local.

Os próximos anos serão fundamentais para esse debate e especialmente favoráveis ao protagonismo brasileiro. Primeiro, porque em 2025 acontecerá um balanço dos dez anos do Acordo de Paris — e ele não será positivo nem em relação às metas climáticas traçadas, nem à realidade dos termômetros. Os países deverão indicar (e cumprir) compromissos mais ambiciosos, que, na prática, só decolam se forem acompanhados dos meios para sua implementação. Será preciso influenciar as agendas dos tomadores de decisão ao redor do mundo, e o Brasil vive uma conjunção favorável para desempenhar esse papel: está agora à frente do G20, assumirá a coordenação dos Brics em 2025 e, no mesmo ano, sediará a COP30, cujos temas em destaque serão adaptação e transição justa.


RAPHAEL ALVES/AGÊNCIA O GLOBO

Há uma ampla gama de iniciativas, experimentações e práticas visando adaptação e transição nos sistemas agroalimentares — prova de que a agenda climática vem se impondo ao setor. Paradoxalmente, os vetores de degradação ambiental também se intensificaram, com desmatamento, perda de biodiversidade e uma escalada global de problemas de saúde relacionados aos padrões de produção e consumo alimentar. E mais: nem todas as formas de transição em experimentação contemplam a ideia de justiça social e podem implicar maior concentração e exclusão.

Um fato novo é o reconhecimento de que os sistemas agroalimentares atuais têm se mostrado insustentáveis mesmo do ponto de vista estritamente financeiro. Um estudo da FAO de 2023 aponta prejuízos de US$ 3,8 trilhões com perdas de produção devidas a eventos climáticos nas últimas três décadas. E um relatório lançado em março por um dos principais cientistas globais do Clima, Johan Rockstrom, do Instituto Potsdam de Pesquisas sobre o Impacto Climático, mostra que, se forem contabilizados todos os efeitos negativos derivados do padrão de produção e consumo dos sistemas agroalimentares convencionais, esses custos já excedem o valor de tudo aquilo que é produzido. Ou seja, promover algum tipo de transição não é só uma questão de racionalidade ambiental, mas também de racionalidade econômica.

No que toca à produção, as experiências acumuladas pela agropecuária regenerativa apontam para um conjunto de práticas que contribuem para diminuição de emissões e aumento da resiliência. Essencialmente, o caminho é parar de desmatar, diversificar e se empenhar em reflorestar APPs e reservas legais. A tragédia recente no Rio Grande do Sul ensinou mais uma vez que as áreas florestadas formam faixas de proteção. Nas cheias, contêm a água excedente e, nas secas, devolvem essa água para os rios. Além disso, evitam assoreamento, favorecem a infiltração hídrica, contribuem para a manutenção ecossistêmica e estocam carbono.

Um segundo bloco de ações está ligado a práticas que preservam o solo. A regra é mantê-lo vegetado para evitar que se degrade, pois esse processo também libera carbono. Uma terceira frente é a das práticas produtivas, privilegiando sistemas diversificados, que revertam a monotonia alimentar contemporânea. O aumento de eficiência produtiva, a manutenção da fertilidade das pastagens, a plena cobertura do solo, o uso de leguminosas para fixação de nitrogênio e o plantio direto são outras práticas agropecuárias consagradas.

A transformação depende da diversidade (de atores e de práticas), bem como da coordenação (de políticas e esforços públicos e privados) para pactuar soluções que aliem iniciativas de produção e modelos de negócios a baixas emissões e segurança alimentar, sem acentuar desigualdades.

Arilson Favareto é coordenador do Cebrap Sustentabilidade.
Marina Piatto é diretora-executiva do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora), fundadores da iniciativa ThinkFood&Climate, lançada em conjunto com a Cátedra Josué de Castro, da Universidade de São Paulo.

Transição verde e justa para quem?

Jorge Arbache



O conceito de "Transição Verde e Justa" desenvolvido pela ONU mira uma abordagem holística para enfrentar as mudanças climáticas e a degradação ambiental e garantir justiça social e equidade. O conceito integra considerações de sustentabilidade ambiental e socioeconômica, enfatizando que a transição para uma economia de baixo carbono não deveria ocorrer às custas de grupos vulneráveis e nem "deixar ninguém para trás".

O conceito inclui, dentre outros, aspectos como a sustentabilidade ambiental, que foca na redução das emissões de gases de efeito estufa, promoção de energias renováveis, conservação da biodiversidade e proteção de ecossistemas. Um outro aspecto é o da justiça social, que visa garantir que os benefícios e os encargos da transição sejam distribuídos de maneira justa. Um terceiro aspecto trata da resiliência econômica e enfatiza a construção de uma economia que possa resistir a choques ambientais e econômicos e o investimento em tecnologias verdes, infraestrutura sustentável e desenvolvimento de habilidades para apoiar novos empregos e indústrias verdes.

Isto tudo soa bem, mas, afinal, o que seria "não deixar ninguém para trás"? Embora atrativo e útil para ajudar a angariar apoio amplo para a agenda verde, o conceito pode gerar controvérsias. Isto porque cada país tem seus próprios interesses e está exposto a cada um dos aspectos acima com maior ou menor intensidade.

Considere o caso dos Estados Unidos. Ali, o conceito costuma ser evocado para tratar de empregos em risco em setores de combustíveis fósseis e/ou carbono-intensivos afetados por mudanças regulatórias de descarbonização. Essas mudanças ajudariam a explicar o repúdio de comunidades contra aquelas medidas e até o uso político do tema por setores conservadores.

Já no caso de países mais pobres e expostos às mudanças climáticas, o conceito costuma ser focado nas imensas necessidades emergenciais de investimentos em adaptação e em socorro às comunidades mais vulneráveis a desastres naturais extremos, em especial os que afetam a segurança alimentar e levam a conflitos e migrações forçadas — pense no que já passa em vários países da África Subsaariana.

Mas haveria, ainda, ao menos mais um grupo de países para os quais a transição verde e justa teria conotação específica. Pense no caso de economias da América Latina e Caribe (ALC) que, embora também necessitadas de investimentos em adaptação, podem se dar ao luxo de enfrentar os desafios climáticos pelo caminho dos negócios.

Considere os casos do Brasil, Costa Rica, Paraguai, Uruguai, dentre outros que já têm matrizes elétricas majoritariamente renováveis e em condições operacionais competitivas. Essas características qualificam a região a participar de cadeias globais de valor a partir do powershoring, a estratégia corporativa de localização de plantas manufatureiras e/ou cadeias produtivas intensivas em energia em zonas que oferecem energia verde, segura, barata e abundante. Coincidência ou não, a energia renovável se concentra nas regiões mais deprimidas daqueles países. Ao encorajar novos negócios, o powershoring poderia ter importantes impactos socioeconômicos e ambientais, ao tempo em que ajudaria as empresas a alcançarem a resiliência, o compliance e as condições operacionais que necessitam.

A modo de ilustração, considere o caso do Brasil e, ali, pense na região Nordeste. A região já goza de elevada oferta de energia renovável e tem fator de capacidade de muito acima da média mundial. Em algumas localidades, há até geração de energia verde não intermitente com a combinação de muito sol de dia e ventos favoráveis à noite. A região tem ampla rede de transmissão e mais de 100 GW de energia verde já outorgada. O Nordeste também já dispõe de excelentes portos e, atados a eles, zonas industriais. E a região conta com amplo apoio de líderes políticos locais em favor da conversão daquelas vantagens comparativas em ferramentas de combate à pobreza. Pudera, a pobreza na região atinge 47,4% da população e responde por quase a metade de toda a pobreza do país.

E pense no caso do Rio Grande do Sul, Estado que foi recentemente devastado por enchentes sem precedentes. Com condições excepcionais de produção de energia eólica e disponibilidade de porto e zona industrial, o powershoring poderia ser importante aliado da recuperação econômica e social do Estado.

Definir uma agenda que não deixe ninguém para trás será um dos grandes desafios para os líderes globais nos próximos anos

A lógica microeconômica do powershoring poderia ser emprestada para minerais críticos para a transição energética. Muitas das principais províncias em nível global daqueles minerais estão em zonas de alta incidência de pobreza no Brasil, como o Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais e partes dos Estados do Amazonas e Pará, para citar alguns. A industrialização daqueles minerais poderia ter repercussões socioeconômicas sem precedentes e algo similar se observa em outros países da região. O powershoring seria, portanto, um meio, e não um fim em si mesmo e um canal fundamental para a promoção da transição verde e justa.

Políticas não coordenadas para promover a transição verde e justa podem ser um problema. De fato, pleitos e políticas públicas vindos de países com distintos contextos, poder econômico e influência política poderiam levar a situações complexas e até contraditórias. A modo de exemplo, pense no Inflation Reduction Act, dos Estados Unidos, ou no EU New Green Deal e outras medidas da União Europeia, que se propõem a gerar empregos verdes com pesados subsídios, protecionismo e discriminação, mas com efeitos colaterais em termos de desvio de comércio e de investimento de países de powershoring e diminuição de recursos de fundos globais para adaptação em países pobres.

Na mesma toada estão contratos que levam países de powershoring a direcionar a valiosa energia verde que têm para produzir e exportar hidrogênio verde para países ricos e/ou a direcioná-la para datacenters, ao invés de priorizá-la como instrumento de atração de cadeias de valor que, estes sim, podem gerar prosperidade com equidade. Trata-se de um tema de ação coletiva, falhas de política e falhas de mercado com substanciais consequências distributivas, sociais e políticas.

Definir uma agenda de transição verde e justa que não deixe ninguém para trás será um dos grandes desafios que os líderes globais terão que enfrentar nos próximos anos se quiserem promover uma transição genuinamente ampla, pacífica e sustentável.

Jorge Arbache é professor de economia da Universidade de Brasília. Foi vice-presidente de Setor Privado do CAF, secretário de Assuntos Internacionais e economista-chefe do Ministério do Planejamento, e economista sênior do Banco Mundial. Escreve mensalmente às quintas-feiras.

Nova tecnologia deve ampliar desigualdade dentro dos países e entre eles. Por **Dambisa Moyo**

Aonde o superciclo da IA levará?

O ritmo atual dos avanços na inteligência artificial generativa torna difícil prever como a tecnologia afetará a economia, os negócios e a sociedade. No entanto, já parece claro que as novas aplicações da IA produzirão um grupo restrito de vencedores e levarão a uma força de trabalho menor, confrontando os governos com grandes desafios de política.

Consideremos como a IA afetará os três principais componentes do crescimento: o capital, o trabalho e a produtividade. Em termos de capital, o volume maciço de investimentos exigidos para alimentar as inovações em IA assegura que haverá um conjunto menor e mais concentrado de vencedores. As grandes empresas de tecnologia com monopólios em seus respectivos mercados são as únicas que podem arcar com os custos enormes associados ao desenvolvimento, treinamento e alimentação dos modelos de linguagem ampla (LLM, na sigla em inglês).

A maior parte desses custos envolve a operação de unidades de processamento gráfico de ponta e a alimentação e resfriamento de centros de dados enormes. Sam Mugel, diretor de tecnologia da Multiverse, estima que treinar a nova geração de LLMs em breve custará pelo menos US$ 1 bilhão. Somente em 2023, as Sete Magníficas — as maiores empresas de tecnologia dos EUA — alocaram um combinado de US$ 370 bilhões para pesquisa e desenvolvimento. Isso é mais ou menos igual ao orçamento total de pesquisa e desenvolvimento da União Europeia (contando as empresas e o setor público).

No que diz respeito ao trabalho, ainda é muito cedo para antecipar os vencedores e os perdedores, ou como os ganhos e perdas associados à IA serão distribuídos pela economia. Embora um relatório de 2023 do Goldman Sachs tenha estimado que a IA poderá "expor o equivalente a 300 milhões de empregos de período integral à automação", um estudo do Fórum Econômico Mundial com 803 empresas aponta para uma perda líquida muito menor, graças à criação de empregos relacionados aos investimentos na transição verde e na adaptação às mudanças climáticas.



Somente em 2023, as Sete Magníficas, as maiores empresas de tecnologia dos EUA, alocaram US$ 370 bi para pesquisa e desenvolvimento. Isso é mais ou menos igual ao orçamento total de P&D da União Europeia, contando empresas e setor público

Em todo caso, muitos temem que a IA venha a contribuir para desemprego estrutural de longo prazo, criando uma classe de desempregados que incluirá trabalhadores qualificados e não qualificados. Mas embora as projeções acima forneçam uma base do que poderá acontecer, há uma ampla margem para aperfeiçoar nosso pensamento sobre a questão. Afinal, a escala do problema vai depender de quais empregos serão perdidos nos diferentes pontos da escala de valor da IA.

Ainda não vimos o que significarão as perdas de empregos em um elo da cadeia em outras áreas do setor de tecnologia, quanto mais na economia como um todo. O impacto sobre os empregos poderá variar muito à medida que passamos de fabricantes de chips, infraestruturas de IA e aplicações de IA para setores como os de saúde, educação e telecomunicações – todos eles preparados para se beneficiar das inovações da IA. Na base da tecnologia, já existe um enorme crescimento e criação de empregos, à medida que fabricantes (como a Nvidia) constroem unidades de produção e investem na capacidade de produção que impulsionará a revolução da IA.

Não está tão claro quantos empregos serão criados ou perdidos em outros lugares, porque ninguém pode prever todas as formas como uma nova tecnologia será usada, ou quais as repercussões que ela poderá ter. Os primeiros indícios do impacto da IA sobre os ganhos de eficiência e produtividade no longo prazo são encorajadores — pelo menos para aqueles trabalhadores que ainda terão emprego. Por exemplo, um estudo de 2023 com 5.000 trabalhadores, feito por Erik Brynjolfsson, Danielle Li, e Lindsey R. Raymond constatou que as ferramentas de IA estimularam a produtividade do trabalhador em 14% em média, e em 34% para os trabalhadores novos e pouco qualificados.

Os avanços tecnológicos têm um longo histórico de melhoria da conectividade global no comércio e nas telecomunicações, expandindo o acesso a bens públicos como os cuidados com a saúde e a educação, promovendo a inovação, melhorando os padrões de vida e em última análise, alimentando o crescimento econômico amplo. Não há razão para pensar que a IA não fará o mesmo.

Além disso, a IA deverá se difundir por toda a economia mais rapidamente do que as tecnologias anteriores, o que significa que os ganhos de produtividade e eficiência relacionados à IA poderão acontecer mais cedo, e não mais tarde. As tecnologias anteriores de uso geral exigiam grandes gastos para construir a infraestrutura necessária. Demorou mais de 40 anos para que a eletricidade se tornasse amplamente acessível na primeira metade do século XX, e levou cerca de uma década para os smartphones superarem a taxa de 90% de adoção nos anos 2010. A IA, por outro lado, pode ser implementada por meio das plataformas e dispositivos digitais existentes.

O resultado é que o superciclo da IA deverá gerar ganhos de produtividade e um crescimento econômico mais vigoroso — na faixa dos US$ 16 trilhões globais até 2030, segundo previsão da PwC. Mas esses ganhos reverterão em grande parte para os donos do capital e menos para a força de trabalho potencialmente em contração. Numa era de crescimento que exige menos mão de obra, muitas empresas e setores adaptarão seus modelos de negócios — mais especificamente, aumentando a relação entre capital e emprego —, e governos precisarão reavaliar políticas fiscais e de bem-estar social.

Se ganhos econômicos maiores estiverem fluindo para os donos do capital, os impostos terão de ser alterados em conformidade. Por exemplo, poderá ser necessária uma taxa de impostos sobre as empresas muito maior, para capturar os lucros excedentes gerados pela automação e a força de trabalho menor. Em relação ao bem-estar social, a ameaça do aumento do desemprego estrutural representada pela IA vai revigorar os debates sobre propostas até agora radicais, como a renda básica universal.

Precisamos refletir sobre o efeito da IA sobre a desigualdade tanto dentro dos países — entre o capital e o trabalho —, como entre os países. Um fosso cada vez maior entre os líderes tecnológicos, como os EUA e a China, e o resto do mundo — especialmente as economias mais pobres — é um mau presságio para um cenário político já tenso. *(Tradução de Mário Zamarian)*

Dambisa Moyo, economista, é autora de quatro livros best-sellers do "The New York Times", incluindo "Edge of Chaos: Why Democracy Is Failing to Deliver Economic Growth – and How to Fix It". Copyright: Project Syndicate, 2024. **www.project-syndicate.org**

Frase do dia

"A avaliação dos ativos é complexa, muitos deles são uma caixa preta. A União pode ser politicamente induzida a engolir vários micos".

De Marcos Mendes, do Insper, sobre proposta para dívidas estaduais

Cartas de Leitores

Dívidas dos Estados

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, é um autêntico político mineiro. Com sua proposta para as dívidas dos Estados com a União agrada os governadores com ações subjetivas que podem até zerar as taxas de juros que corrigem as dívidas, e agrada a União, cujo governo é estatizante, com a possibilidade de receber estatais estaduais como parte de pagamento das dívidas.

Vital Romaneli Penha
vitalromaneli@gmail.com

Plano Real

A abordagem do Plano Real do artigo "Real foi um plano genial, mas não perfeito", de Pedro Cafardo (**Valor**, 9 de julho) é sucinta, mas completa. Vivenciei aqueles anos pré e pós plano. Inflação galopante (termo típico da época), engraçado que não se dá ênfase aos 80% ao mês da era de José Sarney.

O Plano foi excelente, se tivéssemos que fazê-lo novamente, talvez menos neoliberalismo e mais desenvolvimentismo. Poderia ser perfeito.

Rafael Brandão
rafaelzbrandao@gmail.com

Eleições na França

Os radicais perderam na França Foi um alívio para os sensatos e democráticos franceses, que se assustaram quando o presidente Emmanuel Macron antecipou as eleições legislativas, calculando que já no primeiro turno os eleitores iriam recusar eleger um número de cadeiras que possibilitasse entregar o governo para o grupo da radical ou extremista de Marine Le Pen.

E foi um susto o resultado do primeiro turno no qual tudo indicava que no segundo o grupo de Le Pen, Reagrupamento Nacional (RN), poderia eleger a maioria absoluta de 289 cadeiras no Parlamento. Mas foi vitoriosa a estratégia adotada pelo bloco da esquerda Nova Frente Popular (NFP), que acabou obtendo 182 assentos, e a Aliança de Centro, do presidente Emmanuel Macron, outras 168 cadeiras.

Resta agora um bom acordo entre a esquerda e a Aliança de Centro de Macron, para montar um governo que atenda aos clamores do povo francês.

E enquanto o mundo se livra de mais um grupo radical, quiçá também os eleitores americanos em novembro próximo também derrotem nas urnas o destemperado e perigoso Donald Trump.

Paulo Panossian
paulopanossian@hotmail.com

Correção

A entrevista publicada na edição de quarta-feira (10), na página A18, com a presidente do Banco do Brasil, Tarciana de Medeiros, contém uma informação incorreta sobre os índices de inadimplência da pessoa jurídica na instituição. A resposta correta da presidente do BB é: "Antes da pandemia, ela estava em torno de 3,2%. Acredito que qualquer variação em torno de 3,5% é normal. Não é nada que nos cause

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

INÊS 249

Especial

Venezuela Ex-embaixador Edmundo González, de 74 anos, deixou vida de quase anônimo para desafiar regime chavista e lidera pesquisas para eleição de 28 de julho

Aposentado que nunca disputou uma eleição vira ameaça a poder de Maduro

Kejal Vyas
Dow Jones

Até poucos meses atrás, a vida de aposentado de Edmundo González consistia de conferências acadêmicas, visitas a velhos amigos e brincar com os netos em seu apartamento em Caracas. Poucos na Venezuela o conheciam.

Agora, esse homem de 74 anos e fala mansa é o candidato da oposição nas eleições presidenciais do dia 28 — que analistas afirmam que poderá ser a última esperança para a democracia em um país governado há 11 anos pelo homem-forte que ele está desafiando, o presidente Nicolás Maduro.

González nunca concorreu a um cargo público, mas as pesquisas dão ao ex-diplomata de carreira uma enorme vantagem de 20 pontos sobre Maduro, que busca um terceiro mandato de seis anos. As mesmas pesquisas mostram que Maduro — herdeiro político do popular ex-presidente Hugo Chávez — é muito criticado por levar essa nação rica em petróleo à ruína e levar um quarto da população — cerca de 8 milhões de pessoas — a deixar o país.

"Eu nunca tinha feito política partidária, nem participado de eleições populares antes", disse González ao "Wall Street Journal. "Isso tudo é novidade para mim."

A oposição da Venezuela, normalmente dividida, uniu-se em torno de González como uma terceira escolha depois que María Corina Machado, a carismática política pró-negócios que obteve 90% dos votos em uma primária no ano passado, foi proibida pelo regime de concorrer. O mesmo ocorreu com a substituta escolhida por ela.

O governo nunca explicou por que deixou González concorrer. Seu rosto agora aparece na cédula eleitoral como o candidato de três partidos da oposição, espremido entre 13 opções, com imagens de Maduro e de outros candidatos com pouco apoio.

Mas a liderança de González nas pesquisas pode não ser suficiente para se apostar em uma possível vitória, pois o voto na Venezuela não é livre nem democrático, dizem diplomatas ocidentais e grupos defensores dos direitos humanos. O governo Maduro é acusado de prender arbitrariamente dissidentes, fraudar eleições e coagir eleitores desesperados com distribuição de alimentos.

Só 1% dos 4,5 milhões de venezuelanos em idade de votar e exilados no exterior, que perfaz quase 25% do eleitorado nacional, poderá votar, segundo um relatório do AlertaVenezuela, um grupo da sociedade civil. A União Europeia, que deveria liderar a maior equipe de observação eleitoral, foi desconvidada por Caracas até que o bloco derrube todas as sanções contra o governo Maduro. Equipes de monitoramento menores da ONU e do Carter Center dos EUA, serão permitidas. Maduro controla o Conselho Nacional Eleitoral, os tribunais e os quartéis.

Ainda assim, cerca de dois terços dos eleitores pretendem ir às urnas, segundo uma pesquisa recente da ClearPath Strategies e da Consultores 21, que mostra González e Maduro com um apoio de 56% e 35%, respectivamente.

"Caminhamos para uma situação sem precedentes em que esperamos uma grande participação, apesar de um governo que estabeleceu uma das piores condições para eleições", diz Guillermo Bolinaga, um venezuelano da consultoria de risco político Oportunitas Advisors da Flórida.

Acordos descumpridos. As eleições ocorrem depois dos esforços dos EUA e seus aliados europeus para convencer Maduro a realizar um pleito justo em troca de um alivio em algumas das sanções econômicas impostas por Washington a Caracas. O governo de Maduro firmou um acordo em Barbados em outubro, com a oposição apoiada pelos EUA, comprometendo-se a realizar uma eleição democrática. Mas depois ele rompeu o acordo, queixando-se que os EUA não ajudaram a Venezuela a recuperar o acesso a contas internacionais congeladas.

"Sabemos que a mudança democrática não será fácil e exigirá um compromisso sério", disse uma porta-voz do Conselho de Segurança Nacional da Casa Branca, que liderou as negociações com os enviados de Maduro.

Como parte da campanha eleitoral, autoridades do regime aparecem diariamente na TV e no rádio estatais para garantir à população que Maduro vencerá. Seus próprios números de pesquisas dão a ele uma liderança confortável, afirmam essas autoridades. Enquanto isso, nas redes sociais, Maduro aparece calmo em vídeos cuidadosamente editados que o mostram passeando em dunas de areia e dançando salsa com a esposa.

Nos discursos, Maduro diz que é o único que pode manter a ordem. Ele culpa as sanções dos EUA pelos problemas da Venezuela e critica a oposição por apoiá-las. A crise econômica fez o partido socialista de Maduro perder a maioria que ele tinha nas áreas rurais e bairros pobres urbanos. Mas ele ainda conta com os votos dos lealistas, alguns motivados por esmolas do governo e outros por uma convicção de que seu movimento esquerdista só conseguirá alcançar seus objetivos se permanecer no poder a qualquer custo, afirmou o International Crisis Group em um relatório.

"Vamos deixar aquele velho decrépito, que representa o capitalismo selvagem, chegar ao poder?", perguntou Maduro a apoiadores em um comício no fim de semana, onde ele chamou seus adversários de fascistas que estão tentando começar uma guerra civil. Seus apoiadores responderam: "não".

Nos últimos dias, assessores de Maduro aplaudiram funcionários da companhia aérea estatal por insultarem González enquanto ele pegava um voo e depois postaram vídeos do incidente nas redes sociais.

Num esforço para apresentar uma imagem mais suave, Maduro está fazendo campanha como cristão. Em abril, ele convidou um pastor evangélico do Quênia para realizar cultos apresentando supostas curas milagrosas, transmitidos em rede nacional. Em um outro serviço religioso recente, Maduro pediu perdão a Deus pelos pecados que ele e seus auxiliares cometeram.

"Como presidente da República, entrego esta nação para Cristo", disse o líder corpulento e bigodudo no palácio presidencial com um grupo de pastores cristãos.

Os problemas da cúpula do regime chavista poderão dificultar a saída de Maduro, afirmam analistas políticos. Ele e seu círculo mais próximo enfrentam investigações criminais internacionais por corrupção e abusos de direitos, que incluem as acusações dos EUA de narcoterrorismo. O Tribunal Penal Internacional de Haia está investigando supostos crimes contra a humanidade, como tortura e assassinato de adversários políticos.

> "O custo de abrir mão do poder é a sua própria vida. Esse é o risco para aquela máfia toda"
> *Andrés Izarra*

"O custo político de abrir mão do poder é a sua própria vida", disse Andrés Izarra, uma ex-autoridade do governo que rompeu com Maduro e encontra-se no exílio na Alemanha. "Não se trata de um exagero, esse é o risco para aquela máfia toda."

Rafael Guzmán, um ex-parlamentar e assessor de um grande partido de oposição, disse que os adversários de Maduro precisarão oferecer garantias confiáveis de segurança e uma possível anistia a algumas autoridades do regime para fazê-los desistir do poder. "Se não houver negociações, não haverá transição", afirmou Guzmán.

Na entrevista ao "WSJ", González não quis discutir uma anistia ou acusações criminais internacionais contra Maduro. Mas ele disse que sua campanha promove a reconciliação nacional. "Poderemos ter uma situação em que a magnitude da nossa vitória será tão grande que o governo compreenderá que temos uma nova realidade no país", disse González.

O próximo mandato presidencial começa em janeiro, cinco meses depois das eleições. "Teremos que sentar com eles e ver como o governo vai responder", afirmou.

'Casamento de conveniência'. David Smilde, professor da Universidade Tulane, que monitora a política venezuelana, diz que as declarações ponderadas de González e sua imagem amigável são uma mudança em relação à linha-dura da oposição do passado, na medida em que ele tenta acalmar membros do regime que temem represálias se perderem o poder.

"A chave para entender Edmundo é que sua candidatura não foi intencional. É um casamento de conveniência", diz Smilde. "Ela não foi parte de uma estratégia consciente e na verdade vem funcionando precisamente de uma forma tipo 'policial bom, policial ruim', o que acho bastante positivo."

González diz que pretende conduzir o país numa direção radicalmente diferente, restaurando as instituições estatais e reconquistando a confiança dos investidores para impulsionar a economia do país, incluindo o vital setor do petróleo. A criação de empregos, diz ele, é fundamental para conter a saída de venezuelanos e trazer de volta alguns que partiram durante o governo de Maduro.

Embaixador na Argélia e depois na Argentina, González deixou o governo em 2002, quando o antecessor e mentor de Maduro, Hugo Chávez, governava. Desde então, ele trabalhou em centros de estudos especializados em política externa, com um curto período, há uma década, como elemento de ligação internacional da oposição.

González, frequentemente visto de paletó e gravata em um país onde os políticos normalmente preferem agasalhos, vem mantendo em grande parte uma atitude diplomática desde que passou a ser o centro das atenções.

Campanha 'terceirizada' Ele não insulta diretamente figuras do regime. Refere-se a Maduro como presidente, o que é uma grande mudança em relação a líderes da oposição convencionais que o classificam de ilegítimo por supostamente ter fraudado sua reeleição em 2018.

E González não tem feito muita campanha. Na verdade, é María Machado que se encontra em uma peregrinação vertiginosa, viajando para vilarejos remotos e cidades em ruínas que não têm energia e água corrente, para conclamar os eleitores a apoiarem González.

"Vamos decretar o fim do socialismo. Nunca mais", disse recentemente Machado em um comício no oeste da Venezuela. Como um dos inimigos mais ardentes do regime, Machado há muito defende a derrubada do sistema socialista com a privatização de estatais e a eliminação de um sistema de previdência social fossilizado.

O serviço de inteligência do governo sempre acompanha sua caravana de campanha, parando carros em postos de controle, aplicando multas a vendedores ambulantes que servem comida aos ativistas e fechando hotéis onde estes ficam hospedados. Quase 50 ativistas e organizadores de campanha que trabalham com Machado ou González foram presos nos últimos meses, segundo a Access to Justice, uma organização de Caracas sem fins lucrativos que monitora os abusos no sistema jurídico.

Entre os detidos está Luis López, um professor aposentado e jornalista de 64 anos que foi preso pela polícia em junho numa praça, enquanto ensinava possíveis eleitores a votar, segundo parentes.

Sua família pôde visitá-lo pela primeira vez no dia 3, segundo sua irmã Betty López, mas eles ainda não sabem claramente do que ele é acusado de ter feito. A acusação contra ele é "incitação ao ódio", que os grupos de defesa dos direitos civis afirmam ser usada para reprimir a dissidência e é punível com 20 anos de prisão.

"É ultrajante. Meu irmão não fez nada de errado. Ele estava apenas informando as pessoas", disse López, que luta para cuidar da mãe de 98 anos sem a ajuda do irmão.

Ela disse esperar uma mudança nas eleições, mas a prisão de seu irmão a deixou em dúvida. "Estou depositando minha confiança e fé em Deus. Ele é o único que pode resolver essa bagunça agora." *(Tradução de Mario Zamarian)*



ARIANA CUBILLOS/AP
González (à dir.), durante comício em Barinas com a líder da oposição, María Corina Machado: candidato adota tom conciliador com políticos chavistas

Energia Copel vende controle da Compagas para a Compass por R$ 906 milhões, mais dívida B3

Veículos
Carro importado permite ter acesso a novas tecnologias, defende Godoy, da Abeifa B4



Varejo
Pernambucanas avança em acordo para encerrar disputa entre sócios B5

Consumo
Samsung embarca IA em celular para enfrentar os chineses B8

Digital Plano foi afetado por mudanças no contrato da plataforma chinesa e crise do grupo nacional

Acordo entre Shein e grupo Coteminas, celebrado no Planalto, não sai do papel

Adriana Mattos
De São Paulo



RICARDO STUCKERT

O empresário Josué Gomes (à esq.) foi a Brasília em junho de 2023 para anunciar o projeto ao lado de Bezerra, Lula e do executivo Claure (à dir.), da Shein

O acordo de produção entre a chinesa Shein e a Coteminas, no Rio Grande do Norte (RN), não saiu do papel como o planejado. Anunciado há um ano pelo governo federal e pelas companhias como um projeto que poderia gerar "mais oportunidade e renda" para o Estado, as conversas com as fabricantes têxteis locais, apontadas como primeiras parceiras, pararam entre setembro e outubro.

Empresas ouvidas pelo **Valor** relatam que o acordo foi afetado por mudanças no contrato da Shein, após o anúncio do plano, em Brasília, e a piora da crise financeira da Coteminas, que já vinha antes da apresentação do projeto. Segundo memorando assinado entre as companhias em junho de 2023, duas mil confecções que são clientes do grupo de Josué Gomes passariam a ser fornecedoras da Shein para atender o Brasil e a América Latina.

"Isso [o acordo] nem começou. Estamos na mesma situação em que estávamos", diz Ronaldo Lacerda, sócio-diretor da Cabugi Confecções, de Tangará (RN), localizada no semiárido nordestino.

"Mandamos as amostras para as empresas, elas até foram aprovadas na China, tínhamos uma expectativa, mas em outubro nos falaram que os custos para produção no Estado eram altos e não valia a pena ir adiante", afirma.

A Cabugi era uma das fabricantes que integravam o projeto, que significava "mais cidadania e mais oportunidades de emprego para as diversas regiões do Estado", dizia a governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra (PT), em postagens nas redes sociais, ao celebrar o anúncio, em fotos ao lado do presidente Lula, em 2023.

Influenciadores e políticos do PT reproduziram as mensagens e mencionaram, inclusive, a criação de uma fábrica da Shein no país. Ainda estiveram no encontro com Josué Gomes, presidente da Coteminas, e Marcelo Claure, principal executivo da Shein na América Latina. Gomes é filho de José Alencar, vice-presidente da República na chapa de Lula entre 2003 e 2010.

Procurada, a Coteminas diz que etapas do plano não foram concluídas, mas ainda buscará retomar o projeto. A secretaria de desenvolvimento econômico do Estado também confirma que o plano não evoluiu, mas trabalha para que volte a ganhar força. A governadora e a Presidência da República não se manifestaram. A Shein não se manifestou sobre o assunto.

A Cabugi Confecções fechou um acordo inicial, em meados de 2023, com a Coteminas, que fazia a ponte junto à Shein. O último contato com a empresa se deu em outubro, quando o retorno da empresa foi negativo.

Um ano atrás, Lacerda disse, em entrevista, que acreditava que a Shein poderia ser a "tábua de salvação" do negócio, considerando a alta ociosidade fabril do setor. "Hoje, a venda para a Guararapes é que nos tem ajudado", diz. A Guararapes é dona da Riachuelo, do empresário Flávio Rocha, um dos nomes do varejo nacional contrários à isenção de impostos de importação concedida às plataformas estrangeiras, como Shein e AliExpress, entre 2023 e julho de 2024, nos envios de até US$ 50.

Em outra fabricante local, a Zaja Confecções, sediada em Cerro Corá (RN), também no grupo dos primeiros participantes do projeto, houve conversas com a Coteminas, e diretamente com a Shein, mas a plataforma teria mudado as condições comerciais, e isso inviabilizou o negócio, dizem as empresas.

A Nobre Confecções, de Jardim Seridó (RN), também relata alterações no modelo de compra da Shein após início das tratativas. Janúncio de Azevedo, diretor da empresa, acionou de forma direta a plataforma.

"Chegamos a fornecer alguma coisa no ano passado, e então parou. Até queremos retomar, mas quando estávamos começando, eles nos ligaram mudando o "deadline" de entrega de 60 dias para 30 dias. E tem que arcar ainda com custos da matéria-prima e da logística, aí fica inviável", diz.

> "Assim que superarmos o atual momento, voltaremos com os esforços"
> *Coteminas*

Fabricantes têm dificuldade de fazer todas as entregas dentro de determinados prazos, considerando o fluxo atual de compras de insumos e pagamentos, por conta das limitações de caixa e crédito.

De acordo com José Medeiros de Araújo, fundador da Zaja Confecções, a empresa chegou a produzir cerca de 60 amostras de peças para envio, para avaliação inicial, mas também foi informada, semanas depois, sobre a mudança de prazo para 30 dias. A entrega ainda teria que acontecer em São Paulo, com preços de calça jeans, por exemplo, entre R$ 35 e R$ 50 por peça.

Segundo ele, isso ficava muito abaixo do que é preciso para pagar custos e manter a rentabilidade. "A sensação que temos é que eles anunciaram esse acordo só para dizer que estavam produzindo aqui, aí [a Shein] mudou as condições sabendo que não íamos conseguir atender", afirma ele.

A Zaja Confecções fica em Cerro Corá, uma das cidades foco desse projeto de ampliação de emprego, na região do Seridó, com fábricas cuja ociosidade gira entre 30% e 40% em certos períodos do ano.

Há um entendimento entre os fabricantes regionais que a crise na Coteminas — que levou à recuperação judicial em maio — influenciou na parada do projeto, mas que isso se somou às mudanças na política de compras da Shein.

O projeto foi apresentado dentro do Programa de Industrialização do Interior (Pró-Sertão), criado em 2013 por meio de parcerias entre o governo do Estado, Fecomércio, Senai e prefeituras.

Na época do anúncio a Fiern, a federação das indústrias do Estado, chegou a anunciar uma parceria com o Senai local para capacitar dois mil profissionais de costura, e que isso levaria a um "crescimento das oficinas de costura do Pró-Sertão", com a entrada de "uma das maiores empresas do segmento no mundo" no Estado.

No entanto, o acordo com o Senai não foi finalizado, disse a federação, após ter sido questionada pela reportagem, mas ressaltou que quatro mil pessoas foram capacitadas até o momento, em contratos com outras companhias.

O secretário de desenvolvimento econômico do Estado, Silvio Torquato, diz que a parceria entre Shein e Coteminas "não evoluiu, como se esperava". Torquato fez três visitas às fábricas e confecções, inclusive com executivos das duas empresas, e ofereceu apoio em termos de dados e informações. "Há um problema de custo. Nossa dificuldade não é só fazer peças mais competitivas, mas ter fábricas locais de botão, zíper etc, que forneçam localmente. No fim, muita coisa acaba vindo da China mesmo."

Questionado se, antes do acordo, a Shein já sabia das questões locais menos competitivas do Estado, o secretário evitou comentários, e disse que o Rio Grande do Norte ainda buscará acordos com outros marketplaces estrangeiros, no lugar da Shein.

Na visão de Pedro Neves, da PH Neves, consultoria que prestou assessoria inicial ao projeto, o desfecho do acordo mostra a forma como o Brasil "ainda caminha à margens das grandes forças globais produtoras, como a China", disse. "Os polos de confecção em vários Estados perderam força, e as rodovias usadas na logística foram depreciadas". Para ele, mudanças em prazo de entrega podem ser ajustadas, mas negociação de preço é mais difícil, pelas margens já comprimidas do setor.

A parceria entre Shein e Coteminas foi anunciada num período de forte pressão tanto das plataformas, contra a "taxação das blusinhas", como das varejistas nacionais. As redes brasileiras, no lado oposto, defendiam o imposto de importação de 60% nos envios de até US$ 50 para pessoas físicas.

O acordo entre Shein e Coteminas e o fim da alíquota de 60%, como o início da isenção do imposto, pegou o varejo nacional de surpresa. O anúncio ocorreu no dia 29 de junho de 2023, e a portaria do Ministério da Fazenda, com a isenção, foi publicada menos de 24 horas depois.

No mês seguinte, em julho, uma empresa controlada da Coteminas obteve empréstimo de US$ 20 milhões com a Shein (cerca de R$ 100 milhões na época), após o fechamento da parceria. Os recursos teriam ido para pagamento de dívidas, segundo fontes.

Perguntada sobre a parceria, a Coteminas informa que desenvolveu com algumas confecções do Pró-Sertão itens para fornecimento à Shein. Diz que os itens atenderam aos parâmetros de qualidade e custo da varejista global. Mas que a etapa de lavação e acabamento final das peças não foi concluída por problemas internos do grupo.

"Assim que a companhia superar o atual momento de recuperação financeira, a empresa voltará a destinar esforços para o desenvolvimento e fornecimento de itens para a Shein", diz em nota.

Neste momento, segundo relata o processo de recuperação judicial da Coteminas, há negociações com fundo de investimento Odernes, relativo às obrigações de uma emissão de debêntures de R$ 175 milhões que não foram cumpridas pela fabricante. A Justiça deu novo prazo para que as partes busquem um entendimento.

O anúncio em Brasília ocorreu em paralelo a um plano da Shein de geração de 100 mil empregos indiretos no país em três anos. Sobre a criação de vagas, todas confecções ouvidas pelo **Valor** não fizeram contratações por conta desse projeto. "Temos 50 funcionários hoje, e o que a gente tem contratado é por causa do aumento de venda para a Guararapes, que está a todo vapor, graças a Deus", diz Lacerda, da Cabugi.

R$ 35
era o preço do jeans sugerido pela Shein

Entrevista Daniel Goleman, o “pai” da inteligência emocional, fala como é possível buscar o desempenho ideal sem chegar ao burnout

‘Você pode escolher se concentrar no que importa’

Stela Campos
De São Paulo

Quando Daniel Goleman lançou o livro “Inteligência Emocional” há quase 30 anos, falar de emoções no trabalho era algo que não combinava com o mundo corporativo. Considerado um dos primeiros estudiosos do tema no mundo, hoje não está sozinho, surgiram outras nomenclaturas e uma grande popularização do conceito. “É até engraçado ver a moda ir e vir”, comenta o autor.

Mas o fato é que, segundo ele, mais estudos comprovam agora o quanto as emoções influenciam a performance nas organizações. “A forma como o cérebro é construído não permite que deixemos nossas emoções em casa e o que quer que aconteça no trabalho se soma ao que já estamos sentindo”, disse em entrevista ao **Valor**, em passagem por São Paulo. “Se você tem um chefe que odeia, vai sentir raiva, talvez tristeza e certamente ansiedade. Mas, se seu chefe está enviando emoções positivas, entusiasmo, motivação, você capta isso e seu desempenho melhora.”

Doutor em psicologia pela Universidade de Harvard, antes de escrever dezenas de livros sobre gestão, Goleman atuou como jornalista científico por 12 anos no “The New York Times”. Este ano, ele lançou “Optimal” (editora Objetiva), junto com Cary Cherniss, onde fala sobre como atingir o desempenho máximo nas equipes e na liderança e também revisita os principais conceitos do seu primeiro livro. A seguir os principais trechos da entrevista:

Valor: *Desde que o senhor publicou “Inteligência Emocional”, há quase 30 anos, o que considera que mudou na forma com lidamos com as emoções no trabalho?*

Daniel Goleman: Quando escrevi “Inteligência Emocional”, há quase 30 anos, as pessoas me diziam que não se podia usar a palavra emoção no mundo dos negócios. Diziam que as duas coisas não combinavam. Era o entendimento cultural de que as emoções não tinham lugar no trabalho. Essa é uma teoria interessante, mas, na verdade, a forma como o cérebro é construído não permite que deixemos nossas emoções em casa quando vamos para o trabalho, nós as levamos conosco, e o que quer que aconteça no trabalho se soma ao que já estamos sentindo. Se você tem um chefe que odeia, vai sentir raiva, talvez tristeza e certamente ansiedade. Se você tem um chefe que ama, vai se sentir bem diferente. E a ciência agora sabe que a forma como você se sente afeta o quão bem você pode trabalhar ou não. As emoções são contagiosas e passam mais fortemente da pessoa mais poderosa para a menos poderosa. Então, o líder é o emissor de emoção, quer reconheça isso ou não. Se seu chefe está enviando emoções positivas, entusiasmo, motivação, você capta isso e seu desempenho melhora. Se for o contrário, ele está com raiva, de mau humor, você capta isso e seu desempenho diminui. Isso não é uma ideia, é resultado de uma boa pesquisa em Yale.

Valor: *As empresas estão mais abertas a esse tema?*

Goleman: A ideia de inteligência emocional se espalhou no mundo dos negócios em grande parte porque a “Harvard Business Review” publicou muitos artigos sobre o tema. Se você for a um aeroporto nos Estados Unidos, há uma prateleira de livros sobre inteligência emocional. De uma forma ou de outra, isso importa para equipes e para o desempenho individual. A ideia de inteligência emocional foi absorvida no código da cultura empresarial, em quase todos. Ela pode ser chamada de outra coisa, mas se você olhar profundamente, é a mesma coisa. Eu diria que, em última análise, o que no início era desconhecido, agora é conhecido em todos os lugares, por quase todos.

Valor: *O senhor fala no livro de novos estudos sobre agilidade emocional, mindset de crescimento, empatia, resiliência, e diz que tudo já estava lá no conceito da inteligência emocional. Existe algo que considera realmente novo nessa área?*

Goleman: É meio engraçado para mim ver a moda ir e vir. Houve muita conversa sobre agilidade emocional. Se você olhar para o meu estudo, eu chamo isso de adaptabilidade. Qual é a diferença? É a mesma coisa, mas tem um novo nome. Mentalidade de crescimento? Eu também falei sobre isso, mas não usei esses termos. Para os seus leitores que estão interessados em se aprofundar mais nisso, eu tenho um curso on-line sobre inteligência emocional e ele aborda cada um desses conceitos, adaptabilidade, empatia, muito mais profundamente do que podemos fazer em uma entrevista.

Valor: *E o que a inteligência emocional tem a ver com resiliência? Porque estamos sobrecarregados no trabalho e, como o senhor coloca no livro, o estresse só aumenta.*

Goleman: O estresse está aumentando por causa da competitividade dos negócios, das novas tecnologias, porque a vida está mais estressante hoje. A economia da vida está mais difícil do que costumava ser. Para lidar com isso, eu não acho que é preciso resiliência, eu chamo de gerenciamento emocional, lidar com suas emoções perturbadoras, sua ansiedade. Quando o corpo está sentindo estresse, é o que se chama de excitação do sistema nervoso simpático — lutar ou fugir talvez soe mais familiar. É a mesma coisa. Se o seu corpo está constantemente em estado de excitação de estresse, você está entre lutar ou fugir a maior parte do tempo, porque há uma coisa e outra coisa e outra. O que quer que esteja acontecendo é prejudicial, porque durante a excitação de estresse, seu corpo desvia energia dos seus órgãos para os seus membros, seus braços e pernas. É ruim para o seu sistema imunológico, para o seu coração e assim por diante. Portanto, a resiliência ao estresse se tornou, eu acho, mais importante como habilidade de sobrevivência.

> “O estado interno de uma pessoa determina o quão bem ela pode fazer seu trabalho, qualquer que seja o trabalho”

Valor: *É possível desenvolver habilidades para lidar com o estresse?*

Goleman: Eu sou defensor de agendar um tempo de recuperação todos os dias. Pode ser um tempo com alguém que você ama, com o pet, uma caminhada na natureza, meditação, ioga ou qualquer coisa que ajude seu corpo a deixar tudo para trás e entrar no que é chamado de excitação do sistema nervoso parassimpático, que é o modo de recuperação do corpo. O corpo é projetado para ter uma resposta de emergência e depois descansar e se recuperar. Se você não fizer isso, alcança a exaustão emocional, e então tem um burnout. Você simplesmente não consegue aguentar mais. Eu recomendo fortemente isso, mesmo que para algumas pessoas pareça uma perda de tempo, quando deveriam estar fazendo algo de suas listas de tarefas. A recuperação é importante e fazê-la diariamente é essencial para que você possa voltar ao ambiente estressante a partir de um estado fisiológico melhor.

Valor: *Como um profissional pode reconhecer que está chegando no seu limite de estresse?*

Goleman: Existe o que chamamos de epifenômenos, são efeitos colaterais de estar sob estresse que dão todas as pistas. Você está ficando doente o tempo todo? Você está gritando com sua família muito mais do que costumava? Você está ficando irritado e impaciente com frequência? Esses são sinais de acúmulo de estresse. Outra coisa. Como você dorme? Você está acordando no meio da noite e não consegue voltar a dormir? Esses são todos sinais de estresse.

Valor: *Falando sobre o estado “optimal” que dá nome ao livro, o que ele significa?*

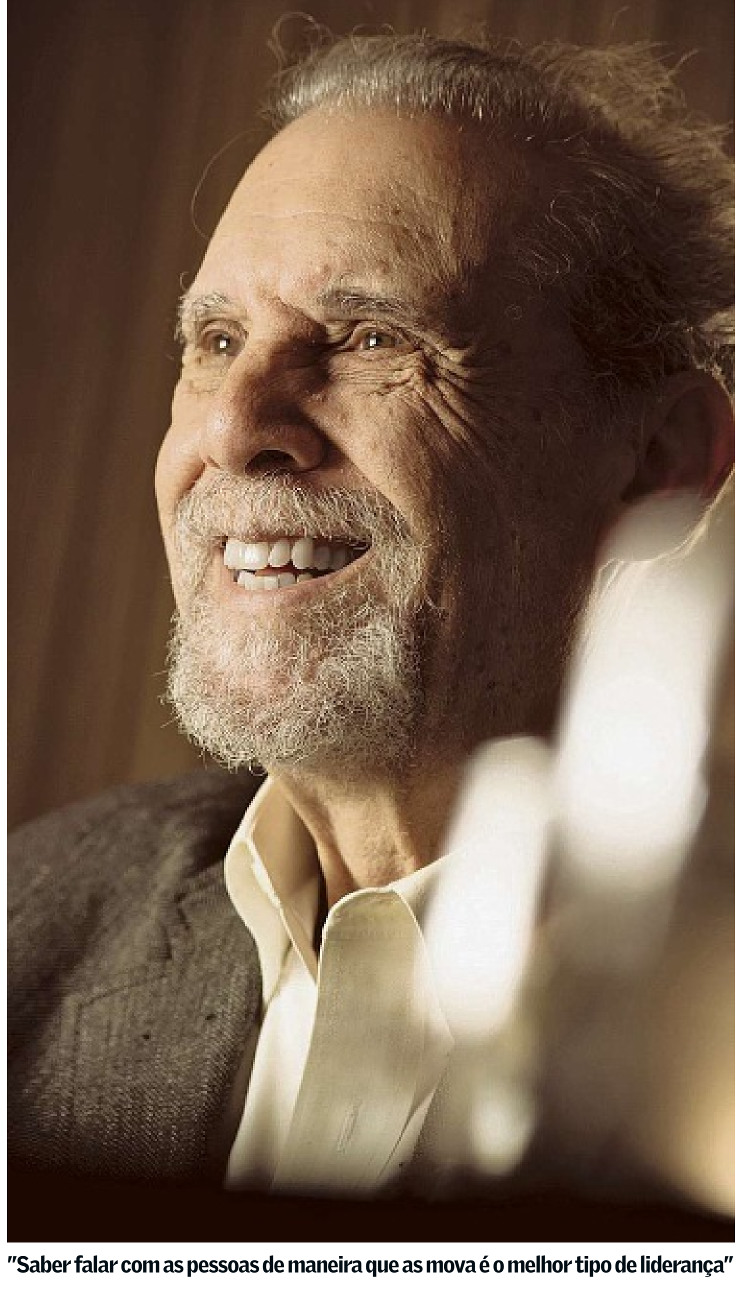
Goleman: O estado optimal foi descoberto por uma pesquisa na Harvard Business School, onde pediram a várias centenas de homens e mulheres para manterem um diário do que acontecia com eles e como se sentiam no trabalho. O que descobriram foi um conjunto de pessoas que atingiram seu estado optimal ou ideal. Durante esse estágio, elas se sentiam muito bem, estavam no seu melhor desempenho, estavam muito satisfeitas com sua posição. Elas também se sentiam conectadas com outras pessoas no trabalho. Eu descrevo em mais detalhes no livro, mas sinto que isso é muito importante para as empresas entenderem que o estado interno de uma pessoa determina o quão bem ela pode fazer seu trabalho, qualquer que seja o trabalho. Há um fenômeno chamado trabalho emocional, onde você se sente péssimo, mas tem que fingir que se sente bem.

Valor: *O que caracteriza o trabalho emocional?*

Goleman: Há duas semanas eu estava em um resort de luxo na Jamaica, e todos que trabalham lá têm que sorrir e olhar nos olhos do hóspede, não importa como se sintam — isso é difícil e aumenta a carga do trabalho, porque é trabalho emocional. É estressante fingir que você se sente diferente do que realmente se sente. Eu não acho importante que um gestor seja capaz de reconhecer isso, o mais importante é ele reconhecer que a forma como ele trata o seu funcionário vai impactar no estado interno dele, o que, por sua vez, afeta o quão bem ele pode executar qualquer tarefa. Acho que o gestor precisa considerar como está tratando a pessoa. Ele a está motivando, inspirando? Se está, então vai obter o melhor desempenho dela, porque se as pessoas sentem que fazem parte de uma missão maior, que tem significado para elas, elas darão o seu melhor. No entanto, se você apenas disser o que fazer, você comandar e controlar, o impacto é muito negativo.

Valor: *O senhor fala no livro sobre a diferença do estado de “flow”, que é quando pessoas se entregam totalmente a uma tarefa sem ver a hora passar, e o estado optimal no desempenho. Qual é a diferença?*

Goleman: O estado de flow foi descoberto na Universidade de Chicago quando perguntaram a todos os tipos de pessoas, neurocirurgiões, campeões de xadrez, bailarinas, sobre um momento em que estavam absolutamente dando o seu melhor desempenho, 120% de concentração. O problema com o flow é que você não pode fazer isso acontecer o tempo todo. É por isso que eu digo que o estado optimal é mais realista. Ele está dentro do mesmo espectro que o flow. Você tem foco total, você supera a si mesmo ou faz sua melhor performance, mas é mais voluntário. Você pode entrar nesse estado, por exemplo, concentrando-se no que está fazendo agora, trazendo sua concentração para o momento do trabalho que o leva ao estado optimal. Isso é algo que podemos escolher fazer. O estado optimal é um artefato do seu estado de humor interno. No entanto, você também pode entrar nesse estado pela concentração, focando no que está fazendo naquele instante.



ANA PAULA PAIVA/VALOR

"Saber falar com as pessoas de maneira que as mova é o melhor tipo de liderança"

Valor: *As distrações do mundo moderno prejudicam essa busca pelo estado optimal?*

Goleman: Existe um estudo famoso de Harvard sobre distração e devaneio mental, mostrando que isso se tornou um grande fator de estresse. Todo mundo carrega um telefone, e ele é seu melhor amigo e seu pior inimigo. Isso porque em um minuto você pode fazer o que precisa fazer, pode descobrir coisas pelo Google ou o que for. Essa é a parte boa. A parte ruim é que tudo o que você está fascinado no mundo está acessível pelo seu telefone. Toda distração está bem ali. Eu diria, no entanto, que não é realmente o ambiente de trabalho que tem distrações. É a sua mente. Você pode ter um melhor controle sobre a sua atenção. Existem dois tipos de atenção: voluntária, quando eu escolho me concentrar no que importa agora, e involuntária, que é quando estou entediado, distraído e minha mente vai para o que quer que chame minha atenção.

> “O gestor deve reconhecer que a forma como ele trata o seu funcionário vai impactar no estado interno dele”

Valor: *Quando a inteligência emocional passa a ser um diferencial para a carreira?*

Goleman: Sua habilidade cognitiva, seu QI, importa enormemente durante seus anos escolares. Isso prevê, por exemplo, em que carreira você pode entrar. Você é inteligente o suficiente para obter um MBA, se tornar um advogado ou médico? No entanto, uma vez dentro dessa carreira, todos os outros são mais ou menos inteligentes como você. O QI já não é mais determinante de quem será mais bem-sucedido. A inteligência emocional passa a ser mais importante. Como você gerencia e lida com relacionamentos, que é do que se trata a inteligência emocional, é o que vai determinar se você se tornará um líder de equipe, um líder de área, se será promovido ou não.

Valor: *Qual a competência mais importante de inteligência emocional que líderes devem desenvolver?*

Goleman: Eu acho que inspiração, ser capaz de articular um significado compartilhado para o trabalho que estamos fazendo. Por exemplo, em um hospital, se você tiver uma reunião, você começa pedindo às pessoas para relatar seu desempenho comercial da última semana, no mês ou trimestre, ou lembrando as pessoas sobre a bela missão de curar as pessoas? Você começa falando que o que estamos fazendo importa. E eu diria que ser capaz de falar com as pessoas de uma maneira que as mova é o melhor tipo de liderança.

Fragilizar ou ossificar a cultura empresarial?

Rumo certo



Betania Tanure

Dias atrás, no Insead, tive uma ótima conversa com Subramanian Rangan, meu amigo há quase 30 anos, também colega e professor na instituição.

Falamos das semelhanças entre, de um lado, as empresas de países emergentes como Índia e Brasil e, de outro, as americanas e europeias. Isso é tema de minhas pesquisas há mais de 25 anos. Analisamos os desafios a enfrentar em um mundo que dá espaço extraordinariamente grande a aparências e narrativas. Repudiamos o mundo que por vezes transforma siglas de importante significado como ESG em peças mercadológicas. Buscamos alternativas para as dificuldades de “encaixar” culturas relacionais como a brasileira e a indiana em modelos típicos dos Estados Unidos.

A cultura é, sobretudo, a arte de administrar paradoxos — e tratamos aqui dos valores reais, e não daqueles “pra inglês ver”. Mas qual é o ponto optimum da força da cultura? Intuitivamente todos a querem forte, é de sua força e de sua essência que devem derivar as escolhas de gestão e de negócio. Mas atenção! O desafio é não deixar que ela siga seu curso de modo estático, que se ossifique. Esse caminho é sombrio. O desafio é também não deixar que a cultura se fragilize pelos movimentos do negócio sem que as pessoas percebam e entrem no “cheque especial”. Mas o que mesmo fragiliza a cultura?

Fragilizam a cultura o crescimento contínuo e a implementação de fusões e aquisições sem a devida gestão da integração cultural. Embora haja dirigentes que minimizam a complexidade disso, temos casos exemplares. Aqui um breve parêntese: dias atrás, no Insead, lançamos oficialmente um “case” desenvolvido por BTA e Insead sobre a bela experiência da Suzano, que tivemos o privilégio de apoiar: levamos para o mundo formador de opinião um pedaço do Brasil que dá certo!

Fragiliza a cultura a presença de pessoas novas no topo, mesmo em pequeno número, sem onboarding robusto, que se baseie na compreensão profunda da essência da empresa.

Fragiliza a cultura não se atentar ao fato de que a essência é o “fio terra” da organização, sobretudo em tempos de ventos fortes, mudanças, incerteza, crise.

Fragiliza a cultura o sucesso ou a arrogância de “organizações” e executivos que, no afã de deixar sua marca, expõem a organização ao risco de ter sua essência e sua base competitiva destruídas (seria seu caso, leitor?, tomara que não).

O complicado é que, sem conhecimento robusto do tema, as pessoas “surfam” na onda da cultura e embaralham o jeito de ser e o jeito de fazer da organização, expondo-se ao risco de corroer sua lógica competitiva. Não raramente, decisões de negócio testam valores. E, como revelado em nossas pesquisas, quando na tomada de decisões se ignora a essência da organização pode-se até ter sucesso no curto prazo, mas entra-se lenta e gradativamente em uma zona de risco: a organização perde aos poucos sua essência e às vezes só se dá conta disso quando já perdeu quase tudo. O resultado é a queda do desempenho empresarial.

Valores são questão de escolha, de decisão. Negócios também são questão de escolha, de decisão. Ambos se embaralham, pois, afinal, valores são negócio e negócio é também cultura.

Betania Tanure é doutora, professora e consultora da BTA

Vaivém

Stela Campos

Pearson

Dave Treat assumiu como diretro de tecnologia global na Pearson. Ele vem da Accenture, onde era diretor geral sênior.

Elgin

Marcel Serafim é o novo diretor comercial de bens de consumo da Elgin. O executivo tem passagem pela Asea Brown Boveri (ABB) e Cosan.

Vivo

Fernando Luciano Pereira assumiu como novo vice-presidente de pessoas da Vivo.

E-mail: vaivem@valor.com.br

valor.com.br
Acompanhe a movimentação de executivos também no site
www.valor.com.br/carreira

Energia Operação considera ainda uma dívida líquida da Compagas de R$ 182,8 milhões

Copel vende distribuidora de gás para Compass por R$ 906 milhões

LETICIA MOREIRA/ VALOR



Slaviero (esq.), da Copel, e Simões, da Compass: Elétrica paranaense descarboniza seu portfólio e empresa de Rubens Ometto fortalece presença no Sul

Robson Rodrigues
De São Paulo

A Copel vendeu o bloco de controle (51%) da distribuidora de gás Compagas para a Compass, empresa de gás natural do grupo Cosan, por R$ 906 milhões, mais dívida. A transação segue em linha com o plano da elétrica paranaense de descarbonizar seu portfólio e focar no segmento de energia elétrica. Do lado do comprador, fortalece a presença da empresa de Rubens Ometto no Sul do Brasil.

Ficou definido que 40% do valor será pago no fechamento da operação, com outras duas parcelas de 30% — até 31 de dezembro de 2025 e até 31 de dezembro de 2026. Já a dívida líquida total da Compagas era de R$ 182,8 milhões em 31 de dezembro de 2023.

A Compagas tem ainda como acionistas a japonesa Mitsui, com 24,5%, e a Commit Gás (ex-Gaspetro e que também tem a Compass e a Mitsui como sócios), com 24,5%. Com uma rede de distribuição de mais de 880 quilômetros de extensão, a Compagas atende 54 mil clientes que consomem diariamente cerca de 800 mil metros cúbicos de gás canalizado em 15 municípios do Paraná. Ao **Valor**, os executivos das empresas dizem que a operação visa estreitar as sinergias: a Copel no setor elétrico; e a Compass no mercado de gás.

"A venda faz parte da nossa estratégia de descarbonização da matriz. São R$ 906 milhões pelo 'equity' da Copel e nosso objetivo é que esse recurso reforce o plano de investimento da companhia e deve balizar as decisões de pagamento de dividendos ordinários e extraordinários", diz o presidente da Copel, Daniel Slaviero.

Isso ainda é uma deliberação a ser tomada pelo conselho da antiga estatal, já que a Copel tem importantes compromissos, como o pagamento do bônus de outorga de três hidrelétricas e aportes nos segmentos de distribuição, geração, transmissão e comercialização de energia. Desde 2022 a Copel buscava um comprador para o empreendimento e recentemente renovou a concessão da Compagas por 30 anos, até 2054, para tornar o ativo mais atraente ao mercado.

Já a Compass, no segmento de distribuição de gás, detém participação em várias distribuidoras e gerencia o negócio por meio da Comgás e da Commit. Para o mercado, ela era a compradora natural, já que nunca negou interesse no controle da empresa paranaense. A transação foi condicionada ao não exercício do direito de preferência da Mitsui e da Commit na fatia vendida pela Copel.

A Compagas cresceu 9,1% em 2023 e tem espaço para expandir no Estado que representa a quarta maior economia do Brasil. O CEO da Compass, Antonio Simões, frisa que essa é uma oportunidade de ser mais relevante no Paraná e com capacidade para ampliar a rede de gasodutos.

"Ao mesmo tempo que estamos realizando uma transação de saída de alguns ativos do Nordeste, a gente tem uma intenção de focar em ativos que têm potencial de destravar valor. Com o controle da Compagas temos a chance de implementar nosso modelo de gestão e aproveitar o potencial do Estado do Paraná", afirma Simões.

O executivo se refere ao acordo que a Infra Gás tem com a Compass para compra dos 51% na Norgás, holding que tem participações na Cegás (CE), Copergás (PE) e Algás (AL). A venda desses ativos faz parte do compromisso assumido pela Compass para garantir o aval do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) na compra da fatia da Petrobras na antiga Gaspetro, em 2022, por R$ 2,1 bilhões.

Simões garante que o plano para os próximos cinco anos da Compagas permanece. Recentemente a distribuidora anunciou investimentos de R$ 505 milhões e entrada no setor de biometano, um combustível renovável que tem aplicações similares ao do gás natural. Ele reforça ainda que o investimento também atende o projeto de descarbonização do portfólio da Compass com o biometano

A Copel se torna uma geradora 100% renovável com o negócio. A empresa tem ainda a usina a carvão de Figueira, de 20 MW, que representa menos de 1% de sua potência instalada, mas paralisou a operação comercial da termelétrica e aguardar a decisão do governo federal sobre a devolução da concessão, o que despertou o interesse de alguns grupos econômicos com a intenção de comprar a usina.

No caso da Compass, a empresa vem sendo um "player" importante no redesenho da distribuição de gás Brasil depois que assumiu o controle da Commit e foca sua atuação na região Centro-Sul do Brasil. Para o grupo Cosan, isso faz parte da estratégia de diversificação dos negócios. A Moove, do ramo de lubrificantes, por exemplo, entrou com um pedido de IPO nos EUA.

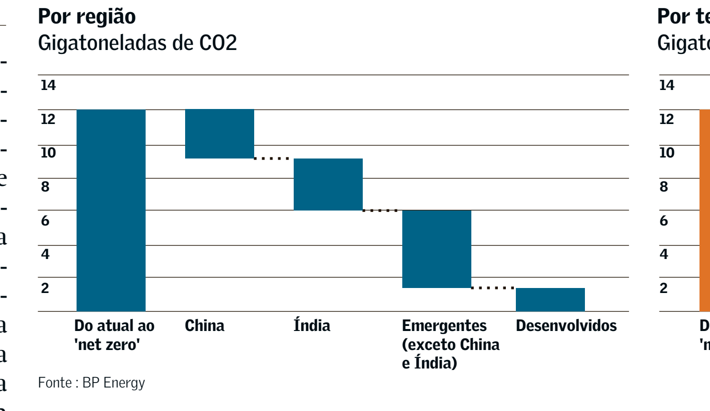
Mundo depende de emergentes para alcançar 'net zero', diz BP

Emissões

Kariny Leal
Do Rio

Capacidade de descarbonização

Até 2050, emergentes podem contribuir para eliminar emissões de CO2 mais rapidamente



Por tecnologia de baixo carbono
Gigatoneladas de CO2
14
12
10
8
6
4
2
Do atual ao 'net zero'
Eólica e solar
Hidrogênio e captura de carbono
Nuclear, hidrelétrica e outras

O mundo precisa que as economias emergentes acelerem o processo de descarbonização se quiser zerar as emissões de gás carbônico (CO_2) até 2050, conforme levantamento da petroleira britânica BP Energy. O estudo anual da companhia, que trata das perspectivas globais de energia, divide a análise em dois cenários: a trajetória atual, projetada para capturar o caminho que seria percorrido pelo mundo se forem mantidas as políticas em curso, e o cenário que considera emissões líquidas de CO_2 próximas de zero, o "net zero", baseado nas políticas climáticas da Organização das Nações Unidas (ONU).

"Não precisamos de invenções para alcançar o net zero", disse Spencer Dale, economista-chefe da BP, ao apresentar o estudo em Londres, defendendo que as tecnologias existentes são suficientes para ampliar a descarbonização: "Todo o mundo precisa descarbonizar, não é suficiente focarmos só nos países desenvolvidos. Essas nações precisam também dar suporte às economias em desenvolvimento."

No caso da trajetória atual, a BP considera que o mundo chegaria a 2050 reduzindo apenas 25% das emissões. O cenário "net zero" aponta para um caminho de redução de 95% das emissões de gás carbônico. A BP aponta que a diferença principal entre os dois cenários é o processo de descarbonização mais rápido e melhor executado pelos sistemas globais de energia.

Segundo o estudo da petroleira, o ritmo mais rápido de descarbonização dos mercados energéticos globais no "net zero" em relação à trajetória atual se dá pela geração de energia nas economias emergentes, com o crescimento mais rápido das gerações eólica e solar nesses países compensando a geração de carvão. A petroleira considera economias desenvolvidas: Estados Unidos, Canadá, Europa e países asiáticos membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Os países chamados em desenvolvimento pela BP são os demais que não se incluem no grupo anterior.

As economias emergentes devem representar um terço da construção total de capacidade eólica e solar no cenário atual após 2035, diz a BP. Na projeção mais otimista, esses países podem chegar a 60%. A petroleira estima que o investimento previsto em capacidade eólica e solar soma US$ 14 bilhões na trajetória atual e US$ 28 bilhões no cenário "net zero", distribuídos quase igualmente entre eólica e solar. Metade do investimento total na trajetória atual aconteceria em economias emergentes. No cenário "net zero", a fatia precisa ser maior, com 70% direcionado para emergentes.

Curta

Andrade Gutierrez em MG

A Andrade Gutierrez deixou de pagar quatro das cinco primeiras parcelas do acordo de leniência fechado com o governo de Minas Gerais em 2021. O total das parcelas em atraso somam R$ 20 milhões, sem contar juros e multa por atraso. Os atrasos levaram o Estado a cancelar o acordo de leniência de R$ 128,9 milhões, que seriam pagos até 2030. O acordo refere-se a fraudes em licitações vencidas pela construtora em obras da construção da Cidade Administrativa (atual sede do governo de Minas Gerais) e da Cemig, no período de 2004 a 2011. Em nota, a Andrade Gutierrez afirmou que aceitou "todas as condições impostas" pela comissão técnica do Estado durante as tratativas de renegociação do acordo. "No entanto, sem qualquer justificativa, as tratativas não foram acolhidas pelo governo de Minas Gerais, que decidiu pelo encerramento do acordo e comunicação à empresa e à mídia", diz a nota.

INÊS 249

Carros Anfavea e Sindipeças querem antecipar cobrança de imposto sobre veículo produzido no exterior; importador vê protecionismo

Importado garante acesso a novas tecnologias, diz Abeifa

Marli Olmos
De São Paulo

Nos últimos anos, carro importado tornou-se sinônimo de carro de luxo. Mas, agora, com a chegada de modelos chineses, a preços mais acessíveis, o cenário mudou e as vendas têm crescido em ritmo acelerado. Além disso, a linha importada passou a ser também uma forma de o brasileiro ter acesso ao carro puramente elétrico, ainda não produzido no país e uma especialidade dos chineses. Essa onda chinesa provocará aumento de mais de 90% nas vendas de importados este ano, segundo previsões do setor.

Um dos primeiros desafios que surgiram à frente de Marcelo de Godoy ao assumir, recentemente, a presidência da Abeifa, a associação dos importadores de veículos, é tentar evitar que montadoras com fábricas no Brasil consigam convencer o governo a antecipar a elevação do Imposto de Importação para carros elétricos.

Por determinação do Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Gecex-Camex), desde janeiro, carros elétricos e híbridos comprados fora do país voltaram a ser tributados. Essa tributação será, no entanto, gradual, até atingir o teto de 35% em julho de 2026.

A Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) propõe antecipar o prazo. A entidade argumenta que Estados Unidos e Europa já sobretaxaram produtos chineses. E usa, como principais armas nesse duelo, os recentes anúncios de novos ciclos de investimentos no setor e os empregos envolvidos no parque industrial instalado no país.

Já os importadores colocam o foco no consumidor, na oportunidade que o produto estrangeiro lhe oferece para testar novas tecnologias. "Fiquei de cabelo em pé", afirma Godoy ao contar sobre sua reação ao saber da pressão que parte das montadoras tem feito para convencer o governo a aplicar imediatamente a alíquota máxima do imposto.

"Essa é uma briga estrutural", afirma Godoy ao apontar o caráter "protecionista" do movimento das montadoras locais. O dirigente se prepara para uma reunião com a equipe do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

Anfavea e Sindipecas, que representa as autopeças, já expuseram seus argumentos ao governo. Na sua vez de falar com os representantes do MDIC, o presidente da Abeifa vai defender a ideia de que incentivos fiscais também servem para atrair investimentos para a produção de modelos eletrificados (híbridos e elétricos) no país.

> Atual regra prevê que tributação será gradual até atingir 35% em julho de 2026

"Temos que esperar esse processo para depois elevar o imposto", destaca Godoy, um economista com especialização em finanças e que também comanda a Volvo Cars Brasil.

O auge da importação de veículos no Brasil foi em 2011, quando o volume de carros importados por marcas sem fábricas no país alcançou 249,6 mil unidades.

Desde então, as vendas começaram a cair, tendo também o câmbio como fator que influenciou. O volume mais baixo dos últimos de anos foi registrado em 2021. Em 2023, as vendas de importados de marcas sem fábricas no Brasil alcançou 44,9 mil unidades, aumento de 8% em relação ao ano anterior e abaixo do mercado total.

Tudo indica que o resultado este ano será muito superior, com aumento esperado de mais de 90%, com total em torno de 80 mil unidades, segundo projeções da Abeifa. No primeiro semestre foram vendidos 44,9 mil importados de marcas associadas da entidade. O volume é 235,3% acima do mesmo período do ano passado. Desse total, 41,4 mil foram eletrificados e 32,5 mil foram da BYD.

A história da entidade que representa os importadores de veículos começou logo depois da abertura do mercado, promovida pelo ex-presidente Fernando Collor de Mello, que, ainda na campanha eleitoral, chamou os carros brasileiros de "carroças".

A entidade foi fundado em 1991 com o nome de Abeiva – Associação Brasileira da Empresas Importadoras de Veículos. Os primeiros importados a chegar foram os da alemã BMW.

Além das marcas luxuosas, logo em seguida, vieram os russos da Lada, que fracassaram tempos depois. Mas, inicialmente, fizeram sucesso por terem preços competitivos em relação aos modelos nacionais.

Diante do crescimento dos volumes de importados e sob o argumento de "proteger o emprego", em 2011, o governo Dilma Rousseff criou uma taxa adicional de 30 pontos percentuais sobre as alíquotas de IPI em carros de marcas que não tinham fábricas no país.

A medida ficou conhecida como "super IPI". As vendas começaram a despencar desde então, reduzindo a oferta dos modelos estrangeiros às linhas de luxo. O "super IPI" deixou de ser aplicado em 2017, depois que a Organização Mundial do Comércio (OMC) condenou o Brasil ao considerar a medida "protecionista".

A taxa extra sobre marcas sem produção fez com que algumas montadoras decidissem construir fábricas no país. Foi o caso da Land Rover, Audi e BMW, as três ainda em operação. E também da Mercedes-Benz, que, posteriormente, decidiu encerrar a produção de automóveis no Brasil e vendeu a fábrica em Iracemápolis (SP) para a chinesa GWM (Great Wall Motor).



ROGERIO VIEIRA/VALOR

Marcelo de Godoy, novo presidente da Abeifa: "Essa é uma briga estrutural"

> **90%** é a alta estimada na venda de importados

Com a construção de fábricas, a Abeiva mudou, então, o nome, para Abeifa (Associação Brasileira das Empresas Importadoras e Fabricantes de Veículos Automotores). Mas continuou a sustentar o direito à importação como principal bandeira.

Godoy admite que a defesa do importador é uma questão importante na entidade. Mas, ao mesmo tempo, ele considera o interesse das marcas por produzir localmente como outro ponto forte do mesmo processo. "O estímulo à importação permite ao Brasil atrair investimento e emprego", destaca.

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Distrilimp Indústria e Comércio de Produtos de Limpeza e Derivados Ltda. -** CNPJ: 11.573.253/0001-70 - Endereço: Rua Dr. Ulisses Guimarães, 151, Galpão B, Loteamento Industrial - Requerente: Oxss Securitizadora S/A - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem da 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Pedido redistribuído.
Requerido: **Empório Villa Forte Ltda. -** CNPJ: 45.026.183/0001-52 - Endereço: Rua Cristiano Angeli, 1811, Bairro Assunção, São Bernardo do Campo/sp - Requerente: Alessandra Camargo Dos Santos - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP
Requerido: **Kf Alimentação Ltda. ME -** CNPJ: 12.348.992/0001-21 - Endereço: Rua Célio, 85, Bairro Vila Moraes - Requerente: Kf Alimentação Ltda. ME - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Pedido de auto falência.
Requerido: **Kf Comércio e Serviços de Alimentação Ltda. -** CNPJ: 22.922.875/0001-83 - Endereço: Rua Célio, 85, Sala 01, Bairro Vila Moraes - Requerente: Kf Comércio e Serviços de Alimentação Ltda. - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Pedido de auto falência.
Requerido: **Loma Ambiental Indústria e Comércio Ltda. -** CNPJ: 32.327.823/0001-12 - Endereço: Estrada de Itaberaba, 26 A, Bairro Bonsucesso, Guarulhos/sp - Requerente: Gerar Securitizadora S/A - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP
Requerido: **Matos Comércio de Materiais de Construção Ltda. -** CNPJ: 05.736.957/0001-14 - Endereço: Av. Argemiro Satyro, 33, Bairro Parque Cachoeirinha, Osasco/sp - Requerente: Banco Fibra S/A - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP
Requerido: **Mr Pack Indústria e Comércio de Embalagens Ltda. -** CNPJ: 34.036.495/0001-20 - Endereço: Rua Clélia, 2208, Sala 311, Bairro Água Branca - Requerente: Wks Comércio Atacadista de Resinas Plásticas Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP
Requerido: **Sbf do Brasil Foods Eireli Ou Success Brasil Foods Comércio de Alimentos Eireli -** CNPJ: 24.399.530/0001-12 - Endereço: Av. Arnaldo Biagioli, 915, Salas 21 e 22, Centro - Requerente: Labor Securitizadora S/A - Vara/Comarca: 2a Vara de Vinhedo/SP
Requerido: **Sdr Construções e Serviços Ltda. -** CNPJ: 07.362.386/0001-20 - Endereço: Rua Bicuiba, 260, Bairro Dom Bosco - Requerente: Rafael Morais Carvalho Pinto - Vara/Comarca: 1a Vara Empresarial de Belo Horizonte/MG
Requerido: **Status Aguiar Transportes Ltda. Ou Status Aguiar Transportes & Empreendimentos Ltda. -** CNPJ: 16.434.230/0001-07 - Endereço: Rua Oito, Nº 17, Bairro Jardim Nova Cidade, Guarulhos/sp - Requerente: Bex Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP
Requerido: **Vertex Vigilância Eletrônica Eireli ME -** CNPJ: 17.778.145/0001-10 - Endereço: Alameda Rio Negro, 500, 23º Andar, Salas 2303 e 2204, Torre 1, Condomínio West Towers, Alphaville Centro Industrial e Empresarial - Requerente: Js Fênix Transportes e Locações Eireli - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Pedido redistribuído.

Falências Decretadas

Empresa: **Oceano Azul Alimentos Ltda. -** CNPJ: 19.421.112/0001-44 - Endereço: Av. Brasil, 19001, Pavilhão 42, Box 29, Irajá Ou Rua Governador Portela, 231, Sala 106, Parte 02, Centro, Barra do Piraí/rj - Administrador Judicial: Liquidante Judicial - Vara/Comarca: 4a Vara Empresarial do Rio de Janeiro/RJ
Empresa: **Sagitur Corretora de Câmbio S/A -** CNPJ: 61.444.949/0001-75 - Endereço: Rua Alcides Lourenço da Rocha, 167, 5º Andar, Cjto. 52, Bairro Brooklin Novo - Administrador Judicial: Dr. Fabiano Fabri Bayarry - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Brastem Tintas Ltda. -** CNPJ: 24.727.447/0001-25 - Endereço: Av. Doze, Nº 2306, Bairro Jardim São Paulo - Requerente: Prime Securitizadora S/A - Vara/Comarca: 3a Vara de Rio Claro/SP - Observação: Homologado acordo celebrado entre as partes.
Requerido: **Gurgel Indústria de Malhas Ltda. -** CNPJ: 12.337.523/0001-07 - Requerente: Continenalbanco Securitizadora S/A - Vara/Comarca: 2a Vara Empresarial de Recuperação de Empresas e Falências do Estado do Ceará, Fortaleza/CE - Observação: Petição inicial indeferida.

Recuperação Judicial Requerida

Empresa: **A2 Agropecuária Ltda. -** CNPJ: 55.607.278/0001-13 - Endereço: Fazenda Santa Paula, S/nº, Sala 03, Bairro Água do Boi, Taciba/sp - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP
Empresa: **Avanço Agropecuária Ltda. -** CNPJ: 55.608.071/0001-63 - Endereço: Fazenda Santa Paula, S/nº, Sala 02, Bairro Água do Boi, Taciba/sp - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP
Empresa: **Gilberto Avanço Neto e Outros -** CNPJ: 13.847.992/0001-39 - Endereço: Fazenda Santa Paula, S/nº, Sala 02, Bairro Água do Boi, Taciba/sp - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP
Empresa: **Irma Cristina Agropecuária Ltda. -** CNPJ: 55.610.168/0001-00 - Endereço: Fazenda Santa Paula, S/nº, Sala 01, Bairro Água do Boi, Taciba/sp - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Águas Brilhantes Comércio Ltda. Epp, Nome Fantasia Chilli Beans -** CNPJ: 14.813.431/0001-81 - Endereço: Rua José Jailson Nunes, 493, Loja 265, Bairro Caititus, Arapiraca/al - Administrador Judicial: Dr. Evandro José Lins Jucá Filho - Vara/Comarca: 1a Vara de Maceió/AL
Empresa: **Arco Íris Comércio de Óculos e Acessórios Ltda., Nome Fantasia Chilli Beans -** CNPJ: 20.249.350/0001-01 - Endereço: Av. Comendador Gustavo Paiva, 5945, Quiosque I2 Q18, Bairro Cruz Das Almas - Administrador Judicial: Dr. Evandro José Lins Jucá Filho - Vara/Comarca: 1a Vara de Maceió/AL
Empresa: **Bem Estar Transportes e Prestação de Serviços Ltda. -** CNPJ: 11.834.039/0001-20 - Endereço: Rua Quarenta e Seis, Nº 598, Sala 01, Bairro Boa Esperança, Cuiabá/mt - Administrador Judicial: Dr. Willian Tonda - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT
Empresa: **Bem Estar Transportes e Prestação de Serviços Ltda., Filial -** CNPJ: 11.834.039/0002-01 - Endereço: Rua Santo Amaro, 503, Bairro Cidade Primavera I, Primavera do Leste/mt - Administrador Judicial: Dr. Willian Tonda - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT
Empresa: **Bravox Administração e Cobrança Ltda. -** CNPJ: 43.804.561/0001-56 - Endereço: Rua Montese, 145, Bairro Parolin - Administrador Judicial: Ajota Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: 25a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Curitiba/PR
Empresa: **Bravox Transportes de Cargas Ltda. -** CNPJ: 31.989.001/0001-34 - Endereço: Estrada Anta Gorda, S/nº, Rodovia Br 282, Km 581, Pinhalzinho/sc - Administrador Judicial: Ajota Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: 25a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Curitiba/PR
Empresa: **Centro Oeste Serviços Ltda. -** CNPJ: 24.351.428/0001-47 - Endereço: Rua João Cordeiro Gonçalves, 3767, Sala 01, Bairro Cidade Tamandaré, Mirassol D'oeste/mt - Administrador Judicial: Dr. Willian Tonda - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT
Empresa: **Guadalupe Comércio de Óculos Ltda., Nome Fantasia Chilli Beans -** CNPJ: 20.174.688/0001-33 - Endereço: Av. Comendador Gustavo Paiva, 5945, Loja 1028, Bairro Cruz Das Almas - Administrador Judicial: Dr. Evandro José Lins Jucá Filho - Vara/Comarca: 1a Vara de Maceió/AL
Empresa: **Hospital e Maternidade Master Clin Ltda. -** CNPJ: 02.396.119/0001-50 - Endereço: Rua Dr. Galvão Guimarães, 72, Bairro São Mateus - Administrador Judicial: Excélia Consultoria e Negócios Ltda., Representada Pela Dra. Maria Izabel Vergueiro de Almeida Fontana - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP
Empresa: **João Batista Sandre, Produtor Rural, Nome Fantasia Fazenda Confusão do Rio Preto -** CNPJ: 47.717.060/0001-93 - Endereço: Rodovia Municipal Ao Povoado Camponesa, Km 06, S/nº, Zona Rural - Administrador Judicial: Mais Auditoria Consultoria e Perícias, Representada Pelo Sr. Paulo Henrique Coan - Vara/Comarca: 2a Vara de Quirinópolis/GO
Empresa: **Kaixinhas Tecnologia Ltda. -** CNPJ: 38.487.677/0001-79 - Endereço: Rua Carolina Derosso, 438, Bairro Xaxim - Administrador Judicial: Ajota Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: 25a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Curitiba/PR
Empresa: **Lagoa de Ouro Comércio de Óculos Ltda., Nome Fantasia Chilli Beans -** CNPJ: 13.921.371/0001-58 - Endereço: Av. Menino Marcelo, 3800, Loja 203, Bairro Cidade Universitária - Administrador Judicial: Dr. Evandro José Lins Jucá Filho - Vara/Comarca: 1a Vara de Maceió/AL
Empresa: **Leandro Márcio Sandre, Produtor Rural -** CNPJ: 47.766.800/0001-81 - Endereço: Rodovia Municipal Ao Povoado Camponesa, Km 06, S/nº, Zona Rural - Administrador Judicial: Mais Auditoria Consultoria e Perícias, Representada Pelo Sr. Paulo Henrique Coan - Vara/Comarca: 2a Vara de Quirinópolis/GO
Empresa: **Mar de Ouro Comércio de Óculos Ltda., Nome Fantasa Chilli Beans -** CNPJ: 11.812.074/0001-49 - Endereço: Av. Comendador Gustavo Paiva, 2990, Loja 108, Bairro Mangabeiras - Administrador Judicial: Dr. Evando José Lins Jucá Filho - Vara/Comarca: 1a Vara de Maceió/AL
Empresa: **Neide de Oliveira Sandre, Produtora Rural, Nome Fantasia Fazenda Confusão do Rio Preto -** CNPJ: 47.748.941/0001-71 - Endereço: Rodovia Municipal Ao Povoado Camponesa, Km 06, S/nº, Zona Rural - Administrador Judicial: Mais Auditoria Consultoria e Perícias, Representada Pelo Sr. Paulo Henrique Coan - Vara/Comarca: 2a Vara de Quirinópolis/GO
Empresa: **Rio Brilhante Óculos e Relógios Ltda., Nome Fantasia Chilli Beans -** CNPJ: 15.546.739/0001-70 - Endereço: Av. Comendador Gustavo Paiva, 2990, Loja, Ampliação Nova Cond. Maceió Shopping, Stand 24, Bairro Mangabeiras - Administrador Judicial: Dr. Evandro José Lins Jucá Filho - Vara/Comarca: 1a Vara de Maceió/AL
Empresa: **Rio D'ouro Ótica Ltda. Epp, Nome Fantasia Chilli Beans -** CNPJ: 07.572.918/0001-54 - Endereço: Rua Dona Constância de Góis Monteiro, 1651, Sala 106, Bairro Mangabeiras - Administrador Judicial: Dr. Evandro José Lins Jucá Filho - Vara/Comarca: 1a Vara de Maceió/AL

Cumprimento de Recuperação Judicial

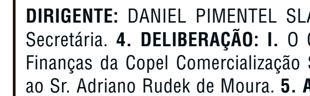
Empresa: **Distribuidora de Alimentos Sardagna Ltda. -** CNPJ: 00.056.685/0001-98 - Endereço: Rua Tenente Antonio João, 3701, Zona Industrial Norte - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Jaraguá do Sul/SC - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a **Agenda tributária**.

COPEL Serviços

EXTRATO DA CERTIDÃO DA ATA DA 38ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COPEL SERVIÇOS S.A.

1. LOCAL: Rua José Izidoro Biazetto, 158, Curitiba - PR. **2. DATA:** 1º.07.2024. **3. MESA DIRIGENTE:** DANIEL PIMENTEL SLAVIERO - Presidente; e ISABEL ZAICZUK RAGGIO - Secretária. **4. DELIBERAÇÃO: I.** O Conselho de Administração elegeu, como Diretor de Finanças da Copel Serviços S.A., o Sr. Felipe Gutterres Ramella, em substituição ao Sr. Adriano Rudek de Moura. **5. ASSINATURAS:** DANIEL PIMENTEL SLAVIERO - Presidente; CASSIO SANTANA DA SILVA; ANA LETÍCIA FELLER e ISABEL ZAICZUK RAGGIO - Secretária. A certidão da ata da 38ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Copel Serviços S.A., de 1º.07.2024, foi registrada na Junta Comercial do Paraná - Jucepar sob o nº 20244813132, em 08.07.2024, e publicada na íntegra no endereço https://valor.globo.com/valor-ri/atas-e-comunicados/, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976 e da Instrução Normativa - IN DREI ME nº 11/2022.--



EXTRATO DA CERTIDÃO DA ATA DA 69ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COPEL COMERCIALIZAÇÃO S.A.

1. LOCAL: Rua José Izidoro Biazetto, 158, Curitiba - PR. **2. DATA:** 1º.07.2024. **3. MESA DIRIGENTE:** DANIEL PIMENTEL SLAVIERO - Presidente; e ISABEL ZAICZUK RAGGIO - Secretária. **4. DELIBERAÇÃO: I.** O Conselho de Administração elegeu, como Diretor de Finanças da Copel Comercialização S.A., o Sr. Felipe Gutterres Ramella, em substituição ao Sr. Adriano Rudek de Moura. **5. ASSINATURAS:** DANIEL PIMENTEL SLAVIERO - Presidente; RODOLFO MORAES FONTES LIMA; CASSIO SANTANA DA SILVA; MOACIR CARLOS BERTOL; HEMERSON LUIZ BARBOSA PEDROSO e ISABEL ZAICZUK RAGGIO - Secretária. A certidão da ata da 69ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Copel Comercialização S.A., de 1º.07.2024, foi registrada na Junta Comercial do Paraná - Jucepar sob o nº 20244804834, em 08.07.2024, e publicada na íntegra no endereço https://valor.globo.com/valor-ri/atas-e-comunicados/, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976 e da Instrução Normativa - IN DREI ME nº 11/2022.---

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - FUNDEPAR

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA INTEGRADA Nº 061/2024 – GMS/FUNDEPAR
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA INTEGRADA Nº 90061/2024 - PNCP - UASG 929906

PROTOCOLO Nº 22.219.247-1. **OBJETO**: Contratação Integrada de empresa especializada em engenharia e/ou arquitetura, para elaboração de projetos básico legal e executivo de arquitetura, projetos complementares e execução da obra da Unidade Nova Escolar (UNV) Zacarias Cardoso de Cristo, no município de Rio Branco do Sul. **VALOR MÁXIMO**: R$ 13.862.553,97 (treze milhões, oitocentos e sessenta e dois mil, quinhentos e cinquenta e três reais e noventa e sete centavos), **DATA E HORÁRIO DA DISPUTA**: **08 de outubro de 2024, às 09h30** (nove horas e trinta minutos). **MODO DE PARTICIPAÇÃO**: por meio do sistema eletrônico de licitações do Governo Federal - compras.gov. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o https://www.gov.br/compras **CONSULTA DO EDITAL E ANEXOS**: O Edital está disponível na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas https://pncp.gov.br e www.comprasparana.pr.gov.br Informações: (41) 2117-8286 ou (41) 2117-8302. **DATA**: 10/07/2024 - Comissão de Contratação



EXTRATO DA CERTIDÃO DA ATA DA 112ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.

1. LOCAL: Rua Izidoro Biazetto nº 158, Curitiba - PR. **2. DATA:** 1º.07.2024. **3. MESA DIRIGENTE:** DANIEL PIMENTEL SLAVIERO - Presidente; e ISABEL ZAICZUK RAGGIO - Secretária. **4. DELIBERAÇÃO: I**. O Conselho de Administração elegeu, como Diretor de Finanças e de Relações com Investidores da Copel Distribuição S.A., o Sr. FELIPE GUTTERRES RAMELLA, em substituição ao Sr. Adriano Rudek de Moura. **5. ASSINATURAS: DANIEL PIMENTEL SLAVIERO - Presidente; HEMERSON LUIZ BARBOSA PEDROSO; ANA LETÍCIA FELLER; LUIZ CLAUDIO MAIA VIEIRA e ISABEL ZAICZUK RAGGIO** - Secretária. A certidão ata da 112ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Copel Distribuição S.A., de 1º.07.2024, foi registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná - Jucepar sob o nº 20244794553, em 08.07.2024, e publicada na íntegra no endereço https://valor.globo.com/valor-ri/atas-e-comunicados/, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976 e da Instrução Normativa - IN DREI ME nº 11/2022. ---

EDITAL DE LICITAÇÃO DO CONSÓRCIO BRASIL CENTRAL
PREGÃO ELETRÔNICO
N Compras 90000/2024 N. 01-2024-BrC

O Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central - BrC, por intermédio da SecretariaExecutiva, através Comissão de Licitação e da Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 68/2023-BrC,realizará procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico do tipo **MENOR PREÇO DO LOTE** para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de fornecimento de coffee break e almoço/jantar, sob demanda, para atendimento de eventos institucionais do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central, abrangendo a organização e o fornecimento de alimentos, bebidas e utensílios, conforme o Regulamento de Licitações e Contratações Administrativas do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central, Lei Federal nº 14.133/2021, e as exigências estabelecidas neste Edital. Processo nº 04029-00000117/2024-39. **UASG:926873.** Modo de disputa: ABERTO. **Abertura da sessão do Pregão Eletrônico: 26/07/2024 ás 9 horas. Endereço eletrônico: www.gov.br/compras.**

Bruno de Oliveira Watanabe
PORTARIA Nº 32/2024, DE 04 DE JULHO DE 2024

Empresas

Varejo Acionistas buscam entendimento maior na rede; acerto já faz dividendo ir a 35%

Pernambucanas alinha acordo entre os sócios para acomodar diferentes forças



Adriana Mattos
De São Paulo

Um acerto de interesses concluído ontem, em assembleia geral extraordinária de acionistas da Casas Pernambucanas, pode ajudar a avançar o processo de entendimento entre os sócios da rede. Foram anos de divergências durante a gestão da empresária Anita Harley na empresa, mas nos últimos anos, as partes passaram a buscar uma conciliação.

Na assembleia, os acionistas aprovaram a criação de oito classes de ações ordinárias, com direitos políticos e econômicos iguais entre eles. Dessa forma, todos os acionistas passam a ter igual poder de voto na varejista, mesmo com posições acionárias diferentes.

São mais de 30 sócios da família, todos pessoas físicas, o que tornava o modelo de administração complexo e lento, na visão de ex-executivos que passaram pela rede. A informação sobre a assembleia de acionistas está publicada em Diário Oficial Empresarial da semana passada.

Três holdings do grupo detêm 50% da varejista e, dentro dos outros 50%, 49,98% estão nas mãos da Nopasa e 0,02% com outra companhia, a Zodiac. Os acionistas têm posições nessas empresas, que por sua vez, têm fatias acionárias na varejista.

Desde janeiro, a holding Nopasa tem três diretores-presidentes, algo inédito na sua história, já numa tentativa de acomodar interesses dos sócios, na busca de uma "unidade" interna, dizem fontes. Hoje, são nove sócios da Nopasa, com direito de voto, que elegem os três diretores.

> Todos os acionistas passam a ter igual poder de voto na varejista

A empresária Anita Harley, em coma há oito anos, após sofrer um acidente vascular cerebral (AVC), é dona de 48% da Nopasa. O seu curador é seu filho socioafetivo, Arthur Miceli, e ele tem votado nas reuniões representado Anita.

Além dessa questão societária, os acionistas colocaram em votação, pela primeira vez, o aumento do dividendo mínimo obrigatório, de 25% para 35% do lucro líquido, para todo o conjunto de acionistas. Nas empresas de capital aberto, o mínimo é 25%.

Pela pauta votada ontem, ainda houve a conversão de 50% das ações ON em PN, como parte dessa reorganização de capital, e que serão criados com a prerrogativa de prioridade no reembolso do capital, e sem prêmio. O avanço na disputa judicial em torno da fortuna da empresária foi antecipada pelo **Valor** em março.

Também foi debatida e aprovada a reformulação da estrutura da administração da empresa, mediante a criação de um conselho de administração, e a extinção do conselho consultivo. Nesse novo conselho, a ideia é que exista uma divisão de cadeiras de forma a espelhar essa nova divisão de poder de voto na rede.

Houve ainda uma modificação no número de membros do conselho de administração e de determinadas regras que eram atribuídas à diretoria, relata o texto.

A proposta colocada em votação, no entanto, não esclarece essas alterações, e como isso afeta o poder da diretoria. A aprovação do acordo entre os sócios foi informada pelo "Brazil Journal".

Sobre a modificação do dividendo do mínimo obrigatório, para 35% — algo que tende a afetar o montante destinado a reinvestimentos — o tema foi trazido em conjunto com a criação de uma reserva para investimentos e expansão.

A finalidade é assegurar recursos com a reserva, sem prejuízo de uma retenção de lucros dos acionistas, diz o texto. E ainda ajudar a reforçar o capital de giro e a estrutura de capital da rede, recentemente afetada pela escalada de juros, que tornou o crédito mais caro e elevou despesas.

> **50%**
> da empresa estão nas mãos de três holdings

O capital reservado ainda pode ser utilizado em operações de resgate, amortização, reembolso ou aquisição de valores mobiliários de emissão da própria companhia.

A movimentação no poder de voto e no conselho podem ajudar numa tomada de decisão mais célere, e a fortalecer a governança, considerando que até então, os sócios dividiam posições acionárias na empresa. Mas para um ex-diretor da empresa, da época da gestão de Anita, ainda é preciso verificar como essas "peças irão se encaixar" diz. "Há parte da família muito atuante, e outra bem menos. Com direitos econômicos iguais entre todos, não sabemos como isso vai funcionar agora", diz.

Procurada, a empresa não comentou o assunto.

LEONARDO WEN/FOLHA IMAGEM



Em assembleia geral extraordinária de acionistas na terça-feira, houve a conversão de 50% das ações ON em PN, como parte dessa reorganização de capital

Com fusão, antigas rivais de embalagens miram aquisições

Estratégia

Stella Fontes
De São Paulo

A companhia resultante da fusão entre a irlandesa Smurfit Kappa e a americana WestRock, criada formalmente nesta semana, deve olhar para futuras aquisições, inclusive no Brasil. "A história de 90 anos da Smurfit Kappa é uma trajetória de crescimento por aquisições. A empresa continuará com apetite no futuro", disse ao **Valor** Manuel Alcalá, presidente da companhia no país, batizada globalmente como Smurf Westrock, e que estava à frente da operação local da múlti de origem irlandesa.

Com a operação, a empresa se tornou a maior produtora global de embalagens. A chegada da companhia europeia ao Brasil, em 2016, se deu por meio de uma dupla aquisição, da Inpa e da Paema, por € 186 milhões. Em 2022, veio a compra da Paper Box, no Rio. No mesmo ano, a empresa concluía a aquisição da Argencraft, na Argentina. "Queremos crescer, mas 'market share' não é o que nos move. O foco é margem", disse o executivo. Complementação geográfica e de portfólio, de serviços e de produtos, também está no alvo, como no caso da fusão com a WestRock.

Tanto a companhia quanto a rival americana já tinham operações industriais no país. Dessa forma, a Smurfit Westrock começou sua história na vice-liderança do mercado brasileiro de caixas de papelão ondulado, com participação de 15% e menos distante do que a WestRock estava da líder Klabin, que hoje tem uma fatia de 24%. A participação da Klabin deve crescer na esteira do início de operação, em abril, da unidade Figueira, em Piracicaba (SP).

GABRIEL REIS/VALOR



> "Companhias se complementam e há sinergias em diferentes áreas"
> *Manuel Alcalá*

Com presença em seis Estados do Nordeste ao Sul — Ceará, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio grande do Sul —, a Smurfit Westrock tem 10 unidades de conversão, quatro fábricas de papel reciclado, duas máquinas de papel kraft e 55 mil hectares de florestas no país, além de 5 mil funcionários. A companhia não revela receitas e sinergias estimadas para a operação local.

Globalmente, a expectativa é de economias antes de impostos de mais de US$ 400 milhões ao fim do primeiro ano de operação combinada. Os ativos incluem 63 fábricas de papel e mais de 500 unidades de conversão em 40 países. "A Smurfit vinha olhando muitas oportunidades e a WestRock sempre foi admirada. As duas empresas realmente se complementam, com sinergias em diferentes áreas e pouca sobreposição de clientes e portfólio", disse Alcalá.

O executivo já visitou todas as fábricas da nova companhia no Brasil, que serão mantidas, e, durante cinco meses, 14 equipes trabalharam para desenhar o plano de integração dos negócios. Agora, o foco está na execução, com vistas a otimizar a operação industrial e logística. Conforme Alcalá, o processo de integração teve início na segunda-feira (8) e não deve ser complexo, uma vez que a cultura das duas empresas já era parecida.

Em sua avaliação, o momento é oportuno para o negócio, que deu origem a um gigante de embalagens com vendas líquidas de US$ 32 bilhões, por causa da busca acelerada por soluções mais sustentáveis em embalagens e da perspectiva positiva de demanda. "As duas empresas têm a sustentabilidade em sua estratégia. A operação veio no momento certo".

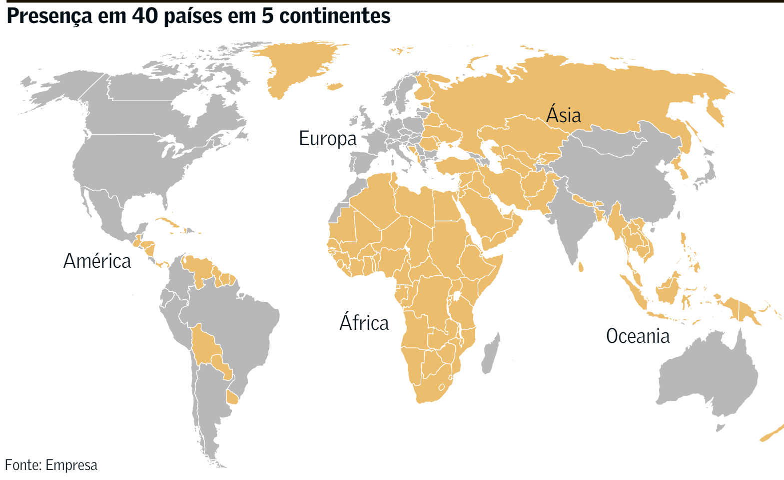
De fato, a indústria de embalagens em papel está em ebulição no mundo. Depois do anúncio de compra da WestRock pela Smurfit Kappa, a concorrente americana International Paper (IP) chegou a um acordo para compra da britânica DS Smith. O negócio deve ser concluído até o fim do ano. Ao mesmo tempo, a Suzano, maior produtora de celulose de mercado, indicou que planeja entrar nesse mercado ao levar uma proposta de compra à IP, mas acabou desistindo de seguir em frente com essa potencial aquisição.

Conforme Alcalá, a companhia seguirá priorizando o uso de papel reciclado em seus produtos e vai integrar o papel kraft produzido pela WestRock "quando for estritamente necessário", de forma gradual — a americana tem produção excedente de papel no país.

Jairo Lorenzatto, que acumulava o comando da WestRock no Brasil e na América Latina, ficou à frente da Smurfit Westrock na região, onde tem 55 operações. "Há uma aposta muito segura e sólida na região."

Liderança global
Nova empresa ocupa 1ª ou 2ª posição nos principais mercados

Presença em 40 países em 5 continentes



US$ 32 bilhões em vendas líquidas
63 fábricas de papel
Mais de 500 unidades de conversão
123 mil hectares de florestas
15 milhões de toneladas de consumo de fibra reciclada
Mais de 24 milhões de toneladas de capacidade de papel
100 mil empregados

Fonte: Empresa

Curtas

Prévias da MRV e Mitre

Os lançamentos da MRV &Co somaram R$ 2,24 bilhões no segundo trimestre, alta anual de 73,7%, segundo prévia operacional divulgada ontem. O VGV da MRV somou R$ 2,18 bilhões entre abril e junho, alta de 78,6% na comparação anual. O VGV da Sensia caiu 14,6%, para R$ 59 milhões. As vendas líquidas subiram 14%, para R$ 2,54 bilhões. Já os lançamentos da Mitre Realty registraram um valor geral de vendas (VGV) de R$ 218,3 milhões no segundo trimestre, um crescimento de 109,8% na comparação anual, segundo prévia operacional divulgada nesta quarta-feira (10). As vendas líquidas avançaram 102,4%, para R$ 374,3 milhões, um patamar recorde para a companhia. Os distratos caíram 20,1%, para R$ 40,1 milhões.

Tráfego da Ecorodovias

A Ecorodovias teve tráfego de 51 milhões de veículos em junho, crescimento de 15% no ano. Em termos comparáveis, retirando efeitos de novas concessões, o crescimento foi de 8,8%. No mês passado, o destaque foi o crescimento de 16,3% no tráfego da Ecopistas. EcoNoroeste teve alta de 13,3%, enquanto Eco 050 subiu 9,9%, Ecovias dos Imigrantes aumentou 9,4% e Eco135 subiu 8,5%. Já Ecoponte viu queda de 1,1%. A Ecosul, que em maio sentiu queda de 22,5% no tráfego em decorrência do evento climático extremo no Rio Grande do Sul, teve recuperação no mês passado com crescimento de 4,9% no ano. No acumulado do semestre, o tráfego da Ecorodovias alcançou 301,3 milhões de veículos, alta de 22,9% sobre o mesmo período de 2023.

INÊS 249

ENEL BRASIL S.A.
CNPJ nº 07.523.555/0001-67 - NIRE 33.3.0027645-9

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Enel Brasil S.A.
1. Local, Data e Hora: Reunião realizada na sede da Companhia, na Praça Leoni Ramos, nº 1, bloco 2, 7º andar, São Domingos, Niterói, RJ, no dia 26 de agosto de 2020, às 11h. **2. Presenças:** Convocação regularmente efetuada, nos termos do artigo 18 do Estatuto Social, estando presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração. **3. Presidente e Secretária da Reunião:** Mario Fernando de Melo Santos - Presidente, Maria Eduarda Fischer Alcure - Secretária. **4. Ordem do Dia:** Temas para aprovação: i. Aumento de Capital Social da controlada Enel X Brasil S.A.; ii. Celebração de contratos *intercompany* envolvendo serviços gerenciais e técnicos (*Management Fee e Technical Fee Services Agreements*); e iii. Encerramento da filial da Companhia relacionada ao Projeto E4E. Temas para informação: iv. Plano de Sustentabilidade 2020 (avanços do 1º Semestre); v. Avanço do Processo de Due Diligence de Direitos Humanos; e vi. Outros Assuntos de interesse geral da Companhia. **5. Deliberações tomadas pela unanimidade dos membros do Conselho de Administração presentes à reunião:** 5.1. Quanto ao item **(i)** da Ordem do Dia, após apresentação realizada pela Diretoria Financeira da Companhia, os Conselheiros aprovaram, nos termos do art. 21, alínea "z" do Estatuto Social da Companhia, a realização de aumento de capital na controlada Enel X Brasil S.A. até o valor de R$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais). 5.2. Em relação ao item **(ii)** da Ordem do Dia, após apresentação do tema pela Diretoria de Administração, Finanças, Planejamento e Controle da Companhia, os Conselheiros aprovaram o pacote de contratos *intercompany* relativos à prestação de serviços gerenciais e técnicos envolvendo a Companhia, suas controladas brasileiras, e as sociedades pertencentes ao Grupo Enel no exterior (Enel SpA, Enel Global Infrastructure and Networks S.r.l, Enel Global Services S.r.l, Enel Global Thermal Generation S.r.l, Enel Green Power SpA, e Enel Global Trading SpA), bem como aprovaram os pagamentos a serem realizados pela Companhia em benefício de suas controladas Ampla Energia e Serviços S.A, Companhia Energética do Ceará - Coelce, Celg Distribuição S.A - CELG D, Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A, Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A, CIEN e CGTF - Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A, no âmbito dos respectivos contratos de prestação de serviços gerenciais e técnicos, para posterior reembolso de tais valores pelas controladas à Companhia, conforme termos e condições apresentados ao Conselho. Para os contratos de serviços *intercompany* aqui tratados, objeto da Resolução Normativa nº 699/2016, registre-se que foram devidamente aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio do Despacho 560/20, nos termos da regulamentação em vigor. 5.3. No que diz respeito ao item **(iii)** da Ordem do Dia, após apresentação do tema pelo representante da Diretoria de Serviços, os Conselheiros aprovaram o encerramento da filial da Companhia inscrita no CNPJ sob o nº 07.523.555/0004-00, e situada na Rua São Pedro, nº 181, Centro, na cidade de Niterói, estado do Rio de Janeiro, CEP 24.020-055.5.4. Quanto ao item **(iv)** da Ordem do Dia, os Conselheiros foram informados sobre os avanços do Plano de Sustentabilidade 2020 ocorridos no 1º Semestre de 2020, conforme apresentação realizada pela Diretoria de Sustentabilidade. 5.5. No que concerne ao item **(v)** da Ordem do Dia, os Conselheiros foram informados sobre os avanços do processo de due diligence de Direitos Humanos, conforme apresentação realizada pela Diretoria de Sustentabilidade. 5.6. No que diz respeito ao item **(vi)** da Ordem do Dia os temas de informação, não houve considerações. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para a lavratura da presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, foi circulada para assinatura pelos membros do Conselho, Mario Fernando de Melo Santos, Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira e Antonio Basilio Pires de Carvalho e Albuquerque, e pela Secretária, Maria Eduarda Fischer Alcure. *Confere com o original lavrado em livro próprio.* Niterói, 26 de agosto de 2020. **Mario Fernando de Melo Santos** - Presidente do Conselho e da Reunião; **Maria Eduarda Fischer Alcure** - Secretária da Reunião. Jucerja em 28/10/20 sob o nº 3959116. Bernardo F. S. Berwanger - Secretário Geral.

ENEL BRASIL S.A.
CNPJ nº 07.523.555/0001-67 - NIRE 33.3.0027645-9

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Enel Brasil S.A.
1. Local, Data e Hora: Reunião realizada na sede da Companhia, na Praça Leoni Ramos, nº 1, bloco 2, 7º andar, São Domingos, Niterói, RJ, no dia 12 de fevereiro de 2021, às 09h. **2. Presenças:** Convocação regularmente efetuada, nos termos do artigo 18 do Estatuto Social, estando presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração. **3. Presidente e Secretária da Reunião:** Mario Fernando de Melo Santos - Presidente; Maria Eduarda Fischer Alcure - Secretária. **4. Ordem do Dia:** Indicação do Sr. Gino Celentano para o cargo de Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes da Companhia. **5. Deliberações tomadas pela unanimidade dos membros do Conselho de Administração presentes à reunião:** 5.1. Quanto ao item único da Ordem do Dia, após apresentação do tema pela Diretoria de Recursos Humanos e Organização, foi aprovada a indicação do Sr. Gino Celentano, italiano, divorciado, engenheiro eletricista, portador do passaporte italiano nº YB0553419 para o cargo de Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes da Companhia. A eleição do Sr. Gino Celentano para o cargo somente ocorrerá após a obtenção do visto de trabalho junto às autoridades migratórias brasileiras. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para a lavratura da presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, foi circulada para assinatura pelos membros do Conselho, Mario Fernando de Melo Santos, Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira e Antonio Basilio Pires de Carvalho e Albuquerque, e pela Secretária, Maria Eduarda Fischer Alcure. *Confere com o original lavrado em livro próprio.* Niterói, 12 de fevereiro de 2021. **Maria Eduarda Fischer Alcure** - Secretária da Reunião. Jucerja em 01/03/21 sob o nº 4023059. Bernardo F. S. Berwanger - Secretário Geral.

ENEL BRASIL S.A.
CNPJ nº 07.523.555/0001-67 - NIRE 33.3.0027645-9

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Enel Brasil S.A.
1. Local, Data e Hora: Reunião realizada na sede da Companhia, na Praça Leoni Ramos, nº 1, bloco 2, 7º andar, São Domingos, Niterói, RJ, no dia 30 de abril de 2021, às 14:00h. **2. Presenças:** Convocação regularmente efetuada, nos termos do artigo 18 do Estatuto Social, estando presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração. **3. Presidente e Secretária da Reunião:** Guilherme Gomes Lencastre - Presidente; Maria Eduarda Fischer Alcure - Secretária. **4. Ordem do Dia:** Temas para Aprovação: i. Criação de filial da Companhia; ii. Aprovação do Orçamento de 2021; e iii. Aprovação do Informe Anual de Sustentabilidade do ano de 2020. Temas para Informação: iv. Apresentação do avanço do Plano de Direitos Humanos da Enel no Brasil para o período de 2021 - 2022; e v. Outros assuntos de interesse geral da Companhia. **5. Deliberações tomadas pela unanimidade dos membros do Conselho de Administração presentes à reunião:** 5.1. Quanto ao item (i) da Ordem do Dia, foi autorizada a criação de filial da Companhia a ser localizada na Avenida Oscar Niemeyer 02000 - BLC 1 SAL 701 Santo Cristo Rio de Janeiro - Rio de Janeiro, CEP: 20.220-297, nos termos da apresentação realizada pela Diretoria de Serviços da Companhia. 5.2. No que se refere ao item (ii) da Ordem do Dia, em cumprimento ao artigo 20, "d", do Estatuto Social, foi aprovado o Orçamento Anual da Companhia para o exercício de 2021, conforme material apresentado pela Diretoria Financeira, Administrativa e de Planejamento e Controle da Companhia. 5.3. Quanto ao item (iii) da Ordem do Dia, foi aprovado o Informe Anual de Sustentabilidade referente ao exercício de 2020, apresentado pela Diretoria de Sustentabilidade da Companhia, o qual consolida informações sobre o desempenho econômico, social e ambiental da Companhia dentro da metodologia internacional GRI-Standards. O documento é utilizado para atender o requisito do Relatório de Responsabilidade Socioambiental e Econômico-Financeiro no modelo da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. 5.4. No que se refere ao item (iv) da Ordem do Dia, os Conselheiros foram informados do avanço do Plano de Direitos Humanos da Enel no Brasil para o período de 2021–2022, nos termos da apresentação realizada pela Diretoria de Sustentabilidade da Companhia. 5.5. No que se refere ao item (v) da Ordem do Dia, os Conselheiros ressaltaram a necessidade de receberem e acompanharem periodicamente o plano de ação para implementar as melhorias nos controles internos, conforme apontado no relatório dos auditores independentes. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para a lavratura da presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, foi circulada para assinatura pelos membros do Conselho, Guilherme de Gomes Lencastre, Roberta Bonomi, Mario Fernando de Melo Santos, Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira e Antonio Basilio Pires de Carvalho e Albuquerque, e pela Secretária, Maria Eduarda Fischer Alcure. *Confere com o original lavrado em livro próprio.* Niterói, 30 de abril de 2021. **Guilherme Gomes Lencastre** - Presidente do Conselho e da Reunião; **Maria Eduarda Fischer Alcure** - Secretária da Reunião. Jucerja em 08/06/21 sob o nº 33901826658. Bernardo F. S. Berwanger - Secretário Geral.

ENEL BRASIL S.A.
CNPJ nº 07.523.555/0001-67 - NIRE 33.3.0027645-9

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Enel Brasil S.A.
1. Local, Data e Hora: Reunião realizada na sede da Companhia, na Praça Leoni Ramos, nº 1, bloco 2, 7º andar, São Domingos, Niterói, RJ, no dia 29 de setembro de 2021, às 16h. **2. Presenças:** Convocação regularmente efetuada, nos termos do artigo 18 do Estatuto Social, estando presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração. **3. Presidente e Secretária da Reunião:** Guilherme Gomes Lencastre - Presidente; Maria Eduarda Fischer Alcure - Secretária. **4. Ordem do Dia: Temas para Aprovação:** i. Subordinação de Dívida da controlada Ampla com a Companhia por até 500MBRL; ii. Garantia para um novo financiamento da controlada CELG em montante de até 720MBRL; iii. Renovação de contrato de mútuo com a controlada CELG no montante de 1.077MBRL; iv. Garantia para pré-pagamento de dívida da EGP BR PART, no montante de até 360MBRL; v. Aprovação do Novo Código de Ética. **Temas para Informação:** vi. Resultado das auditorias concluídas (1º semestre 2021); vii. Monitoramento dos planos de ação de auditoria até 30.06.2021; viii. Resultado da Certificação ISO37001; ix. Campanha de Comunicação sobre Compliance e Integridade; x. Ações de Inovação da Auditoria Interna; e xi. Resultado das Controladas - Agosto 2021. **5. Deliberações tomadas pela unanimidade dos membros do Conselho de Administração presentes à reunião:** 5.1. Quanto ao item (i) da Ordem do Dia, após a apresentação realizada pela Diretoria Financeira, Administrativa e de Planejamento e Controle da Companhia, foi aprovada a possibilidade de celebração de aditivo a determinados contratos de mútuo firmados entre a Companhia, na qualidade de mutuante, e sua controlada Ampla Energia e Serviços S.A., na qualidade de mutuária, para pactuar a sua subordinação integral ou parcial a outras dívidas da Companhia, em situações e condições específicas, no valor máximo adicional de R$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), respeitadas todas as condições da anuência da Aneel para tais contratos. 5.2. No que se refere ao item (ii) da Ordem do Dia, após a apresentação realizada pela Diretoria Financeira, Administrativa e de Planejamento e Controle da Companhia, os Conselheiros aprovaram a concessão de garantia pela Companhia em operação de financiamento ou de emissão de títulos de dívida, a ser contratado pela controlada Celg Distribuição S.A. - CELG D, no montante de até R$720.000.000,00 (setecentos e vinte milhões de reais), caso tal contrato seja celebrado com instituições financeiras. 5.3. Quanto ao item (iii) da Ordem do Dia, após a apresentação realizada pela Diretoria Financeira, Administrativa e de Planejamento e Controle da Companhia, foi aprovada a renovação do contrato de mútuo com a controlada Celg Distribuição S.A. - CELG D, no montante de R$1.077.000.000,00 (um bilhão e setenta e sete milhões de reais), conforme termos e condições apresentados pela respectiva Diretoria. 5.4. No que se refere ao item (iv) da Ordem do Dia, após a apresentação realizada pela Diretoria Financeira, Administrativa e de Planejamento e Controle da Companhia, os Conselheiros ratificaram a garantia concedida pela Companhia em operação financeira destinada ao pré-pagamento de dívida da sociedade Enel Green Power Participações S.A., no montante de R$360.000.000,00 (trezentos e sessenta milhões de reais), nos termos e condições apresentados pela respectiva Diretoria. 5.5. No que se refere ao item (v) da Ordem do Dia, após a apresentação da Diretoria de Sustentabilidade da Companhia, foi aprovado o novo Código de Ética da Enel no Brasil. 5.6. No que se refere ao item (vi) da Ordem do Dia, os Conselheiros foram informados sobre o resultado das auditorias realizadas no primeiro semestre de 2021, com a explicação dos resultados significativos e das ações mitigatórias dos riscos apresentados, conforme apresentação realizada pela Auditoria Interna da Companhia. 5.7. Com relação ao item (vii) da Ordem do Dia, os Conselheiros foram informados sobre o monitoramento dos planos de ação do primeiro semestre de 2021 (1H2021), confirmando o comprometimento das áreas envolvidas e da Auditoria Interna na implementação das ações, conforme apresentação realizada pela Auditoria Interna da Companhia. 5.8. No que tange ao item (viii) da Ordem do Dia, os Conselheiros foram informados sobre o status da Certificação ISO 37.001, após auditoria externa realizada no Sistema de Gestão Antissuborno que assegurou o seu adequado funcionamento após verificação dos principais componentes do Programa de Integridade, conforme apresentação realizada pela Auditoria Interna da Companhia. 5.9. Quanto ao item (ix) da Ordem do Dia, os Conselheiros foram informados sobre a Campanha de Compliance, conforme apresentação realizada pela Auditoria Interna da Companhia. 5.10. Quanto ao item (x) da Ordem do Dia, foi apresentado o resumo das ações de inovação realizadas, com destaque para o projeto Força para Crescer, ganhador da categoria Segurança, e divulgação dos projetos de Data Analytics, Auditoria Ágile e uso da tecnologia com as Inspeções Remotas, conforme apresentação realizada pela Auditoria Interna da Companhia. 5.11. Quanto ao item (xi) da Ordem do Dia, após a apresentação realizada pela Diretoria Financeira, Administrativa e de Planejamento e Controle da Companhia, os Conselheiros foram informados sobre o resultado das sociedades controladas pela Companhia, por linha de negócio, até o mês de agosto de 2021. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para a lavratura da presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, foi circulada para assinatura pelos membros do Conselho, Guilherme de Gomes Lencastre, Roberta Bonomi, Mario Fernando de Melo Santos, Antonio Basilio Pires de Carvalho e Albuquerque e Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira, e, pela Secretária, Maria Eduarda Fischer Alcure. *Confere com o original lavrado em livro próprio.* Niterói, 29 de setembro de 2021. **Guilherme Gomes Lencastre** - Presidente do Conselho e da Reunião; **Maria Eduarda Fischer Alcure** - Secretária da Reunião. Jucerja em 18/10/21 sob o nº 4542702. Bernardo F. S. Berwanger - Secretário Geral.

ENEL BRASIL S.A.
CNPJ nº 07.523.555/0001-67 - NIRE 35.3.0057793-1

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Enel Brasil S.A.
1. Local, Data e Hora: Reunião realizada na sede da Companhia, na Av. das Nações Unidas, 14401, 23º andar, conjunto 231, Torre B1, Aroeira, Vila Gertrudes, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04794-000, no dia 30 de novembro de 2021, às 14h. **2. Presenças:** Convocação regularmente efetuada, nos termos do artigo 18 do Estatuto Social, estando presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração. **3. Presidente e Secretária da Reunião:** Guilherme Gomes Lencastre - Presidente; Fernando Antônio Pimenta Fernandes - Secretário. **4. Ordem do Dia: Temas para Aprovação:** i. Renovação de mútuo *intercompany* entre a Companhia e a Enel Américas S.A., no montante de 150MUSD; ii. Eleição do Novo Diretor de Compras da Companhia; **Temas para Informação:** iii. Renúncia de Diretor Adjunto; e iv. Resumo Executivo - Temas Relevantes Controladas. **5. Deliberações tomadas pela unanimidade dos membros do Conselho de Administração presentes à reunião:** 5.1. Quanto ao item (i) da Ordem do Dia, após a apresentação realizada pela Diretoria Financeira, Administrativa e de Planejamento e Controle da Companhia, os Conselheiros aprovaram a renovação do contrato de mútuo *intercompany* entre a Companhia e a Enel Américas S.A., no montante de US$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares americanos), conforme termos e condições apresentados pela Diretoria Financeira, Administrativa e de Planejamento e Controle da Companhia. 5.2. No que se refere ao item (ii) da Ordem do Dia, após a apresentação realizada pela Diretoria de Recursos Humanos e Organização da Companhia, os Conselheiros aprovaram a eleição de ANTONIO GUTIERREZ SILVA, chileno, casado, engenheiro industrial, portador do documento de identidade RNM nº V3336874, inscrito no CPF sob o nº 672.481.873-72, para o cargo de Diretor de Compras da Companhia, o qual estava vago, com mandato coincidente com o dos demais Diretores. O diretor ora eleito declara, para os fins legais, que não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no § 1º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; e que não foi condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que o torne inelegível para o cargo de administração da Companhia, como estabelecido no § 2º do art. 147 da Lei nº 6.404/76. Declara, ainda, que atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do art. 147 da Lei 6.404/76 e que não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, além de não ter, nem representar, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76. 5.3. Quanto ao item (iii) da Ordem do Dia, após a apresentação realizada pela Diretoria de Recursos Humanos e Organização da Companhia, os Conselheiros foram informados da renúncia de Bruno Franco Cecchetti ao cargo de Diretor Adjunto da Companhia. 5.4. No que se refere ao item (iv) da Ordem do Dia, os Conselheiros foram informados sobre temas relevantes e resultados das controladas da Companhia, conforme apresentação realizada pelos executivos de cada linha de negócio. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para a lavratura da presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, foi circulada para assinatura pelos membros do Conselho, Guilherme de Gomes Lencastre, Roberta Bonomi, Mario Fernando de Melo Santos, Antonio Basilio Pires de Carvalho e Albuquerque e Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira, e, pelo Secretário, Fernando Antônio Pimenta Fernandes. *Confere com o original lavrado em livro próprio.* São Paulo, 30 de novembro de 2021. **Guilherme Gomes Lencastre** - Presidente do Conselho e da Reunião; **Fernando Antônio Pimenta Fernandes** - Secretário da Reunião. **JUCESP** nº 34.433/22-3 em 24/01/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.



ENEL BRASIL S.A.
CNPJ nº 07.523.555/0001-67 - NIRE 33.3.0027645-9

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Enel Brasil S.A.
1. Local, Data e Hora: Reunião realizada na sede da Companhia, na Praça Leoni Ramos, nº 1, bloco 2, 7º andar, São Domingos, Niterói, RJ, no dia 25 de setembro de 2020, às 15h. **2. Presenças:** Convocação regularmente efetuada, nos termos do artigo 18 do Estatuto Social, estando presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração. **3. Presidente e Secretária da Reunião:** Mario Fernando de Melo Santos - Presidente, Maria Eduarda Fischer Alcure - Secretária. **4. Ordem do Dia:** Temas para aprovação: i. Desligamento de Luis Alonso Campos Rivas e André Oswaldo Santos dos cargos que ocupam atualmente na Companhia; e ii. Análise e Aprovação do Funcionamento do Sistema de Gestão Antissuborno para inclusão de controladas; Temas para informação: iii. Resultado da Certificação ISO37001; iv. Monitoramento dos Planos de Ação da Auditoria Interna até 30.06.2020; v. Campanha da Semana Ética; vi. Resultado das auditorias concluídas até julho/2020 e do status do Canal Ético em 31.08.2020; e vii. Outros Assuntos de interesse geral da Companhia. **5. Deliberações tomadas pela unanimidade dos membros do Conselho de Administração presentes à reunião:** 5.1. Quanto ao item **(i)** da Ordem do Dia, os Conselheiros aprovaram o desligamento de Luis Alonso Campos Rivas do cargo de Diretor de Tecnologia da Informação e Telecomunicações da Companhia, com data de 30.08.2020 e de André Oswaldo dos Santos do cargo de Diretor Adjunto da Companhia, na presente data. O desligamento de ambos os executivos dos respectivos cargos ocorre tendo em vista que os mesmos assumiram novos desafios no Grupo Enel. O cargo de Diretor de Tecnologia da Informação e Telecomunicações ficará vago até a eleição do novo executivo para a função. O cargo de Diretor Adjunto também permanecerá vago. 5.2. Em relação ao item **(ii)** da Ordem do Dia, após apresentação do tema pela Auditoria Interna da Companhia, os Conselheiros analisaram e aprovaram a eficácia do Sistema de Gestão Antissuborno, o qual abrange também as controladas Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A e Enel X Brasil S.A. 5.3. No que diz respeito ao item **(iii)** da Ordem do Dia, os Conselheiros foram informados pela Auditoria Interna sobre o resultado da auditoria externa objetivando a Certificação ISO37001, tendo sido recomendada a certificação da Companhia. Os Conselheiros reconheceram a importância do tema e sua aderência com os valores e compromissos do Grupo Enel. 5.4. Quanto ao item **(iv)** da Ordem do Dia, os Conselheiros foram atualizados sobre a evolução dos Planos de Ação da Auditoria Interna até 30.06.2020, nos termos apresentados pela Auditoria Interna da Companhia. 5.5. No que concerne ao item **(v)** da Ordem do Dia, os Conselheiros foram informados sobre a iniciativa de conscientização coordenada pela Auditoria Interna da Companhia, denominada Semana Ética. 5.6. No que diz respeito ao item **(vi)** da Ordem do Dia, os Conselheiros foram informados pela Auditoria Interna da Companhia sobre o resultado das auditorias concluídas até julho/2020 e do status do Canal Ético em 31.08.2020. 5.6. Por fim, quanto ao item **(vii)** da Ordem do Dia, não houve considerações. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para a lavratura da presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, foi circulada para assinatura pelos membros do Conselho, Mario Fernando de Melo Santos, Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira e Antonio Basilio Pires de Carvalho e Albuquerque, e pela Secretária, Maria Eduarda Fischer Alcure. *Confere com o original lavrado em livro próprio.* Niterói, 25 de setembro de 2020. **Mario Fernando de Melo Santos** - Presidente do Conselho e da Reunião; **Maria Eduarda Fischer Alcure** - Secretária da Reunião. Jucerja em 13/11/2020 sob o nº 3967895. Bernardo F. S. Berwanger - Secretário Geral.

ENEL BRASIL S.A.
CNPJ nº 07.523.555/0001-67 - NIRE 33.3.0027645-9

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Enel Brasil S.A.
1. Local, Data e Hora: Reunião realizada na sede da Companhia, na Praça Leoni Ramos, nº 1, bloco 2, 7º andar, São Domingos, Niterói, RJ, no dia 24 de fevereiro de 2021, às 16:00h. **2. Presenças:** Convocação regularmente efetuada, nos termos do artigo 18 do Estatuto Social, estando presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração. Presentes também o Diretor-Presidente da Companhia, o Sr. Nicola Cotugno, e o Sr. Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo, inscrito no CRC RJ-092563/O-1, representante da KPMG Auditores Independentes, auditora externa da Companhia. **3. Presidente e Secretária da Reunião:** Mario Fernando de Melo Santos - Presidente; Maria Eduarda Fischer Alcure - Secretária. **4. Ordem do Dia:** Temas para Aprovação: i. Análise e aprovação do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2020, e do Relatório dos Auditores Independentes; ii. Análise e aprovação da proposta de destinação do resultado do exercício de 2020 e distribuição de dividendos; iii. Aprovação de garantia para operação financeira da controlada Ampla Energia e Serviços S.A.. iv. Aprovação de garantia para operação financeira da controlada Celg Distribuição S.A - CELG - D. v. Aprovação da Convocação de uma Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") a se realizar em março de 2021 para a eleição de membro(s) do conselho de administração e nomeação do Presidente e Vice-Presidente; e vi. Aprovação da Convocação da Assembleia Geral Ordinária ("AGO") para os fins do art. 132 da Lei nº 6.404/76, para deliberar sobre: a) aprovação do relatório da administração e das demonstrações financeiras do exercício encerrado em 2020, acompanhados do relatório dos auditores independentes; b) destinação dos resultados do exercício de 2020 e distribuição de dividendos; c) eventual eleição de membros do conselho de administração; e d) fixação da remuneração global anual dos administradores; Temas para Informação: vii. Apresentação do Resultado do Plano de Auditoria 2020; viii. Apresentação do Plano de Auditoria 2021; ix. Apresentação do Plano de Sustentabilidade Enel Brasil 2020; e x. Outros assuntos de interesse geral da Companhia. **5. Deliberações tomadas pela unanimidade dos membros do Conselho de Administração presentes à reunião:** 5.1. Quanto ao item (i) da Ordem do Dia, foram apresentadas, pela Diretoria Financeira, Administrativa e de Planejamento e Controle, as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2020 e suas respectivas notas explicativas. Após análise e discussão, e diante dos esclarecimentos prestados pelo Sr. Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo sobre os principais assuntos de auditoria abordados no Relatório do Auditor Independente, os Conselheiros recomendaram a aprovação, pelos acionistas, do Relatório da Administração da Companhia e das Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31/12/2020, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, de mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, do valor adicionado, além das demonstrações de outros resultados abrangentes, complementadas pelas notas explicativas, acompanhadas do relatório, sem ressalvas, emitido pelos auditores externos, KPMG Auditores Independentes. Por fim, os Conselheiros ressaltaram a necessidade de receberem e acompanharem periodicamente o plano de ação a ser elaborado pela Diretoria da Companhia para implementar as melhorias nos controles internos, conforme apontado no relatório dos auditores independentes. 5.2. Em relação ao item **(ii)** da Ordem do Dia, foi aprovada a proposta da Administração da Companhia para a destinação do lucro líquido do exercício de 2020, a ser submetida à próxima Assembleia Geral Ordinária, nos seguintes termos: 5.2.1. Os Conselheiros foram informados de que o lucro total do exercício de 2019 alcançou o montante de R$1.441.657.610,10 (um bilhão, quatrocentos e quarenta e um milhões, seiscentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e dez reais e dez centavos), ao qual, acrescido o montante de R$24.902.326,43 (vinte e quatro milhões, novecentos e dois mil, trezentos e vinte e seis reais e quarenta e três centavos), referente à realização do custo atribuído (*deemed cost*) e do montante de R$720.400,11 (setecentos e vinte mil, quatrocentos reais e onze centavos), relativo à reversão dos dividendos prescritos de controladas, e deduzido o montante de R$73.327.996,83 (setenta e três milhões, trezentos e vinte e sete mil, novecentos e noventa e seis reais e oitenta e três centavos) a ser destinado à constituição da Reserva Legal, alcançou o valor líquido passível de distribuição de R$1.393.952.339,81 (um bilhão, trezentos e noventa e três milhões, novecentos e cinquenta e dois mil, trezentos e trinta e nove reais e oitenta e um centavos). Nesse sentido, foi proposto o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios no valor de R$348.488.085,00 (trezentos e quarenta e oito milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil e oitenta e cinco reais), correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do total do lucro líquido ajustado, bem como o pagamento de dividendos adicionais no valor de R$348.488.085,00 (trezentos e quarenta e oito milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil e oitenta e cinco reais), totalizando o montante de R$696.976.170,00 (seiscentos e noventa e seis milhões, novecentos e setenta e seis mil, cento e setenta reais), correspondentes a 50% (cinquenta por cento) do total do lucro líquido ajustado, em vista do previsto no art. 202, §3º, II, da Lei 6.404/76. Do saldo, no valor de R$696.976.169,81 (seiscentos e noventa e seis milhões, novecentos e setenta e seis mil, cento e sessenta e nove reais e oitenta e um centavos), será deduzido do valor de R$1.616.847.559,55 (um bilhão, seiscentos e dezesseis milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos), correspondente ao resultado de benefício pós-emprego (perda atuarial), chegando-se ao montante negativo de R$919.871.389,74 (novecentos e dezenove milhões, oitocentos e setenta e um mil, trezentos e oitenta e nove reais e setenta e quatro centavos), o qual se propõe seja absorvido pela reserva de reforço de capital de giro. 5.3. Quanto ao item **(iii)** da Ordem do Dia, foi autorizada, a concessão de garantia pela Companhia em operação financeira da controlada Ampla Energia e Serviços S.A., até o montante de R$370.000.000,00 (trezentos e setenta milhões de reais), caso requerida em financiamento realizado por terceiros, conforme condições apresentadas pela Diretoria Financeira, Administrativa e de Planejamento e Controle da Companhia. 5.4. Quanto ao item **(iv)** da Ordem do Dia, foi autorizada, a concessão de garantia pela Companhia em operação financeira da controlada Celg Distribuição S.A. - CELG - D, até o montante de R$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), caso requerida em financiamento realizado por terceiros, conforme condições apresentadas pela Diretoria Financeira, Administrativa e de Planejamento e Controle da Companhia. 5.5 No que se refere ao item **(v)** da Ordem do Dia, foi aprovada a convocação de uma Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em março de 2021, em data a ser definida, para deliberar sobre a eleição de membro(s) do Conselho de Administração e a nomeação do Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração. 5.6. Quanto ao item **(vi)** da Ordem do Dia, foi autorizada a convocação de Assembleia Geral Ordinária a ser realizada até 30 de abril de 2020, nos termos do artigo 132 da Lei 6.404/76, para deliberar sobre: a) a aprovação do relatório da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2020, acompanhadas do relatório dos auditores independentes; b) a destinação do resultado do exercício social de 2020 e a consequente distribuição de dividendos; c) a eventual eleição de membro(s) do conselho de administração; e d) a fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia. Nesse sentido, fica a Diretoria da Companhia, desde já, autorizada a adotar as providências necessárias à disponibilização e publicação dos documentos e informações pertinentes aos acionistas, conforme os prazos e procedimentos estabelecidos pela legislação societária. 5.7 No que se refere ao item **(vii)** de informação da Ordem do Dia, os Conselheiros foram informados sobre o resultado do Plano de Auditoria 2020 da Companhia, com particular enfoque dos trabalhos de auditoria realizados no segundo semestre de 2020, conforme apresentação realizada pela Auditoria Interna da Companhia. O Conselho tomou conhecimento dos principais processos da Companhia, principalmente dos temas mais relevantes e dos planos de melhorias identificados e acordados com as áreas responsáveis. O Conselho se manifestou favoravelmente com as informações recebidas e não realizou comentários. 5.8 No que se refere ao item **(viii)** de informação da Ordem do Dia, os Conselheiros foram informados sobre o Plano de Auditoria 2021 da Companhia, nos termos apresentados pela Auditoria Interna da Companhia. A apresentação abrangeu os detalhes da visão de risk assessment e a metodologia empregada pela equipe de Auditoria interna, para o desenvolvimento do plano, assim como os recursos à disposição para sua execução. O Conselho se manifestou favoravelmente com as informações recebidas e não realizou comentários. 5.9 Quanto ao item **(ix)** de informação da Ordem do Dia, os Conselheiros foram informados sobre o resultado do Plano de Sustentabilidade 2020, conforme apresentação realizada pela Diretoria de Sustentabilidade da Companhia. 5.10 Quanto ao item **(x)** de informação da Ordem do Dia, não houve outros assuntos de interesse geral. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para a lavratura da presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, foi circulada para assinatura pelos membros do Conselho, Mario Fernando de Melo Santos, Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira e Antonio Basilio Pires de Carvalho e Albuquerque, e pela Secretária, Maria Eduarda Fischer Alcure. *Confere com o original lavrado em livro próprio.* Niterói, 24 de fevereiro de 2021. **Mario Fernando de Melo Santos** - Presidente do Conselho e da Reunião; **Maria Eduarda Fischer Alcure** - Secretária da Reunião. Jucerja em 23/03/21 sob o nº 4037313. Bernardo F. S. Berwanger - Secretário Geral.



ENEL BRASIL S.A.
CNPJ nº 07.523.555/0001-67 - NIRE 33.3.0027645-9

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Enel Brasil S.A.
1. Local, Data e Hora: Reunião realizada na sede da Companhia, na Praça Leoni Ramos, nº 1, bloco 2, 7º andar, São Domingos, Niterói, RJ, no dia 17 de dezembro de 2020, às 09:30h. **2. Presenças:** Convocação regularmente efetuada, nos termos do artigo 18 do Estatuto Social, estando presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração. **3. Presidente e Secretária da Reunião:** Mario Fernando de Melo Santos - Presidente, Maria Eduarda Fischer Alcure - Secretária. **4. Ordem do Dia:** Temas para aprovação: i. Concessão de Aval pela Companhia para a controlada EGP CDSA na contratação de garantia financeira no âmbito do contrato celebrado com a Cammesa; ii. Contratação com Pessoa Politicamente Exposta, nos termos da Política Enel nº 412. Temas para informação: iii. Outros Assuntos de interesse geral da Companhia. **5. Deliberações tomadas pela unanimidade dos membros do Conselho de Administração presentes à reunião:** 5.1. Quanto ao item **(i)** da Ordem do Dia, após apresentação do tema pela Diretoria Administrativa, Financeira, e de Planejamento e Controle, foi autorizada a concessão do Aval (contra garantia) pela Companhia à controlada Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A. ("EGP CDSA"), para a contratação de garantias bancárias relacionadas ao cumprimento das obrigações assumidas pela EGP CDSA no Acordo de Provisão celebrado entre ela e a Compañía Administradora del Mercado Mayorista Eléctrico Sociedad Anónima ("Cammesa"). A autorização do Aval às garantias dada pelos Conselheiros abrange o montante total de até US$500.000.000,00 (quinhentos milhões de dólares americanos), sendo aqui ratificadas as garantias já dadas, no montante de US$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de dólares americanos), e aprovada a concessão de novas garantias até o valor de US$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares americanos). Os termos e condições das garantias foram apresentados pela referida Diretoria. 5.2. No que diz respeito ao item **(ii)** da Ordem do Dia, após análise da documentação apresentada pela Diretoria de Compras, e, nos termos da Política de Pessoas Politicamente Expostas e Pessoas Relacionadas (OP412), foi aprovada a contratação da Localiza Rent a Car S.A., empresa ganhadora do processo de licitação para aluguel de veículos para a Companhia, para o fornecimento de carros, com ou sem motoristas, para atender colaboradores e executivos no aplicativo Mobicity. 5.3. Em relação ao item **(iii)** da Ordem do Dia, não houve considerações. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para a lavratura da presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, foi circulada para assinatura pelos membros do Conselho, Mario Fernando de Melo Santos, Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira e Antonio Basilio Pires de Carvalho e Albuquerque, e pela Secretária, Maria Eduarda Fischer Alcure. *Confere com a original lavrada em livro próprio.* Niterói, 17 de dezembro de 2020. **Mario Fernando de Melo Santos** - Presidente do Conselho e da Reunião; **Maria Eduarda Fischer Alcure** - Secretária da Reunião. Jucerja em 29/12/20 sob o nº 3991874. Bernardo F. S. Berwanger - Secretário Geral.

ENEL BRASIL S.A.
CNPJ nº 07.523.555/0001-67 - NIRE 33.3.0027645-9

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Enel Brasil S.A.
1. Local, Data e Hora: Reunião realizada na sede da Companhia, na Praça Leoni Ramos, nº 1, bloco 2, 7º andar, São Domingos, Niterói, RJ, no dia 29 de março de 2021, às 14:00h. **2. Presenças:** Convocação regularmente efetuada, nos termos do artigo 18 do Estatuto Social, estando presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração, e, ainda, o Sr. Guilherme Gomes Lencastre. **3. Presidente e Secretária da Reunião:** Mario Fernando de Melo Santos - Presidente; Maria Eduarda Fischer Alcure - Secretária. **4. Ordem do Dia:** Temas para Aprovação: 1. Concessão de garantia em operação financeira da controlada Celg Distribuição S.A. - Celg D; 2. Autorização para subordinação de dívida de empréstimos concedidos à controlada Ampla Energia e Serviços S.A.; 3. Dissolução do Comitê de Supervisão do Programa de Integridade; 4. Atualização do Modelo de Prevenção dos Riscos Penais; Temas para Informação: 5. Apresentação dos resultados de 2020 da avaliação anual do Programa de Integridade e do Modelo de Prevenção de Riscos Penais; 6. Apresentação do resultado da análise das denúncias recebidas pelo Canal Ético em 2020; 7. Resultado do monitoramento dos planos de ação de 2020 da Auditoria; e 8. Outros assuntos de interesse geral da Companhia. **5. Deliberações tomadas pela unanimidade dos membros do Conselho de Administração presentes à reunião:** 5.1. Quanto ao item (i) da Ordem do Dia, foi autorizada, a concessão de garantia pela Companhia em operação financeira da controlada Celg Distribuição S.A. - CELG - D, até o montante de R$450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais), a ser contratada via empréstimo externo (Lei 4.131/62), conforme condições apresentadas pela Diretoria Financeira, Administrativa e de Planejamento e Controle da Companhia. Fica desde já autorizada a concessão de garantia nos derivativos associados à operação. 5.2. No que se refere ao item **(ii)** da Ordem do Dia, após a apresentação realizada pela Diretoria Financeira, Administrativa e de Planejamento e Controle da Companhia foi aprovada a possibilidade de celebração de aditivo a determinados contratos de mútuo firmados entre a Companhia, na qualidade de mutuante, e sua controlada Ampla Energia e Serviços S.A., na qualidade de mutuária, para pactuar a sua subordinação parcial a outras dívidas da Companhia, em situações e condições específicas, no valor máximo de R$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), respeitadas todas as condições da anuência da Aneel para tais contratos. 5.3. Quanto ao item **(iii)** da Ordem do Dia, após apresentação do tema pela Auditoria Interna da Companhia, foi aprovada a dissolução do Comitê de Supervisão do Programa de Integridade, criado em 15/12/2016, através da aprovação do Regulamento do Comitê de Supervisão do Programa de Integridade, visando alinhar as práticas do Grupo Enel sobre o tema. O Conselheiro Antonio Basilio absteve-se de votar. Ao final da apresentação, foi ressaltado pela Auditoria Interna da Companhia que a área seguirá reportando ao Conselho de Administração as atividades relacionadas a supervisão do Programa de Integridade, contando com o apoio e cooperação de todas as áreas da Companhia. 5.4. No que se refere ao item **(iv)** da Ordem do Dia, foi aprovada a atualização do Modelo de Prevenção de Riscos Penais da Companhia para inclusões de melhorias no documento, nos termos apresentados pela Auditoria Interna da Companhia e acordado com a Diretoria Jurídica. 5.5. No que se refere ao item **(v)** da Ordem do Dia, os Conselheiros foram informados sobre os resultados de 2020 da avaliação anual do Programa de Integridade e do Modelo de Prevenção de Riscos Penais que incluía a revisão dos principais temas e componentes do Programa, as atividades de verificação interna e certificação externa, para assegurar o adequado desenho e funcionado do Modelo, conforme apresentação realizada pela Auditoria Interna da Companhia. 5.6. Quanto ao item **(vi)** da Ordem do Dia, os Conselheiros foram informados sobre resultado da análise das denúncias recebidas pelo Canal Ético em 2020, evidenciando estatística, temas e medidas corretivas adotadas pela administração, conforme apresentação realizada pela Auditoria Interna da Companhia. 5.7. Quanto ao item **(vii)** da Ordem do Dia, os Conselheiros foram informados sobre o resultado do monitoramento dos planos de ação de 2020 da Auditoria Interna, conforme apresentação realizada pela referida área, sendo destacado pelos Conselheiros o comprometimento da Auditoria Interna e das demais áreas da Companhia envolvidas nos planos de ação. 5.8. Quanto ao item **(viii)** da Ordem do Dia, o Presidente do Conselho de Administração, informou sobre a reunião havida com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e alguns administradores das distribuidoras do Grupo e da Companhia, na qual foram abordados aspectos relativos à qualidade do serviço das distribuidoras. Os Conselheiros solicitaram atualização periódica sobre esse assunto. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para a lavratura da presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, foi circulada para assinatura pelos membros do Conselho, Mario Fernando de Melo Santos, Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira e Antonio Basilio Pires de Carvalho e Albuquerque, e, pela Secretária, Maria Eduarda Fischer Alcure. *Confere com o original lavrado em livro próprio.* Niterói, 29 de março de 2021. **Mario Fernando de Melo Santos -** Presidente do Conselho e da Reunião; **Maria Eduarda Fischer Alcure -** Secretária da Reunião. Jucerja em 15/04/21 sob o nº 4049599. Bernardo F. S. Berwanger - Secretário Geral.

ENEL BRASIL S.A.
CNPJ nº 07.523.555/0001-67 - NIRE 33.3.0027645-9

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Enel Brasil S.A.
1. Local, Data e Hora: Reunião realizada na sede da Companhia, na Praça Leoni Ramos, nº 1, bloco 2, 7º andar, São Domingos, Niterói, RJ, no dia 31 de maio de 2021, às 09:30h. **2. Presenças:** Convocação regularmente efetuada, nos termos do artigo 18 do Estatuto Social, estando presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração. **3. Presidente e Secretária da Reunião:** Guilherme Gomes Lencastre - Presidente; Maria Eduarda Fischer Alcure - Secretária. **4. Ordem do Dia:** Temas para Aprovação: i. Aumento do capital social da controlada Enel X Brasil S.A.; ii. Renovação da Linha de Crédito Comprometido contratada com a Enel Finance International N.V ("EFI"); e iii. Indicação de novo executivo para o cargo de Diretor de Compras da Companhia. Temas para Informação: iv. Outros assuntos de interesse geral da Companhia. **5. Deliberações tomadas pela unanimidade dos membros do Conselho de Administração presentes à reunião:** 5.1. Quanto ao item **(i)** da Ordem do Dia, foi autorizada a realização de uma assembleia geral extraordinária da controlada Enel X Brasil S.A. para deliberar e aprovar o aumento de capital da respectiva sociedade no valor de até R$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), conforme apresentação realizada pela Diretoria Financeira, Administrativa e de Planejamento e Controle da Companhia e informações apresentadas pelo Diretor Geral da Enel X Brasil S.A., Sr. Francisco Scroffa. 5.2. No que se refere ao item **(ii)** da Ordem do Dia, foi aprovada a renovação, por mais um ano, da Linha de Crédito Comprometido contratada com a Enel Finance International N.V ("EFI"), no montante de R$800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais), conforme material apresentado pela Diretoria Financeira, Administrativa e de Planejamento e Controle da Companhia. 5.3. Quanto ao item **(iii)** da Ordem do Dia, foi aprovada a indicação do Sr. Antonio Gutierrez Silva, chileno, casado, engenheiro industrial, portador do passaporte chileno nº F26478431, com endereço profissional na Praça Leoni Ramos, nº 1, bloco 1, 7º andar, São Domingos, Niterói, Rio de Janeiro, para ocupar o cargo de Diretor de Compras da Companhia, em substituição a Sra. Margot Frota Cohn Pires, que deixou o cargo em 03 de maio de 2021. A eleição do Sr. Antonio Gutierrez Silva ocorrerá depois de cumpridas as formalidades e trâmites legais junto às autoridades imigratórias brasileiras. Os Conselheiros manifestaram seus agradecimentos a Sra. Margot Frota Cohn Pires por sua contribuição à Companhia durante todo o período em que atuou como Diretora de Compras da Companhia. 5.4. No que se refere ao item **(iv)** da Ordem do Dia, os conselheiros conversaram sobre a inclusão nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia de um resumo da situação das controladas da Companhia no Brasil, por linha de negócio, tendo o Presidente do Conselho informado que está avaliando o melhor formato e periodicidade para a inclusão desse resumo nas reuniões. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para a lavratura da presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, foi circulada para assinatura pelos membros do Conselho, Guilherme de Gomes Lencastre, Roberta Bonomi, Mario Fernando de Melo Santos, Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira e Antonio Basilio Pires de Carvalho e Albuquerque, e, pela Secretária, Maria Eduarda Fischer Alcure. *Confere com o original lavrado em livro próprio.* Niterói, 31 de maio de 2021. **Guilherme Gomes Lencastre -** Presidente do Conselho e da Reunião; **Maria Eduarda Fischer Alcure -** Secretária da Reunião. Jucerja em 02/07/21 sob o nº 4096602. Bernardo F. S. Berwanger - Secretário Geral.

ENEL BRASIL S.A.
CNPJ nº 07.523.555/0001-67 - NIRE 35.3.0057793-1

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Enel Brasil S.A.
1. Local, Data e Hora: Reunião realizada na sede da Companhia, na Av. das Nações Unidas 14401, torre B1 Aroeira, 23° andar, parte, parque da Cidade, Chácara Santo Antonio - SP, Cep: 04794-000, no dia 28 de outubro de 2021, às 17h. **2. Presenças:** Convocação regularmente efetuada, nos termos do artigo 18 do Estatuto Social, estando presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração. **3. Presidente e Secretária da Reunião:** Guilherme Gomes Lencastre - Presidente; Maria Eduarda Fischer Alcure - Secretária. **4. Ordem do Dia: Temas para Aprovação:** i. Concessão de garantia até 150 MEUR em financiamento a ser contratado entre a controlada Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A e o Banco Europeu de Investimentos; ii. Renovação de mútuo *intercompany* entre a Companhia e a controlada Celg Distribuição S.A. - CELG D, no montante de até 850MBRL; iii. Aumento de capital para a controlada Enel X Brasil S.A. no valor de 50MBRL; iv. Análise do Protocolo e Justificação da incorporação da Enel Green Power Brasil Participações Ltda pela Companhia; e v. Convocação de uma AGE para deliberar sobre a incorporação da Enel Green Power Brasil Participações Ltda pela Companhia; **Temas para Informação:** vi. Plano de Sustentabilidade Enel Brasil 2021 (avanços 3º trimestre 2021); vii. Plano de Direitos Humanos (avanços 3º trimestre 2021); viii. Plano de Ação (controles internos); e ix. Resumo Executivo - Temas Relevantes Controladas. **5. Deliberações tomadas pela unanimidade dos membros do Conselho de Administração presentes à reunião:** 5.1. Quanto ao item **(i)** da Ordem do Dia, após a apresentação realizada pela Diretoria Financeira, Administrativa e de Planejamento e Controle da Companhia, os Conselheiros aprovaram a concessão de garantia para financiamento a ser contratado entre a controlada Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A e o Banco Europeu de Investimentos, no montante de até €150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de euros), conforme termos e condições apresentados pela referida Diretoria. Caso a referida garantia venha a ser necessária, sua remuneração será estabelecida de acordo com a regulamentação da Aneel, a qual pressupõe alinhamento com condições de mercado. 5.2. No que se refere ao item **(ii)** da Ordem do Dia, após a apresentação realizada pela Diretoria Financeira, Administrativa e de Planejamento e Controle da Companhia, os Conselheiros aprovaram a postergação dos vencimentos de contratos de mútuo entre a Companhia e a controlada Celg Distribuição S.A. - CELG D, no montante de até R$850.000.000,00 (oitocentos e cinquenta milhões de reais), conforme termos e condições apresentados pela referida Diretoria. 5.3. Quanto ao item **(iii)** da Ordem do Dia, após a apresentação realizada pela Diretoria Financeira, Administrativa e de Planejamento e Controle da Companhia, foi autorizada a subscrição pela Companhia de aumento de capital da controlada Enel X Brasil S.A., no valor de até R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais). 5.4. No que se refere ao item **(iv)** da Ordem do Dia, após a apresentação realizada pela Diretoria Financeira, Administrativa e de Planejamento e Controle da Companhia, os Conselheiros aprovaram celebração do Protocolo e Justificação da incorporação da Enel Green Power Brasil Participações Ltda pela Companhia, conforme material apresentado pela respectiva Diretoria. 5.5. No que se refere ao item **(v)** da Ordem do Dia, os Conselheiros aprovaram a convocação de uma Assembleia Geral Extraordinária da Companhia para deliberar sobre a incorporação da Enel Green Power Brasil Participações Ltda pela Companhia e todos os atos relacionados à referida operação, a ser realizada no dia 04 de novembro de 2021. 5.6. No que se refere ao item **(vi)** da Ordem do Dia, os Conselheiros foram informados sobre os avanços do terceiro trimestre de 2021 em relação ao Plano de Sustentabilidade 2021, conforme apresentação realizada pela Diretoria de Sustentabilidade da Companhia. 5.7. Com relação ao item **(vii)** da Ordem do Dia, os Conselheiros foram informados sobre os avanços do terceiro trimestre de 2021 em relação ao Plano de Direitos Humanos, conforme apresentação realizada pela Diretoria de Sustentabilidade da Companhia. 5.8. No que tange ao item **(viii)** da Companhia, os Conselheiros foram informados sobre os avanços do Plano de Ação para implementação de melhorias nos controles internos, baseado no relatório apresentado pelos auditores independentes da Companhia, conforme apresentação feita pelo Head of Digital Solutions Brazil, Sr. Alexandre Junqueira Franco. Os Srs. Alexandre Figueiredo, Nagib M Neto e Roberto M Formichella, representantes dos auditores independentes da Companhia, compareceram à reunião, tendo o Sr. Alexandre Figueiredo comentado a rotina de reuniões e ações que vem sendo realizadas no âmbito do plano de ação em curso, destacando mais uma vez o compromisso da Companhia na implementação das melhorias identificadas, a qualidade do plano de ação em curso e a importância dos próximos 2 meses na conclusão do processo. 5.9. Quanto ao item **(ix)** da Ordem do Dia, os Conselheiros foram informados sobre temas relevantes e resultados das controladas da Companhia, conforme apresentação realizada pelos executivos de cada linha de negócio. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para a lavratura da presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, foi circulada para assinatura pelos membros do Conselho, Guilherme de Gomes Lencastre, Roberta Bonomi, Mario Fernando de Melo Santos, Antonio Basilio Pires de Carvalho e Albuquerque, e Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira, e, pela Secretária, Maria Eduarda Fischer Alcure. *Confere com o original lavrado em livro próprio.* São Paulo, 28 de outubro de 2021. **Guilherme Gomes Lencastre -** Presidente do Conselho e da Reunião; **Maria Eduarda Fischer Alcure -** Secretária da Reunião. **JUCESP** nº 561.173/21-7 em 25/11/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.



ENEL BRASIL S.A.
CNPJ nº 07.523.555/0001-67 - NIRE 35300577931

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Enel Brasil S.A.

1. Local, Data e Hora: Reunião realizada na sede da Companhia, na Av. das Nações Unidas, 14401, 23º andar, conjunto 231, Torre B1, Aroeira, Vila Gertrudes, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04794-000, no dia 31 de janeiro de 2022, às 15:30h. **2. Presenças:** Convocação regularmente efetuada, nos termos do artigo 18 do Estatuto Social, estando presente a maioria dos membros do Conselho de Administração. **3. Presidente e Secretária da Reunião:** Guilherme Gomes Lencastre - Presidente; Fernando Antônio Pimenta Fernandes - Secretário. **4. Ordem do Dia: Temas para Aprovação:** i. Aporte de capital para a controlada Ampla Energia e Serviços S.A., no valor de 1.640MBRL; ii. Renovação de Mútuo Intercompany entre a Companhia e a Enel Américas S.A., no valor de 225MUSD; iii. Ratificação de contratação de empréstimos bancários no montante de até 880MBRL; iv. Ratificação da renovação automática de contrato de linha comprometida com o Banco Itaú, no valor de até 450MBRL; v. Ratificação de celebração de Mútuo Intercompany com a controlada Companhia Energética do Ceará - Coelce, no valor de até 370MBRL; vi. Ratificação de celebração de Mútuo Intercompany com a controlada Celg Distribuição S.A. - Celg D, no valor de até 550MBRL; vii. Celebração de contrato de Mútuo Intercompany com a controlada Celg Distribuição S.A. - Celg D, no valor de até 390MBRL; viii. Renovação e Ratificação de contratos de Mútuo Intercompany com a controlada Celg Distribuição S.A. - Celg D, no valor total de 418MBRL. **Temas para Informação:** ix. Resumo Executivo - Temas Relevantes Controladas. **5. Deliberações tomadas pela unanimidade dos membros do Conselho de Administração presentes à reunião:** 5.1. Quanto ao item **(i)** da Ordem do Dia, em cumprimento ao artigo 21, "z", do Estatuto Social da Companhia, e após apresentação realizada pela Diretoria Financeira, Administrativa e de Planejamento e Controle da Companhia, os Conselheiros aprovaram a realização de aporte de capital para a controlada Ampla Energia e Serviços S.A., no montante total de R$1.640.000.000,00 (um bilhão e seiscentos e quarenta milhões de reais). Desse total, já foram transferidos à referida controlada, por Adiantamento para Futuro Aumento de Capital ("AFAC"), R$100.000.000,00 (cem milhões de reais), os quais foram ratificados pelos Conselheiros, e mais R$910.000.000,00 (novecentos e dez milhões de reais) serão transferidos também via AFAC. O aumento de capital da controlada, no valor total aqui mencionado, será submetido à aprovação em Assembleia Geral Extraordinária da referida sociedade, comprometendo-se a Companhia a subscrevê-lo integralmente caso não haja interesse dos acionistas minoritários em participar do referido aumento. 5.2. No que se refere ao item **(ii)** da Ordem do Dia, em cumprimento ao artigo 21, "o", do Estatuto Social da Companhia, os Conselheiros aprovaram a renovação do mútuo entre a Companhia e a Enel Américas S.A., no valor de US$225.000.000,00 (duzentos e vinte e cinco milhões de dólares americanos), conforme termos e condições apresentados pela Diretoria Financeira, Administrativa e de Planejamento e Controle da Companhia. 5.3. Quanto ao item **(iii)** da Ordem do Dia, em cumprimento ao artigo 21, "o", do Estatuto Social da Companhia, os Conselheiros ratificaram a contratação de empréstimos bancários pela Companhia, no valor de até R$880.000.000,00 (oitocentos e oitenta milhões de reais), conforme termos e condições apresentados pela Diretoria Financeira, Administrativa e de Planejamento e Controle da Companhia. 5.4. Quanto ao item **(iv)** da Ordem do Dia, em cumprimento ao artigo 21, "o", do Estatuto Social da Companhia, os Conselheiros ratificaram a renovação de contrato de linha comprometida celebrado entre a Companhia e o Banco Itaú, no valor de até R$450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais), conforme termos e condições apresentados pela Diretoria Financeira, Administrativa e de Planejamento e Controle da Companhia. 5.5. Quanto ao item **(v)** da Ordem do Dia, em cumprimento ao artigo 21, "o", do Estatuto Social da Companhia, os Conselheiros ratificaram a contratação de mútuo entre a Companhia e a controlada Companhia Energética do Ceará - Coelce, no valor de até R$370.000.000,00 (trezentos e setenta milhões de reais), conforme termos e condições apresentados pela Diretoria Financeira, Administrativa e de Planejamento e Controle da Companhia. 5.6. Quanto ao item **(vi)** da Ordem do Dia, em cumprimento ao artigo 21, "o", do Estatuto Social da Companhia, os Conselheiros ratificaram a contratação de mútuo entre a Companhia e a controlada Celg Distribuição S.A. - Celg D, no valor de até R$550.000.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões de reais), conforme termos e condições apresentados pela Diretoria Financeira, Administrativa e de Planejamento e Controle da Companhia. 5.7. Quanto ao item **(vii)** da Ordem do Dia, em cumprimento ao artigo 21, "o", do Estatuto Social da Companhia, os Conselheiros aprovaram, caso necessária, a celebração de novo mútuo entre a Companhia e a controlada Celg Distribuição S.A. - Celg D, no valor de até R$390.000.000,00 (trezentos e noventa milhões de reais). Caso a contratação no valor aqui mencionado ocorra através de empréstimo celebrado diretamente pela controlada com instituições financeiras, os Conselheiros aprovaram, desde já, a concessão de garantia pela Companhia na referida operação, bem como na contratação de derivativos associados ao empréstimo, caso realizado com base na Lei 4.131/62, tudo conforme termos e condições apresentados pela Diretoria Financeira, Administrativa e de Planejamento e Controle da Companhia. 5.8. Quanto ao item **(viii)** da Ordem do Dia, em cumprimento ao artigo 21, "o", do Estatuto Social da Companhia, os Conselheiros aprovaram a renovação dos mútuos VII (70MBRL), XII (102MBRL) e XIII (96MBRL) firmados entre a Companhia e a controlada Celg Distribuição S.A. - Celg D, bem como ratificaram a renovação do mútuo VI (150MBRL), realizada em Dezembro de 2021, entre a Companhia e a controlada Celg Distribuição S.A. - Celg D, tudo conforme termos e condições apresentados pela Diretoria Financeira, Administrativa e de Planejamento e Controle da Companhia. 5.9. No que se refere ao item **(ix)** da Ordem do Dia, os Conselheiros foram informados sobre temas relevantes e resultados das controladas da Companhia, conforme apresentação realizada pelos executivos de cada linha de negócio. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para a lavratura da presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, foi circulada para assinatura pelos membros do Conselho, Guilherme de Gomes Lencastre, Roberta Bonomi, Mario Fernando de Melo Santos, e Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira, e, pelo Secretário, Fernando Antônio Pimenta Fernandes. *Confere com o original lavrado em livro próprio.* São Paulo, 31 de janeiro de 2022. **Guilherme Gomes Lencastre** - Presidente do Conselho e da Reunião; **Fernando Antônio Pimenta Fernandes** - Secretário da Reunião. **JUCESP** nº 120.062/22-7 em 02/03/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

ENEL BRASIL S.A.
CNPJ nº 07.523.555/0001-67 - NIRE 35300577931

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Enel Brasil S.A.

1. Local, Data e Hora: Reunião realizada na sede da Companhia, na Av. das Nações Unidas, 14401, 23º andar, conjunto 231, Torre B1, Aroeira, Vila Gertrudes, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04794-000, no dia 31 de março de 2022, às 16h. **2. Presenças:** Convocação regularmente efetuada, nos termos do artigo 18 do Estatuto Social, estando presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração. **3. Presidente e Secretária da Reunião:** Guilherme Gomes Lencastre - Presidente; Maria Eduarda Fischer Alcure - Secretária. **4. Ordem do Dia: Temas para aprovação:** i. Renovação de empréstimos *intercompany* com a controlada Celg Distribuição S.A. – CELG D (1.297MBRL); ii. Concessão de garantia em empréstimo da controlada Companhia Energética do Ceará – COELCE (380MBRL); iii. Concessão de garantia para dívida a ser tomada pela controlada Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de Sao Paulo S.A. (até 800MBRL); iv. Aumento do Capital da Companhia no montante de ~778MBRL; v. Contratação de Serviço de Consultoria Financeira (Projeto Alpha); vi. Compra de SPEs associadas a projetos eólicos; vii. Contratação de Serviço de Fornecimento e Instalação de Aerogeradores (Projeto Pedra Pintada); viii. Contratação de Serviço de Manutenção de Aerogeradores (Projeto Pedra Pintada); ix. Contratação de Serviço de Construção Civil (Projeto Aroeira – Zonas Leste e Oeste); x. Contratação de Serviço de Construção Civil (Projeto Lagoa dos Ventos 5); xi. Projeto Blaze Brasil – atualização estrutura; **Temas para informação:** xii. Apresentação dos resultados da avaliação do Programa de Integridade para 2021; xiii. Resultado das análises das denúncias recebidas pelo Canal Ético em 2021; xiv. Resultado do seguimento e evolução dos Planos de Ação com vencimento em 31/12/2021; xv. Apresentação Plano de Sustentabilidade Enel Brasil 2021 e da estratégia 2022-2024; xvi. Apresentação Plano de Direitos Humanos Enel Brasil 2021-2022; e xvii. Resumo Executivo – Temas Relevantes Controladas. **5. Deliberações tomadas pela unanimidade dos membros do Conselho de Administração presentes à reunião:** 5.1. Quanto ao item **(i)** da Ordem do Dia, em cumprimento ao artigo 21, "o", do Estatuto Social da Companhia, os Conselheiros aprovaram a renovação por 6 (seis) meses de contratos de empréstimos *intercompany* celebrados entre a Companhia e a controlada Celg Distribuição S.A – Celg D, no valor de R$1.297.000.000,00 (um bilhão, duzentos e noventa e sete milhões de reais), conforme termos e condições apresentados pela Diretoria Financeira, Administrativa e de Planejamento e Controle da Companhia. 5.2. Em relação ao item **(ii)** da Ordem do Dia, em cumprimento ao artigo 21, "o", do Estatuto Social da Companhia, os Conselheiros aprovaram, caso se faça necessário, a concessão de garantia pela Companhia em operação(ões) financeira(s) a ser(em) contratada(s) pela controlada Companhia Energética do Ceará – COELCE, até o montante de R$380.000.000,00 (trezentos e oitenta milhões de reais), bem como a concessão de garantia em contratos de derivativos associados a tal(is) operação(ões), conforme termos e condições apresentados pela Diretoria Financeira, Administrativa e de Planejamento e Controle da Companhia. 5.3. No que se refere ao item **(iii)** da Ordem do Dia, em cumprimento ao artigo 21, "o", do Estatuto Social da Companhia, os Conselheiros aprovaram, caso se faça necessário, a concessão de garantia pela Companhia em operação financeira a ser contratada pela controlada Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de Sao Paulo S.A., até o montante de R$800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais), bem como a concessão de garantia em contratos de derivativos associados a tal operação, conforme termos e condições apresentados pela Diretoria Financeira, Administrativa e de Planejamento e Controle da Companhia. 5.4. Quanto ao item **(iv)** da Ordem do Dia, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R$777.820.000,04 (setecentos e setenta e sete milhões, oitocentos e vinte mil reais e quatro centavos), passando o mesmo de R$35.292.949.190,06 (trinta e cinco bilhões, duzentos e noventa e dois milhões, novecentos e quarenta e nove mil, cento e noventa reais e seis centavos) para R$36.070.769.190,10 (trinta e seis bilhões, setenta milhões, setecentos e sessenta e nove mil, cento e noventa reais e dez centavos), mediante a emissão, para subscrição particular, de 17.558.630 (dezessete milhões, quinhentas e cinquenta e oito mil, seiscentas e trinta) novas ações, ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R$44,29845 por ação, fixado com base no art. 170, parágrafo 1º, inciso II da Lei nº 6.404/76. As ações ora emitidas foram integralmente subscritas, neste ato, pela acionista Enel Américas S.A., conforme Boletim de Subscrição (Anexo 1) e serão integralizadas em moeda corrente do país, mediante os investimentos externos, objeto dos contratos de câmbio celebrados em 24/02/2022 com as seguintes instituições financeiras: Banco BNP Paribas Brasil S.A (contrato nº 295402954) e Banco HSBC S.A (contratos nº 295401312 e 295401309), todos com liquidação no dia 02/03/2022, cujo total corresponde a R$777.820.000,04 (setecentos e setenta e sete milhões, oitocentos e vinte mil reais e quatro centavos). Com a liquidação dos câmbios, o capital social da Companhia passa a ser de R$36.070.769.190,10 (trinta e seis bilhões, setenta milhões, setecentos e sessenta e nove mil, cento e noventa reais e dez centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 1.006.523.868 (um bilhão, seis milhões, quinhentas e vinte e três mil, oitocentas e sessenta e oito) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. 5.4.1. O referido aumento se dá dentro do limite de capital autorizado, conforme previsto no art. 168 da Lei nº 6.404/76 e no art. 6º do Estatuto Social da Companhia, que autoriza o Conselho de Administração a fixar o preço de emissão e as demais condições de subscrição e integralização das ações dentro do capital social autorizado, que atualmente é de 5.000.000.000 (cinco bilhões) de ações. 5.4.2. Os demais acionistas da Companhia manifestaram expressamente sua renúncia, de forma irretratável e irrevogável, aos respectivos direitos de preferência para a subscrição das novas ações, conforme expressado em cartas que ficam arquivadas na sede da Companhia. 5.5. Quanto ao item **(v)** da Ordem do Dia, em cumprimento ao artigo 21, "t", do Estatuto Social da Companhia, os Conselheiros aprovaram a contratação de serviço de Consultoria Financeira com o Banco BTG Pactual, para assessoria no Projeto Alpha, conforme termos e condições apresentados pela área legal de Power Generation no Brasil. 5.6. Quanto ao item **(vi)** da Ordem do Dia, em cumprimento ao artigo 21, "j", do Estatuto Social da Companhia, os Conselheiros aprovaram a assinatura dos Contratos de Compra e Venda de Ações relativos à aquisição de SPEs associadas a projetos de geração de energia eólica, conforme termos e condições apresentados pela área de Business Development no Brasil. 5.7. Quanto ao item **(vii)** da Ordem do Dia, em cumprimento ao artigo 21, "q", do Estatuto Social da Companhia, os Conselheiros ratificaram a contratação dos serviços de fornecimento e instalação de aerogeradores para o Projeto Pedra Pintada, conforme termos e condições apresentados pela área de Procurement (Business Development) no Brasil. Os conselheiros solicitaram que a área de Procurement informe mensalmente o *status* do referido contrato. 5.8. Quanto ao item **(viii)** da Ordem do Dia, em cumprimento ao artigo 21, "q", do Estatuto Social da Companhia, os Conselheiros ratificaram a contratação dos serviços de manutenção de aerogeradores para o Projeto Pedra Pintada, conforme termos e condições apresentados pela área de Procurement (Business Development) no Brasil. Os conselheiros solicitaram que a área de Procurement informe mensalmente o *status* do referido contrato. 5.9. Quanto ao item **(ix)** da Ordem do Dia, em cumprimento ao artigo 21, "q", do Estatuto Social da Companhia, os Conselheiros ratificaram a contratação dos serviços de construção civil para o Projeto Aroeira (Zonas Leste e Oeste), conforme termos e condições apresentados pela área de Procurement (Business Development) no Brasil. Os conselheiros solicitaram que a área de Procurement informe mensalmente o *status* do referido contrato. 5.10. Quanto ao item **(x)** da Ordem do Dia, em cumprimento ao artigo 21, "q", do Estatuto Social da Companhia, os Conselheiros aprovaram a contratação dos serviços de construção civil para o Projeto Lagoa dos Ventos 5, conforme termos e condições apresentados pela área de Procurement (Business Development) no Brasil. Os conselheiros solicitaram que a área de Procurement informe mensalmente o *status* do referido contrato. 5.11. Quanto ao item **(xi)** da Ordem do Dia, em cumprimento ao artigo 21, "j", do Estatuto Social da Companhia, os Conselheiros aprovaram a nova estrutura do Projeto Blaze, conforme termos e condições apresentados pelo Conselheiro Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira. 5.12. No que se refere ao item **(xii)** da Ordem do Dia, os Conselheiros foram informados sobre o resultado de 2021 da avaliação do Programa de Integridade e do Modelo de Prevenção de Riscos Penais, que incluiu a revisão dos principais pilares do Programa, as atividades de monitoramento e verificações internas e certificações externas para assegurar o adequado desenho e funcionamento do Modelo, nos termos apresentados pela Auditoria Interna da Companhia. O Conselho se manifestou favoravelmente com as informações recebidas e não realizou comentários. 5.13. No que se refere ao item **(xiii)** da Ordem do Dia, os Conselheiros foram informados sobre o resultado das análises das denúncias recebidas pelo Canal Ético em 2021, evidenciando estatísticas e tendências das denúncias recebidas no Canal, conforme apresentado pela Auditoria Interna da Companhia. O Conselho se manifestou favoravelmente com as informações recebidas e não realizou comentários. 5.14. No que se refere ao item **(xiv)** da Ordem do Dia, os Conselheiros foram informados sobre o resultado do seguimento e evolução dos Planos de Ação com vencimento em 31/12/2021, nos termos apresentados pela Auditoria Interna da Companhia. O Conselho se manifestou favoravelmente com as informações recebidas e não realizou comentários. 5.15. No que se refere ao item **(xv)** da Ordem do Dia, os Conselheiros foram informados sobre o avanço final do Plano de Sustentabilidade de 2021 e a estratégia para o biênio 2022-2024, nos termos apresentados pela Diretoria de Sustentabilidade da Companhia. 5.16. No que se refere ao item **(xvi)** da Ordem do Dia, os Conselheiros foram informados sobre o monitoramento do Plano de Direitos Humanos 2021-2022, nos termos apresentados pela Diretoria de Sustentabilidade da Companhia. 5.17. No que se refere ao item **(xvii)** da Ordem do Dia, os Conselheiros foram informados sobre temas relevantes e resultados das controladas da Companhia, conforme apresentação realizada pelos executivos de cada linha de negócio. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para a lavratura da presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, foi circulada para assinatura pelos membros do Conselho, Guilherme de Gomes Lencastre, Mario Fernando de Melo Santos, Antonio Basilio Pires de Carvalho e Albuquerque, Roberta Bonomi e Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira, e, pela Secretária, Maria Eduarda Fischer Alcure. *Confere com o original lavrado em livro próprio.* São Paulo, 31 de março de 2022. **Guilherme Gomes Lencastre -** Presidente do Conselho e da Reunião; **Maria Eduarda Fischer Alcure** - Secretária da Reunião; **Mario Fernando de Melo Santos -** Vice-Presidente do Conselho; **Roberta Bonomi** - Conselheira; **Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira** - Conselheiro; **Antonio Basilio Pires de Carvalho e Albuquerque** - Conselheiro. **JUCESP** nº 218.786/22-0 em 02/05/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

ENEL BRASIL S.A.
CNPJ nº 07.523.555/0001-67 - NIRE 35300577931

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Enel Brasil S.A.

1. Local, Data e Hora: Reunião realizada na sede da Companhia, na Av. das Nações Unidas, 14401, 23º andar, conjunto 231, Torre B1, Aroeira, Vila Gertrudes, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04794-000, no dia 24 de fevereiro de 2022, às 17:30h. **2. Presenças:** Convocação regularmente efetuada, nos termos do artigo 18 do Estatuto Social, estando presente a maioria dos membros do Conselho de Administração. Presentes também o Diretor-Presidente da Companhia, o Sr. Nicola Cotugno, e o Sr. Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo, inscrito no CRC RJ-092563/O-1, representante da KPMG Auditores Independentes, auditora externa da Companhia. **3. Presidente e Secretária da Reunião:** Guilherme Gomes Lencastre - Presidente; Maria Eduarda Fischer Alcure - Secretária. **4. Ordem do Dia: Temas para Aprovação: i.** Exame e aprovação do relatório da administração, das demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31/12/2021 e do relatório dos auditores independentes; **ii.** Exame e aprovação da proposta de destinação dos resultados do exercício de 2021 e distribuição de dividendos; **iii.** Convocação da Assembleia Geral Ordinária para os fins do art. 132 da Lei n.º 6.404/76 a ser realizada em abril de 2022, para deliberar sobre: a) a aprovação do relatório da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2021, acompanhadas do relatório dos auditores independentes; b) a destinação do resultado do exercício social de 2021 e a consequente distribuição de dividendos; c) eleição de membros do conselho de administração; d) a fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia; **iv.** Postergação do Prazo do Mútuos Intercompany com a controlada CELG D; **v.** Celebração de Mútuo Intercompany com a controlada COELCE, no montante de até 500 MBRL; **vi.** Celebração de Mútuo Intercompany com a controlada Eletropaulo, no montante de até 350 MBRL; **vii.** Renovação de linhas de crédito comprometidas, no montante de 820 MBRL; **viii.** Aumento do Capital da Companhia no montante de 2.905 MBRL; **ix.** Nomeação do novo responsável pela Auditoria Interna e Prevenção de Delitos; **Temas para Informação: x.** Apresentação do Resultado do Plano de Auditoria 2021; **xi.** Apresentação do Plano de Auditoria 2022; **xii.** Plano de Ação - Controles Internos; **xiii.** Modelo de Autoprodução (Novas Oportunidades de Negócios); e **xiv.** Resumo Executivo - Temas Relevantes Controladas. **5. Deliberações tomadas pela unanimidade dos membros do Conselho de Administração presentes à reunião:** 5.1. Quanto ao item **(i)** da Ordem do Dia, foram apresentadas, pela Diretoria Financeira, Administrativa e de Planejamento e Controle, as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2021 e suas respectivas notas explicativas. Após análise e discussão, e diante dos esclarecimentos prestados pelo Sr. Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo sobre os principais assuntos de auditoria abordados no Relatório do Auditor Independente, os Conselheiros recomendaram a aprovação, pelos acionistas, do Relatório da Administração da Companhia e das Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31/12/2021, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, de mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, do valor adicionado, além das demonstrações de outros resultados abrangentes, complementadas pelas notas explicativas, acompanhadas do relatório, sem ressalvas, emitido pelos auditores externos, KPMG Auditores Independentes. 5.2. Em relação ao item **(ii)** da Ordem do Dia, foi aprovada a proposta da Administração da Companhia para a destinação do lucro líquido do exercício de 2021, a ser submetida à próxima Assembleia Geral Ordinária, nos seguintes termos: 5.2.1. Os Conselheiros foram informados de que o lucro total do exercício de 2021 alcançou o montante de R$2.280.414.587,77 (dois bilhões, duzentos e oitenta milhões, quatrocentos e quatorze mil, quinhentos e oitenta e sete reais e setenta e sete centavos), ao qual, acrescido o montante de R$15.838.170,82 (quinze milhões, oitocentos e trinta e oito mil, cento e setenta reais e oitenta e dois centavos), referente à realização do custo atribuído (deemed cost) e dos montantes de R$315.403.684,00 (trezentos e quinze milhões, quatrocentos e três mil, seiscentos e oitenta e quatro reais) e de R$122.817,47 (cento e vinte e dois mil, oitocentos e dezessete reais e quarenta e sete centavos), correspondentes à incorporação de saldos e reversão de dividendos prescritos, respectivamente, e deduzido o montante de R$130.582.822,13 (cento e trinta milhões, quinhentos e oitenta e dois mil, oitocentos e vinte e dois reais e treze centavos) a ser destinado à constituição da Reserva Legal, alcançou o valor líquido passível de distribuição de R$2.481.196.437,93 (dois bilhões, quatrocentos e oitenta e um milhões, cento e noventa e seis mil, quatrocentos e trinta e sete reais e noventa e três centavos). Nesse sentido, foi proposto o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios no valor de R$620.299.109,48 (seiscentos e vinte milhões, duzentos e noventa e nove mil, cento e nove reais e quarenta e oito centavos) correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do total do lucro líquido ajustado, bem como o pagamento de dividendos adicionais no valor de R$633.548.698,46 (seiscentos e trinta e três milhões, quinhentos e quarenta e oito mil, seiscentos e noventa e oito reais e quarenta e seis centavos), correspondentes a 25,534% (vinte e cinco inteiros, quinhentos e trinta e quatro milésimos por cento) do total do lucro líquido ajustado, totalizando o montante de R$1.253.847.807,94 (um bilhão, duzentos e cinquenta e três milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, oitocentos e sete reais e noventa e quatro centavos), correspondentes a 50,534% (cinquenta inteiros, quinhentos e trinta e quatro milésimos por cento) do total do lucro líquido ajustado, em vista do previsto no art. 202, §3º, II, da Lei 6.404/76. Do saldo, no valor de R$1.227.348.629,99 (um bilhão, duzentos e vinte e sete milhões, trezentos e quarenta e oito mil, seiscentos e vinte e nove reais e noventa e nove centavos), será deduzido o valor de R$35.274.278,32 (trinta e cinco milhões, duzentos e setenta e quatro mil, duzentos e setenta e oito reais e trinta e dois centavos), correspondente ao resultado de benefício pós-emprego (perda atuarial), chegando-se ao montante de R$1.192.074.351,67 (um bilhão, cento e noventa e dois milhões, setenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e um reais e sessenta e sete centavos), o qual se propõe seja destinado à Reserva de Reforço de Capital de Giro. 5.3. No que se refere ao item **(iii)** da Ordem do Dia, foi autorizada a convocação de Assembleia Geral Ordinária a ser realizada até 30 de abril de 2020, nos termos do artigo 132 da Lei 6.404/76, para deliberar sobre: a) a aprovação do relatório da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2021, acompanhadas do relatório dos auditores independentes; b) a destinação do resultado do exercício social de 2021 e a consequente distribuição de dividendos; c) eleição de membros do conselho de administração; d) a fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia. Nesse sentido, fica a Diretoria da Companhia, desde já, autorizada a adotar as providências necessárias à disponibilização e publicação dos documentos e informações pertinentes aos acionistas, conforme os prazos e procedimentos estabelecidos pela legislação societária. 5.4. Quanto ao item **(iv)** da Ordem do Dia, em cumprimento ao artigo 21, "o", do Estatuto Social da Companhia, os Conselheiros aprovaram a postergação do prazo de mútuos financeiros celebrados entre a Companhia e a controlada Celg Distribuição S.A – CELG D, conforme termos e condições apresentados pela Diretoria Financeira, Administrativa e de Planejamento e Controle da Companhia. 5.5. Quanto ao item **(v)** da Ordem do Dia, em cumprimento ao artigo 21, "o", do Estatuto Social da Companhia, os Conselheiros aprovaram a contratação de mútuos financeiros entre a Companhia e a controlada Companhia Energética do Ceará - Coelce, no valor de até R$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), conforme termos e condições apresentados pela Diretoria Financeira, Administrativa e de Planejamento e Controle da Companhia. 5.6. Quanto ao item **(vi)** da Ordem do Dia, em cumprimento ao artigo 21, "o", do Estatuto Social da Companhia, os Conselheiros aprovaram a contratação de mútuos financeiros entre a Companhia e a controlada Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de Sao Paulo S.A., no valor de até R$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais), conforme termos e condições apresentados pela Diretoria Financeira, Administrativa e de Planejamento e Controle da Companhia. 5.7. Quanto ao item (vii) da Ordem do Dia, em cumprimento ao artigo 21, "o", do Estatuto Social da Companhia, os Conselheiros aprovaram a renovação de contratos de linha comprometida celebrado entre a Companhia e o Banco Itaú, no valor de até R$820.000.000,00 (oitocentos e vinte milhões de reais), e/ou a outorga de garantia às suas subsidiárias que vierem a utilizar este instrumento, conforme termos e condições apresentados pela Diretoria Financeira, Administrativa e de Planejamento e Controle da Companhia. 5.8. Quanto ao item **(viii)** da Ordem do Dia, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R$2.905.315.000,00 (dois bilhões, novecentos e cinco milhões, trezentos e quinze mil reais), passando o mesmo de R$32.387.634.190,06 (trinta e dois bilhões, trezentos e oitenta e sete milhões, seiscentos e trinta e quatro mil, cento e noventa reais e seis centavos) para R$35.292.949.190,06 (trinta e cinco bilhões, duzentos e noventa e dois milhões, novecentos e quarenta e nove mil, cento e noventa reais e seis centavos), mediante a emissão, para subscrição particular, de 65.509.897 (sessenta e cinco milhões, quinhentas e nove mil, oitocentas e noventa e sete) novas ações, ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 44,3492531 por ação, fixado com base no art. 170, parágrafo 1º, inciso II da Lei nº 6.404/76. As ações ora emitidas foram integralmente subscritas, neste ato, pela acionista Enel Américas S.A., conforme Boletim de Subscrição (Anexo 1) e serão integralizadas em moeda corrente do país, mediante os investimentos externos, objeto dos contratos de câmbio celebrados em 31/01/2022 e 01/02/2022 com as seguintes instituições financeiras: Banco Bradesco S.A (contrato nº 292620765); Banco Citibank S.A (contratos nº 292606451, 292606197, 292714702, 292690064, 292690099 e 292714817) e Banco BNP Paribas Brasil S.A (contratos nº 292616533, 292721695, 292721696 e 292721697), todos com liquidação entre os dias 31/01/2022 e 02/02/2022, cujo total corresponde a R$2.905.315.000,00 (dois bilhões, novecentos e cinco milhões, trezentos e quinze mil reais). Com a liquidação dos câmbios, o capital social da Companhia passa a ser de R$35.292.949.190,06 (trinta e cinco bilhões, duzentos e noventa e dois milhões, novecentos e quarenta e nove mil, cento e noventa reais e seis centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 988.965.238 (novecentas e oitenta e oito milhões, novecentos e sessenta e cinco mil, duzentas e trinta e oito) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. 5.8.1. O referido aumento se dá dentro do limite de capital autorizado, conforme previsto no art. 168 da Lei nº 6.404/76 e no art. 6º do Estatuto Social da Companhia, que autoriza o Conselho de Administração a fixar o preço de emissão e as demais condições de subscrição e integralização das ações dentro do capital social autorizado, que atualmente é de 5.000.000.000 (cinco bilhões) de ações. 5.8.2. Os demais acionistas da Companhia manifestaram expressamente sua renúncia, de forma irretratável e irrevogável, aos respectivos direitos de preferência para a subscrição das novas ações, conforme expressado em cartas que ficam arquivadas na sede da Companhia. 5.9. Quanto ao item **(ix)** da Ordem do Dia, os Conselheiros aprovaram a nomeação de Eugenio Belinchon Gueto, economista, atual responsável da Auditoria Interna da Companhia como Responsável pela Prevenção de Delitos (Função de Compliance Antisuborno), ou seja, responsável por oferecer suporte na implementação e supervisão do Programa de Compliance da Enel Brasil, do Sistema de Gestão Antissuborno e efetuar os controles correspondentes. Eugenio Belinchon Gueto assume a função em substituição a Raffaele Cutrignelli, que terá novos desafios no Grupo Enel. Os Conselheiros manifestaram os agradecimentos a Raffaele pelo tempo em que exerceu suas funções. 5.10. Quanto ao item **(x)** da Ordem do Dia, os Conselheiros foram informados sobre o resultado geral do Plano de Auditoria 2021 da Companhia, com particular enfoque dos trabalhos de auditoria realizados no segundo semestre de 2021, conforme apresentação realizada pela Auditoria Interna da Companhia. O Conselho tomou conhecimento dos principais processos da Companhia, principalmente dos temas mais relevantes e dos planos de melhorias identificados e acordados com as áreas responsáveis. O Conselho se manifestou favoravelmente às informações recebidas e não realizou comentários. 5.11. No que se refere ao item **(xi)** da Ordem do Dia, os Conselheiros foram informados sobre o Plano de Auditoria 2022 da Companhia, nos termos apresentados pela Auditoria Interna da Companhia. A apresentação abrangeu os detalhes da visão de *risk assessment* e a metodologia empregada pela equipe de Auditoria interna, para o desenvolvimento do plano, assim como os recursos à disposição para sua execução. O Conselho se manifestou favoravelmente com as informações recebidas e não realizou comentários. 5.12. No que se refere ao item **(xii)** da Ordem do Dia, foi apresentado pelo responsável da área de Global Digital Solutions o avanço do plano de ação para melhorias dos controles internos da Companhia, conforme identificadas no âmbito dos trabalhos de auditoria, tendo sido o mesmo concluído de forma satisfatória. 5.13. No que se refere ao item **(xiii)** da Ordem do Dia, os Conselheiros foram informados sobre o Modelo de Autoprodução como um novo formato de negócio para o Grupo Enel, conforme apresentação realizada pela área de Trading. 5.14. No que se refere ao item **(xiv)** da Ordem do Dia, os Conselheiros foram informados sobre temas relevantes e resultados das controladas da Companhia, conforme apresentação realizada pelos executivos de cada linha de negócio. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para a lavratura da presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, foi circulada para assinatura pelos membros do Conselho, Guilherme de Gomes Lencastre, Mario Fernando de Melo Santos, Antonio Basilio Pires de Carvalho e Albuquerque e Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira, e, pelo Secretária, Maria Eduarda Fischer Alcure. *Confere com o original lavrado em livro próprio.* São Paulo, 24 de fevereiro de 2022. **Guilherme Gomes Lencastre -** Presidente do Conselho e da Reunião; **Maria Eduarda Fischer Alcure** - Secretária da Reunião. **JUCESP** nº 144.949/22-2 em 17/03/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

ENEL BRASIL S.A.
CNPJ nº 07.523.555/0001-67 - NIRE 35300577931

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Enel Brasil S.A.

1. Local, Data e Hora: Reunião realizada na sede da Companhia, na Av. das Nações Unidas, 14401, 23º andar, conjunto 231, Torre B1, Aroeira, Vila Gertrudes, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04794-000, no dia 31 de outubro de 2022, às 14:00 horas. **2. Presenças:** Convocação regularmente efetuada, nos termos do artigo 18 do Estatuto Social, estando presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração. **3. Presidente e Secretária da Reunião:** Guilherme Gomes Lencastre - Presidente; Maria Eduarda Fischer Alcure - Secretária. **4. Ordem do Dia: Temas para aprovação:** i. Aporte de capital na controlada Enel X Brasil S.A., no montante de R$ 37.000.000,00 (trinta e sete milhões de reais); ii. Política de Controle e Gestão de Riscos; iii. Indicação de Maria Esther para o cargo de Diretora de Compras, em substituição ao Antonio Gutierrez; **Temas para informação:** iv. Resumo Executivo – Temas Relevantes Controladas. **5. Deliberações tomadas pela unanimidade dos membros do Conselho de Administração presentes à reunião:** 5.1. Quanto ao item (i) da Ordem do Dia, em cumprimento ao artigo 21, "z", do Estatuto Social da Companhia, após a apresentação realizada pela Diretoria Financeira, Administrativa e de Planejamento e Controle da Companhia, foi autorizada a realização de uma assembleia geral extraordinária da controlada Enel X Brasil S.A para deliberar e aprovar o aumento de capital da respectiva sociedade no valor de até R$ 37.000.000,00 (trinta e sete milhões de reais). 5.2. Quanto ao item (ii) da Ordem do Dia, em cumprimento ao artigo 21, "c", do estatuto social da Companhia, aprovar a nova Política de Controle e Gestão e Riscos da Enel no Brasil, a ser aplicada pela Companhia e todas suas controladas, conforme apresentação realizada ao conselho. 5.3. Quanto ao item (iii) da Ordem do Dia, foi aprovada a indicação da Sra. Maria Esther Cures Vazquez, espanhola, solteira, engenheira industrial, portadora do passaporte espanhol nº PAA221895, inscrita no CPF sob nº 718.399.401-58, com endereço profissional na Av. das Nações Unidas, 14401, 23º andar, conjunto 231, Torre B1, Aroeira, Vila Gertrudes, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04794-000, para ocupar o cargo de Diretora de Compras da Companhia, em substituição ao Sr. Antonio Gutierrez Silva, que deixará o cargo em 31 de dezembro de 2022. 5.3.1. A eleição da Sra. Maria Esther Cures Vazquez ocorrerá depois de cumpridas as formalidades e trâmites legais junto às autoridades imigratórias brasileiras. 5.4. Quanto ao item (iv) da Ordem do Dia de informação, os Conselheiros foram informados sobre temas relevantes e resultados das controladas da Companhia, conforme apresentação realizada pelos executivos de cada linha de negócio. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para a lavratura da presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, foi assinada pelos membros do Conselho presentes. *Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.* São Paulo, 31 de outubro de 2022. **Guilherme Gomes Lencastre -** Presidente do Conselho e da Reunião; **Maria Eduarda Fischer Alcure** - Secretária da Reunião. **JUCESP** nº 000.000/00-0 em 00/00/0000. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

ENEL BRASIL S.A.
CNPJ nº 07.523.555/0001-67 - NIRE 35300577931

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Enel Brasil S.A.

1. Local, Data e Hora: Reunião realizada em 27 de outubro de 2023, às 10:00 horas, na sede da Companhia, na Av. das Nações Unidas, 14401, 23º andar, conjunto 231, Torre B1, Aroeira, Vila Gertrudes, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04794-000. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. Presente, ainda, o Sr. Nicola Cotugno, Diretor-Presidente da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Guilherme Gomes Lencastre; e Secretária: Maria Eduarda Fischer Alcure. **4. Ordem do Dia:** Indicação de novo membro para ocupar o cargo de Diretor-Presidente e nomeação de membro interino para o referido cargo. **5. Deliberações:** Abertos os trabalhos, verificado o quórum de presença e validamente instalada a presente reunião, os membros do Conselho de Administração da Companhia deliberaram, por unanimidade de votos, e sem quaisquer restrições: 5.1. Quanto ao item (i) da Ordem do Dia, em cumprimento ao artigo 21, "a", do Estatuto Social da Companhia, foi aprovada a indicação do Sr. **Antonio Scala**, italiano, casado, administrador, portador do passaporte italiano nº YA8230634, domiciliado na Via Nicolò Tartaglia, 11 - 0197 Roma – Italia, para ocupar o cargo de Diretor-Presidente da Companhia, em substituição ao Sr. **Nicola Cotugno**, que está se desligando do grupo Enel por motivo de aposentadoria, com efeito a partir de 22/11/2023. Até a eleição e posse definitiva do Sr. Antonio Scala, que ocorrerá depois de cumpridas as formalidades e trâmites legais junto às autoridades imigratórias, o referido cargo será, interinamente, ocupado pelo Presidente do Conselho de Administração, **Guilherme Gomes Lencastre**, brasileiro, casado, engenheiro de produção/civil, portador da carteira de identidade nº 12253322-7, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 045.340.147-32, com domicílio profissional na Av. das Nações Unidas, 14401, 23º andar, conjunto 231, Torre B1, Aroeira, Vila Gertrudes, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04794-000, que acumulará ambos os cargos. 5.1.1. Salvo com relação a fraudes e atos dolosos, a Companhia, por si e por suas sociedades controladas, dá quitação plena e irrevogável ao Sr. Nicola Cotugno, por todos os atos de sua gestão, comprometendo-se a mantê-lo livre e indene de, por exemplo, quaisquer reclamações, ônus ou gravames decorrentes de quaisquer atos, fatos ou eventos praticados ou ocorridos durante o período de sua gestão, e a promover as respectivas defesas, arcando com todos os custos da mesma, qualquer que seja sua natureza, inclusive de contratação de advogados. 5.1.2. Por fim, os Conselheiros manifestaram os agradecimentos ao Sr. Nicola Cotugno pela excelente gestão e importantes conquistas realizadas durante o período em que desempenhou suas funções. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para a lavratura da presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, foi assinada pelos membros do Conselho. **Assinaturas:** Guilherme Gomes Lencastre, Presidente; Maria Eduarda Fischer Alcure, Secretária. **Conselheiros de Administração:** Guilherme Gomes Lencastre, Mario Fernando de Melo Santos, Antonio Basilio Pires de Carvalho e Albuquerque, Marcia Sandra Roque Vieira Silva e Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 27 de outubro de 2023. **Mesa**: **Guilherme Gomes Lencastre -** Presidente do Conselho e da Reunião; **Maria Eduarda Fischer Alcure -** Secretária. **JUCESP** nº 456.077/23-6 em 29/11/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

INÊS 249

Consumo A participação da companhia sul-coreana no segmento caiu pela metade nos últimos 12 meses, para 29,9%, mas ainda está à frente das concorrentes Huawei e Honor

Samsung embarca IA em celular dobrável para enfrentar chineses

Song Jung-a
Financial Times, de Seul

DIVULGAÇÃO



O novos Galaxy Z Fold6 (foto) e Galaxy Z Flip6 custam US$ 1.899,99 e US$ 1.099,99

A Samsung Electronics incluiu funções aprimoradas de inteligência artificial (IA) na modernização anual de sua linha de telefones dobráveis, como parte do esforço para combater a competição de rivais chinesas nesse segmento de alto crescimento.

A empresa sul-coreana é pioneira no nicho do segmento premium, graças à força de suas telas flexíveis, mas as rivais chinesas vêm aumentando rapidamente sua participação de mercado com modelos mais acessíveis.

Nesta quarta-feira (10), a Samsung lançou os modelos Galaxy Z Fold6 e Galaxy Z Flip6, com preços de US$ 1.899,99 e US$ 1.099,99, respectivamente, em um evento em Paris organizado para despertar o interesse nos telefones dobráveis com IA antes da Olimpíada.

Em janeiro, a empresa lançou sua série principal de modelos Galaxy S capazes de executar recursos de IA generativa "dentro do dispositivo", uma tentativa de reanimar o mercado de celulares, que em 2023 teve seu pior ano em uma década

A empresa também informou na quarta-feira que estava "abrindo o próximo capítulo do [sistema] Galaxy AI, aproveitando o fator de sua forma mais versátil e flexível, perfeitamente projetada para permitir uma série de experiências móveis únicas".

O lançamento do telefone se dá em um momento crucial para a Samsung, quando disputa o primeiro lugar em vendas de smartphones com a Apple e quando mais consumidores vêm optando por trocar seus telefones por modelos premium de preços mais altos. A empresa americana deverá lançar um novo iPhone com IA generativa neste ano.

Os novos telefones dobráveis são mais finos e leves, com mais durabilidade. O Galaxy Z Fold6 oferece funções com IA que aproveitam melhor sua grande tela e aumentam a produtividade, como traduções ao vivo de chamadas telefônicas, transcrição de gravações de voz, busca de vídeos e edição de fotos.

A participação da Samsung no mercado de celulares dobráveis caiu pela metade nos últimos 12 meses, para 29,9%, mas ainda à frente das chinesas Huawei, com 23,5%, e Honor, com 14,8%, segundo números do primeiro trimestre da empresa de análises IDC.

É vital para a Samsung recuperar o ímpeto", disse Sheng Win Chow, analista da Canalys. "Para se sobressair, esperamos que a Samsung invista mais no Galaxy AI para explorar novas integrações e recursos com seus dobráveis e categorias de ecossistema mais amplas."

O S24, principal modelo da Samsung, alimentado por IA, foi bem recebido pelos consumidores e vendeu bem mais que os antecessores. A IDC prevê que os telefones com IA generativa vão capturar 70% do mercado total de smartphones até 2028, com uma taxa de crescimento anual composta de 78,4%.

70%
é a fatia que celular com IA deverá ter

"A evolução da tecnologia terá o maior impacto quando chegar aos dispositivos da faixa média [do mercado] em 2026, dando o maior salto rumo à democratização da IA generativa", disse Nabila Popal, diretora sênior de análises da IDC.

No entanto, os telefones dobráveis têm preços muito altos, de forma que eles não são produtos de mercado de massa que possam dar grande contribuição para os lucros da Samsung. Os dobráveis representaram menos de 2% das vendas totais de smartphones e são cerca de três vezes mais caros do que os não dobráveis, com preços médios de venda atingindo cerca US$ 1,4 mil, de acordo com a IDC.

A Samsung também revelou uma série de dispositivos vestíveis na quarta-feira, incluindo um relógio inteligente atualizado e um novo anel com recursos aprimorados de monitoramento de saúde.

Os analistas, em termos gerais, ainda estão céticos sobre o quanto a IA pode ajudar a aumentar as vendas de smartphones da Samsung, à medida que o mercado ficará mais saturado. "As funções de IA reveladas até agora parecem boas e foram bem recebidas, mas ainda não parecem ser um fator que mudará o cenário", disse James Lim, analista do fundo de hedge americano Dalton Investments. *(Tradução de Sabino Ahumada)*

Novos modelos são fabricados em Campinas

Daniela Braun
De São Paulo

A nova linha de celulares dobráveis da Samsung com recursos de inteligência artificial (IA) generativa chega aos brasileiros a partir do dia 22 de julho e está sendo fabricada no Brasil.

Os novos modelos Galaxy Z Fold6 e Galaxy Z Flip6 foram anunciados mundialmente nesta quarta-feira (10) e já estão em pré-venda no país.

Os aparelhos vendidos no Brasil estão sendo produzidos localmente pela Samsung em Campinas (SP), informou a companhia ao **Valor**.

Os preços locais dos celulares vão de R$ 7.999,00, para o Galaxy Z Flip6 com 12 gigabytes (GB) de memória RAM e 256 GB de armazenamento, a R$ 13.799,00 para o modelo Galaxy Z Fold6, com 512GB de armazenamento. O aparelho fechado possui tela externa de 6,3 polegadas e tela interna dobrável de 7,6 polegadas.

A ferramenta de inteligência artificial chegou aos celulares da Samsung em janeiro deste ano com a linha Galaxy IA. Os modelos dobráveis contam com atualizações de IA em recursos como câmera e tradução simultânea.

A IA generativa é uma aposta dos fabricantes para recuperar as vendas que entraram em movimento de queda nos últimos dois anos.

A Samsung encerrou o primeiro trimestre com 20,1% de participação global nas vendas de celulares, ultrapassando a Apple (dona do iPhone), cuja fatia é de 17,5%, segundo a consultoria IDC.

REUTERS/MATTHEW CHILDS



A Fit, que atua no setor de distribuição de combustíveis, vai expor a marca em jogos da liga de futebol americano, a NFL

Fit Combustíveis fecha patrocínio de 3 anos com NFL no Brasil

Marketing

Robson Rodrigues
De São Paulo

Pelos próximos três anos a Fit Combustíveis, empresa que atua no setor de distribuição de combustíveis, será uma das patrocinadoras da liga de futebol americano, ou National Football League (NFL), no Brasil.

A ideia da Fit é expor mais a marca durante os eventos da liga no Brasil, incluindo a partida entre Philadelphia Eagles e Green Bay Packers, que acontecerá no dia 6 de setembro, na NeoQuímica Arena, em São Paulo.

Ao **Valor**, o diretor da Fit, Julio Paulon, disse que a parceria prevê ações promocionais em redes sociais e eventos a fim de reforçar o segmento de postos bandeira branca (estabelecimento não vinculado a nenhuma distribuidora de combustível) no eixo Rio-SP, área de atuação da empresa. "Buscamos levar uma nítida diferenciação para os postos bandeira branca, alavancando o negócio de nossos parceiros de modo que fomente a concorrência no mercado e, com ela, elevar a imagem dos postos bandeira branca", disse.

Outras empresas do setor seguem por um caminho parecido. A Ipiranga patrocina o Rock in Rio. A Raízen, a licenciada da marca Shell no Brasil, apoia eventos de automobilismo, como o Grande Prêmio de São Paulo de Fórmula 1. Já a Vibra desde 2022 tem um contrato de "naming rights" (prática de nomear um evento ou espaço para ampliar a visibilidade da marca) com a Opus Entretenimento para batizar uma casa de shows de São Paulo.

Os postos sem bandeira são uma das principais vias de crescimento das distribuidoras do Brasil, já que representam cerca de 20 mil dos 42 mil postos de combustíveis espalhados no país. Por ser um segmento com margens apertadas, o trabalho da Fit com o patrocínio visa aumentar a visibilidade da marca e fortalecer a imagem dos postos bandeira branca.

O executivo acrescenta que o principal desafio do setor de combustíveis brasileiro é a concorrência desleal, que ainda traz fortes indícios da "participação do crime organizado" em todo o setor. Por isso, o objetivo é elevar o status dos postos bandeira branca no mercado, que sofrem pela falta de investimento em comunicação e marketing.

"Buscamos elevar a imagem dos postos bandeira branca"
Julio Paulon

Estima-se que existam no Brasil cerca de 35 milhões de fãs de NFL, um mercado que não passa despercebido por grandes empresas, como KFC e Pizza Hut, Perdigão, Budweiser, entre outras, que também se associaram à empresa que promove o Super Bowl. Nos Estados Unidos, um comercial de 30 segundos chega a custar US$ 7 milhões (mais de R$ 38 milhões). No Brasil, as empresas não informam o valor do investimento.

No entendimento da vice-presidente de patrocínio internacional da NFL, Michelle Webb, associar uma liga esportiva internacional com marcas locais permite à liga ampliar seu alcance e presença com fãs atuais e potenciais do Brasil. Ela acrescenta que a NFL usará todos os nossos canais de comunicação, incluindo mídias sociais e digitais próprias e operados, para atingir o público-alvo. A Fit trabalhará com influenciadores locais para criar conteúdo.

Galinha feliz sai da caixa para ir até a lua

Natália Flach
De São Paulo

DIVULGAÇÃO



Pensar fora da caixa nunca fez tanto sentido quanto na campanha da Happy Eggs, marca da granja Mantiqueira Brasil. Em formato de animação 3D com "live action", a propaganda veiculada na TV mostra galinhas saindo das embalagens de ovos para se aventurar à noite em vários cantos da cidade e até na lua.

O intuito do filme, elaborado pela agência anacouto, é apontar que animais livres são mais felizes, em referência às 2,5 milhões de aves que são criadas dessa forma pela Happy Eggs. Mais do que isso: a ação pretende fazer com que os consumidores deixem de ver o alimento como uma commodity.

Segundo o diretor comercial e de logística da Mantiqueira Brasil, Murilo Pinto, o investimento em marketing neste ano é de R$ 30 milhões. "Mas a campanha terá duração de longo prazo, tanto que já endereçamos ações para 2025", afirma. O executivo acrescenta que a estratégia de comunicação é consequência do que o grupo tem feito no campo. Desde 2000, a Mantiqueira Brasil já investiu R$ 300 milhões em inovação, incluindo máquinas e galpões modernos.

Foi isso que permitiu, inclusive, materializar o propósito de bem-estar animal com a criação de galinhas livres. Hoje, elas representam cerca de 14% dos 17,5 milhões de aves que a empresa possui em 16 unidades produtoras em seis estados. A meta é elevar em 1 milhão o número de galinhas livres no ano que vem, para 3,5 milhões. "É tendência mundial os consumidores buscarem segurança alimentar, a partir de técnicas sustentáveis."

Segundo Pinto, a previsão é aumentar gradativamente a participação das galinhas livres dentro da Mantiqueira. "A discussão não é se vamos ter 100% de aves livres, e, sim, quando. Mas não dá para fazer isso do dia para a noite, pois é uma operação que exige grandes investimentos. O custo é três vezes maior do que a criação convencional em gaiolas; tanto pela tecnologia envolvida quanto pelo maior consumo de ração maior por parte das aves."

Fundado por Leandro Pinto, o grupo começou em 1987 com 30 mil galinhas. No ano passado, bateu a marca de 4 bilhões de ovos produzidos, distribuídos para quase todo o Brasil – a exceção é o Nordeste – e exportados para o Oriente Médio, Chile, Japão e África. Hoje, a Mantiqueira Brasil é comandada por duas famílias: Pinto e Cunha, que entrou no negócio em 2000. No ano passado, o fundador assumiu a presidência do conselho e foi substituído no posto executivo por Márcio Utsch, ex-CEO da Alpargatas.

A expectativa é passar a atender o Nordeste e iniciar a internacionalização da marca – mas ainda sem data prevista. "Queremos produzir nos Estados Unidos, mas ainda não temos previsão de quando." O executivo não revela o valor do faturamento, mas reportagem do jornal "O Estado de S.Paulo" aponta que a receita em 2023 foi de R$ 2 bilhões, um salto de 33,3% sobre 2022.

"A campanha terá duração de longo prazo, com ações para 2025"
Murilo Pinto

Campanha vai além da TV

Fernanda Galluzi, sócia vice-presidente de comunicação da anacouto, conta que o objetivo foi construir a marca, a partir do seu propósito, e alçá-la à referência de categoria. "Com o lema de tornar o mundo livre, leve e ovo, a campanha brinca com a cultura popular e faz rir, enquanto mostra que ovo não é tudo igual."

Nas redes sociais, a ação contará com a participação de influenciadores como Diego Ribas, Paola Carosella e Andréa Santa Rosa. YouTube, Google Ads e TikTok completam o investimento na internet. A campanha ainda contempla um circuito de bancas digitais e publicidade em ônibus, além de ações nos principais varejistas do Brasil.

Curtas

Baidu e os táxis-robôs

As ações da Baidu atingiram seu maior nível em mais de um ano, refletindo as expectativas crescentes de que o negócio de direção autônoma da gigante da tecnologia esteja bem posicionada para se beneficiar do esforço da China para levar táxis-robôs às ruas. As ações da Baidu fecharam em alta de 10% na Bolsa de Hong Kong, a 95,05 dólares de Hong Kong (US$ 12,17) nesta quarta-feira (10), registrando seu maior ganho em um dia desde março de 2023. Os analistas atribuíram o aumento à convicção crescente de que o serviço Apollo Go, da Baidu, um dos líderes do setor iniciante de táxis autônomos da China, poderá ser beneficiado após uma série de acontecimentos políticos. Nos últimos dias, a mídia local tem divulgado um projeto de regulamentação legal sobre direção autônoma de uma agência municipal de Pequim que, segundo analistas, pode preparar o terreno para uso mais amplo de táxis-robôs, informou a Dow Jones Newswires.

Alibaba busca o exterior

O gigante do comércio eletrônico da China, Alibaba Group, está reacendendo um esforço de anos para se expandir no exterior, enquanto busca compensar o enfraquecimento do controle do varejo on-line no país. Desta vez, está adicionando inteligência artificial (IA) ao mix. A família de modelos generativos de IA do Alibaba e as novas equipes focadas em aplicações de IA estão começando a apoiar o esforço da empresa para se expandir muito além da China.

Tecnologia Caso envolve medida preventiva que proíbe uso de dados pessoais de brasileiros no treinamento da inteligência artificial

Meta contesta decisão da ANPD e recebe mais prazo

Rafael Bitencourt e Mariana Assis
De Brasília

A diretoria da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) concedeu mais cinco dias à Meta — dona do Instagram e do Facebook — para entregar parte da documentação que ateste o cumprimento da medida preventiva da semana passada que proibiu o uso de dados pessoais dos usuários brasileiros para treinamento da ferramenta de inteligência artificial (IA) generativa.

A postergação do prazo foi dada ao analisar recurso administrativo da empresa contra a decisão original. Essa flexibilização, porém, vale apenas para o envio da declaração assinada pelo representante legal da Meta no país. O documento deve atestar que houve a suspensão da prática considerada abusiva no campo da privacidade de dados.

O **Valor** apurou que a nova decisão foi tomada porque a Meta alegou dificuldades técnicas e operacionais para cumprir a primeira ordem da Autoridade. Ainda assim, foram mantidos os demais efeitos do despacho original: prazo de cinco dias úteis, a partir da notificação formal, para suspender o treinamento de IA com dados pessoais. Nesse período, a gigante americana da tecnologia continua tendo que entregar a documentação que comprove a adequação de sua política de privacidade no Brasil, com

DIVULGAÇÃO



"Por mais cinco dias úteis, os cidadãos terão seus dados tratados ilicitamente" *Camila Contri*

a exclusão do trecho considerado prejudicial aos usuários.

Se não atender aos prazos definidos, a Meta estará sujeita a multa diária de R$ 50 mil.

No despacho de ontem, a ANPD indicou que a Meta já formalizou pedido administrativo junto ao órgão na tentativa de invalidar a decisão da semana passada. Isso ocorreu por meio dos "pedidos de concessão de efeito suspensivo e do pedido de reconsideração integral da decisão".

Uma fonte oficial, que acompanha o assunto de perto, explicou que a Meta teria até dez dias úteis para contestar a primeira decisão da ANPD. A empresa, porém, se antecipou ao apresentar o recurso, antes mesmo do fim dos cinco dias úteis para cumprimento da determinação, com o objetivo de anular a medida preventiva emitida na semana passada ou ainda se livrar dos seus efeitos até que seu recurso seja apreciado pelo órgão.

Em seu questionamento, a Meta chegou a apresentar uma série de sugestões para endereçar as preocupações do órgão. Porém, Joacil Basilio Rael, diretor da Autoridade, considerou que não foram reunidos elementos suficientemente claros, no sentido de preservar o direito dos usuários e, assim, justificar a revogação da medida preventiva conforme sugerido pela empresa.

A partir desse entendimento, Rael propôs apenas rever o prazo de cumprimento de parte da decisão. Este encaminhamento foi acolhido pelos demais integrantes da diretoria. Também ficou decidido que seria iniciada uma interação imediata do comando do órgão com a equipe de fiscalização para detalhar as medidas alternativas que a Meta se comprometeu a cumprir para responder às preocupações da ANPD.

Ontem (10), o Instituto de Defesa de Consumidores (Idec) classificou como "preocupante" a concessão do prazo adicional para a Meta. A coordenadora do programa de Telecomunicações e Direitos Digitais do Idec, Camila Contri, afirmou que essa prorrogação pode significar, na prática, que, "por mais cinco dias úteis, os cidadãos brasileiros terão seus dados tratados ilicitamente pela Meta para fins de treinamento de IA".

"Esperamos que a medida preventiva seja cumprida em sua integralidade o quanto antes e que a decisão seja mantida", disse Contri, ao **Valor**.

O Idec tem se engajado no Brasil em iniciativas para garantir a proteção dos direitos dos consumidores no uso dos serviços digitais oferecidos pelas plataformas mantidas pelas gigantes da tecnologia — as "big techs".

O instituto chegou a formalizar denúncias na ANPD e no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) sobre a potencial ameaça de dano aos direitos digitais dos usuários no caso Meta. A entidade considera que não foi tomado no país o mesmo cuidado com a proteção assumido nos países europeus.

"'As' big techs' são uma questão que nos preocupam, então estamos sempre de olho para defendermos os consumidores", disse a advogada do Idec, ao ser questionada sobre a possibilidade de pedir investigação contra outras grandes empresas da internet.

Microsoft e Apple deixam conselho da OpenAI

Dow Jones, de Barcelona

A Microsoft e a Apple abriram mão de seus lugares como observadoras no conselho de administrador da OpenAI em meio à pressão de reguladores nos Estados Unidos e na Europa sobre a real relação entre as companhias.

A Apple deveria assumir um papel de observadora como parte de um acordo para integrar o ChatGPT aos seus dispositivos, mas não o fará, de acordo com o jornal "Financial Times", ao citar uma fonte. A Apple não quis comentar. Em vez desses assentos, a OpenAI realizaria reuniões regulares com parceiros como Microsoft e Apple e os investidores Thrive Capital e Khosla Ventures — parte de "uma nova abordagem para informar e envolver parceiros estratégicos importantes" sob Sarah Friar, a ex-chefe da Nextdoor que foi contratada como sua primeira diretora financeira em junho, disse um porta-voz da OpenAI ao "FT".

Em carta enviada ao diretor-presidente da desenvolvedora do ChatGPT, Sam Altman, a Microsoft diz que o colegiado da OpenAI ganhou estabilidade o suficiente, o que dispensa sua presença.

A desenvolvedora de plataformas de IA passou por um período turbulento no ano passado quando o antigo conselho demitiu Altman, que dias depois foi recontratado pelo novo colegiado.

Nessa reconfiguração, a Microsoft, que é um dos maiores acionistas na OpenAI, ganhou um assento de observador no conselho.

Em resposta à carta, a OpenAI disse que agradece a confiança da Microsoft no seu conselho e no trabalho que vem realizando. "Vamos realizar reuniões frequentes com acionistas para mostrar a evolução do nosso trabalho", afirma.

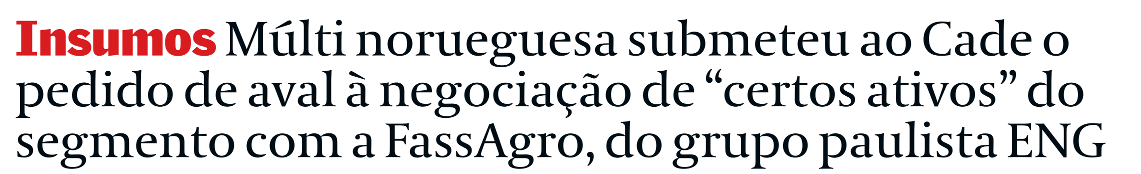
Em 2022, a Microsoft investiu US$ 13 bilhões na OpenAI — na prática, uma participação de 49% na empresa —, em meio à rápida expansão que a companhia teve após o lançamento do ChatGPT.

Nos EUA, a Comissão Federal de Comércio (FTC, na sigla em inglês) abriu uma investigação ampla para saber como é a relação entre Microsoft e OpenAI. No Reino Unido, autoridades antitruste levantam a tese de que foi uma aquisição.

A União Europeia também questionou se o investimento da Microsoft na OpenAI não foi uma tomada de controle. Margrethe Vestager, responsável pelo órgão antitruste do bloco, disse no mês passado que não, mas continuará observando a relação.

A Microsoft defendeu a parceria com a OpenAI, dizendo que alimenta a competição no desenvolvimento e competição do mercado de inteligência artificial ao mesmo tempo em que preserva a independência de ambas as companhias no setor.

49%
é a fatia da Microsoft na dona do ChatGPT



Insumos Múlti norueguesa submeteu ao Cade o pedido de aval à negociação de "certos ativos" do segmento com a FassAgro, do grupo paulista ENG

Yara vende ativos de fertilizantes finais NPK no Brasil

Gabriela Weiss
De São Paulo

A norueguesa Yara acertou a venda de ativos de produção e comercialização de fertilizantes líquidos NPK no Brasil para a FassAgro, negócio de adubos do grupo brasileiro ENG. A empresa de Sertãozinho (SP) é fornecedora de insumos ao setor sucroenergético.

A multinacional quer levantar recursos para "realocar capital", segundo documento submetido ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Assim como outras empresas de insumos agrícolas, a múlti enfrenta um ambiente adverso, consequência da queda das commodities, que afetou o apetite dos produtores por fertilizantes e outros insumos.

A Yara atua no Brasil tanto na produção de matérias-primas básicas como na fabricação de fertilizantes finais. A transação com a FassAgro concentra-se nesse último estágio da cadeia, mas as empresas não revelaram quais ativos entraram na negociação nem o valor da transação.

Os documentos do Cade informam apenas que os ativos estão em São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul. Procurada, a Yara disse que não iria comentar. O Grupo ENG não respondeu.

A FassAgro já atua no desenvolvimento e produção de fertilizantes líquidos desde 2017. Em documento ao Cade, a companhia disse que vê na operação uma "oportunidade de expandir suas atividades no setor de fertilizantes".

Segundo as empresas, a compra dos ativos manterá a participação de mercado da FassAgro na faixa de até 10% do mercado de fertilizantes finais NPK. As outras concorrentes no segmento no Brasil são Fertipar, Mosaic e Eurochem.

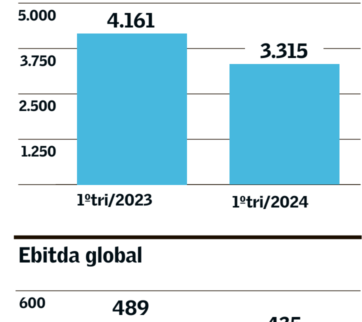
Globalmente, os resultados da Yara têm piorado nos últimos trimestres por causa da queda dos preços de fertilizantes. Já nas Américas, seus resultados têm sido afetados também pela diminuição da demanda. No primeiro trimestre, a receita global da empresa caiu 20%, para US$ 3,3 bilhões, e o lucro antes de juros impostos, depreciação e amortização (Ebitda) recuou 11%, para US$ 435 milhões.

Nas Américas, o Ebitda caiu 31%. As entregas de fertilizantes da Yara no continente no trimestre foram 10% menores do que as de um ano antes, dado que os produtores do Brasil têm comprado "da mão para a boca". Além disso, nos Estados Unidos, os produtores estavam em entressafra. As entregas de produtos no Brasil caíram 20,9% no trimestre.

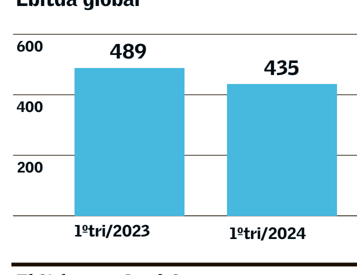
Ao mesmo tempo em que se desfaz de ativos de fertilizantes finais NPK, a companhia avança em uma parceria com a Petrobras. Na terça-feira, a estatal anunciou um acordo que define os termos das parcerias que ambas pretendem realizar em fertilizantes, produtos industriais e em projetos de descarbonização. *(colaborou Camila Souza Ramos)*

Balanço da Yara
Destaques financeiros globais do 1º trimestre - em US$ milhões

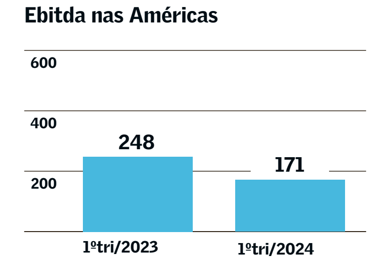
Receita



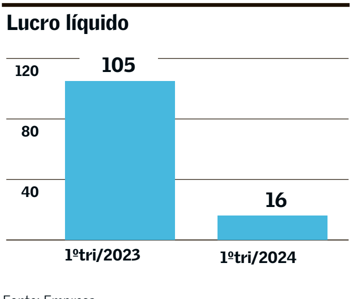
Ebitda global



Ebitda nas Américas



Lucro líquido



Fonte: Empresa

Basf para de produzir glufosinato de amônio

Defensivos

Camila Souza Ramos
De São Paulo

A alemã Basf vai parar de produzir o glufosinato de amônio, um dos ingredientes ativos mais populares dentro da categoria de herbicidas, por causa da concorrência com produtos genéricos e produtos "alternativos".

A Basf produz o herbicida em suas unidades de Knapsack e Frankfurt, ambas na Alemanha. Com a decisão, as duas fábricas serão fechadas. O plano é encerrar as atividades na unidade de Knapsack até o fim do ano, enquanto a de Frankfurt ainda deve operar até o fim de 2025, informou a empresa em comunicado ao mercado.

Os cerca de 300 funcionários que trabalham nas unidades não serão demitidos até o fim de 2025, mas a companhia admite que haverá uma "redução gradual" dos empregados após consultas com representantes dos trabalhadores.

A Basf também mencionou como motivos para o encerramento da produção os custos de energia e de matéria-prima "elevados".

Para não sair do mercado de glufosinato de amônio completamente, a Basf vai comprar o ingrediente ativo de fornecedores terceirizados no futuro. A companhia afirma que essa estratégia "vai garantir sua competitividade e lucratividade no longo prazo no mercado de glufosinato de amônio".

A empresa alemã também vai focar no desenvolvimento de novas soluções à base de glufosinato de amônio para alcançar "os mesmos resultados com taxas de aplicação significativamente menores", disse Michael Heinz, membro do conselho de diretores executivos da Basf, em nota. O plano é atender as Américas e a Ásia.

Diferentemente do glifosato, criado pela Monsanto (hoje Bayer), o glufosinato é mais eficaz em plantas anuais de folha larga, mas também pode ser usado em plantas de folha estreita. O produto também pode ser usado nos casos em que as ervas daninhas têm resistência ao glifosato, e vem ganhando espaço depois da proibição do paraquate.

No Brasil, há 45 marcas de herbicidas que usam o glufosinato de amônio em sua composição. A Basf é uma das principais vendedoras de herbicida com base na molécula no Brasil, o Finale, que é um dos seus produtos mais vendidos no país.

45
herbicidas usam o ingrediente no país

valor.com.br

Amêndoa

Indústria recebeu menos cacau no semestre

A indústria processadora recebeu 37,4% menos cacau brasileiro no primeiro semestre deste ano em relação a um ano antes. O volume ficou em 58,3 mil toneladas, de acordo com a Associação Nacional das Indústrias Processadoras de Cacau (AIPC).

valor.com.br/agro

Arroz

Haverá leilão se preço não cair, diz Teixeira

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, afirmou que um novo leilão para compra de arroz importado segue no radar. Segundo ele, é "inexorável" a realização do pregão se os preços não baixarem nas gôndolas, sobretudo no Nordeste.

valor.com.br/agro

Biocombustível Parte dos recursos é destinada à construção de unidades em Sidrolândia e Balsas e o restante na ampliação de fábricas já existentes

Inpasa, de etanol de milho, investe R$ 5 bi em duas novas usinas

Eliane Silva
Para o Valor, de Nova Mutum (MT)

A Inpasa, maior produtora de etanol de milho da América Latina, está investindo R$ 5 bilhões na construção de duas novas plantas, uma em Mato Grosso do Sul e outra no Maranhão, e na expansão de duas unidades já instaladas em Mato Grosso. Segundo executivos da empresa, que faturou R$ 11,467 bilhões em 2023, os investimentos serão feitos com capital próprio.

"É 100% recurso próprio do empresário José Odvar Lopes, presidente e fundador da Inpasa", diz Rodrigo Bicarato, gerente de comércio internacional da Inpasa, companhia que começou a operar em 2008, com uma planta em Nova Esperança, no Paraguai.

As duas novas unidades estão localizadas em Sidrolândia (MS) e em Balsas, a primeira do segmento no Maranhão. Segundo Bicarato, a planta de Sidrolândia, com capacidade para moer 2 milhões de toneladas de milho e custo estimado de R$ 2,3 bilhões, deve inaugurar sua primeira fase de operação no fim de agosto, e a segunda, em outubro. A construção da primeira etapa em Balsas começará em 2025.

A capacidade de processamento da unidade de Nova Mutum (MT) — visitada pela reportagem — foi duplicada em 2023 e chegou a 2 milhões de toneladas de milho. Localizada na beira da rodovia BR-163, a usina funciona 24 horas e recebe até 900 caminhões por dia no período da safra.

Em Sinop, também em Mato Grosso, está a primeira planta da Inpasa no Brasil. Considerada a maior usina de etanol de milho do mundo, teve sua capacidade duplicada este ano e agora pode moer até 4,3 milhões de toneladas em suas quatro fases. A outra unidade em operação fica em Dourados (MS).

De acordo com o executivo, as novas usinas vão elevar a capacidade de moagem da Inpasa em 2025 para 12,2 milhões de toneladas, com produção de 5,5 bilhões de litros de etanol e 2,95 milhões de toneladas de grãos secos de destilaria com solúveis (DDGS na sigla em inglês), coproduto resultante do processo de fabricação do etanol de milho que tem ganhado espaço na composição da ração animal.

Os números projetados incluem as duas unidades instaladas no Paraguai por Lopes, um produtor rural brasileiro que se mudou para o país vizinho, investiu em fazendas e encontrou no etanol de milho o negócio de sua vida, inaugurando sua primeira usina em 2008 no Paraguai. Onze anos depois, investiu na planta em Sinop, atraído pelo gigantismo da produção de milho do Estado na segunda safra.

Segundo a empresa, suas unidades no Brasil já produzem 10% do etanol de milho comercializado nas bombas do país e exportam o DDGS para 30 países da Ásia, América e Europa.

A companhia, a única exportadora de DDGS do Brasil, embarcou 273 mil toneladas em 2022. No ano passado, exportou 680 mil toneladas e prevê chegar a 800 mil toneladas neste ano. Os embarques ocorrem no porto de Imbituba, em Santa Catarina.

As fábricas do Paraguai também exportam, mas volumes bem menores. Foram 5 mil toneladas no ano passado e a expectativa é alcançar 40 mil toneladas em 2024.

Hoje as exportações representam 40% do volume produzido, mas o plano é elevar esse percentual, segundo Rodrigo Bicarato. Ele observa que, embora ainda embarque um volume pequeno, o Brasil é o segundo maior exportador do DDGS, atrás dos Estados Unidos.

"Com 196 usinas de etanol de milho, a maioria antigas de 15 ou 20 anos, enquanto as plantas brasileiras são novas e modernas, os Estados Unidos exportam 11 milhões de toneladas, mas apenas 35% desse produto é do tipo com solúveis, que tem mais digestibilidade para os animais. Nosso plano é colocar no mercado internacional 10% do que os EUA exportam. O desafio maior hoje não é a demanda, e sim a logística."

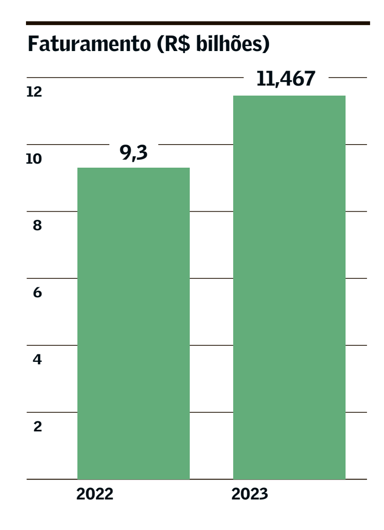
No ano passado, Bicarato representou a Inpasa em Abu Dhabi na primeira missão do Projeto Setorial de Promoção das Exportações de Farelo de Milho, iniciativa conjunta da Apex Brasil e da União Nacional do Etanol de Milho (UNEM) para a expansão da comercialização de DDGS pelo mundo.

Na Inpasa, o volume de DDGS que não é exportado é vendido no mercado interno, sendo 50% destinados ao segmento de suínos, aves e pets. O gado de leite, sobretudo, e os confinamentos recebem a outra metade da produção.

A jornalista viajou a convite da Unem

Perfil da Inpasa
Os destaques da empresa

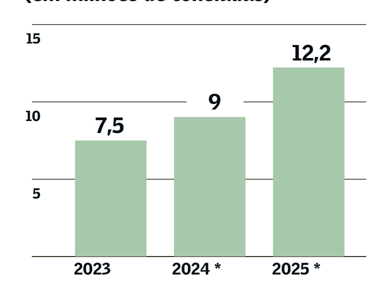
Faturamento (R$ bilhões)



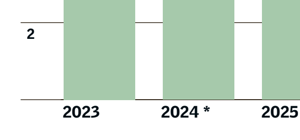
Unidades



Processamento de milho (em milhões de toneladas)



Etanol (em bilhões de litros)



DDGS (em milhões de toneladas)

2023	2024 *	2025 *
1,75	2,2	2,95

Óleo (em toneladas)

2023	2024 *	2025 *
180	225	305

Fonte: Inpasa. * Estimativa.** Unidade deve inaugurar duas fases neste ano

Nestlé lança nova variedade de café arábica

Estratégia

Isadora Camargo
De São Paulo

Dez anos de pesquisa resultaram em uma nova variedade de café, que tem como dona a Nestlé do Brasil. A multinacional de origem suíça divulga nesta quinta-feira ao mercado a Star 4, nome da nova cultivar de café arábica destinada ao terroir brasileiro. A variedade, que custou R$ 5,5 milhões à empresa até agora, promete ter maior resistência a adversidades climáticas e a doenças como a ferrugem, e menor pegada de carbono.

A Star 4 foi testada em fazendas em Franca (SP) e em Varginha (MG), com o acompanhamento agronômico da Fundação Procafé e do Centro de Agricultura e Inovação da Nestlé, na Suíça. Segundo a empresa, a cultivar deverá ser ofertada para cafeicultores brasileiros dispostos a testar o novo grão. O alvo são novos produtores de café e fazendas que estão em momento de renovação de cafezais.

O projeto envolveu agrônomos e botânicos da companhia. "Se a variedade se adaptar tão bem como ocorreu nos testes, queremos que todo produtor de arábica a utilize", afirma a gerente de ESG para cafés e bebidas da Nestlé Brasil, Taissara Martins.

Embora a cultivar, que já foi registrada, esteja pronta para comercialização, o próximo passo é desenvolver o modelo de negócios do grão junto com cafeicultores.

A Nestlé não descarta a doação ou subsídio de mudas, nem mesmo a criação de uma fazenda-piloto para plantio em larga escala.

Segundo a empresa, a nova variedade emitirá de 36% a 41% menos gases do efeito estufa (GEEs). Além disso, a pesquisa atestou que o grão tem qualidade para concorrer no mercado de cafés premium.

Taissara Martins diz que o desenvolvimento vegetativo e o sabor da bebida da Star 4 são comparáveis às características das variedades catuaí e bourbon, consideradas próprias para cafés de alto padrão. Isso faz a empresa acreditar na fácil adaptação da nova cultivar em outros polos produtores.

O sabor da bebida, depois da torra, foi elemento crucial na pesquisa, afirma. "Chegamos a uma bebida com notas mais tropicais e algumas cítricas. O trunfo é que é um café cheiroso. Perfeito para espresso", afirma.

Até a conclusão dos testes de campo da Star 4, a Nestlé não tinha volume mínimo para ser incluído no portfólio de variedades utilizadas para processamento. A empresa espera alcançar esse volume a partir de 2028.

R$ 5,5 milhões foi o custo da pesquisa

A Star 4 do Brasil é a primeira variedade de café arábica a ser "patrocinada" pela Nestlé no mundo. A companhia tem ações semelhantes em andamento no México e já desenvolveu variedades de café robusta no Vietnã e na Indonésia.

"Além disso, o Brasil e o México serão os primeiros países em que teremos uma variedade pronta para ser comercializada com características de qualidade comprovadas. Às vezes, uma pesquisa demora tanto para ser concluída que, no momento que vai ser lançada, já há variedades à frente no mercado", afirma Martins.

Para o especialista em café Edgard Bressani, a iniciativa calha com o aumento de consumo da café no mundo, estimado em 2% a 3% para os próximos anos. Segundo ele, isso exigirá das indústrias uma maior responsabilidade na geração de produtos de alta qualidade, "olhando além da gôndola e contribuindo para disseminar variedades", avalia.

"Até 2050 será preciso dobrar o número de sacas produzidas no mundo, tarefa que recairia sobre o Brasil", diz ele. Para Bressani, projetos como o da Nestlé são divisores de água por permitirem "crescimento rápido e com qualidade na cafeicultura, que tem dificuldades de mão de obra e enfrenta adversidades climáticas".

Ele lembra que, no passado, a Illy Café também distribuiu mudas de um cruzamento de variedades de olho na produção de café com maior rendimento.

Segundo dados da Embrapa, de 2022, há 140 cultivares de café arábica registradas ou em processo de inscrição no Registro Nacional de Cultivares (RNC). Dessas, 40 são plantadas em larga escala. A maior parte foi desenvolvida pelo Instituto Agronômico de Campinas (IAC).

Exportação brasileira do grão bate recorde

Paulo Santos
De São Paulo

As exportações de café do Brasil no ano safra 2023/24 (julho de 2023 a junho de 2024) atingiram o recorde de 47,3 milhões de sacas de 60 quilos, de acordo com o Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé). O volume é 32,7% superior ao do ciclo 2022/23. O recorde anterior havia sido na safra 2020/21, com 45,6 milhões de sacas exportadas.

A receita com os embarques na safra encerrada em junho também foi recorde, e alcançou US$ 9,8 bilhões, alta de 20,7%.

O presidente do Cecafé, Márcio Ferreira, disse em nota que a safra maior no Brasil permitiu ao país ampliar sua participação no comércio global, "ocupando espaços deixados por oferta reduzida de outros produtores, como Indonésia e Vietnã, principalmente com o conilon e o robusta nacionais".

Segundo a entidade, os EUA foram o principal destino do café brasileiro, que compraram 7,1 milhões de sacas, ou 2,8% a mais que na safra 2022/23. Na sequência apareceram Alemanha e Bélgica. O Brasil também ampliou em 186,1% as vendas de café à China, para 1,64 milhão de sacas.

Produzido em maior volume no Brasil, o café arábica segue como o tipo mais exportado. Na safra, foram embarcadas 35,4 milhões de sacas da espécie, alta de 16,7%. Já as exportações das canéforas (conilon e robusta) dispararam e alcançaram 8,238 milhões de sacas. A alta foi de 461,1% e refletiu a menor disponibilidade do produto no Vietnã e Indonésia, que sofreram com problemas climáticos.

Ferreira disse ainda, em nota, que investimentos em pesquisa e tecnologia "que elevaram a qualidade e a produtividade" dos canéforas brasileiros também permitiram ao país ampliar sua participação no mercado global.

Apenas em junho, último mês do ano-safra 2023/24, o volume de café embarcado pelo Brasil foi de 3,5 milhões de sacas, a maior quantidade registrada para o mês na história. A receita, de US$ 851,4 milhões, também foi inédita para o período, de acordo com o Cecafé.

32,7% foi a alta nos embarques de café

SILVIA COSTANTI/VALOR

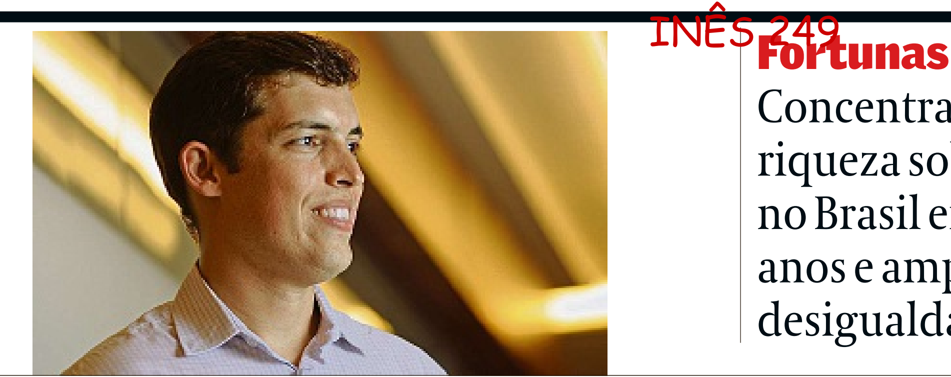


Lavouras de café arábica na Mogiana Paulista: com safra maior, país ocupou espaços no mercado internacional

Insumos
Yara acerta venda de ativos de fertilizantes finais NPK no Brasil para grupo paulista B9

INÊS 249

Mercados Investidores começam a rever hipótese de alta da Selic, diz Muller, da AZ Quest C2



Fortunas Concentração de riqueza sobe 17% no Brasil em 15 anos e amplia desigualdade C6

Bancos Inter nomeia Riccio como CEO no Brasil e Menin fica como líder global C4

Tecnologia BC retoma atividades do Lift Lab, laboratório de inovação C2

Dívida Eleições nos EUA tendem a estreitar momentos para novas operações no segundo semestre

Emissão de títulos no exterior já bate 2023

Fernanda Guimarães e Rita Azevedo
De São Paulo

O mercado internacional de dívida para os emissores brasileiros já bateu o volume emitido em 2023, em clara retomada dessa indústria, que a cada dia conta com a concorrência mais forte do mercado local. No ano até aqui, o volume financeiro chegou a US$ 16,4 bilhões, ante US$ 16,1 bilhões em todo o ano passado, conforme dados da Bond Radar. Em 2022, o volume foi de US$ 10,7 bilhões.

A consultoria também considera em sua contagem as emissões de empresas com atividade no Brasil, mas com domicílio no exterior. Esse é o dado também acompanhado pelo mercado. Sem essas emissões, o volume financeiro no ano chega a US$ 15,4 bilhões, ante US$ 16 bilhões em 2023.

O responsável pela emissão de dívida externa do Santander Brasil, Miguel Diaz, acredita que antes das férias no Hemisfério Norte — momento em que o mercado se fecha —, o Brasil poderá ter ainda três emissões, comprovando meses positivos para os emissores locais. "Estamos em modo de voo de cruzeiro", comenta.

No entanto, o executivo do Santander reconhece que neste ano o volume deve ficar concentrado no primeiro semestre, dado que as eleições americanas tendem a aumentar o nível de volatilidade do mercado e, com isso, podem deixar as janelas para emissões mais estreitas. Para o ano, Diaz acredita em um volume de US$ 20 bilhões.

Pedro Frade, responsável pela área de renda fixa externa do Itaú BBA, aponta que neste ano o mercado de renda fixa internacional vem sendo marcado por "janelas", momentos mais propícios para emissões, sendo um dos fatores geradores de volatilidade as eleições americanas. Até por conta disso, a aposta é que o mês de outubro seja mais desafiador para os emissores. "Os nomes que estamos conversando não têm necessidade de vir em julho, vai ser uma questão mercadológica", explica. O executivo aponta que emissores com grau de investimento são bem demandados e que o timing de operação depende mais da preferência das companhias. "As empresas que já estavam olhando o mercado de perto já vieram, e as outras terão um impulso com melhora de risco Brasil", diz.

A leitura, no geral, é que até o fim de julho outras empresas acessem o mercado externo para captar recursos. O maior volume, porém, deve ser concentrado em setembro, quando as atividades no Hemisfério Norte serão retomadas. "Muitos emissores têm buscado antecipar ao máximo as emissões para evitar o período eleitoral nos Estados Unidos", diz Alexandre Castanheira, chefe da área de mercado de dívida do Citi. O receio é que as eleições presidenciais tenham impacto nos juros dos Treasuries, os títulos do Tesouro americano que servem de base para a remuneração dos papéis.


DIVULGAÇÃO

"Muitos emissores têm buscado antecipar emissões para evitar período eleitoral nos EUA"
Alexandre Castanheira

Bancos de investimento acreditam que o volume total do ano deve ultrapassar US$ 20 bilhões, aproximando-se da média histórica. O ano de 2023 foi um período de menos captações não apenas para o Brasil, mas para outros países da América Latina, segundo Castanheira. "De forma geral, havia uma expectativa de que as taxas de juros americanas baixassem. Além disso, no Brasil, também houve uma antecipação de captações ainda no ano de 2022 e os eventos de crédito, que acabaram impactando o apetite por ofertas."

Apesar de o período também ser composto por janelas, existe a percepção de que o ritmo pode continuar. "O primeiro semestre veio bem forte, com investidores interessados em desembolsar os 'inflows' do ano e emissores confortáveis em emitir pela baixa histórica dos spreads. A expectativa é que esse movimento continue também no segundo semestre", avalia Caio de Luca Simões, chefe do mercado de capitais de dívida do Bank of America (BofA) no Brasil.

Logo no primeiro mês de 2024, as ofertas voltaram com fôlego. A primeira, como é de praxe, foi do Tesouro Nacional, que captou US$ 4,5 bilhões com títulos de dez e de 30 anos. Em seguida, a Cosan puxou a fila das emissões corporativas, com uma oferta de US$ 600 milhões para amortizar parte dos empréstimos feitos para a compra de uma participação na Vale em 2022.

Alguns nomes estrearam no mercado de bonds após dois anos sem o debute de uma brasileira. A petroleira independente 3R Petroleum fez uma emissão de US$ 500 milhões, e a Ambipar, especializada em gestão de resíduos, levantou US$ 750 milhões.

Entre as operações corporativas, a maior foi da Raízen Energia, de US$ 1,5 bilhão. A empresa fez uma oferta em duas séries, uma delas com prazo de 30 anos, algo que não ocorria havia dois anos. Mais recentemente, em junho, a Vale captou US$ 1 bilhão também com uma série de 30 anos.

Aramco surpreende com alta demanda para bônus

Bloomberg

A Aramco recebeu mais de US$ 31 bilhões em pedidos de reserva para a sua primeira oferta de dívida em dólares em três anos. A emissão é de US$ 6 bilhões.

A maior parte dos pedidos foram para os títulos com vencimento em 10 anos e 30 anos, que atraíram mais de US$ 11 bilhões de demanda cada, de acordo com uma pessoa com conhecimento do assunto. O maior exportador de petróleo do mundo também está emitindo notas de 40 anos, cujo preço ainda será definido.

A forte procura permitiu à Aramco reduzir os spreads oferecidos em cada uma das tranches em pelo menos 35 pontos base. O acordo marca a primeira venda de dívida em dólares da empresa desde uma oferta de US$ 6 bilhões em 2021.

Um porta-voz da Aramco não comentou o tamanho da transação e encaminhou à Bloomberg um comunicado da empresa feito no início desta semana anunciando que a empresa planejava vender títulos no exterior. O acordo amplia a onda de dívida emitida pela Arábia Saudita, que busca financiar novos projetos de investimento.

"A Aramco está estendendo os vencimentos, conforme continua alavancando gradualmente, dados seus planos de expansão e necessidades de investimentos", disse Apostolos Bantis, diretor-gerente de consultoria de renda fixa da Union Bancaire Privée. "Com uma demanda tão forte, o preço provavelmente será parecido com o soberano saudita."

O governo da Arábia Saudita e as empresas estatais tomaram um grande volume de empréstimos neste ano e, em Junho, tinham superado a China como o maior emissor de dívida internacional entre os mercados emergentes. O estado, que precisa de recursos para ajudar a cobrir um déficit orçamentário esperado resultante de um ambicioso plano de diversificação da economia, foi responsável por mais de metade da dívida total vendida por entidades sauditas em 2024.

A Aramco responde por uma grande parte do fluxo de caixa do reino . Em junho, o governo saudita transferiu uma participação na empresa que acabou por render US$ 12,35 bilhões, enquanto os pagamentos de dividendos da empresa — hoje os maiores do mundo — também ajudam a preencher os cofres do Estado.

Em maio, a Aramco manteve o seu dividendo trimestral de US$ 31 bilhões ao governo saudita e a outros investidores, apesar de registrar lucros mais baixos. O seu fluxo de caixa livre — recursos provenientes de operações menos despesas de capital — de US$ 22,8 bilhões no período foi inferior ao pagamento total.

A Aramco vendeu seu primeiro título externo em dólares em 2019 e seguiu a colocação com uma oferta de dívida de 50 anos em 2020. A empresa emitiu notas islâmicas denominadas em dólares em 2021, mostram dados compilados pela Bloomberg.

A empresa contratou bancos como Citigroup, Goldman Sachs , HSBC, J.P. Morgan Chase, Morgan Stanley e SNB Capital para administrar a última venda de títulos.

"A Aramco está voltando aos mercados de dívida depois de três anos, então espero que o novo acordo multi-tranche gere uma boa quantidade de juros", disse Mohammad Ahsan, diretor-gerente de taxas e renda fixa do Mashreqbank em Dubai. "O preço indicativo é atraente e esperamos algum aperto quando a orientação final for divulgada."

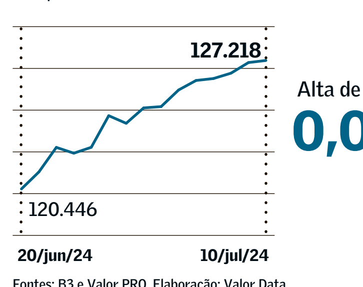
É provável que a Aramco utilize os recursos para refinanciar empréstimos existentes e contribuir para o seu programa de investimentos. A empresa está expandindo a produção de gás natural internamente, incluindo US$ 25 bilhões em contratos para o projeto Jafurah. A empresa está investindo bilhões de dólares para manter a produção de petróleo, além de realizar aquisições no exterior, incluindo projetos de exploração do fornecimento de gás natural nos EUA e uma joint venture de automóveis.

O diretor financeiro, Ziad Al-Murshed, disse em fevereiro que a empresa deve emitir dívida de longo prazo este ano, à medida que os mercados financeiros melhorassem e a empresa buscasse aumentar a alavancagem em seu balanço. O plano de emissão de títulos de longo prazo mostra que a Aramco está confiante de que poderá continuar relevante muito depois da metade do século, mesmo quando as ambições de transição energética levanta questões sobre o futuro da indústria de petróleo.

INÊS 249

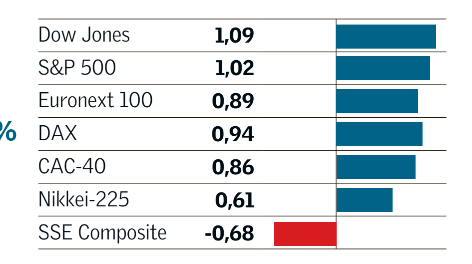
Finanças

Ibovespa
Em pontos

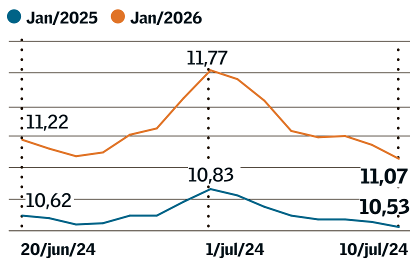


Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

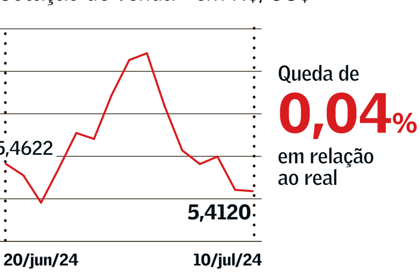
Bolsas internacionais
Variações no dia 10/jul/24 - em %



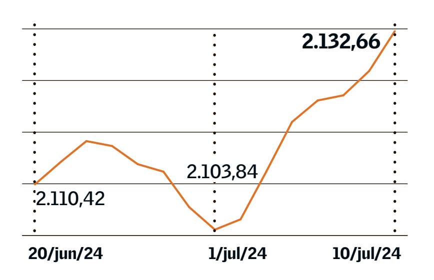
Juros
DI-Over futuro - em % ao ano



Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$



Índice de Renda Fixa Valor
DI-Over futuro - em % ao ano



Mercados Descompressão veio com IPCA comportado e ambiente externo mais favorável à tomada de risco, com recorde do S&P500

Juros futuros cedem e sinalizam risco menor de alta da taxa Selic

Gabriel Roca, Gabriel Caldeira, Matheus Prado e Victor Rezende
De São Paulo

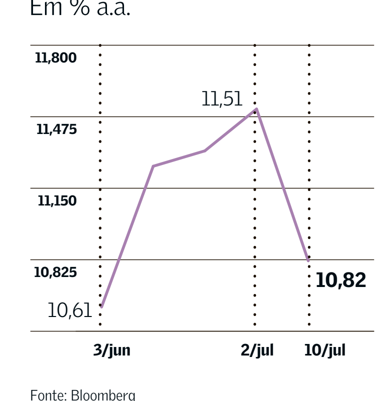
A leitura comportada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em junho, somada ao recuo relevante do dólar ante o real na última semana, provocou queda firme dos juros ontem e fez investidores reconsiderarem a possibilidade, embutida nos preços nos últimos dias, de que o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) precise elevar a Selic ainda este ano.

No fim do dia, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2025 recuou de 10,57% para 10,525%; e a do DI para janeiro de 2029 caiu de 11,845% para 11,655%. O dólar caiu 0,04%, a R$ 5,4120, e o Ibovespa subiu 0,09%, aos 127.218 pontos.

Com alta de 0,21% de junho, o IPCA teve uma variação menor que a esperada pelo mercado, que superou até o piso das estimativas coletadas pelo Valor Data, de 0,23%. O dado ainda trouxe números positivos da inflação de serviços, cuja resiliência recente tem sido um ponto de atenção. Uma semana após o dólar alcançar os R$ 5,70 e parte do mercado passar a apostar que o Copom pudesse elevar os juros este ano, o dado foi um alento. Houve nova rodada de retirada de prêmios das taxas.

Segundo os preços extraídos pela curva de juros, o mercado embute uma Selic de 10,82% no fim de 2024, ainda acima do atual, de 10,5%. No auge do estresse na semana passada esse patamar chegou a superar os 11,5%.

Selic precificada na curva
Em % a.a.



Fonte: Bloomberg

Além disso, algumas casas, como a XP Asset e a família de fundos Janeiro, da Itaú Asset, também passaram a incorporar nos seus cenários a possibilidade de o Copom elevar os juros até o fim do ano.

De acordo com o estrategista-chefe da AZ Quest, André Muller, o IPCA de junho trouxe informações relevantes sobre uma inflação que segue controlada. Salvo uma deterioração adicional das expectativas, portanto, o próximo movimento do Banco Central deve ser de cortes de juros, e não de alta. Ainda que não seja possível precisar em que momento o processo de afrouxamento será retomado, o estrategista projeta que o corte de juros possa ocorrer no primeiro semestre de 2025.

"Há um prêmio relevante na precificação de Selic, com altas de juros já neste ano e no próximo. Temos posições, pequenas, aplicadas [que ganham com a queda] nos juros curtos. Elas são pequenas por conta deste ambiente volátil que estamos atravessando. Preferimos aguardar elementos mais concretos para tomar algum tipo de posição mais relevante", diz o profissional da AZ Quest.

Na visão de Muller, o câmbio, assim como os outros ativos brasileiros, também passou por um processo de aumento dos prêmios de risco em função da percepção do mercado de falta de credibilidade da política econômica. Essa dinâmica foi seguida por uma descompressão, relacionada a falas vindas das autoridades indicando que vão seguir o que é definido pelo arcabouço fiscal. "Atualmente, estamos em um momento em que as coisas foram prometidas, mas ainda há alguns passos para que sejam colocadas em prática", diz. Por ora, ele não tem posições no mercado cambial.

Já o gestor de renda fixa da Porto Asset Management, Gustavo Pi Okuyama, avalia que o estresse observado no mercado nas últimas semanas estava desconectado dos fundamentos da economia. A gestora, nesse ambiente, aproveitou para ampliar apostas na queda das taxas durante o período mais turbulento do mercado, posições que foram reduzidas com a queda firme dos juros futuros ontem.

"A credibilidade do governo foi colocada em xeque e houve uma piora que não guardava correlação com a economia. Na ausência de ruídos adicionais, houve uma descompressão de prêmios muito grande. O melhor exemplo é o dólar, que saiu de R$ 5,70 para R$ 5,40 sem grandes novidades", afirma.

No entanto, diante da proximidade da divulgação do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do Tesouro Nacional, no dia 22, o gestor optou por reduzir suas apostas de queda nas taxas no mercado de juro nominal. As posições podem migrar, segundo ele, para vencimentos intermediários da curva de juro real — NTN-Bs com vencimento em 2035, por exemplo —, que possuem uma característica um pouco mais defensiva.

SILVIA COSTANTI / VALOR



Muller, da AZ Quest: salvo uma deterioração adicional das expectativas, o próximo movimento do BC deve ser de cortes de juros

Na leitura do estrategista-chefe da BGC Liquidez, Daniel Cunha, o mercado externo tem mostrado algum alívio nas últimas semanas em termos de percepção de risco, mas os ativos domésticos não estavam conseguindo capturar a tendência devido ao ambiente interno mais tumultuado. "Desde a semana passada o ambiente doméstico ficou mais calmo e acabou permitindo que o real e os juros se juntassem à dinâmica global mais benigna. Estávamos bastante descolados dos nossos pares e temos observado uma convergência nestas últimas sessões", afirma.

10,82%
é taxa embutida no DI de jan/2024, após superar os 11,5%

De acordo com Cunha, o ambiente mais benigno ainda pode se estender pelo menos até o dia da divulgação do relatório de receitas e despesas, que o mercado aguarda com ansiedade. "Há uma expectativa elevada de que o governo demonstre pragmatismo e apresente medidas de bloqueio ou contingenciamento", afirma.

Uma pesquisa da BGC Liquidez realizada com participantes do mercado apontou que a reação dos ativos tende a ser de neutra para positiva caso o governo anuncie um contingenciamento ou bloqueio entre R$ 10 e R$ 15 bilhões.

Na avaliação de João Fernandes, ecomista da Quantitas, os núcleos do IPCA estão próximos dos níveis que teriam que rodar para atingir a meta de inflação. Apesar disso, a perspectiva de surpresas positivas na inflação corrente terem impacto nas expectativas, que seguem subindo no Focus, é limitada, diz. Segundo o executivo, o que provocou, em maior medida, o movimento de desancoragem das expectativas foi o componente fiscal.

"Você teve um aumento da preocupação de que o governo não vai entregar o arcabouço, e isso provocou uma piora no câmbio e nas expectativas de inflação. A expectativa para o IPCA de 2025, que é onde se concentra a atenção do BC neste momento, só deve ser resolvida se o governo conseguir endereçar a confiança que o arcabouço vai ser cumprido", afirma.

No exterior, o ambiente segue favorável à tomada de risco. Enquanto investidores esperavam a divulgação de indicadores de inflação nos EUA, a valorização de ações de tecnologia deu sustentação a um novo pregão de recordes dos índices Nasdaq e S&P 500, que terminou acima dos 5,6 mil pontos pela primeira vez. Novas declarações do presidente do Federal Reserve (Fed), Jerome Powell, foram monitoradas pelos investidores e não impediram que o mercado continuasse a embutir dois cortes nos juros no ano, em sessão de leve queda das taxas dos Treasuries e do dólar em relação a moedas de mercados avançados.

O índice Dow Jones fechou em alta de 1,09%, aos 39.721,36 pontos; enquanto o S&P 500 teve ganhos de 1,02%, aos 5.633,91 pontos. Já o índice eletrônico Nasdaq terminou o dia com ganhos de 1,18%, aos 18.647,45 pontos.

BC chinês se prepara para intervir no mercado de bônus

Cheng Leng
Financial Times, de Hong Kong

Durante semanas, o Banco do Povo da China (PBoC, na sigla em inglês) manifestou preocupações com a formação de uma bolha no mercado de bônus soberanos do país. Agora, o banco central chinês passou do discurso à ação e começou a se preparar para sua primeira intervenção direta no mercado em décadas.

Na última sexta-feira, o banco central anunciou que fechara acordos com várias instituições para tomar emprestado o equivalente a várias centenas de bilhões de yuans em títulos de longo prazo que poderá vender no mercado para tentar satisfazer a demanda. O PBoC informou que continuará a contrair empréstimos e a vender os títulos em uma base não garantida e sem prazo determinado.

As medidas são o sinal mais forte até o momento da determinação do BC da China de desacelerar a corrida de dinheiro para os bônus soberanos, que levou as taxas de retorno — que se movimento no sentido inverso dos preços — aos níveis mais baixos de sua história. O PBoC teme que compradores entusiásticos, como os bancos regionais, possam acumular problemas se as taxas de retorno se recuperarem de maneira repentina e o valor de suas posições cair, o que abriria a possibilidade de uma crise semelhante ao colapso do Silicon Valley Bank, nos EUA, no ano passado.

As sinalizações já tiveram algum efeito. As taxas de retorno da dívida de dez anos, que tinham chegado ao mínimo recorde de 2,18% na semana passada, subiram para mais de 2,3% na segunda-feira, depois de a autoridade revelar outra ferramenta de intervenção no mercado, ao anunciar que iniciaria operações temporárias de recompra de bônus ou de recompra reversa para tentar reduzir a volatilidade das taxas de juro interbancárias.

Mas alguns analistas têm dúvidas se o BC chinês conseguirá resistir a essa demanda por bônus eternamente, dado que a demanda é motivada por uma economia em dificuldades, atolada em uma retração do setor imobiliário, na qual os preços quase não sobem e os investidores veem poucas opções atraentes onde colocar seu dinheiro em meio a mercados de ações debilitados.

"As forças que empurram para baixo as taxas de retorno de longo prazo são principalmente estruturais e não acreditamos que serão revertidas tão cedo", disse Julian Evans-Pritchard, chefe de economia da China na Capital Economics, em nota.

Desde abril, o PBoC tem alertado repetidamente para o risco do frenesi de compra de bônus. Em meados de junho, o presidente do BC, Pan Gongsheng, disse que as taxas de retorno estavam baixas demais e outros dirigentes afirmaram a meios de comunicação estatais que a faixa ideal para as taxas de retorno dos bônus de dez anos era de 2,5% a 3%.

Para alguns analistas, a retomada da intervenção do BC chinês no mercado de bônus — a última compra significativa foi em 2007 — é uma decisão sensata em um momento em que outros instrumentos para influenciar o sistema financeiro se mostram menos eficazes. Enquanto a economia da China crescia rapidamente, o PBoC conseguia exercer influência sobre os bancos ao se concentrar no controle da oferta de empréstimos. Mas a autoridade precisou revisar sua abordagem, já que a demanda por crédito desacelerou e a liquidez bancária se transferiu para outros ativos, como os bônus.

> "As forças que empurram para baixo as taxas de retorno de longo prazo são estruturais"
> *J. Evans-Pritchard*

Saber se o PBoC é capaz de administrar o mercado de bônus se tornará ainda mais importante dado que a China planeja emitir bônus de longo prazo equivalentes a mais trilhões de yuans nos próximos anos, para aumentar a alavancagem e os gastos do governo central. Até o momento, o BC detém apenas 1,52 trilhão de yuans em bônus do governo, a maioria com vencimentos mais curtos.

Chen Long, cofundador da consultoria Plenum, com sede em Pequim, disse que a abordagem do PBoC tem semelhanças com o controle da curva da taxa de retorno adotado pelo Banco do Japão (BoJ) na última década. Mas enquanto o BoJ tentava estabelecer um teto para os rendimentos, o BC chinês busca criar um limite mínimo.

Até o momento, porém, os detalhes críticos das operações com bônus ainda não foram revelados, como seu "timing", tamanho, custo e frequência.

"É difícil dizer quanto poder de fogo é necessário, já que o PBoC precisa rever o mercado passo a passo", disse Richard Xu, analista financeiro-chefe para a China do Morgan Stanley. "O mercado é movido por expectativas — às vezes uma simples advertência verbal pode mudar o rumo, mas em outros cenários é necessário adotar medidas mais firmes."

"É pouco provável que o BC mergulhe de cabeça", disse Gary Ng, economista sênior da Natixis. "Isso é mais uma sinalização de política monetária, a menos que a intervenção seja massiva, já que o objetivo é atenuar a volatilidade, e não [mudar] a tendência do mercado."

Na estimativa de Ng, para fazer uma diferença significativa, o PBoC provavelmente precisaria comprar ao menos 5% dos bônus do governo em circulação — o que ainda seria menos contundente do que as intervenções do BoJ. O mercado de bônus do governo da China vale 30 trilhões de yuans.

Chen, da Plenum, também destacou que um elemento-chave do controle dos rendimentos no Japão foi a promessa do BoJ de comprar uma quantidade ilimitada de bônus.

"Se o PBoC é sério a respeito de estabelecer um limite mínimo [para as taxas de retorno], também precisa prometer vender uma quantidade ilimitada de bônus do governo nesse nível. Ainda não está claro se está disposto a ir tão longe ou qual seria sua estratégia de saída."

Especialistas advertem que será difícil aumentar os rendimentos no atual ambiente deflacionário da China. O crescimento de novos empréstimos desacelerou mais que o esperado este ano. Dados oficiais sobre "financiamento social total", um indicador abrangente do crescimento do crédito, mostraram uma rara contração em abril, a primeira queda desde 2017, enquanto novos dados divulgados em junho apontaram recuperação mais fraca do que se esperava em maio.

Uma complicação adicional, diz um pesquisador de um think-tank estatal, é o cabo de guerra entre o PBoC e o Ministério das Finanças, para o qual taxas de retorno mais baixas significam que ele pode emitir bônus a um custo menor.

O pesquisador disse que se o ministério tivesse acelerado a emissão de bônus no primeiro semestre de 2024 para aliviar a pressão da demanda, o BC não teria precisado fazer tantas advertências verbais.

Evans-Pritchard afirmou que, mesmo que o PBoC tivesse êxito em influenciar as taxas de retorno de longo prazo, o impacto direto na economia seria marginal, já que elas têm impacto limitado sobre os empréstimos de empresas e famílias.

"Por enquanto, o PBoC manteve uma inclinação para uma política monetária mais relaxada nas suas declarações", disse ele. "O que acontece com as taxas de juro de referência e as taxas de retorno dos bônus de prazo mais curto continuará a ser mais importante para as perspectivas econômicas."

Balanços Investidores buscam sinais de fraqueza no setor por impacto de juros ainda altos e após a quebra de instituições financeiras no ano passado

Bancos americanos divulgam resultado

Alexander Saeedy
Dow Jones Newswires

Os maiores bancos dos Estados Unidos começam a divulgar seus resultados trimestrais nesta semana, com os números do J.P. Morgan Chase, Citigroup e Wells Fargo previstos para esta sexta-feira. Os investidores estão atentos a mais sinais de fraqueza do sistema bancário americano, depois das falências de algumas instituições no ano passado, bem como o impacto das taxas de juros mais altas por um período maior e problemas nas finanças dos consumidores.

Abaixo pontos de atenção:

Perdas não contabilizadas

Os bancos estão enfrentando cerca de US$ 517 bilhões em perdas não realizadas em seus balanços, segundo dados da Federal Deposit Insurance Corp. (FDIC). A autoridade reguladora bancária disse em maio que esse volume tem sido "excepcionalmente alto" há quase dois anos e meio. A maior parte se deve ao fato de os bancos terem comprado bônus soberanos como os Treasuries e títulos lastreados em hipotecas quando as taxas de juros estavam baixas. Por outro lado, estão repletos de depósitos de clientes durante a pandemia. Quando o Federal Reserve (Fed, banco central americano) começou a elevar os juros em 2022, o valor contábil desses títulos caiu. (Os bônus são vendidos com desconto quando os juros sobem, para oferecer rendimentos maiores aos investidores.)

A maioria dos bancos não deverá ter de realizar as perdas, a menos que eles se deparem com problemas e precisem vender ativos para angariar dinheiro. Isso aconteceu no ano passado, quando o Silicon Valley Bank (SVB) vendeu bilhões de dólares em bônus hipotecários com prejuízo e provocou pânico nos mercados. O banco quebrou dias depois.

Analistas acreditam que as perdas não realizadas permanecerão estáveis no segundo trimestre, uma vez que o rendimento dos títulos do Tesouro de 10 anos terminou os três meses encerrados em junho mais ou menos onde começou.

Imóveis comerciais

Os bancos estão no centro da avaliação contínua do mercado de imóveis comerciais. Economistas estimam que os bancos detêm de 40% a 50% de toda a dívida imobiliária comercial em circulação, e os índices de inadimplência estão aumentando.

A inadimplência ainda não chegou aos níveis vistos durante a crise financeira de 2008. Mas uma série de "defaults" de títulos atrelados a financiamentos imobiliários comerciais neste ano está gerando temores de que o índice deverá aumentar.

Para os pequenos bancos regionais, a desaceleração promete ser especialmente difícil. Eles detêm uma parcela muito maior dos empréstimos imobiliários comerciais enquanto porcentagem de seus ativos totais, do que os maiores bancos do país. Isso porque muitos deles concederam empréstimos para ajudar a desenvolver propriedades nos mercados regionais em que estão localizados.



Bancos convivem com problemas que levaram à quebra do SVB no ano passado

Lucros com empréstimos

Os bancos continuam sentindo a pressão de um platô nas taxas de juros. Embora eles estejam gerando mais lucros com empréstimos do que estavam após a pandemia, eles começam a ver o crescimento desses lucros desacelerar à medida que a economia se ajusta aos juros mais altos.

A principal razão? Os clientes dos bancos estão transferindo seus recursos de contas que não pagam juros, para contas e produtos que rendem taxas. Ao mesmo tempo, a maioria dos bancos não será capaz de aumentar muito mais os juros em relação aos que já são cobrados sobre seus empréstimos e outros produtos. A maioria dos analistas acredita que a margem líquida de juros cairá mais neste trimestre à medida que essas tendências se consolidem.

Liquidez para os regionais

Os bancos regionais continuam sendo o elo fraco na cadeia do sistema bancário dos EUA, e os investidores continuam preocupados com o futuro deles.

> Impacto das taxas de juros altas, imóveis comerciais, perdas no cartão de crédito e contas remuneradas preocupam setor

Uma forma de os investidores avaliarem a saúde dos bancos regionais é prestar atenção ao caixa dessas instituições e os títulos com liquidez que eles mantêm. Os grandes bancos e os bancos regionais costumam ter níveis de liquidez similares, mas os bancos maiores avançaram e têm mais recursos disponíveis para gerenciar uma queda rápida nos depósitos do que os bancos menores.

Cartão de crédito

A economia está crescendo, mas o ritmo está diminuindo — e alguns problemas começam a aparecer quando se trata da saúde do consumidor. Algumas pessoas estão começando a atrasar o pagamento das contas do cartão de crédito e a inadimplência está aparecendo nos ganhos dos bancos. Os analistas esperam ver aumentos modestos nas taxas de inadimplência no segundo trimestre.

Bancos de investimentos

Há uma previsão de que as receitas de banco de investimentos aumentaram no segundo trimestre em relação ao mesmo período do ano passado. As empresas vêm recorrendo aos mercados de dívida depois que os custos dos empréstimos corporativos caíram e esses negócios estão em alta.

No primeiro trimestre, as divisões de banco de investimentos dos bancos registraram um de seus melhores trimestre desde que os aumentos dos juros pelo Fed começaram a reduzir as negociações corporativas em 2022. Mas muitos bancos ainda não viram um retorno aos volumes vigorosos de 2021, quando as empresas tiraram proveito dos juros baixos para realizar aquisições e refinanciar suas dívidas.

BC retoma atividades do laboratório de inovação

Gabriel Shinohara
De Brasília

O Banco Central (BC) retomou as atividades do Lift Lab, laboratório de inovação em conjunto com a Federação Nacional de Associações dos Servidores do Banco Central (Fenasbac). O Lift Lab tinha sido suspenso em agosto de 2023 por "limitações operacionais e de recursos humanos".

Segundo o BC, o cronograma a partir de julho prevê reuniões para acompanhamento e entrega de projetos. Nessa retomada, o laboratório terá sete projetos. O primeiro busca soluções tecnológicas para "compliance" e prevenção à lavagem de dinheiro. O segundo trata de uma solução de interoperabilidade entre empresas com redes blockchain que não são compatíveis.

O terceiro projeto é de "GreenFi" e visa criar um ecossistema financeiro descentralizado para ativos verdes "tokenizados". O quarto também busca desenvolver uma rede descentralizada, mas voltada para avaliação e concessão de crédito.

O quinto projeto é o "Score Chave Pix", que tem como objetivo desenvolver uma pontuação para o Pix, a detecção de contas laranjas e monitorar "safe zones" para o sistema brasileiro de pagamentos instantâneos. Já o "SmartSafe" é o sexto projeto, que desenvolve uma solução de carteira digital programável e segura para o armazenamento de criptoativos. O sétimo projeto do laboratório é o Token do Agronegócio Garantido (TAG), que visa a tokenização de ativos para o agronegócio.

INÊS 249

Instituições financeiras João Vitor Menin, da família controladora, deixa de acumular função e foca expansão global

Banco Inter promove VP a CEO da operação no Brasil



André Ítalo Rocha
De São Paulo

O Banco Inter terá um executivo-chefe (CEO) dedicado exclusivamente à operação brasileira, enquanto João Vitor Menin segue como CEO global, passando a maior parte do tempo no escritório em Miami. Quem fica no comando no Brasil é um velho conhecido, o executivo Alexandre Riccio, que está há 11 anos na instituição e que ocupava o posto de vice-presidente, focado em serviços bancários.

Trata-se de movimento similar ao que fez o Nubank em 2021, antes da sua oferta pública inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) nos Estados Unidos, quando o cofundador David Vélez virou CEO global, de olho na internacionalização, e a cofundadora Cristina Junqueira ficou como CEO no Brasil. No início deste ano, a posição local passou a ser ocupada pela executiva Livia Chanes, quando a própria Junqueira já estava mais voltada para as atividades no exterior, como executiva dedicada a crescimento ("Chief Growth Officer").

Menin já vinha buscando um nome para o posto há algum tempo e optou pela escolha caseira após concluir que Riccio tem a vantagem de conhecer muito bem o Inter e o setor bancário, por ter passado por todas as áreas da instituição, além de contar com a sua confiança — os dois passaram sete anos dividindo sala. "Eu convivo mais com o Alexandre do que com a minha esposa", brinca o acionista.

A decisão pelo nome de Riccio embute uma mensagem de continuidade. É diferente, comparou Menin, de quando se busca alguém de fora para tocar um "turnaround" (uma virada estratégica). No Inter, o foco é executar o plano de cinco anos divulgado no início de 2023, resumido em três números: 60-30-30: atingir 60 milhões de clientes, 30% de índice de eficiência e 30% de ROE.

No balanço mais recente, o Inter mostrou estar com 31,7 milhões de clientes, 47,7% de índice de eficiência e 9,7% de ROE. "Estamos batendo as nossas previsões praticamente todos os trimestres. Eu chego para continuar. Enquanto o João toca a expansão internacional, eu entro com a responsabilidade de executar o plano no Brasil", afirma Riccio. "Com o Alexandre como CEO do Brasil, a nossa chance de atingir esses objetivos aumenta", afirma Menin.

Na estratégia de expansão, não há nenhuma aquisição no curto prazo, diz Menin, depois de ter concluído, em maio, a compra dos outros 50% da Granito, de pagamentos, por R$ 110 milhões, passando a ter 100% do negócio. "Agora, o grande M&A é com nós mesmos", afirma. "Somos uma empresa de growth e estamos focados na diversificação de receita, inclusive em serviços não financeiros."

No início do ano, o Inter fez um oferta subsequente de ações nos Estados Unidos que captou US$ 162 milhões. O objetivo, porém, não era reforçar o caixa, mas aumentar a liquidez do papel e atrair mais investidores estrangeiros para a base. "Agora estamos muito satisfeitos", disse Menin.

Este texto foi originalmente publicado pelo Pipeline, o site de negócios do Valor Econômico

Plataforma projeta impactos financeiros de riscos climáticos

Victoria Netto
Do Rio

A consultoria WayCarbon incluiu a mensuração dos impactos financeiros de eventos climáticos na plataforma de gestão de riscos relacionados ao clima para empresas. A iniciativa coincide com o avanço do mercado regulatório brasileiro na forma de divulgar informações sobre sustentabilidade por companhias abertas.

De acordo com a gerente de risco climático e adaptação da consultoria, Melina Amoni, a regulação trouxe maior força para essa agenda. "A procura tem crescido principalmente nos últimos dois anos. Vemos uma demanda cada vez maior por informações confiáveis e ágeis, sobretudo quando falamos com empresas brasileiras".

A resolução CVM 193, de 2023, colocou o Brasil à frente na pauta global ESG, ao recomendar a adoção voluntária das normas IFRS S1 e S2 do Conselho Internacional de Padrões de Sustentabilidade (ISSB) a partir de janeiro de 2024. A obrigatoriedade ficou para 2026.

A ferramenta WayCarbon Ecosystem abrange todos os setores, inclusive a cadeia de fornecedores das empresas. A partir de diferentes recortes geográficos, determina a probabilidade da ameaças e impactos econômicos, calculando os riscos físicos (como inundações, ondas de calor, seca e incêndios florestais) e de transição (como aspectos regulatórios) em recortes de tempo até o ano 2100.

Na plataforma, cada empresa pode criar regras de gestão e operação específicas, com o setor, subsetor e tipo de empresa, critérios que servem como calibragem do risco. A plataforma traz uma matriz que mostra a probabilidade de ameaças climáticas e, a partir dos resultados, são definidos os riscos críticos e calculados os impactos financeiros, considerando a perda esperada. Por fim, são criados planos de gestão.

Até o final deste ano, serão aportados R$ 10 milhões na ferramenta, considerando os aportes feitos ao longo do ano passado.

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 10/07/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	15.970,3167740	0,08	0,50	5,03
IRF-M	1+**	20.361,3658290	0,45	1,88	2,10
IRF-M	Total	18.470,1122070	0,32	1,41	2,94
IMA-B	5***	9.331,3048210	0,12	0,61	3,95
IMA-B	5+****	11.309,5017120	0,92	2,63	-2,55
IMA-B	Total	9.958,3725230	0,53	1,63	0,52
IMA-S	Total	6.752,6236410	0,04	0,33	5,67
IMA-Geral	Total	8.218,6721210	0,24	0,94	3,38

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	26/06	25/06	Há 1 semana	No fim de maio	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	32,07	32,98	33,04	28,38	30,27	33,63
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	26,42	26,11	23,49	21,51	24,58	27,00
Conta garantida pré - a.a.	42,81	41,69	44,82	51,12	54,39	47,53
Desconto de duplicata pré - a.a.	21,70	21,70	22,42	21,55	23,14	27,38
Vendor pré - a.a.	16,20	16,22	15,88	15,05	16,12	17,93
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	18,94	18,26	19,82	16,84	17,94	20,40
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	17,92	18,01	17,72	17,17	18,18	18,35
Conta garantida pós - a.a.	25,06	25,49	25,22	24,89	24,32	27,28
ACC pós - a.a.	8,51	8,08	8,39	8,60	8,54	8,97
Factoring - a.m.	3,27	3,27	3,32	3,32	3,32	3,61

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	10/07/24	09/07/24	Há 1 semana	No fim de junho	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3400	5,3300	5,3300	5,3200	5,0600
1 mês	-	5,3364	5,3384	5,3364	5,3323	5,0672
3 meses	-	5,3543	5,3539	5,3533	5,3524	5,0229
6 meses	-	5,3870	5,3865	5,3873	5,3887	4,8267
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,6620	3,6630	3,6560	3,9120	3,4020
1 mês	-	3,7068	3,7423	3,7869	3,9131	3,3066
3 meses	-	3,8526	3,8690	3,8829	3,9263	3,1218
6 meses	-	3,9079	3,9160	3,9227	3,9443	2,7521
1 ano	-	3,8925	3,8900	3,8863	3,8619	1,6995
Euribor ***						
1 mês	-	3,615	3,635	3,632	3,654	3,438
3 meses	-	3,708	3,705	3,711	3,743	3,661
6 meses	-	3,668	3,678	3,682	3,748	3,931
1 ano	-	3,593	3,596	3,578	3,725	4,190
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,25
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
T-Bill (1 mês)	5,33	5,34	5,35	5,37	5,36	5,27
T-Bill (3 meses)	5,37	5,37	5,37	5,36	5,37	5,40
T-Bill (6 meses)	5,29	5,29	5,30	5,32	5,37	5,51
T-Note (2 anos)	4,63	4,63	4,72	4,75	4,88	4,86
T-Note (5 anos)	4,24	4,24	4,33	4,38	4,48	4,24
T-Note (10 anos)	4,29	4,30	4,36	4,40	4,47	4,00
T-Bond (30 anos)	4,47	4,49	4,53	4,56	4,60	4,04

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	Mês jul/24*	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	Acumulado Ano*	12 meses**
Selic	0,31	0,79	0,83	0,89	0,83	0,80	5,55	11,68
CDI	0,31	0,79	0,83	0,89	0,83	0,80	5,55	11,68
CDB (1)	0,72	0,71	0,73	0,73	0,75	0,75	5,27	10,21
Poupança (2)	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	0,51	4,00	7,33
Poupança (3)	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	0,51	4,00	7,33
IRF-M	1,41	-0,29	0,66	-0,52	0,54	0,46	2,94	7,89
IMA-B	1,63	-0,97	1,33	-1,61	0,08	0,55	0,52	3,07
IMA-S	0,33	0,81	0,83	0,90	0,86	0,82	5,67	11,85
Renda Variável								
Ibovespa	2,67	1,48	-3,04	-1,70	-0,71	0,99	-5,19	4,93
Índice Small Cap	5,28	-0,39	-3,38	-7,76	2,15	0,47	-10,36	-11,96
IBrX 50	2,35	1,63	-3,11	-0,62	-0,81	0,91	-3,92	7,39
ISE	4,09	1,10	-3,61	-6,02	1,21	1,99	-6,46	-5,90
IMOB	6,67	1,06	-0,73	-11,56	1,10	1,27	-11,30	-8,32
IDIV	1,98	1,99	-0,99	-0,56	-1,20	0,91	-1,49	12,09
IFIX	0,05	-1,04	0,02	-0,77	1,43	0,79	1,14	6,09
Dólar Ptax (BC)	-2,92	6,05	1,35	3,51	0,26	0,60	11,47	15,35
Dólar Comercial (mercado)	-3,16	6,46	1,09	3,54	0,86	0,71	11,53	16,69
Euro (BC) (4)	-1,89	4,73	2,89	2,37	0,07	0,25	9,16	13,15
Euro Comercial (mercado) (4)	-2,08	5,07	2,79	2,43	0,71	0,38	9,14	14,54
Ouro (BC)	-0,84	5,97	2,87	7,18	8,62	0,27	28,35	39,96
Inflação								
IPCA	-	0,21	0,46	0,38	0,16	0,83	2,48	4,23
IGP-M	-	0,81	0,89	0,31	-0,47	-0,52	1,10	2,45

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data
* Rendimento até o dia 10/jul. ** Até jun/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 05/07/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.514.069,54					-2.382,16	12.546,14	205.560,08	217.421,69
RF Indexados (2)	146.389,02	0,12	0,52	2,75	7,85	-92,87	-932,37	-8.449,84	-18.761,66
RF Duração Baixa Soberano (2)	682.232,44	0,04	0,18	5,00	10,85	1.234,53	12.083,73	42.316,31	54.066,42
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	854.213,59	0,04	0,21	5,69	12,38	-2.693,05	4.977,41	56.599,73	67.702,53
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	180.942,68	0,04	0,05	5,74	12,42	101,11	1.568,91	74.388,83	79.724,24
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	170.047,76	0,06	0,29	4,53	9,28	335,33	670,46	-2.550,46	-3.975,26
RF Duração Livre Soberano (2)	214.824,83	0,07	0,28	4,54	10,09	-85,49	1.863,54	-13.842,70	-29.657,92
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	634.142,77	0,07	0,24	4,99	10,94	-2.162,82	-5.663,89	-40.902,69	-56.209,49
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	362.626,03	0,10	0,36	4,86	11,59	592,21	1.061,25	78.217,46	129.228,28
Ações	621.136,06					-275,88	-1.885,15	-927,10	38.396,52
Ações Indexados (2)	10.168,41	0,12	1,98	-5,79	5,38	12,36	-127,82	274,08	-895,61
Ações Índice Ativo (2)	31.425,89	0,24	2,65	-6,02	3,57	-21,67	-652,71	-4.394,49	-4.250,25
Ações Livre	226.079,19	0,43	2,59	-2,91	6,12	-197,75	-874,15	530,85	-5.186,61
Fechados de Ações	126.180,94	0,19	0,81	-3,40	-2,95	1,33	147,43	-849,14	29.577,39
Multimercados	1.664.403,99					165,68	-874,17	-77.422,25	-205.302,33
Multimercados Macro	148.266,28	0,18	0,67	1,35	6,64	-435,60	-1.282,37	-28.749,46	-52.075,06
Multimercados Livre	636.472,95	0,09	0,43	3,20	8,37	672,98	2.201,37	1.330,45	-53.498,81
Multimercados Juros e Moedas	49.673,35	0,06	0,27	4,83	11,12	-71,58	-188,98	-8.072,21	-17.714,09
Multimercados Invest. no Exterior (2)	749.146,43	0,01	-0,03	4,79	11,52	-9,31	-1.703,94	-42.905,33	-77.519,02
Cambial	6.164,09	-0,52	-2,06	15,87	19,45	-53,76	-327,85	-675,17	-1.498,52
Previdência	1.437.705,46					-123,06	-303,97	17.952,91	40.355,81
ETF	43.421,08					34,59	132,91	-1.662,37	-2.966,57
Demais Tipos	2.014.482,48					204,86	-3.664,98	42.222,28	50.316,61
Total Fundos de Investimentos	**7.286.900,22**					**-2.634,60**	**9.287,92**	**142.826,11**	**86.406,59**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.664.834,49**					**1.778,29**	**7.410,47**	**37.347,02**	**101.837,96**
Total Fundos Off Shore (4)	**48.441,87**					-	-	-	-
Total Geral	**9.000.176,58**					**-856,31**	**16.698,39**	**180.173,13**	**188.244,55**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de maio de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	10/07/24	09/07/24	Há 1 semana	No fim de junho	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,50	10,50	13,75
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,5236
Selic - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
Selic - taxa efetiva ao mês	0,9071	0,9071	0,9071	0,7883	0,7883	1,0720
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,5236
CDI - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
CDI - taxa efetiva ao mês	0,9071	0,9071	0,9071	0,7883	0,7883	1,0720
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	11,25
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,8921
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,88
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	1,0150
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,44	10,45	10,48	10,49	10,47	13,30
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	10,54	10,59	10,70	10,72	10,63	12,76
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,41	10,41	10,42	10,42	10,43	13,56
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,42	10,43	10,44	10,44	10,45	13,42
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,44	10,45	10,47	10,49	10,48	13,31
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,46	10,48	10,52	10,55	10,53	13,17
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	10,53	10,58	10,69	10,72	10,63	12,78
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	10,83	10,92	11,19	11,18	11,00	11,62

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 10/07/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em ago/24	99.373,55	10,404	89.254	10,404	10,408	10,404
Vencimento em set/24	98.516,97	10,416	38.841	10,408	10,422	10,420
Vencimento em out/24	97.703,54	10,432	371.943	10,414	10,436	10,424
Vencimento em nov/24	96.815,82	10,456	9.138	10,440	10,460	10,440
Vencimento em dez/24	96.080,06	10,492	25.206	10,485	10,500	10,490
Vencimento em jan/25	95.269,50	10,528	1.415.724	10,510	10,555	10,525
Vencimento em fev/25	94.415,21	10,580	5.513	10,570	10,590	10,590
Vencimento em mar/25	93.633,76	10,636	21.172	10,620	10,640	10,640
Vencimento em abr/25	92.895,47	10,681	254.848	10,645	10,725	10,685
Vencimento em mai/25	92.125,48	10,718	1.024	10,675	10,725	10,725
Vencimento em jun/25	91.314,14	10,763	1.736	10,710	10,755	10,755

Dólar comercial	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em ago/24	5.421,23	-0,17	236.500	5.384,50	5.439,00	5.430,00
Vencimento em set/24	5.438,40	-0,17	3.105	5.406,00	5.450,00	5.450,00
Vencimento em out/24	5.454,19	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em nov/24	5.472,15	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em dez/24	5.486,16	-	0	0,00	0,00	0,00

Euro	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em ago/24	5.873,99	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em set/24	5.901,36	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em out/24	5.927,50	-	0	0,00	0,00	0,00

Ibovespa	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - pontos do índice Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em ago/24	128.342	-0,01	71.550	128.070	129.030	128.170
Vencimento em out/24	130.400	-	0	0	0	0
Vencimento em dez/24	132.430	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 10/07/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,3961	5,3967	-0,77	-2,92	11,47	10,74
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,4114	5,4120	-0,04	-3,16	11,53	10,86
Dólar Turismo (R$/US$)	5,4370	5,6170	-0,10	-3,07	11,28	10,96
Euro (BC) - (R$/€)	5,8391	5,8419	-0,68	-1,89	9,16	9,05
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	5,8598	5,8605	0,09	-2,08	9,14	9,16
Euro Turismo (R$/€)	5,9151	6,0951	-0,01	-1,98	8,70	9,22
Euro (BC) - (US$/€)	1,0821	1,0825	0,09	1,05	-2,07	-1,52
Ouro*						
Banco Central (R$/g)	412,5459	412,5917	-0,09	-0,84	28,35	36,90
Nova York (US$/onça troy)¹	-	2.371,15	0,26	2,00	14,81	23,19
Londres (US$/onça troy)¹	-	2.372,90	0,44	1,95	15,06	23,26

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. ¹ Última cotação

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	10/07/24	09/07/24	No fim de jun/24	dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	162.116,51	162.048,67	158.096,12	173.997,89	0,04	2,54	-6,83
Valor-Coppead Mínima Variância	98.836,72	98.759,71	95.968,24	93.533,91	0,08	2,99	5,67

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-
Aegea (1) (3)	25/06/24	20/01/31	79	300	9,0	8,375	-
República Federativa do Brasil (2)	27/06/24	22/01/32	91	2.000	6,125	6,375	212,8
Vale	28/06/24	28/06/54	360	1.000	6,4	6,458	210,0
XP	04/07/24	04/07/29	60	500	-	7	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 10/07/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond). (2) Títulos sustentáveis (green bonds). (3) Reabertura

ADR - Índices

Em 10/07/24

Índice	10/07/24	09/07/24	Em 28/06/24	29/12/23	10/07/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	190,68	187,82	183,93	165,54	152,20	1,52	3,67	15,19	25,28
S&P BNY Emergentes	374,23	368,30	353,54	312,75	294,09	1,61	5,85	19,66	27,25
S&P BNY América Latina	198,03	195,90	189,48	225,28	203,06	1,09	4,51	-12,10	-2,48
S&P BNY Brasil	194,90	194,34	186,15	232,95	202,64	0,29	4,70	-16,33	-3,82
S&P BNY México	309,96	301,37	294,86	331,67	323,51	2,85	5,12	-6,55	-4,19
S&P BNY Argentina	232,54	228,43	230,09	178,27	151,82	1,80	1,07	30,45	53,17
S&P BNY Chile	143,63	139,61	137,44	162,12	181,18	2,88	4,50	-11,41	-20,73
S&P BNY Índia	3.005,89	3.019,26	3.032,46	2.923,01	2.766,48	-0,44	-0,88	2,84	8,65
S&P BNY Ásia	229,97	226,32	219,12	189,60	176,36	1,61	4,95	21,29	30,39
S&P BNY China	315,62	315,53	302,10	336,11	330,22	0,03	4,47	-6,10	-4,42
S&P BNY África do Sul	212,71	210,20	200,45	199,87	204,71	1,20	6,12	6,43	3,91
S&P BNY Turquia	37,81	37,70	34,29	22,45	17,84	0,30	10,25	68,38	111,88

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
24/06 a 24/07	0,0915	0,5920	0,5920	0,8021
25/06 a 25/07	0,0894	0,5898	0,5898	0,8000
26/06 a 26/07	0,0906	0,5911	0,5911	0,8012
27/06 a 27/07	0,0916	0,5921	0,5921	0,8023
28/06 a 28/07	0,0686	0,5689	0,5689	0,7691
29/06 a 29/07	0,0399	0,5743	0,5743	0,7302
30/06 a 30/07	0,0664	0,5743	0,5743	0,7669
01/07 a 31/07	0,0703	0,5743	0,5743	0,8035
01/07 a 01/08	0,0739	0,5743	0,5743	0,8402
02/07 a 02/08	0,0740	0,5744	0,5744	0,8407
03/07 a 03/08	0,0742	0,5746	0,5746	0,8432
04/07 a 04/08	0,0703	0,5707	0,5707	0,8042
05/07 a 05/08	0,0669	0,5672	0,5672	0,7703
06/07 a 06/08	0,0668	0,5671	0,5671	0,7695
07/07 a 07/08	0,0705	0,5709	0,5709	0,8063
08/07 a 08/08	0,0742	0,5746	0,5746	0,8432
09/07 a 09/08	0,0744	0,5748	0,5748	0,8448

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 10/07/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	127.218	0,09	2,67	-5,19	7,86
IBrX	53.784	0,07	2,67	-4,72	8,49
IBrX 50	21.347	0,02	2,35	-3,92	10,11
IEE	92.025	0,28	4,23	-3,09	1,73
SMLL	2.109	-0,18	5,28	-10,36	-8,74
ISE	3.520	0,22	4,09	-6,46	-1,61
IMOB	896	0,60	6,67	-11,30	-4,87
IDIV	8.938	0,10	1,98	-1,49	14,59
IFIX	3.349	0,00	0,05	1,14	5,28
Variação % em dólares					
Ibovespa	23.573	0,87	5,76	-14,95	-2,59
IBrX	9.966	0,85	5,75	-14,53	-2,02
IBrX 50	3.956	0,80	5,43	-13,81	-0,56
IEE	17.052	1,06	7,36	-13,06	-8,13
SMLL	391	0,59	8,45	-19,58	-17,59
ISE	652	1,00	7,22	-16,09	-11,15
IMOB	166	1,39	9,87	-20,43	-14,09
IDIV	1.656	0,88	5,05	-11,63	3,48
IFIX	621	0,77	3,06	-9,27	-4,93

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 10/07/24	09/07/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	399	402	-3,0	-4,0	54,0
África do Sul	316	319	-3,0	-11,0	-10,0
Argentina	1.473	1.490	-17,0	18,0	-434,0
Brasil	224	225	-1,0	-7,0	29,0
Colômbia	304	308	-4,0	-2,0	39,0
Filipinas	73	72	1,0	5,0	15,0
México	181	180	1,0	-5,0	14,0
Peru	105	105	0,0	3,0	3,0
Turquia	244	248	-4,0	-9,0	-32,0
Venezuela	16.587	16.867	-280,0	-1.982,0	-7.505,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
nov/23	348.406	28/06/24	357.827
dez/23	355.034	01/07/24	356.972
jan/24	353.563	02/07/24	357.421
fev/24	352.705	03/07/24	358.554
mar/24	355.008	04/07/24	358.562
abr/24	351.599	05/07/24	359.527
mai/24	355.560	08/07/24	359.546
jun/24	357.827	09/07/24	359.262

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	10/07/24	09/07/24	08/07/24	05/07/24	04/07/24	03/07/24
Índice	2.132,66	2.126,87	2.123,35	2.122,60	2.119,47	2.112,27
Var. no dia	0,27%	0,17%	0,04%	0,15%	0,34%	0,33%
Var. no mês	1,21%	0,94%	0,77%	0,74%	0,59%	0,25%
Var. no ano	3,27%	2,99%	2,82%	2,78%	2,63%	2,28%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 10/07/24

Moeda	Em US$ * Compra	Venda	Em R$ ** Compra	Venda
Baht (Tailândia)	36,3300	36,3600	0,14840	0,14850
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,3961	5,3967
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,4143	36,5056	0,1478000	0,1482000
Boliviano (Bolívia)	6,8600	6,9900	0,7720	0,7867
Colon (Costa Rica)	527,5000	540,0000	0,009993	0,010230
Coroa (Dinamarca)	6,8923	6,8933	0,7828	0,7830
Coroa (Islândia)	137,6000	137,9300	0,03912	0,03922
Coroa (Noruega)	10,7094	10,7120	0,5037	0,5039
Coroa (Rep. Tcheca)	23,4220	23,4320	0,2303	0,2304
Coroa (Suécia)	10,5455	10,5478	0,5116	0,5118
Dinar (Argélia)	133,8376	134,9667	0,03998	0,04032
Dinar (Kuwait)	0,3060	0,3061	17,6286	17,6363
Dinar (Líbia)	4,8434	4,8657	1,1090	1,1142
Direitos Especiais de Saque ***	1,3203	1,3203	7,1245	7,1253
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6729	3,6731	1,4691	1,4693
Dirham (Marrocos)	9,8305	9,8555	0,5475	0,5490
Dólar (Austrália)***	0,6745	0,6747	3,6397	3,6412
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,3961	5,3967
Dólar (Belize)	1,9972	2,0322	2,6553	2,7021
Dólar (Canadá)	1,3608	1,3612	3,9642	3,9658
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,4624	6,5415
Dólar (Cingapura)	1,3487	1,3492	3,9995	4,0014
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,3961	5,3967
Dólar (Hong Kong)	7,8106	7,8110	0,6908	0,6909
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6080	0,6084	3,2808	3,2834
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7623	6,8260	0,7905	0,7981
Euro (Comunidade Européia)***	1,0821	1,0825	5,8391	5,8419
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	2,9649	3,0242
Franco (Suíça)	0,8991	0,8995	5,9990	6,0023
Guarani (Paraguai)	7539,2000	7547,3300	0,0007150	0,0007158
Hryvnia (Ucrânia)	40,6000	40,9000	0,1319	0,1329
Iene (Japão)	161,7300	161,7500	0,03336	0,03337
Lev (Bulgária)	1,8059	1,8070	2,9862	2,9884
Libra (Egito)	47,9500	48,0500	0,1123	0,1125
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000060	0,000060
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00042	0,00042
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2841	1,2842	6,9291	6,9304
Naira (Nigéria)	1550,0000	1630,0000	0,00331	0,00348
Lira (Turquia)	32,8570	32,8730	0,1641	0,1642
Novo Dólar (Taiwan)	32,6080	32,6260	0,16540	0,16550
Novo Sol (Peru)	3,7766	3,7828	1,4265	1,4290
Peso (Argentina)	918,5000	919,0000	0,00587	0,00588
Peso (Chile)	915,3500	915,9500	0,005891	0,005896
Peso (Colômbia)	3980,2300	3983,2300	0,001355	0,001356
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2248	0,2249
Peso (Filipinas)	58,2470	58,2670	0,09261	0,09265
Peso (México)	17,8331	17,8436	0,3024	0,3026
Peso (Rep. Dominicana)	58,8800	59,2600	0,09106	0,09166
Peso (Uruguai)	39,9200	39,9500	0,13510	0,13520
Rande (África do Sul)	18,1266	18,1314	0,2976	0,2977
Rial (Arábia Saudita)	3,7506	3,7508	1,4387	1,4389
Rial (Irã)	42000,0000	42105,0000	0,0001282	0,0001285
Ringgit (Malásia)	4,6980	4,7030	1,1474	1,1487
Rublo (Rússia)	88,8455	88,8545	0,06073	0,06074
Rúpia (Índia)	83,5000	83,5200	0,06461	0,06463
Rúpia (Indonésia)	16235,0000	16245,0000	0,0003322	0,0003324
Rúpia (Paquistão)	278,2500	279,0000	0,01934	0,01940
Shekel (Israel)	3,6637	3,6654	1,4722	1,4730
Won (Coréia do Sul)	1383,4100	1383,8500	0,003899	0,003901
Yuan Renminbi (China)	7,2758	7,2761	0,7416	0,7417
Zloty (Polônia)	3,9360	3,9371	1,3706	1,3711

	Cotações Ouro Spot (2)	Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Venda
Dólar Ouro	2378,68	0,01308	412,5459	412,5917

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	10/07/24	09/07/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	39.721,36	39.291,97	1,09	1,54	5,39	17,02	32.417,59	40.003,59
EUA	Nova York	Nasdaq-100	20.675,38	20.453,02	1,09	5,04	22,88	37,42	14.109,57	20.675,38
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	18.647,45	18.429,29	1,18	5,16	24,22	36,26	12.595,61	18.647,45
EUA	Nova York	S&P 500	5.633,91	5.576,98	1,02	3,18	18,12	27,77	4.117,37	5.633,91
Canadá	Toronto	S&P/TSX	22.350,22	22.042,50	1,40	2,17	6,64	12,75	18.737,39	22.468,16
México	Cidade do México	IPC	54.279,88	53.331,81	1,78	3,51	-5,41	1,16	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.365,92	1.373,15	-0,53	-1,08	14,28	20,79	1.046,70	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	88.319,94	87.595,25	0,83	12,23	52,72	155,89	34.344,94	88.817,26
Chile	Santiago	IPSA	6.467,17	6.470,13	-0,05	0,83	4,35	8,66	5.407,50	6.810,91
Peru	Lima	S&P/BVL General	30.204,60	30.156,93	0,16	1,03	16,35	32,66	21.451,73	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.690.008,94	Feriado	2,85	4,89	81,78	301,64	420.772,57	1.690.008,94
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.514,15	1.500,80	0,89	2,01	8,50	13,17	3.425,66	4.149,65
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.407,22	18.236,19	0,94	0,94	9,88	17,44	14.687,41	18.869,36
França	Paris	CAC-40	7.573,55	7.508,66	0,86	1,26	0,40	6,02	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	34.306,40	33.864,47	1,30	3,48	13,03	23,09	27.287,45	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	3.994,31	3.950,57	1,11	2,75	7,73	13,89	3.290,68	4.029,25
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.850,42	2.819,81	1,09	-1,29	24,82	43,72	1.962,58	2.952,52
Espanha	Madri	IBEX-35	11.071,60	10.898,80	1,59	1,17	9,60	19,66	8.918,30	11.444,00
Grécia	Atenas	ASE General	1.444,31	1.451,22	-0,48	2,85	11,69	11,88	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	939,62	930,70	0,96	1,71	19,42	24,33	714,05	939,62
Hungria	Budapeste	BUX	71.511,70	71.169,33	0,48	-0,81	17,97	42,69	50.118,04	72.351,87
Polônia	Varsóvia	WIG	87.487,20	88.178,96	-0,78	-1,27	11,51	29,58	63.776,83	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.742,02	6.650,59	1,37	4,04	5,40	14,23	5.824,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	1.067,01	1.093,26	-2,40	-7,93	-1,52	7,43	982,60	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.548,40	2.534,22	0,56	-0,82	6,26	13,58	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	12.151,19	12.037,36	0,95	1,31	9,10	11,25	10.323,71	12.254,76
Turquia	Istambul	BIST 100	10.743,30	10.796,57	-0,49	0,90	43,82	71,33	6.270,41	10.899,28
Israel	Tel Aviv	TA-125	2.026,12	2.038,47	-0,61	4,04	8,02	13,63	1.608,42	2.040,82
África do Sul	Joanesburgo	All Share	80.445,31	80.620,00	-0,22	0,93	4,62	8,20	69.451,97	81.155,31
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	41.831,99	41.580,17	0,61	5,68	25,01	29,95	30.526,88	41.831,99
Austrália	Sidney	All Ordinaries	8.058,30	8.075,20	-0,21	0,56	2,92	11,81	6.960,20	8.153,70
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.582,58	1.588,07	-0,35	-2,19	-13,89	-22,30	1.433,10	2.071,59
China	Xangai	SSE Composite	2.939,36	2.959,37	-0,68	-0,94	-1,20	-8,25	2.702,19	3.291,04
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.867,99	2.867,38	0,02	2,51	8,01	13,78	2.277,99	2.867,99
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	17.471,67	17.523,23	-0,29	-1,39	2,49	-5,45	14.961,18	20.078,94
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	79.924,77	80.351,64	-0,53	1,13	10,64	22,31	63.148,15	80.351,64
Indonésia	Jacarta	JCI	7.287,04	7.269,80	0,24	3,16	0,20	8,26	6.642,42	7.433,32
Tailândia	Bangcoc	SET	1.323,28	1.319,92	0,25	1,72	-6,54	-11,60	1.288,58	1.576,67
Taiwan	Taipé	TAIEX	24.007,08	23.900,08	0,45	4,23	33,89	44,16	16.001,27	24.007,08

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares







Pub. 056/2024

CHAMAMENTO PÚBLICO

O Banco do Estado de Sergipe S.A. torna público a prorrogação do prazo para recebimento de manifestação de interesse para realização de Operação Imobiliária de Venda e Retro Arrendamento de imóveis do Banese. Edital retificado e adendo se encontram disponíveis no sítio: https://ri.banese.com.br/projetoimoveis/.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 456ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21L0324425) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 31 DE JULHO DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 456ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do "*Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 456ª Série da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Opea Securitizadora S.A.*", celebrado em 2 de dezembro de 2021 ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia **31 de julho de 2024**, às **11:00 horas**, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** A declaração do vencimento antecipado da CCB e, consequentemente, do resgate dos CRI, nos termos da Cláusula 6.1 do Termo de Securitização, em razão da verificação da ocorrência do Evento de Vencimento Antecipado previsto na Cláusula 8.1 (v) da CCB, caracterizado pelo inadimplemento, pela Devedora e pelos Garantidores, de obrigação pecuniária com vencimento em 5 de abril de 2024, 6 de maio de 2024, 5 de junho de 2024 e 5 de julho de 2024, observado o descumprimento do prazo de cura concedido na Assembleia Especial de Titulares dos CRI, realizada em 5 de abril de 2024, conforme prevista no cronograma de pagamentos estabelecido no Anexo I da CCB, considerando o decurso do prazo de cura de 5 (cinco) Dias Úteis sem o saneamento do referido inadimplemento pela Devedora e pelos Garantidores; **(ii)** Caso não seja aprovado o item "i" da Ordem do Dia, a concessão de prazo adicional até 15 de agosto de 2024 para pagamento das obrigações pecuniárias vencidas e não pagas, conforme descritas no item (i) da Ordem do Dia pela Devedora e/ou pelos Garantidores; **(iii)** A utilização dos recursos atualmente disponíveis no Fundo de Obras, considerando a paralisação das obras do Empreendimento, para estabelecer a possibilidade de liberação ou não, para a Devedora, sem o atendimento das regras previstas na Cláusula 8.8 do Termo de Securitização e 5.8 da CCB; **(iv)** A contratação de empresa especializada, às expensas do Patrimônio Separado, para avaliação da situação atual das obras do(s) Imóvel(is) Destinatário(s), conforme proposta de prestação de serviços a ser apresentada aos Titulares dos CRI na data da Assembleia; e **(v)** A contratação de assessor legal, às expensas do Patrimônio Separado, com proposta a ser apresentada em Assembleia, para assessorar eventual reestruturação da Emissão e defesa dos interesses do CRI, conforme termos, escopo e condições, da reestruturação, a serem oportunamente aprovados pelos Titulares dos CRI em Assembleia Especial de Titulares dos CRI, a ser convocada com esta finalidade específica. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e fsp@vortx.com.br, com cópia para agentefiduciario@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 456ª Série da 1ª Emissão - IF 21L0324425), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos) até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e fsp@vortx.com.br, com cópia para agentefiduciario@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação e deverá conter declaração a respeito da existência, ou não, de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com a(s) matérias objeto da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação.

São Paulo, 11 de julho de 2024.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

INÊS 249

Gestão de fortunas Relatório do UBS mostra que riqueza média por adulto no país cresceu 375% entre 2008 e 2023, mas também avançou a desigualdade

Concentração aumenta e Brasil terá 83 mil novos milionários em 4 anos

Sérgio Tauhata
De São Paulo

A concentração de riqueza aumentou 16,8% no Brasil nos últimos 15 anos e o país já ocupa o terceiro lugar no ranking de maior desigualdade entre 56 nações, atrás apenas de Rússia e África do Sul, indica o mais recente relatório de riqueza mundial, o "Global Wealth Report 2024", elaborado pelo UBS e divulgado ontem. O banco suíço utiliza o "índice de Gini" como medida para calcular o tamanho do abismo entre os mais ricos e os pobres. No caso brasileiro, o coeficiente saiu de 70 para 81, em uma escala na qual quanto mais perto de 100 mais desigual.

Ao mesmo tempo, o estudo do UBS mostra que o Brasil registrou um crescimento da riqueza média por adulto de mais de 375% desde a crise financeira de 2008, quando medida em moeda local. Segundo o levantamento, a taxa é mais que o dobro do crescimento do México, de pouco mais de 150%, e mais do que os 366% da China continental.

Ainda que esse avanço seja uma boa notícia, o crescimento simultâneo da desigualdade indica um cenário de concentração maior de patrimônio no país. Segundo o banco suíço, a percepção de crescimento da riqueza costuma ser ofuscada por alguns fatores, como a citada desigualdade. "Muitas pessoas podem não reconhecer em seu próprio país algumas destas descobertas sobre a riqueza individual", dizem os pesquisadores. "As pessoas podem sentir que o crescimento ou declínio na riqueza passou por eles sem que percebessem", acrescentam.

Uma das principais razões para essa situação, avalia o relatório do UBS, está na diferença entre a riqueza média, ou seja, a soma da riqueza dividida pelo número de habitantes, e a mediana, que é o ponto do meio dessa escala. No Brasil, essa relação entre média e mediana alcança mais de cinco vezes. "Isso acontece quando os números são distorcidos para cima por um grupo de riqueza particularmente elevada e concentrada no topo, enquanto a mediana é menos distorcida por esses números extremos."

Além disso, o estudo revela que o Brasil enfrentou uma redução significativa no ritmo de crescimento da riqueza entre 2010 e 2023. Segundo o banco, fatores como depreciação da moeda local, inflação, queda da produtividade e menor crescimento econômico influenciaram nesse resultado. Enquanto de 2000 a 2010 houve uma expansão de riqueza no Brasil de 384%, com uma média anual de 15%, nos 13 anos seguintes a taxa caiu para 55%, com um ritmo anual de apenas 3%.

US$ 83 tri
é a riqueza global que será transferida em até 25 anos

Apesar da velocidade menor de expansão, a quantidade de milionários no país deve aumentar em 22% nos próximos quatro anos. Até 2028, o Brasil terá 83 mil novos milionários, em um total de 463.797 indivíduos, considerando a quantidade de pessoas com patrimônio igual ou superior a US$ 1 milhão. Com essa taxa, o Brasil ocupa a 12ª posição na lista de maiores crescimentos projetados entre 36 países.

No âmbito global, o relatório indica estar em curso uma grande transferência de riqueza tanto entre casais quanto entre gerações. Conforme o UBS, US$ 83,5 trilhões em riqueza serão transferidos nos próximos 20 anos a 25 anos. "O mundo tem ficado progressivamente mais rico em todos os segmentos", diz o levantamento de 2024. "No ano passado, a riqueza global se recuperou da queda de 2022. A riqueza está crescendo de forma constante em todo o mundo — embora a velocidades diferentes — com muito poucas exceções."

O número de milionários está no caminho para continuar crescendo. Conforme o estudo, em 2023, os milionários já representavam 1,5% da população adulta no mundo. Os EUA têm o número mais elevado, com quase 22 milhões de pessoas (ou 38% do total). A China continental ficou em segundo lugar, com pouco mais de seis milhões — o dobro do Reino Unido, em terceiro.

Um dado curioso do estudo é que 14 indivíduos no mundo contam cada um com fortunas de mais de US$ 100 bilhões. Esse grupo, no total, concentra US$ 2 trilhões em riqueza.

Bridgewise cria aplicação de análise de ETFs por IA

Eduardo Magossi
De São Paulo

A plataforma israelense de inteligência em pesquisa financeira para ativos globais Bridgewise criou uma nova ferramenta de inteligência artificial (IA) para analisar fundos de investimento em índices (ETFs). A empresa, que já trabalha com IA na seleção de outros ativos, como ações e títulos públicos, contará agora com ETFs em seu portfólio, totalizando cerca de 50 mil ativos, dos quais mais de 15 mil são ETFs.

Segundo o diretor de novos negócios da empresa, Thiago Guedes, a nova ferramenta é capaz de identificar vários aspectos dos fundos, como liquidez, rendimentos e retornos em comparação com produtos semelhantes. "Também é possível comparar os ETFs com maior risco e qual o percentual de exposição aos mercados." Guedes afirma que a nova ferramenta oferece níveis de "insight" a esse mercado antes indisponíveis ao investidor. "Este mercado está em constante crescimento, tendo aumentado 11% apenas em 2024, de US$ 11,6 trilhões no fim de 2023 para atuais US$ 12,8 trilhões. Era uma demanda do mercado que tivéssemos um produto assim", diz.

Para Guedes, a ferramenta consegue lidar com o fato de que os ETFs são formados por um grande número de ativos. "A ferramenta é capaz de decompor fundos em seus ativos e fornecer uma análise detalhada de cada um, além de recomendações de compra e venda." Ele destaca que a IA também permite uma cobertura quase total dos fundos, todos com o mesmo nível de profundidade, o que seria impossível para um ser humano. "Alguns fundos são compostos por milhares de ações, o que torna impossível uma análise detalhada e a Bridgewise acabou solucionando esse problema", diz.

As análises se estendem para as holdings e cada ativo que as compõem, assim como das gestoras dos fundos e como estão distribuídas por setores, países, além de qual o tamanho da exposição em cada setor ou ativo.

Com base nos dados compilados e análises, Ilan Furman, diretor de investimentos da Bridgewise, definiu três destaques para 2024: ações brasileiras, energia e cibersegurança. "Dos três destaques, dois já estão tendo um bom desempenho. Apenas a bolsa brasileira está ainda está no vermelho. Mas isso não mudou minha visão sobre o potencial do país", disse.

Segundo Furman, o ano começou com previsão de muitos cortes de juros nos EUA e isso mudou um pouco. "Entretanto isso não mudou o caso de investimento para o Brasil. Eu ainda acho um mercado muito interessante, com muitas oportunidades e, esse gap de desempenho em relação aos EUA o torna atraente em base relativa."

Itaú Asset chega a R$ 17 bi em crédito estruturado



Silvia Rosa
De São Paulo

Sem as antigas amarras de um acordo com a Kinea e de olho na demanda crescente por crédito privado, a Itaú Asset deu um salto em fundos de crédito estruturado nos últimos três anos — e tem colocado mais produtos na prateleira.

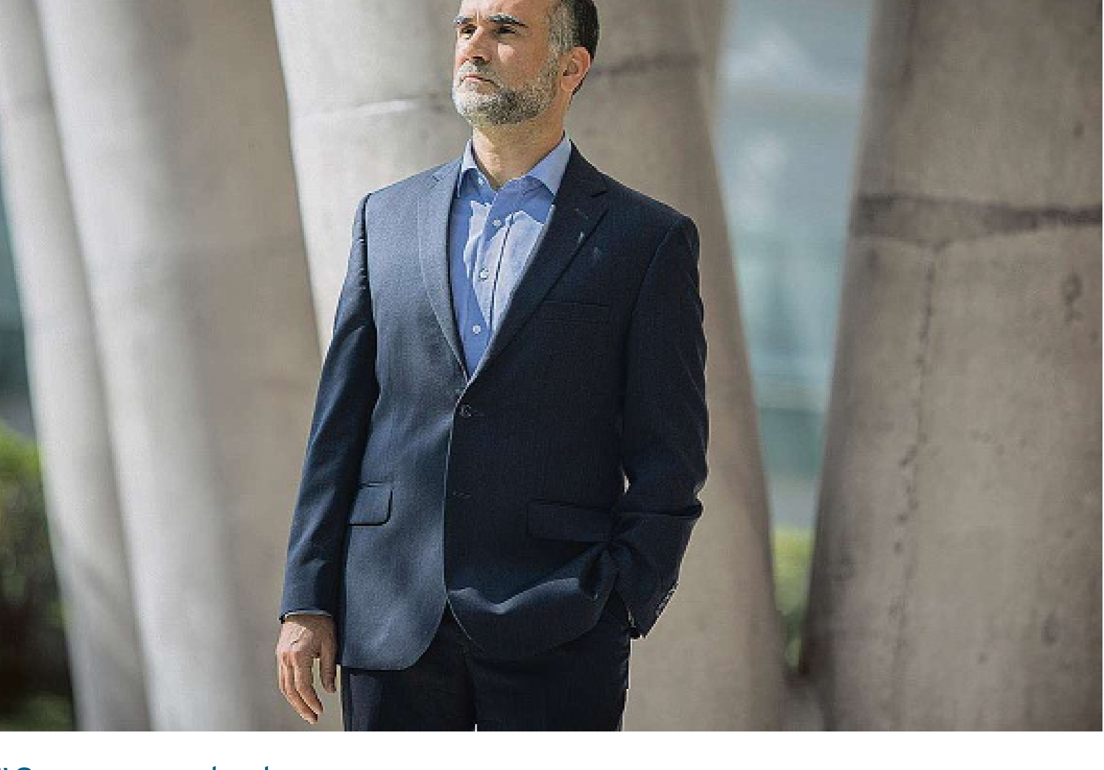
O segmento saltou de R$ 2 bilhões sob gestão em 2021, quando a área foi criada, para atuais R$ 17,5 bilhões em 28 fundos, sendo seis listados em bolsa. Na semana passada, a gestora lançou na B3 seu segundo fundo de infraestrutura, o IFRI11, com R$ 1 bilhão de patrimônio.

O acordo com a Kinea, gestora criada em 2007 como sociedade entre um grupo de executivos e o Itaú Unibanco, estabelecia restrições para a asset do banco operar em determinadas categorias, barreiras que foram caindo nos últimos anos até a liberação da maioria dos segmentos no fim do ano passado. A mudança de contexto econômico nesse meio tempo também deu um empurrão.

"Com a queda dos juros em 2020, vimos que havia apetite de investidores institucionais e do private e separamos os fundos que investiam em crédito com menor liquidez para essa nova área. Estamos só no começo do crescimento", diz Carlos Augusto Salamonde, CEO global de gestão de recursos do Itaú Unibanco.

Um dos próximos passos da gestora é seu primeiro fundo imobiliário (FII) de tijolo, para o qual busca uma parceria nos moldes do fundo de "legal claims" — que investe em créditos de ações judiciais contra entes privados e foi lançado com a Algarve Capital. "Procuramos começar com um fundo pequeno para depois listá-lo", diz. Na estratégia de FIIs, a nova carteira vai se juntar a outros três fundos, voltados para compra de papéis do setor e cotas de outros portfólios.

Já no agronegócio, a asset pretende colocar na rua um segundo Fiagro, destinado a comprar terras agrícolas. "Achamos que é um bom momento para investir em terras porque o produtor rural está precisando de liquidez. Além disso, o Brasil é um vencedor na parte agrícola, apesar da volatilidade dos ciclos das commodities", diz Salamonde. O primeiro Fiagro da gestora, o RURA11, investe em CRAs.


ANNA CAROLINA NEGRI/VALOR

"Com a queda dos juros, vimos apetite de investidores institucionais e de private"
Carlos Salamonde

Para evitar problemas como o visto recentemente em Fiagros que investiram em ativos que foram alvos da operação Greenwashing da Polícia Federal, a gestora busca pessoas ligadas aos setor agrícola, como engenheiros agrônomos. "Procuramos trazer gente que entende do negócio", diz o executivo.

Na parte de infraestrutura, além do IFRI11, que investe em ativos incentivados atrelados ao CDI, a asset tem o IFRA11 em bolsa, que aplica em debêntures incentivadas com retorno atrelado ao IPCA. A gestora tem ainda fundos que investem em crédito com menor liquidez, como os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs) de infraestrutura Itaú Pirineus II e II, não listados em bolsa e com o benefício fiscal.

Salamonde vê grande demanda por produtos incentivados desde a mudança de regras do Conselho Monetário Nacional (CMN) para a aplicação em letras de crédito. Dos R$ 175,6 bilhões captados pela indústria de fundos no ano até maio, R$ 53,2 bilhões foram para carteiras de renda fixa com foco em infraestrutura, segundo a Anbima.

Este texto foi originalmente publicado pelo Pipeline, o site de negócios do Valor Econômico

Fundos de investimento nos 30 anos do Plano Real

Palavra do Consultor



Marcelo d'Agosto

As últimas semanas foram marcadas por uma série de comemorações envolvendo o aniversário de 30 anos do Plano Real, mas os fundos de investimento ficaram à margem das lembranças.

De uma certa forma, o esquecimento é compreensível. O crescimento do setor de fundos, ainda muito relevante no volume total das aplicações financeiras no país, foi, em boa medida, uma resposta à desorganização econômica que existia no período da hiperinflação.

Investir, naquela época, tinha como objetivo principal evitar as perdas decorrentes de uma inflação descontrolada. Os fundos de investimento tinham liquidez diária, eram operacionalmente fáceis para movimentar os recursos aplicados e tinham remuneração atrelada aos juros de um dia.

Nos últimos 30 anos, o mercado de fundos de investimento no Brasil evoluiu drasticamente, mas herdou características da época da hiperinflação. Um exemplo é a necessidade de avaliar as cotas praticamente de forma diária, como um percentual do CDI.

O tema da rentabilidade diária era tão sério a ponto de os fundos serem "garantidos" pelas tesourarias dos bancos. Se a remuneração diária não fosse percentual do CDI combinado, abertamente ou nas entrelinhas, a respeitabilidade do banco era posta em xeque.

Depois, com uma nova onda de modernização do mercado de capitais, as práticas evoluíram. Por exemplo, passou a ser exigida, por lei, a separação das funções de gestão de recursos de terceiros e dos recursos próprios do banco.

Aos poucos, os fundos deixaram de ser um instrumento de captação das instituições financeiras para ser uma prestação de serviço para os clientes. Isso começou a alterar a relação com os investidores, já que a perspectiva para o desempenho futuro da carteira passou a ser estimada a partir da capacidade de gestão da instituição.

No entanto, os fundos de investimento continuaram por muito tempo com uma vantagem fiscal em relação às demais alternativas de aplicações financeiras. Para equilibrar as contas públicas logo após o lançamento do Real, o governo criou um imposto sobre as movimentações financeiras.

No começo seria uma contribuição provisória. No entanto, a taxação acabou durando anos.

Ao investir em fundos, o aplicador postergava o pagamento do imposto sobre a movimentação financeira. Era uma vantagem em relação aos títulos bancários tradicionais que possuem um prazo de vencimento e precisam ser renovados.

Um dos eventos marcantes dos últimos 30 anos, tanto para a consolidação do Real quanto para o setor de fundos de investimento, foi a chamada crise da marcação a mercado, em 2002.

O ambiente econômico era conturbado. Começou, então, a haver uma aversão à compra de títulos públicos de longo prazo. O Partido dos Trabalhadores (PT) liderava as pesquisas eleitorais e os principais economistas da agremiação sempre foram críticos à estratégia econômica adotada a partir do Plano Real.

Para rolar a dívida pública de uma maneira um pouco mais organizada, o governo passou a emitir títulos atrelados à taxa Selic com diversos prazos de vencimento. Os títulos com prazo mais longo tinham um prêmio em relação ao CDI.

Com o tempo, o prêmio foi aumentando e os prazos de vencimento diminuindo. Num determinado ponto, as carteiras dos fundos não refletiam mais o real valor de mercado dos títulos.

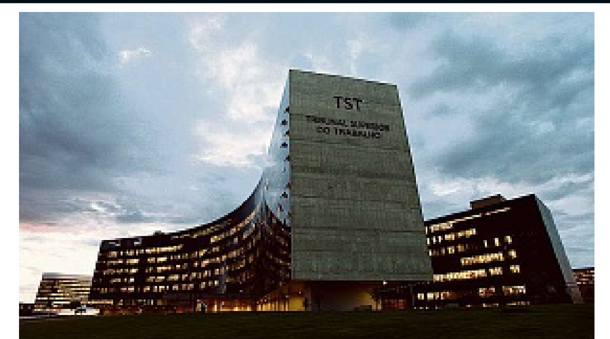
Com a obrigatoriedade do reconhecimento das perdas, as carteiras deixaram de render um percentual mais ou menos fixo em relação ao CDI. O fato assustou os investidores, que resgataram valores expressivos das aplicações — o que colocou mais lenha na fogueira das incertezas do período antes das eleições.

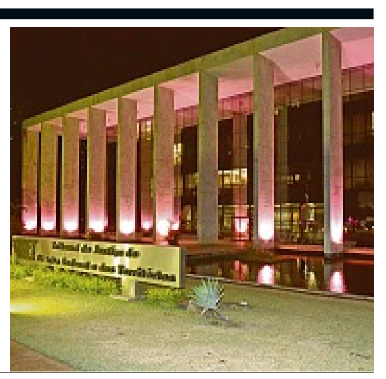
Neste primeiro semestre de 2024, os fundos de investimento tiveram uma captação expressiva. De acordo com os números da Anbima, a associação que reúne bancos e gestores, o montante foi de R$ 159 bilhões. Segundo a Morningstar, uma empresa que acompanha o setor em âmbito global, o volume foi um pouco menor, de R$ 118 bilhões.

A diferença envolve critérios de cálculo, mas também ilustra a complexidade do setor no Brasil.

Apesar de toda a evolução nos últimos 30 anos, o setor de fundos ainda precisa ser explicado para o investidor comum.

Marcelo d'Agosto é economista especializado em administração de investimentos com mais de 20 anos de experiência no mercado financeiro.





Valor E
Quinta-feira, 11 de julho de 2024

Legislação & Tributos SP

Tributário Orientação da Receita Federal, que consta na Solução de Consulta nº 184, determina aplicação de alíquotas que variam de 22,5% a 15%

Corretora deve reter IR sobre rendimentos com cessão de criptoativos

Adriana Aguiar
De São Paulo

A Receita Federal entende que as exchanges ou "corretoras de criptoativos" são responsáveis por reter o Imposto de Renda (IRRF) sobre rendimentos pagos a pessoas físicas pela cessão de moedas virtuais. Deve incidir, segundo o órgão, a alíquota da tabela regressiva de tributação — que varia de 22,5% a 15%, a depender do tempo da aplicação. A determinação está na Solução de Consulta nº 184, editada recentemente pela Coordenação-Geral de Tributação (Cosit) para orientar toda a fiscalização do país.

A orientação serve de alerta para o mercado de criptoativos. De acordo com Thiago Barbosa Wanderley, advogado tributarista e sócio do Salles Nogueira Advogados, doutorando em tributação de criptomoedas pela USP, muitas empresas pagaram rendimentos em criptoativos e não realizaram a retenção na fonte do Imposto de Renda.

"Podem [as exchanges] sofrer penalidades, bem como as pessoas físicas podem vir a ser cobradas pelo imposto que já se encontra em aberto", diz o especialista. As corretoras podem estar sujeitas ao recolhimento do Imposto de Renda não retido, além de multa de ofício de 75% e juros Selic.

Na cessão, o investidor empresta seus ativos digitais a uma empresa e recebe um valor mensal em troca. Até o mês de abril, não havia posicionamento da Receita Federal sobre como essas operações deveriam ser tratadas.

Somente por meio da Solução de Consulta Cosit nº 86, o órgão se manifestou no sentido de que a cessão temporária de criptoativos deve ser tributada como rendimento em aplicações de renda fixa e não como aluguel, como acreditavam alguns contribuintes.

No caso, a consulta foi feita por uma empresa optante do Simples Nacional que atua em atividades auxiliares de serviços financeiros. Em troca da cessão, recebia uma remuneração de 8% do valor dos ativos.

Depois desse posicionamento, segundo advogados, passou a ser esperado que a Receita entendesse que incide IRRF sobre esses rendimentos, por parte das exchanges, o que foi confirmado nessa nova solução de consulta — que foi feita por uma pessoa física que cede seus criptoativos e recebe 3% do seu valor ao mês, como rendimento.

Na resposta ao contribuinte, a Receita Federal destaca que, conforme já definido na Solução de Consulta nº 86, esses ganhos com cessão de criptoativos são considerados como rendimentos em aplicações de renda fixa.

"Nesse cenário, conclui-se que os bens recebidos como retribuição pela cessão temporária de criptoativos consubstanciam rendimentos sujeitos à incidência do Imposto sobre a Renda, devendo ser avaliados em dinheiro pelo valor de mercado que tiverem na data do recebimento e tributados no mês em que forem recebidos", diz o órgão na Solução de Consulta Cosit nº 184.

A Receita transcreve, no texto, o artigo 788 e parte dos artigos 790 e 791 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR/2018) e ainda parte do artigo 47 da Instrução Normativa RFB nº 1.585, de 2015, que dispõem sobre o imposto sobre a renda incidente sobre os rendimentos e ganhos líquidos auferidos nos mercados financeiro e de capitais.

Destaca que "extraem-se dos dispositivos que os rendimentos pagos por pessoa jurídica domiciliada no Brasil (custodiante) a pessoa física a título de retribuição pela exploração de criptomoedas fungíveis sujeitam-se à retenção exclusiva na fonte às alíquotas apresentadas no item 20 acima, estabelecidas no artigo 1º da Lei nº 11.033, de 2004".

Dessa maneira, segundo o Fisco, nessas operações de cessão de criptoativos, caberia à exchange reter o Imposto de Renda, ao pagar o rendimento mensal ao titular do criptoativo. Nesse caso, "o rendimento pago em criptoativo deve ser avaliado pelo valor de mercado que tiver na data do recebimento, independentemente da ocorrência do efetivo saque em moeda fiduciária".

Sobre esses valores, se aplica a tabela de alíquotas adotada para rendimentos de aplicações financeiras. Ela tem quatro faixas progressivas, que variam de 22,5%, para aplicações com prazo de até 180 dias, a 15%, para aplicações com prazo superior a 720 dias. Essas alíquotas estão previstas no artigo 1º, incisos I a IV, da Lei nº 11.033, de 2004.

De acordo com Thiago Wanderley, esse posicionamento da Receita Federal era esperado, desde a Solução de Consulta nº 86, que tratou de cessão de criptoativos, mas envolvia uma empresa e não uma pessoa física. Para ele, o órgão tem deixado claro que não importa se a operação é realizada com criptoativos. É necessário, acrescenta, averiguar qual o negócio jurídico firmado entre as partes, o que no caso, seria semelhante a rendimento em aplicação de renda fixa.

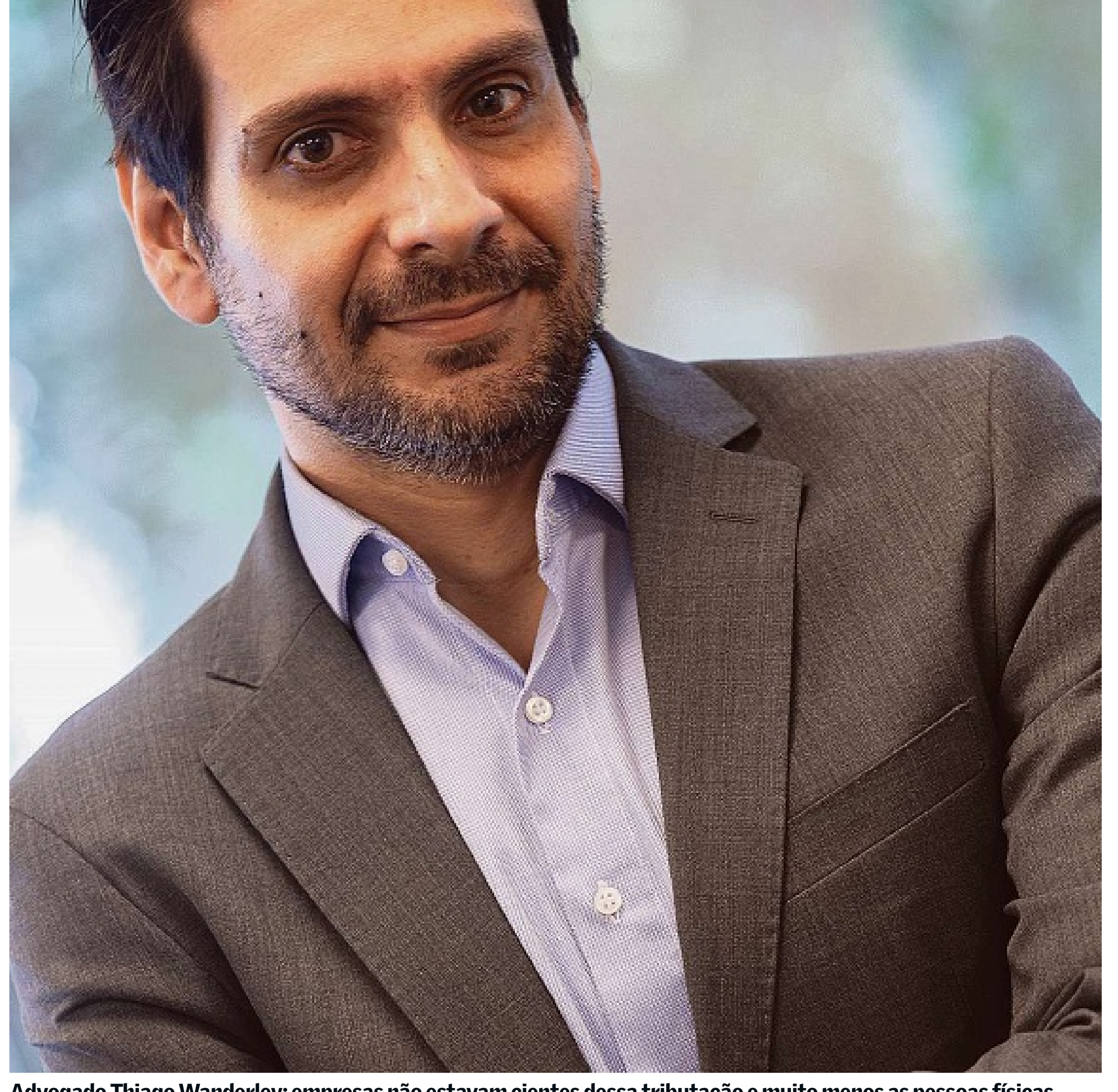
"Isso não estava claro para o investidor. As empresas que oferecem o serviço não estavam cientes da tributação dessa forma e muito menos as pessoas físicas", diz Wanderley. "Por isso é importante que regularizem as situações passadas sob pena de fiscalização."

O advogado Raphael Lavez, do Lavez Coutinho Advogados, concorda que, desde a Solução de Consulta nº 86, havia essa especulação no mercado sobre a tributação. Embora tenha crescido o número de pessoas jurídicas, destaca, a maioria das operações de cessão de criptomoedas é feita com investidores pessoas físicas, que não sabem que deve ser feita essa retenção de Imposto de Renda pelas exchanges.

Com a consulta, contudo, fica a dúvida, segundo Lavez, se essa tributação também envolve a chamada "operação de staking" — que remunera usuários que mantêm depositados seus criptoativos nas exchanges, para dar lastro à operação, e que em contrapartida recebem rendimentos. Nesses casos em que esses ativos ficam congelados, afirma o advogado, não está claro se a Receita entende ou não que se trata também de cessão.

> "Fica a dúvida se essa tributação envolve a operação de staking"
> *Raphael Lavez*

DIVULGAÇÃO



Advogado Thiago Wanderley: empresas não estavam cientes dessa tributação e muito menos as pessoas físicas

STJ impede cobrança de caução antes de pedido de falência

Adriana Aguiar
De São Paulo

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendeu que o juiz de primeira instância não pode condicionar o recebimento do pedido de falência ao pagamento de caução por credor — valor para assegurar futura remuneração do administrador judicial quando o processo é aceito. A decisão, considerada inédita, é do ministro Marco Buzzi e transitou em julgado (não cabe mais recurso) no fim de junho.

O entendimento é importante por discutir o momento para a exigência da caução, que passou a ser prevista no ano de 2020, com a edição da Lei nº 14.112, que alterou a Lei de Falências e Recuperação Judicial (nº 11.101, de 2005). No STJ, a jurisprudência já se consolidou para admitir a medida em casos excepcionais — como quando a massa falida não tem recursos para custear o administrador judicial.

A caução, segundo especialistas, é uma forma de impedir que credor use pedido de falência como uma espécie de "ação de cobrança". Neste ano, até maio, foram apresentados 363 pedidos de falência no país, segundo levantamento da Serasa Experian. No ano passado, foram 983.

No caso julgado pelo STJ, o credor resolveu ajuizar pedido de falência depois de não conseguir cobrar dívida de aluguel comercial, de cerca de R$ 200 mil no ano de 2022. Ele não encontrou bens para penhora.

O juiz, porém, condicionou o recebimento da petição inicial ao prévio depósito de caução no valor de R$ 4 mil para garantir as custas judiciais. Como o credor não concordou, o processo foi extinto. Em seguida, a decisão foi mantida pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDF).

De acordo com a decisão do TJDF, o administrador judicial deve receber remuneração, custeada ou pelo devedor ou pela massa falida, segundo o artigo 25 da Lei de Falências e Recuperação Judicial. E cabe ao juiz impor, ao credor, a prestação de caução ou o pagamento da quantia necessária às despesas e aos honorários do administrador judicial, conforme o artigo 114-A, parágrafo 1º, da mesma legislação, acrescido pela Lei nº 11.112/2020.

Para os desembargadores, "o depósito da remuneração do administrador é pressuposto processual específico da ação de falência" e o descumprimento da ordem de depósito enseja a extinção do processo de falência.

O credor, então, recorreu ao STJ. De acordo com o advogado da parte, Gustavo Penna Marinho, do escritório PMA Advogados, não há previsão em lei para a cobrança de um "depósito prévio" e, por isso, o juiz não poderia condicionar o recebimento da petição inicial de falência ao pagamento de caução. Ele acrescenta que, além de a medida não ser "nada razoável", não haveria provas de que a futura massa falida não teria condições de arcar com a remuneração do administrador judicial.

Ao analisar o recurso, o ministro Marco Buzzi, considerou que a situação enfrentada é diferente de outras já analisadas pelo próprio STJ. Ele destaca, na decisão, que a jurisprudência da Corte admite que o credor seja obrigado a depositar uma caução para cobrir as custas judiciais da falência caso a devedora não seja encontrada ou não tenha recursos — cita, como exemplo o REsp 1784646.

Mas, nesse caso, afirma, a situação é diversa porque essa exigência foi feita como requisito para o recebimento da petição inicial do pedido de falência. "Cotejando os precedentes desta Corte que entendem devida a exigência de caução, constata-se ter a exigência, em regra, ocorrido após a decretação da falência", diz o ministro, que derrubou a exigência prévia de caução para o processamento do pedido de falência (REsp 2549573).

De acordo com Gustavo Penna Marinho, a decisão é importante para outros credores porque o mero protocolo de pedido de falência já gera uma série de restrições para o devedor, que pode impedir sua quebra por meio do chamado "depósito elisivo".

Juliana Bumachar, sócia do escritório Bumachar Advogados Associados, lembra que a legislação vem colocando algumas exigências para que se possa requerer a falência do devedor. O primeiro deles foi o limite de pelo menos 40 salários mínimos de dívida para o requerimento. E em 2020, acrescenta, a Lei nº 14.112 impôs a possibilidade de exigência de caução.

"O que o legislador pretende com esses requisitos é que não se utilize o requerimento de falência como ação de cobrança", afirma a advogada, acrescentando que existem outros meios para que o credor possa receber. "O credor tem que ter ciência e responsabilidade para não requerer falência por valores ínfimos. Precisa ter consciência de que a decretação de falência significa a paralisação de uma companhia e perdas de empregos."

Ricardo Amaral Siqueira, sócio do escritório RSSA Advogados, afirma que os tribunais de Justiça, principalmente o de São Paulo, tem exigido essa caução do credor, e essa medida tem sido confirmada no STJ. "Essa nova decisão, ao que parece, somente trata do momento dessa exigência e não da dispensa em si", diz.

Para ele, depois da citação do devedor e antes da decretação da falência, seria o melhor momento para se exigir esse depósito. "Se o devedor não se manifestar, já é um indício de que não teria condições de arcar com os custos do processo", afirma o advogado.

Siqueira lembra que a exigência de caução coíbe pedidos de falência que querem apenas fazer pressão para que se pague uma dívida e também pedidos contra devedores que não têm nenhum bem para satisfazer seus créditos. "Nesses casos, o credor transfere ao Judiciário um problema que não pode ser resolvido", diz o advogado. "Muitos desses processos não têm fim, não se localizam os bens, o devedor e o administrador judicial acaba trabalhando de graça. Por isso é muito importante que o credor cubra as custas."

CLAUDIO BELLI/VALOR



> "Não há previsão em lei para a cobrança de um 'depósito prévio'"
> *Gustavo P. Marinho*

INÊS 249

Investigações corporativas e garantias processuais

Opinião Jurídica

Marcelo Ribeiro de Oliveira e Gabriel Queiroz

Uma recente decisão judicial na Suíça (Corte Superior do Cantão de Zurique) traz reflexões sobre as garantias processuais aos indivíduos submetidos a investigações internas e que, a par de especificidades do direito local, permitem algumas análises tendo em conta a realidade brasileira.

No caso examinado (4A_368/2023), o tema era a busca da reversão do que no Brasil seria demissão por justa causa, acrescida de indenização. O ponto dizia respeito à não observação de garantias processuais penais do investigado durante investigação conduzida pela empresa. A pessoa teria sido acusada de assédio sexual por colegas, o que teria motivado uma apuração interna por parte da companhia.

A primeira decisão proferida judicialmente concordou com essa posição, ao compreender que o investigado tinha o direito a ser acompanhado por uma pessoa da sua confiança na entrevista e que isso não foi informado a ele previamente. E ainda, que o investigado não teve a oportunidade de se preparar para a entrevista ou pensar em pessoas ausentes que poderiam ter testemunhado a seu favor. Também se sustentou não ter havido oportunidade de defesa das alegações porque, como os fatos foram trazidos, não haveria condições de saber quando teria assediado sexualmente, quem, onde e como. A conclusão, em suma, era de que a situação era "definitivamente semelhante à de um processo criminal".

Esse posicionamento foi revertido (e a justa causa foi mantida, afastando-se o pagamento de indenização), sob a compreensão de que as garantias processuais penais não têm efeito direto nas investigações internas do empregador. Anotou-se, ainda, que os direitos fundamentais em geral não têm efeito direto sobre terceiros e entre particulares, com algumas exceções não destacadas na decisão e que tocam a chamada eficácia horizontal dos direitos fundamentais.

Ainda se considerou que a adoção de normas processuais penais no direito privado é proibida porque as relações jurídicas são fundamentalmente diferentes: as partes em um contrato de trabalho estabelecem voluntariamente uma obrigação pessoal e permanente. A situação é diferente no processo penal, em que o investigado está submetido ao poder penal do Estado, independentemente da sua vontade, o que caracteriza o chamado estado de sujeição.

Até pela diferença de relações jurídicas, ressaltou-se que estão em jogo consequências jurídicas completamente diferentes: em processos penais, o Estado pode impor sanções drásticas, incomparáveis em termos de gravidade, passando-se pela imposição de multas, penas de prisão, que podem chegar à prisão perpétua.

A decisão faz considerações sobre a possibilidade que o empregador tem de rescindir o contrato sem motivo e que o caráter abusivo ocorreria apenas se o empregador acusar o trabalhador de forma descuidada e sem motivo razoável. Uma rescisão baseada em alegações de outros empregados pode ser abusiva se o empregador não tiver realizado investigações suficientes antes da rescisão ou se as investigações não fundamentarem a suspeita. Isso garante que o dever de diligência do empregador e os interesses legítimos do trabalhador sejam suficientemente tidos em conta.

No caso, entendeu-se que a investigação foi adequada e apontou ser muito provável a ocorrência de comportamento inadequado descrito pelos outros funcionários. Com relação aos argumentos rebatidos, entendeu-se que a alegada falta de informação prévia a permitir a preparação e o aconselhamento não procede, já que o interrogado faz as suas declarações com base na sua memória, só podendo utilizar documentos escritos com o consentimento do responsável pela apuração.

Quanto ao fato de não se ter uma pessoa de confiança ao seu lado, além de reforçar a diferença da garantia processual penal, o entrevistado não afirma ter solicitado uma nova conversa na presença de uma pessoa de confiança.

Essa distinção de regimes (penal e o aplicado na investigação interna) é também a linha adotada para afastar a alegação de falta de informação adequada sobre os fatos ou mesmo a identificação dos denunciantes, apontando ainda que pela legislação trabalhista, os despedimentos com base em suspeita são permitidos e não são abusivos se a suspeita mais tarde se revelar infundada. Isso significa que o empregador não tem de provar que as alegações são verdadeiras.

Como possíveis lições, entende-se que a compreensão dos diferentes standards de prova, a liberdade do empregador, a amplitude dos conceitos legais para justa causa e a quebra de confiança são aspectos relevantes para considerar a margem discricionariedade do empregador em aproveitar das conclusões das apurações internas para a tomada de decisão.

Trata-se de um caso que acena para a importância de clareza de procedimentos e de comunicações, mas nas políticas internas por uma questão de segurança e de previsibilidade. Algumas demonstrações de que o tema ainda precisa ser aprofundado no país, por exemplo, são o debate sobre a aplicabilidade ou não do direito ao silêncio, a possibilidade de acesso a dispositivo de mensagens (corporativos ou não) e até mesmo a discussão sobre a aplicabilidade do chamado "Upjohn Warning" (medida adotada após decisão da Suprema Corte nos EUA, também chamado de Miranda Warning das investigações internas), com o fim de alertar que os investigadores, ainda que se trate de advogados, estão a serviço da empresa e que o funcionário tem o direito de consultar um advogado que defenda seus interesses antes de falar com investigadores internos sobre possíveis ilicitudes.

Marcelo Ribeiro de Oliveira e Gabriel Queiroz são, respectivamente, sócio da Prática de Penal Empresarial do Lefosse; e advogado da Prática de Penal Empresarial do Lefosse

Trento Incorporadora Ltda.

CNPJ/MF nº 09.158.901/0001-80 – NIRE 35.221.835.325

Ata de Reunião de Sócios

Em 10/07/2024, às 10h00, na sede social, com a presença da totalidade dos sócios. **Mesa:** Presidente: Marcelo Ernesto Zarzur; Secretário: Roberto Mounir Maalouli. **Deliberações:** (i) Aprovada a redução do capital social, **de R$** 5.140.398,00 **para** R$ 4.000.000,00, sendo as quotas canceladas de titularidade da **EZ TEC**, renunciando a sócia **Valentina** ao seu direito de cancelamento de quotas. (ii) Aprovada a consolidação do Contrato Social, e a publicação deste extrato. **Encerramento:** Nada mais a ser tratado.

Giovanna Incorporadora Ltda.

CNPJ/MF nº 09.276.295/0001-06 – NIRE 35.221.928.536

Ata de Reunião de Sócios

Em 10/07/2024, às 10h00, na sede social, com a totalidade dos sócios. **Mesa:** Presidente: Marcelo Ernesto Zarzur; Secretário: Roberto Mounir Maalouli. **Deliberações:** (i) Aprovar a redução do capital social, **de R$** 925.000,00 **para** R$ 475.000,00, sendo as quotas canceladas de titularidade da **EZ TEC**, renunciando a sócia **Valentina** ao seu direito de cancelamento de quotas. (ii) Aprovada a consolidação do Contrato Social, e a publicação deste extrato. **Encerramento:** Nada mais a ser tratado.

Vale do Paraíba Incorporadora Ltda.

CNPJ/MF nº 17.855.349/0001-08 – NIRE 35.227.436.520

Ata de Reunião de Sócios

Em 10/07/2024, às 10h00, na sede social, com a totalidade dos sócios. **Mesa:** Presidente: Marcelo Ernesto Zarzur; Secretário: Roberto Mounir Maalouli. **Deliberações:** (i) Aprovada a redução do capital social, **de** R$ 76.093.906,00 **para** R$ 56.093.906,00, sendo as quotas canceladas de titularidade da **EZ TEC**, renunciando a sócia **Valentina** ao seu direito de cancelamento de quotas. (ii) Aprovada a consolidação do Contrato Social, e a publicação deste extrato. **Encerramento:** Nada mais a ser tratado.

Livorno Incorporadora Ltda.

CNPJ/MF nº 09.177.475/0001-22 – NIRE 35.221.847.943

Ata de Reunião de Sócios

Em 10/07/2024, às 10 horas, na sede social da Sociedade. **Convocação**: Dispensada, face à presença da totalidade dos sócios. **Mesa**: Presidente: Marcelo Ernesto Zarzur; Secretário: Roberto Mounir Maalouli. **Deliberações**: Redução do capital social, excessivo em relação ao objeto social, **de R$ 7.563.691,00 para R$ 6.500.000,00**, sendo as quotas canceladas de titularidade da sócia **EZ TEC**, renunciando a sócia **valentina** ao seu respectivo direito de cancelamento de quotas. **Encerramento**: Nada mais.

Galia Incorporadora Ltda.

CNPJ/MF nº 19.449.640/0001-01 – NIRE 35.228.091.429

Ata de Reunião de Sócios

Em 10/07/2024, às 10 horas, na sede social da Sociedade. **Convocação**: Dispensada, face à presença da totalidade dos sócios. **Mesa**: Presidente: Marcelo Ernesto Zarzur; Secretário: Roberto Mounir Maalouli. **Deliberações:** Redução do capital social, excessivo em relação ao objeto social, **de R$ 577.500,00 para R$ 277.500,00**, sendo as quotas canceladas de titularidade da sócia **EZ TEC**, renunciando a sócia **Valentina** ao seu direito de cancelamento de quotas. **Encerramento**: Nada mais.

Arapanés Incorporadora Ltda.

CNPJ/MF nº 11.449.834/0001-03 – NIRE 35.223.849.455

Ata de Reunião de Sócios

Em 10/07/2024, às 10h00, na sede social, com a totalidade dos sócios. **Mesa:** Presidente: Marcelo Ernesto Zarzur; Secretário: Roberto Mounir Maalouli. **Deliberações:** (i) Aprovar a **redução** do capital social, **de** R$ 6.755.800,00 **para** R$ 4.755.800,00, sendo as quotas canceladas de titularidade da **EZ TEC**, renunciando a sócia **Valentina** ao seu direito de cancelamento de quotas. (ii) Aprovada a consolidação do Contrato Social, e a publicação deste extrato. **Encerramento:** Nada mais a ser tratado.

FREITAS LEILOEIRO OFICIAL

CONSULTE NOSSA AGENDA DE LEILÕES NO SITE:
WWW.FREITASLEILOEIRO.COM.BR
Central de informações: (11) 3117.1000

Acesse nossas mídias sociais:
YOUTUBE.COM/FREITASLEILOEIRO
INSTAGRAM.COM/FREITASLEILOEIRO
FACEBOOK.COM/FREITASLEILOEIRO

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÃO O ARREMATANTE PRECISA ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL.

LEILÃO DE VEÍCULOS - 350 LOTES - DIA: 12.07.2024 - 10h00 - 6ª FEIRA - PRESENCIAL E ON-LINE

AV. DOS ESTADOS, 584 - PORTÃO 2 - UTINGA - SANTO ANDRÉ/SP | VISITAÇÃO: 12.07.2024, a partir das 08h00 - verificar informações no site

CHASSIS: 3VVJ465N2JM221762 - 9BGKD69U0MB242073 - 9BWAB45Z7K4024830 - 94DBFAN17LB107676 - 8BCND5GVUFG522220 - 9362MKFW09B031392 - 9BFZH55J2J8093188 - 93HFA6640AZ204175 - 9BD19713HJ3337099 - 9BGXF19X04C159762 - 9BFZH55L4J8005890 - 9BHBG51CAFP398895 - 93YRBB00XLJ290520 - 93HFA16807Z108631 - 9BD19515ZG0741339 - 9BFZH55J8F8262296 - 9BFZE55H998549916 - 9BFZH55LXJ8127900 - KNABK514ABT124872 - 9BFZE16F988916172 - 93HGK5860GZ226455 - 8AFTZZFFCAJ309317 - 9BGRZ4810AG112113 - 9BD17140A85069646REM - 9BWKB05Z954059838 - 9BD17164LB5702314 - 9BD195102C0251009 - 935CHN6A87B522043 - 93YBSR7RHCJ870432 - 9C2MC4400NR020412 - 9C2KC2220KR004578 - 9C2JF8500MR022932 - 9C6SG3310K0034987 - 9BD57814UGB079410 - 9BD11985561035541 - 95PZBN7KPNB094278 - LJ1EEKPP3P7402081 - 98867512WJKH59919 - 9BFZH54J0J8159237 - 98RDC21B3NA007864 - 9BFZH55LXJ8109753 - 9BGPB68M0EB191743 - 94DFCAP15NB122170 - 93HGE6750AZ217919 - KMHSH81DDAU529895 - WBAVL3107CVN96337 - VF7UDRFJWBJ502333 - 95PZBN7HPBB028317 - 8AGSA19908R162746 - 9BGKL48U0JB114538 - 9BD19251R93086177 - KMHJU81BBCU329873 - 9BD2651JHJ9095426 - 9BD135019C2191829 - 93YBB8B058J908119 - 8AP17202LA2068875 - 9BGSN19109B250583 - 9BRBD48E6D2596321 - 9BD196272D2094999 - 8AFPZZFHA9J220756 - 93Y5SRD04GJ438618 - 9C2KC2200RR606884 - 93YBSR7RHEJ264614 - 9C6RG2310G0009524 - 9BGKS48G0FG344129 - 9C6SG5910N0025318 - 9BFZH55L5L8443305 - 9C2KC2500RR034847 - 9BGJB7520HB176247 - 9C2KC2200KR068138 - 93HFA66408Z208832 - 9BGJC69Z0FB123552 - 9BD372171F4055727 - 9BFZE16P878870339 - 9BFZH55L2J8120634 - 9C2KC2200RR203823 - 9BWAA45U8CP172668 - 9BFZH55L2H8404145 - 99ABJ68U2H4000327 - 95PJN81EPEB067606 - 93YRBB009KJ474605 - KMHDC51EAAU251465 - 935FCKFVYBB526152 - 93YRBB000KJ755062 - 9BWKA05Z384149705 - 3FAFP4WJ5EM229359 - 93Y5SRZ85MJ667526 - 9BFZE55P1B8639798 - 9BD195152C0156913 - 8AWPB05Z28A024072 - 93Y5SRD6GHJ432210 - 9BWDA45U2ET192681 - 9BGRG08F0DG231596 - 9BWAB41J1A4004233 - 9BD15822764731311REM - 94DBCAN17LB212823 - 9BGRM69809G235030 - 9BD2651JHJ9098872 - 93YHSRAF5HJ540499 - 9BWAA05W79T050393 - 9BWAA05U7AT171413 - 93Y4SRT55PJ467396 - 9BFZH55LXH8394397 - 93YHSR6P5DJ508745 - 9BGRG69F0CG240290 - 9BD17106LC5773899 - 9BD17140A85109755REM - 9BWAA05U2BP053845 - 9BWAA45U3FP182464 - 9BWAG4127FT595028 - KMHDC51EAAU203925 - 935FCN6A84A002842 - 8BCLDRFJ28G543397 - 935FCKFV88B545077 - 9BD135613A2120125 - 93HFA66407Z206916 - 9BFZF55P5E8021613 - 8AGCB48P0AR160095 - 9BR72ZEC488710303 - 9C2KC2500MR042306 - 9BWAA05U2BP124333 - 93HGM2610BZ112086 - 935FCKFVY9B526634 - 9BFZH55L6J8468128 - 9BFZH55L8L8443251 - 8BCLDRFJWAG518267 - KMHDC51EBBU311790 - 9BGKL48U0JB246496 - 9BHBG41CAFP355612 - 9362NKFWXBB013056 - 9BFZB55H8F8997570 - 9C2JF8500PR015522 - 3GNALHEV4AS664088 - 9BGTR08W06B111762 - 9BD195A4NH0792396 - 935FCKFVYCB588108 - 9C6RE2140N0026294 - 8AFCZZFFC3J283348 - 9BWAA05W7EP017509 - 8AFCZZFFC1J180070 - 9BWAB45U1KT040788 - 935SDN6AWCB575926 - 9BWDA05U4BT188149 - WDDFH3CW4BJ630725 - 9BD17140LA5522400 - 9BWEC05W66P078945 - 9BGSA19908B289903 - 93YLSR7AH9J222229 - 9BGRP48F0EG244053 - 94DJBYL10AJ350960 - 9BWKB05Z044021266 - 935SLNFN2FB526720 - 9BD17146752540438 - 93YLSR2VH8J074526 - 9BWKA05Z374103192 - 9BD25504558752517 - 9BWGB05W5CP032157 - 9BD15844AA6345524 - 93YBSR8VKCJ976662 - 9BFZF54P4D8359021 - KMHDC51EBCU324961 - 9BWAB45Z4L4009123 - 9BWCA05W17T025785 - 9BFZF55P7E8078394 - KMHFC41DBAA479008 - 9BRBL42E5C4703289 - 9BGXH68P0BC146474 - 9BGKL48U0HB117790 - 9BR72ZEC258577037 - 9BFZE55H8C8689429 - 3N1CK3CD5CL219540 - WV1DB42HXDA062873 - 9BWDB05U8AT116270REM - 9BFZF54P5E8484496REM - 9BGTR48W07B146455REM - 8A1LZBW2TBL642268 - 9BWAA05Z1D4033618 - 9BWAB49N7CP013754 - 9BGRG08F0DG178256 - 8AGCN48X0CR163708 - 9362NKFWXBB077582 - 9362MKFWXAB056911 - 9BFZF54P8D8358941 - 8ATM2ARH09X067685 - 9BWDB45U8FT073001 - 9BGSA19906B220270 - 9BFZE16NX48549011 - 9BGSN19E05B265336 - 9BD17309C64160243REM - 9BFZF10A678054862 - 8BCLCRFJWAG536004 - 9BD17164LA5463918 - 9BGJK19H0XB536362REM - 9BWDB05U59T220727 - 9BGRM69809G104017 - 8AGCN48X0DR119537 - 3CZRE1830AG508438 - KNABX514BDT321239 - 3CZRE2870BG503681 - WVGSV65N9BW540590 - 3FAHP0CG8BR248044 - 9BGKT48V0KG243227 - KNAKU813DF5551211 - 3GNCJ8EW9EL133671 - 93YLSR1RH9J111912 - 8AGBN68S0HR130781 - 9BR72ZEC258572350 - 9BD119609C1090423 - 935ZCXMNBA2051775 - 9350WNFNYNB521281 - 9C6KE1550E0034352 - 9BFZF55A8A8027864 - 9C6SG6210N0010649 - WBA1A5104EJ498621 - 9BWAA05WXBP050158 - 9BD195152D0363684 - 8AJFY29G3E8559838 - MD2A67MXXRCK29021 - 93ZC35B01E8459863 - 97ND40HL2RMBP5855 - 93YRHAMH7JJ052407 - 9C6SEB520M0024636 - 9CDGT79AAHM100661 - 95PJU81DBFB015099 - 9BGXH68607B215268 - 3N1CK3CD0CL226069 - 9BGXL68609C152381 - 9C6SG3310J0019070 - 94DFCAP15KB123623 - 9BFZH55L2J8106491 - 9BWAH5BZ5ST602809 - 8AGCN48P0AR138417 - 8AJFZ22G6A5014378 - 93HGD38805Z101224 - 9BGXM19808B248218 - 9BRK19BT5F2044678 - 9BHPC81CBPP081694 - 93HGD38806Z102976 - 9BD17164G72954545 - JMYLYV98W8JA00110 - 9BD17201X93473427 - 9BD255049C8932118 - 93HGE6850CZ111058 - 8BCLCRFJVDG525476 - 9BFZD55P1FB824025 - 8AJKA8CD3H3169022 - 98861112XKK251762 - 9BWCH6CH3MP016500 - 988675136MKK32220 - 9C2KC2200MR003386 - 9C2MC4400NR003511 - 98867512TNKL44931 - 9C6DG3320P0099153 - 9BGRZ08908G111875 - 9C6RG3160N0035482 - 9BWAA05UXDT146414REM - 9C2KC2210PR052720 - 9BD17202LA3543439 - 93HGE6830BZ117051 - WDDWF4AW7GR103799 - JTEBY25J880061974 - 9BWKB05UXDP165393 - 9BGJB75Z0DB168327 - 9BD358A4NJYH51402 - 94DFCAP15NB112195 - 9BGSU19F0BB245323 - JMYXTGF2WGZA02898 - 9BGRJ6910AG236383 - 9C2KC2200MR208347 - 9C2MC4400MR022300 - 9BFZF54P6E8058347 - 9C6RG7710R0039829 - 9362EN6A98B061888 - 98867512RNKL17710 - 9C2KC2210RR036103 - 9BGJC69X0CB203978 - 99Z0M0000RZ929535 - 9BFZZZGDAVB559821 - 9BWAA45Z2D4142015 - 9BD341A5XLY665133 - 99Z0G2201LR887965 - 9BRBL42E4E4775135 - 9BD13581662022840 - 9321LC3J8JD404332 - JTMDD4EV0DD023357 - 94DBCAN17HB117142 - 9BFZD55J4FB790173 - 9BD13561382096482 - 93HGD17608Z100110 - 935SLYFYYEB565584 - 9BGEB76H0MB207483 - 9BRK29BTXK0184129 - 8AJFZ29G6C6147757 - 988611122GK059763 - 9BWAG45U8NT077925 - 93YRBB00XMJ745402 - 9BD341A8CJY496564 - VF7UDRFJWCJ502599 - 9BGKS48L0DG237719 - YV1LFA2CCJ1367258 - 8AGCN48X0BR102602 - 9BD195A4ZG0762384 - 93HRV2830MK229329 - 9C6RH0940L0001157 - 9C6RN3560R0006074 - 9C2JF8500MR017914 - 93HGH8860LK102989 - 96PERHB16KFS00491 - 9BWKB05Z784022162 - 9C6RH1150R0023174 - 9BWAA45ZXE4001520 - 9BD17164LA5479708 - 9C2KC2200JR148611 - 93HGM6670HZ206394 - 9BHBG51CAKP953098 - 94DBCAN17GB101982 - 93HRV2870GZ155433 - 9BHBG51DBKP927328 - 9BGXH19808C183955 - 9C2KC1680ER457415 - 93YBSR8AHAJ295318 - 9BGRP4820FG312754 - 9BD15844AB6557619 - 98861110XJK180328.

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - Leiloeiro Oficial - JUCESP 316

•**Condições de venda e pagamento dos leilões:** Cheque no valor total da arrematação, que deverá ser trocado por TED à favor do Leiloeiro, em até 24 horas após o leilão + Cheque de 5% de comissão do Leiloeiro, acrescido das despesas administrativas constantes no catálogo do leilão. Os veículos serão vendidos no estado, sem garantias. Multas, inclusive de averbação; débitos; IPVA's, pré-existentes ou decorrentes da regularização, por conta do arrematante. A procedência e evicção de direitos dos veículos deste leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos Comitentes Vendedores. Demais condições constam no catálogo distribuído no leilão.



SYN prop e tech S.A. - CNPJ/ME 08.801.621/0001-86

EDITAL DE RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO TOTAL DE DEBÊNTURES

SYN prop e tech S.A (antiga Cyrela Commercial Properties S.A Empreendimentos e Participações) ("Companhia") informa que comunicou à Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 10 de julho de 2024, a sua intenção de realizar o Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme definido na respectiva Escritura), da 2ª série da 13ª (Décima Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Companhia, nos termos dispostos abaixo:

Código CETIP	Emissão	Série	Tipo do Evento	Quantidade	(P.U.) Preço Unitário	Valor Total em Reais (R$)
CCPRB3	13ª	2ª	Amortização	200.000	1.000,00000000	200.000.000,00
CCPRB3	13ª	2ª	Juros	200.000	44,41849300	8.883.698,60
CCPRB3	13ª	2ª	Prêmio	200.000	4,79106261	958.212,52
Total a liquidar na CETIP					1.049,20955561	209.841.911,12
Valor nominal após o evento da Amortização					R$ 0,00	R$ 0,00

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/MF nº 90.400.888/0001-42 - NIRE 35.300.332.067

AVISO AOS ACIONISTAS

Declaração e pagamento de Juros sobre o Capital Próprio

Comunicamos aos Senhores Acionistas e ao mercado em geral que o Conselho de Administração do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Companhia"), em reunião realizada nesta data, aprovou a proposta da Diretoria Executiva, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2025, a distribuição de **Juros sobre o Capital Próprio** da Companhia, nos termos do artigo 37, § 2º do Estatuto Social da Companhia no montante bruto de **R$ 1.500.000.000,00** (um bilhão e quinhentos milhões de Reais), que, após deduzido o valor relativo ao Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), na forma da legislação em vigor, importam o valor líquido de R$ 1.275.000.000,00 (um bilhão, duzentos e setenta e cinco milhões de reais), com exceção dos acionistas imunes e/ou isentos:

Espécie	Juros sobre o Capital Próprio (valor bruto por ação)	Juros sobre o Capital Próprio (valor líquido por ação)
ON (Ordinárias)	0,19166652800	0,1629165488
PN (Preferenciais)	0,21083318082	0,17920820369
Unit(*)	0,40249970882	0,34212475249

(*) 1 (uma) Unit corresponde a 1 (uma) ação ordinária e 1 (uma) ação preferencial.

Farão jus aos Dividendos e aos Juros sobre o Capital Próprio, ora aprovados, os acionistas que se encontrarem inscritos nos registros da Companhia no final do dia 19 de julho de 2024 (inclusive). Dessa forma, a partir de 22 de julho de 2024 (inclusive), as ações da Companhia serão negociadas "*Ex-Juros Sobre Capital Próprio*".

Os Juros sobre o Capital Próprio aprovados serão pagos a partir do dia 09 de agosto de 2024, e imputados integralmente aos dividendos obrigatórios a serem distribuídos pela Companhia referentes ao exercício de 2024, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Para os *American Depositary Receipts* (ADRs) negociados na Bolsa de Valores de Nova York - NYSE o pagamento se dará através do The Bank of New York Mellon, banco depositário dos ADRs, conforme regras aplicáveis ao mercado local.

Informações relacionadas à *US Record Date*, à data de pagamento ou qualquer outra informação adicional relacionadas as regras aplicáveis aos ADRs poderão ser obtidas através do site adrbnymellon.com.

São Paulo, 10 de julho de 2024.

Gustavo Alejo Viviani

Diretor de Relações com Investidores

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

SILVEIRA LEILÕES

EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DOS DEVEDORES DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

DATAS: 1º LEILÃO: 24/JULHO/2024, ÀS 15:00h | 2º LEILÃO: 25/JULHO/2024, ÀS 15:00h – LEILÃO ONLINE

MARCELO EMÍDIO FERREIRA PIEROBOM SILVEIRA, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 843, Avenida Rotary, n.º 187, sala 01, Campinas/SP, CEP: 13092-509, faz saber através do presente Edital, que autorizado pelas Credoras Fiduciárias: 1º) **MASA DEZOITO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.**, inscrita no **CNPJ/RFB sob nº 12.992.017/0001-51** e 2º) **MASA DEZENOVE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.**, inscrita no **CNPJ/RFB sob nº 12.992.036/0001-88**, **venderá** em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os artigos 26, 27 e parágrafos da LF n.º 9.514/97, posteriores alterações e demais disposições legais aplicáveis a matéria em execução do Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Imóvel, com Pacto de Alienação Fiduciária em Garantia e Outras Avenças, celebrado na cidade de Mogi das Cruzes/SP em 01 de agosto de 2022, o **IMÓVEL**: **LOTE Nº 23 DA QUADRA 13,** do loteamento **RESIDENCIAL VENEZA I**, Bairro do Rio Acima, Mogi das Cruzes/SP**,** assim descrito e caracterizado: Medindo 10,50m de frente para Rua 10, 10,53m nos fundos confrontando com o Caminho Velho; 29,12m do lado esquerdo de quem da Rua 10 olha para o terreno confrontando com o lote 24; 29,94m do lado direito confrontando com o lote 22, encerrado uma área de 309,86m2. Matrícula imobiliária nº 62.296 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Mogi das Cruzes/SP. CCM: 15.217.023-4. Consolidação da propriedade 17/06/2024**. VALORES MÍNIMOS: 1º LEILÃO: R$ 282.565,16. 2º LEILÃO: R$ 261.255,73.** O arrematante pagará o valor do arremate e mais 5% de comissão do leiloeiro e arcará com as despesas cartorárias e impostos de transmissão para lavratura e registro da escritura e com todas as demais despesas que vencerem a partir da data da arrematação. O imóvel está desocupado não existindo construções. Eventual ocupação irregular de desconhecimento das Comitentes, desocupação a cargo do arrematante. Venda *ad corpus*. Ficam os Fiduciantes, **Matheus Abussamra Marcondes, CPF: 427.149.278-74 e Ana Paula Mendes da Cruz, CPF: 319.513.308-38,** comunicados das datas dos leilões, pelo presente edital, para o exercício do direito de preferência. Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital, regras e condições do leilão disponível na plataforma eletrônica da Silveira Leilões bem como dos documentos imobiliários do imóvel, eventuais ônus e ações judiciais em andamento. As Comitentes e ao Leiloeiro não caberão qualquer reclamação posterior.

Informações: (19) 3794-2030 | e-mail: contato@silveiraleiloes.com.br | www.silveiraleiloes.com.br

Bradesco Diagnóstico em Saúde S.A.

CNPJ nº 42.074.758/0001-14 – NIRE 35.300.569.440

Ata Sumária da Assembleia Geral Ordinária realizada em 25.4.2024

Data, Hora, Local: Em 25.4.2024, às 10h30, na sede social, Avenida Alphaville, 779, 17º andar, sala 1.701-parte, Empresarial 18 do Forte, Barueri, SP, CEP 06472-900. ***Mesa:*** Presidente: Carlos Alberto Iwata Marinelli; Secretário: Vinicius Marinho da Cruz. ***Quórum de Instalação:*** Totalidade do Capital Social. ***Presença Legal:*** Administrador da Sociedade e representante da empresa KPMG Auditores Independentes Ltda. ***Edital de Convocação:*** Dispensada a publicação de conformidade com o disposto no §4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76. ***Publicações Prévias:*** Os documentos de que trata o Artigo 133 da Lei nº 6.404/76, quais sejam: os Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes e as Demonstrações Contábeis relativos ao exercício social findo em 31.12.2023, foram publicados em 2.4.2024 no jornal "Valor Econômico". ***Disponibilização de Documentos:*** Os documentos citados no item "Publicações Prévias", a proposta da Diretoria, bem como as demais informações exigidas pela regulamentação vigente foram colocados sobre a mesa para apreciação do acionista. ***Deliberações: Assembleia Geral Ordinária:*** 1) tomaram as contas dos Administradores e aprovaram integralmente as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31.12.2023; 2) aprovaram a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31.12.2023 no valor de R$298.968.844,76 (duzentos e noventa e oito milhões, novecentos e sessenta e oito mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e setenta e seis centavos), proposta pela Diretoria na reunião daquele Órgão de 28.3.2024, dispensada sua transcrição, por tratar-se de documento lavrado em livro próprio, conforme segue: R$14.948.442,24 (quatorze milhões, novecentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e vinte e quatro centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal"; R$281.180.198,49 (duzentos e oitenta e um milhões, cento e oitenta mil, cento e noventa e oito reais e quarenta e nove centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Estatutária"; e R$2.840.204,03 (dois milhões, oitocentos e quarenta mil, duzentos e quatro reais e três centavos) para pagamento de dividendos, o qual deverá ser feito até 31.12.2024. ***Aprovação e Assinatura da Ata:*** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente esclareceu que, para as deliberações tomadas o Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado, e encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente Ata que, aprovada por todos os presentes, inclusive pelo representante da empresa KPMG Auditores Independentes Ltda., inscrição CRC 1SP-206103/O-4, senhor Carlos Massao Takauthi, será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) Presidente: Carlos Alberto Iwata Marinelli; Secretário: Vinicius Marinho da Cruz; Administrador: Vinicius Marinho da Cruz; Acionista: Bradesco Gestão de Saúde S.A., representada por seus procuradores, senhores Dagilson Ribeiro Carnevali e Miguel Santana Costa; Auditor: Carlos Massao Takauthi. ***Declaração:*** Declaro para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. a) Vinicius Marinho da Cruz - Secretário. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 212.887/24-5, em 28.5.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.



COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90075/2024,** referente ao processo nº **024.00078092/2024-31,** objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ATENÇÃO DOMICILIAR - ENFERMEIRO(A), EM ATENDIMENTO À DEMANDA JUDICIAL** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 25/07/2024 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 11/07/2024** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

Pisa Incorporação SPE Ltda.

CNPJ/MF nº 15.091.018/0001-13 – NIRE 35.226.222.071

Ata de Reunião de Sócios

Em 10/07/2024, às 10h00, na sede social, com a totalidade dos sócios. **Mesa:** Presidente: Marcelo Ernesto Zarzur; Secretário: Roberto Mounir Maalouli. **Deliberações:** (i) Aprovada a redução do capital social, **de** R$ 13.953.446,00 **para** R$ 11.453.446,00, sendo as quotas canceladas de titularidade da **EZ TEC**, renunciando a sócia **Valentina** ao seu direito de cancelamento de quotas. (ii) Aprovada a consolidação do Contrato Social, e a publicação deste extrato. **Encerramento:** Nada mais a ser tratado.



AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00332356492024

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90119/2024.
Nº Processo: 024.00063812/2024-64.
Objeto: Aquisição de Medicamentos para o Atendimento de Demandas Administrativas e Judiciais.
Total de Itens Licitados: 15 (quinze) itens licitados.
Valor total da licitação: Sigiloso.
Disponibilidade do edital: 11/07/2024.
Horário: das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: a partir de 12/07/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 24/07/2024 às 13h30 no site: www.gov.br/compras.

INÊS 249

Bom para cachorro
Centros de compras apostam em parques para que pets e seus tutores se divirtam F10



Entretenimento
Exposições imersivas, com obras de arte gigantescas, são nova atração F4

Sustentabilidade
Reciclagem e uso de fontes limpas para gerar energia ganham espaço F9

Mercado
Grandes empresas miram negócios mais estratégicos e maduros F8

Especial
Shopping centers



Modelo em mutação

Cenário Setor supera pela primeira vez os níveis de faturamento pré-pandemia e segue em transformação, com a área de vestuário perdendo espaço diante das 'blusinhas' do e-commerce e segmentos como saúde e educação em ascensão

Carin Petti
Para o Valor, de São Paulo

Sob impacto de mudanças no hábito de consumo e da concorrência do comércio eletrônico, os shopping centers vêm buscando estratégias para adaptação à era pós-covid. Entre as medidas no radar, têm destaque alterações no mix, com mais ênfase à alimentação, aos serviços e ao lazer e o lançamento de projetos de uso misto, com integração a diferentes empreendimentos comerciais e residenciais. Em 2023, o faturamento do setor somou cerca de R$ 195 bilhões, segundo a Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasce). A cifra superou pela primeira vez os níveis pré-pandemia.

Mas o crescimento, de 1,5% em relação a 2022, fica abaixo da inflação do período, apurada pelo IPCA em 4,62%. Neste ano, as vendas do primeiro trimestre estão 1,7% acima das registradas um ano antes.

Para o presidente da Abrasce, Glauco Humai, a receita deve aumentar no segundo semestre. "A gente vê um cenário macroeconômico melhor do que em 2023, com a menor taxa de desemprego dos últimos anos, aumento da massa salarial e possibilidade de os juros caírem um pouco mais", diz. Para o executivo, as vendas tradicionalmente mais fortes no segundo semestre e a injeção de dinheiro na economia provocada pelas eleições municipais também devem colaborar para o desempenho dos próximos meses.

> "A gente vê um cenário macro melhor do que em 2023, com a menor taxa de desemprego"
> *Glauco Humai*

Mas a concorrência on-line ainda pesa. "Enquanto as vendas do e-commerce cresceram 77% entre 2021 a 2023, os shoppings ainda não recuperaram o faturamento, em termos reais, de antes da pandemia", afirma Luiz Marinho, sócio-diretor da Gouvêa Malls, com base em dados da Abrasce e da NielsenIQ Ebit. Ele ressalta, porém, que o impacto do comércio eletrônico varia bastante caso a caso.

Nesse cenário, o crescimento das vendas das maiores empresas de shoppings centers neste primeiro trimestre superou com folga a média de 1,7% do setor. Na Multiplan, o aumento foi de 10,6%. Na Iguatemi, ficou em 10,3% e na Allos, de 8,3%. Marinho comenta os números: "Isso mostra o desequilíbrio entre o mercado como um todo e as redes mais estruturadas — não só essas três, de capital aberto —, que têm mais investimentos em marketing, eventos, programas de fidelidade, entre outras ações."

Na avaliação do consultor, o perfil do público também é responsável pela diferença de desempenho, com melhores resultados nos shoppings direcionados às classes A e B, de onde vêm, respectivamente, 18% e 51% dos usuários — quase sete em cada dez frequentadores, somados os dois grupos.

"Inflação e crédito reduzido impactaram o bolso do consumidor da classe CDE", afirma Luciana Medeiros, sócia da PwC Brasil. "Um levantamento nosso mostra que os consumidores desses segmentos gostariam de comprar mais se pudessem ter mais crédito", diz, com base em pesquisa da consultoria e do Instituto Locomotiva. "Então, obviamente, um shopping que é focado nesse público é mais impactado."

A situação econômica também se reflete nos projetos do setor. "Com a combinação da pandemia seguida pela empinada muito forte nos juros, estamos vendo mais projetos de expansão do que greenfield [novos lançamentos]", afirma Alberto Serrentino, fundador da Varese Retail. Mesmo assim, na sua avaliação, há lugar para mais empreendimentos. "A quantidade de shoppings do Brasil não chega a 15% da dos Estados Unidos, o que, apesar de não significar que teremos a densidade de lá, mostra que temos espaço para crescer", afirma.

A previsão de Humai, da Abrasce, é de que sejam inaugurados oito ou nove shoppings neste ano e algo entre seis e oito nos quatro anos seguintes. Tanto nos lançamentos como nas reformas e expansões, a adequação do mix está na mira. "Mais áreas destinadas a serviços, lazer, alimentação e bem-estar, assim como espaços interativos, são exemplos de estratégias para direcionar o tráfego de clientes aos shoppings", diz relatório da Fitch Ratings.

"O que vem ganhando terreno é basicamente o tripé serviços, entretenimento e alimentação", acrescenta Marinho. Segundo pesquisa da Abrasce, enquanto 43% dos usuários vão aos shoppings para comprar, os outros 57% vão com outro objetivo: lazer (31% do total), comer (21%) e serviços (5%).

A alimentação é a categoria mais presente entre as 24,9 mil marcas existentes nos shoppings do Brasil, com 18% do total, mostra outro estudo da Abrasce. O segmento desbancou o vestuário, líder na edição anterior do levantamento, de 2014, e vem seguido de serviços e conveniência, com 15,4%.

"A gente espera ter shoppings cada vez mais abertos, com conceito de praças, onde existem áreas livres e áreas com restaurante integrado às lojas, e não aquelas praças de alimentação de antigamente, mais isoladas e com as operações todas concentradas", afirma Humai, da Abrasce.

Diante disso, cresce a presença de locais mais requintados para comer. "Algo que era impensável há um tempo, como comemorar um aniversário num restaurante mais sofisticado em shopping, já está virando normal", exemplifica Tadeu Masano, coordenador do centro de excelência em varejo da Fundação Getulio Vargas (FGV).

Ex-primeiro colocado no ranking dos segmentos mais presentes nos empreendimentos, o vestuário agora está na terceira posição, com 15,3% do total, afetado em parte pela concorrência do comércio eletrônico. "Hoje existe uma amplitude maior de players on-line que vendem roupas. Todo mundo fala das famosas blusinhas. Então, é claro que isso traz um impacto também nos shoppings", afirma Medeiros, da PwC Brasil.

No rumo oposto, os serviços ganham terreno e se diversificam. "Hoje temos educação dentro de shopping, saúde dentro de shopping e uma crescente oferta de atividade física", diz Serrentino. A área de beleza também está em alta, afirma Medeiros. "São negócios ligados à estética, beleza, bem-estar, emagrecimento, tratamento capilar, cuidados com a pele ou pequenas clínicas", conta. Segundo a consultora, outra tendência são grandes estruturas de lazer. "Nos Estados Unidos, por exemplo, já existem shoppings com parques aquáticos e pistas de esqui."

> "O que vem ganhando terreno é o tripé serviços, entretenimento e alimentação"
> *Luiz Marinho*

Também deve crescer a integração de shoppings com centro de convenções, torres comerciais, hospitais e universidades, prevê Humai. "Temos casos assim, mas são cases. Acho que agora vão deixar de ser cases e estar mais para regra", diz.

Lojas conceito e iniciativas de divulgação de marcas também devem avançar, avaliam Medeiros e o futurista Álvaro Machado Dias, sócio do Instituto Locomotiva. "Podemos esperar para o futuro mais experiências de marca e menos de loja", diz Machado Dias. Por isso, ele aposta no crescimento dos espaços de exposição usados por fabricantes. "Uma marca pode aproveitar pontos de fluxo para, por exemplo, expor uma geladeira recém-lançada, que depois, de pode ser comprada pela internet."

INÊS 249

Balanços Analistas projetam horizonte promissor, com baixa vacância e indicadores de vendas em alta

Resultado das empresas abertas surpreende

Allan Ravagnani
Para o Valor, de São Paulo

Mesmo em um cenário macroeconômico marcado por instabilidades, com uma taxa de desemprego de 7,9% e juros em patamares de dois dígitos, fatores que pressionam o consumo familiar, as operadoras de shoppings centers listadas na bolsa surpreenderam com resultados robustos no primeiro trimestre de 2024. Bancos e analistas ouvidos pelo **Valor** projetam um horizonte promissor para o restante do ano, destacando baixos índices de vacância e indicadores de vendas em ascensão.

Allos, Iguatemi, JHSF e Multiplan apresentaram resultados melhores quando comparados ao primeiro trimestre de 2023, destacando-se tanto nos indicadores operacionais quanto nos financeiros. A maioria dos relatórios bancários indicou que os desempenhos dessas empresas superaram as expectativas, surpreendendo e ultrapassando as projeções dos analistas.

O Bank of America afirma, em seu relatório do setor, que as operadoras listadas tiveram um saldo positivo na abertura de lojas, o que aponta para um bom desempenho no segundo trimestre. O banco cita o fechamento de lojas da Polishop, varejista de eletrodomésticos, como ponto negativo, e a L'Occitane, de cosméticos, na ponta positiva, com abertura de 27 novas lojas em maio.

O analista do setor da Suno Research José Daronco diz que desde o ano passado os balanços estão saindo melhores que o esperado. "As empresas estão com um índice de vacância bem baixo e as vendas aumentando acima da inflação. É uma franca recuperação do setor. Os consumidores voltaram a frequentar e gastar mais. Por isso acreditamos que essas empresas vão seguir entregando um bom resultado ao longo do ano", ressalta.

Desempenho

Números das empresas de shoppings de capital aberto no primeiro trimestre - em R$ milhões

Empresa	Vendas totais			Receita líquida			Lucro líquido			Taxa de ocupação - em %		
	1T/2023	1T/2024	Var. %	1T/2023	1T/2024	Var. %	1T/2023	1T/2024	Var. %	1T/2023	1T/2024	Var. p.p.
Allos [1]	8.311,8	9.004,1	8,3	572,7	622,5	8,7	2.951,8	91,1	-	97,0	96,3	-0,7
Iguatemi [2]	3.903,5	4.306,8	10,3	286,5	304,1	6,1	66,5	108,4	63,0	92,7	94,1	1,4
JHSF (Shopping) [3]	904,2	1.079,5	19,4	60,2	72,5	20,4	53,1	107,7	102,8	96,4	95,7	-0,7
Multiplan	4.611,5	5.100,6	10,6	471,6	523,6	11,0	207,2	267,0	28,9	94,7	95,7	1,0

Fontes: releases de resultados do primeiro trimestre de 2024 das empresas. Elaboração: Valor Data. [1] Dados proforma no primeiro trimestre de 2023. [2] Receita líquida e lucro líquido ajustados. [3] Lucro maior que a receita nos três primeiros meses de 2024 devido a efeito contábil após reavaliação de ativos

Olhando ainda para a avaliação dessas empresas na bolsa, o analista aponta que os preços das ações estão "descontados", ou seja, com valor abaixo do que realmente têm. "Tanto é que as próprias empresas estão fazendo negociações para mostrar esse valor, como a Allos, que recentemente vendeu ativos e recomprou suas ações", completa.

No ano em que a Multiplan completa 50 anos, o vice-presidente de relações com investidores da empresa, Armando d'Almeida, aponta que mesmo com cenário de deflação, os números melhoraram. O executivo destaca o aumento de eficiência com redução de despesas, que dobraram o lucro líquido nos últimos cinco anos, sendo 28,9% superior na comparação anual, chegando a R$ 267 milhões.

"Chegamos a 50 anos maiores do que nunca, com indicadores financeiros e operacionais recordes, expandindo, revitalizando o nosso portfólio e investindo em inovação", destaca. Em expansão, a empresa tem, atualmente, sete projetos anunciados, dos quais três já estão em construção.

A Allos, união da BrMalls com a Aliansce Sonae, companhia com maior portfólio de shoppings dentre as listadas (58 atualmente, após alguns desinvestimentos), também comemorou os resultados, evidenciando as sinergias após a fusão. "Tivemos um crescimento de receita de aluguéis, mesmo com IGPM negativo, e uma excelente performance em estacionamento. A ocupação se manteve na casa de 96,3%, além da queda na taxa de inadimplência em relação a 2023", afirma Daniella Guanabara, diretora financeira da Allos.

Sobre o perfil do público nos shoppings, a executiva diz que vê maior movimentação em todos os segmentos da empresa, desde o Shopping Leblon, no Rio de Janeiro, que tem lojas de marcas internacionais e restaurantes premium, até centros localizados em bairros mais populares. "Nossos shoppings são planejados para aumentar a permanência dos clientes, independente do público. Os shoppings cada vez fazem mais parte da vida das pessoas, com entretenimento e acesso a serviços diversos, como academia, cursos, clínicas médicas, e até mesmo comprar presentes. Tudo isso leva fluxo para o shopping e, consequentemente, gera negócios", completa.

> "Empresas vão seguir entregando um bom resultado ao longo do ano"
> *José Daronco*

A Iguatemi, outra marca premium no setor, manteve a resiliência com o público de alta renda, com resultados que superaram expectativas e que apontam para o cumprimento do guidance do ano. "A Iguatemi teve um desempenho excelente no primeiro trimestre, o que nos deixa confiantes em nossa capacidade de alcançar as metas estabelecidas até o fim de 2024", informa a companhia.

A Genial Investimentos diz que a receita de estacionamento da Iguatemi (R$ 53,3 milhões no trimestre, alta de anual de 24%) foi um dos grandes fatores que fizeram os resultados ficarem acima dos projetados pela equipe de análise, além do bom controle de despesas. "Além disso, a taxa de ocupação também tem crescido bem, atingindo 94,1%, alta de 1,5 ponto percentual. Acreditamos que a Iguatemi tem uma estratégia comercial mais adequada e maior demanda por seus espaços hoje, e assim, esperamos ver uma taxa de ocupação ainda crescente por mais alguns trimestres", informa o relatório assinado por Luis Assis e Guilherme Vianna.

A divisão de shoppings da JHSF também apresentou um resultado muito bom no primeiro trimestre de 2024. A receita operacional líquida (NOI) fechou em R$ 179 milhões — motivada por um efeito contábil de R$ 137 milhões que corrigiu o valor de alguns empreendimentos — e resultou em lucro líquido de R$ 107,7 milhões.

Augusto Martins, CEO da JHSF, afirma que o resultado crescente é fruto do trabalho de entender o cliente. "Oferecemos exatamente o que o cliente de alta renda busca ao fazer compras, uma curadoria de grifes cada vez mais apurada, além do desejo de maior exclusividade, seja em produtos, lojas e atendimento", diz.

Sobre as perspectivas, Martins considera que cortes nos juros e economia equilibrada são benéficos para todos os negócios do grupo. "Estamos entusiasmados. Uma pesquisa da Bain projetou que o mercado de alta renda no Brasil pode dobrar até 2030. Nós conseguimos sentir esta aceitação e crescimento no contato cotidiano com clientes, então, certamente seguiremos tendo mercado", afirma. Martins promete também, para o fim de 2025, a abertura de um novo shopping na Avenida Brigadeiro Faria Lima, "que será um marco na cidade de São Paulo".

A perspectiva macroeconômica ainda não é de um céu de brigadeiro. Segundo Daronco, a expectativa sobre a taxa de juros que se tinha no início do ano está desancorada e a política fiscal pode sofrer algumas alterações. "São questões que podem afetar alguma coisa no curto prazo, mas o principal fator, por enquanto, são as questões com o banco central americano e sua taxa de juros lá fora, que acaba afetando aqui, pois se olharmos com uma lupa, a taxa de inflação está baixa, não é um problema no Brasil. Neste ano deve ficar entre 3% e 4%", diz.

A Genial Investimentos, por meio dos analistas Luis Assis e Guilherme Vianna, afirma que há, entre os investidores, algumas desconfianças em relação a alguns itens da reforma tributária que podem elevar a alíquota efetiva sobre o setor. "Na prática, hoje temos uma alíquota efetiva média próxima dos 7% para os shoppings listados, considerando apenas o segmento de locação. Portanto, qualquer alíquota efetiva acima deste valor pode impactar negativamente o setor e provoca uma reprecificação dos papéis." No entanto, o tema ainda está em discussão e não há nada concreto sobre qual será o Imposto de Valor Agregado (IVA) para o setor.

Locação segue em alta com mix de lojas, novos serviços e imersão digital

Inaldo Cristoni
Para o Valor, de São Paulo

A revitalização do mix de lojas, a abordagem centrada na experiência única dos consumidores, a inclusão de novos serviços e a imersão na jornada digital fazem parte da estratégia dos shopping centers para atrair público, fechar mais contratos de locação e manter a alta taxa de ocupação dos espaços.

O aluguel de lojas é a principal fonte de receita (74%, em média) do setor. O faturamento total de R$ 194,7 bilhões em 2023 foi 1,5% superior ao registrado no ano passado. Para 2024, a expectativa da Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasce), que representa os 639 empreendimentos existentes no país, é de um incremento de 3,9%.

Os dados da entidade revelam ainda uma ligeira alta na taxa de ocupação dos malls: 94,4% em 2022 e 94,6% no exercício passado. No primeiro trimestre deste ano, o índice ficou em 94,8%. Outro indicador relevante do setor diz respeito ao total de 462 milhões de visitantes mensais registrados em 2023.

De acordo com Glauco Humai, presidente da Abrasce, o setor de shopping center tem apostado em estratégicas que refletem a orientação de oferecer experiências que vão além do simples ato de comprar. "Os empreendimentos seguem atentos para atender às novas expectativas dos consumidores", afirma Humai.

Um exemplo citado pelo presidente da entidade é a distribuição das lojas focadas em alimentação. Embora a maior parte se concentre nas praças de alimentação, um número significativo delas está espalhada pelos malls ou em áreas gastronômicas. Outra categoria que ganha força é a dos quiosques: já são 15.612 unidades instaladas, o que corresponde a uma média de 24 unidades por empreendimento.

A Iguatemi — que nos primeiros três meses do ano fechou 60 novos contratos de locação, registrou vendas de R$ 4,3 bilhões e planeja terminar o exercício 2023 com taxa de ocupação de 97% — vem ampliando a presença de marcas internacionais nos seus 16 malls. "Os nossos empreendimentos estão localizados em bairros de renda alta", justifica Ciro Neto, vice-presidente comercial da empresa.

Além da espanhola Loewe, apontada como uma das principais grifes de moda da atualidade, a Iguatemi assinou recentemente contrato de locação com a francesa Sephora, fortalecendo a presença de lojas do ramo de beleza em seu portfólio de estabelecimentos comerciais. Segundo Neto, a marca começa a funcionar nas unidades da rede em 2025.

A estratégia da Ancar Ivanhoe consiste no desenvolvimento de um ambiente que integra gastronomia, lazer, bem-estar e entretenimento infantil. "A compra é uma consequência", salienta Cecília Ligiero, diretora de marketing e inovação da empresa, para quem a revitalização do mix torna o shopping center um espaço mais atraente para o público e, consequentemente, para os lojistas.

DIVULGAÇÃO



Cecília Ligiero, da Ancar Ivanhoe: aposta em ambiente que integra gastronomia, lazer, bem-estar e recreação infantil

74%
é a participação do aluguel no faturamento do setor

O aumento no número de contratos de locação firmados reflete o sucesso da estratégia. Responsável pela gestão de 24 shopping centers, a grande maioria localizada nas capitais, a Ancar Ivanhoe concluiu 183 negociações neste ano. No primeiro trimestre, as vendas foram 13% acima do registrado no mesmo período de 2023 e a taxa de ocupação ficou em 94,3%.

Para facilitar a interação entre o mundo físico e digital, as lojas dos quatro empreendimentos que o Carrefour Property administra hoje funcionam como centros (hub) de entrega de produtos adquiridos on-line. "O consumidor quer fazer compras onde, quando e da forma que quiser. E o varejo tem que se adaptar a isso", observa Liliane Dutra, CEO da unidade que pertence ao Grupo Carrefour.

O cenário, entretanto, é diferente nos empreendimentos não consolidados, que não pertencem aos grandes grupos. Localizados em pequenas cidades ou mesmo em capitais, muitos lidam com a vacância. Mauro Francis, presidente da Associação Brasileira de Lojistas Satélites de Shopping (Ablos), mostra preocupação com a elevação do custo total de ocupação (CTO).

Composto pelo aluguel, condomínio e fundo de promoção, o CTO afeta, principalmente as lojas satélites, que representam 65% dos 121 pontos comerciais em shopping centers e são as principais fontes da receita que obtêm da locação. "Tem lojista que prefere se instalar nas ruas paralelas ao mall porque o custo é menor e consegue melhor performance", afirma Francis.

O aluguel é definido com base em um porcentual sobre o faturamento das lojas, acrescido de um valor mínimo garantido. A intenção da associação, que iniciou o mapeamento dos shopping centers com vacância, é negociar contratos de locação em condições mais favoráveis para permitir a ocupação dos espaços que estão vazios. Francis defende a retirada do valor mínimo garantido, que inviabiliza muitas operações em malls.

Nas grifes de luxo, relação próxima e parcelamento

Vanessa Barone
Para o Valor, de São Paulo

A bolsa pode ser a mesma: um modelo atual da icônica Jackie 1961, da Gucci. Mas a experiência de compra, nem sempre. Ser recebido por vendedores que entendem os seus hábitos, falam a sua língua e — melhor ainda — oferecem aquele parcelamento amigo no cartão é coisa do Brasil. Essa realidade de mercado ganhou relevância durante a pandemia de covid-19 e continua sustentando as vendas do varejo de luxo no país.

"Desde então, podemos dizer que as grifes de luxo estrangeiras, instaladas no Brasil, crescem dois dígitos, ao ano", diz Martin Gutierrez, senior partner da MCF Consultoria, citando dados da Associação de Marcas e Empresas de Luxo (Abrael). Isso porque, sem poder viajar, o cliente brasileiro foi mais às compras internamente.

"Estamos muito felizes com o resultado do primeiro ano da marca no Brasil", diz Fernanda Rigon, diretora-geral da marca alemã Philipp Plein no Brasil. A marca, que veio em operação direta, possui uma butique no Village Mall (Rio de Janeiro) e uma loja de ponta de estoque no shopping Catarina Fashion Outlet, em São Roque (SP). Até o fim do ano, deverá abrir uma butique em um shopping da capital paulista.

Outro fator que vem estimulando as vendas do setor de luxo, diz Gutierrez, da MCF, tem a ver com os preços praticados por aqui. "A diferença entre os valores cobrados pelas grifes no Brasil e nos Estados Unidos não ultrapassa os 20%", afirma. Adicione-se aí a possibilidade de parcelamento, e o pacote de "vantagens" fica completo. "Isso sem falar na facilidade de ter um vendedor com o seu histórico de compras e que pode enviar uma sacola de produtos diretamente na sua casa". De acordo com ele, essa modalidade de venda representa hoje entre 30% e 40% do faturamento das butiques de grife.

Atento às novas demandas do consumo de luxo, o Grupo Flamboyant, dono do Flamboyant Shopping, em Goiânia, prepara uma nova expansão para agregar mais grifes ao portfólio, que já conta com Bulgari, Dolce & Gabbana, Emporio Armani, Gucci e Louis Vuitton. "Serão cerca de 50 novas lojas, de marcas nacionais e internacionais", diz Emmanuele Louza, sócia-diretora executiva do grupo.

Para a executiva, as grifes de luxo estão cada vez mais propensas a expandir para além do eixo Rio-São Paulo. E a região Centro-Oeste, que concentra o dinheiro do agronegócio, parece a direção correta. O poder de consumo é tamanho que, em alguns casos, modifica a estratégia das empresas estrangeiras. "A Louis Vuitton nunca havia feito uma loja temporária", diz Emmanuele. "Mas nós os convencemos." O resultado animou a grife francesa a se instalar, posteriormente, em definitivo no shopping.

Até o fim deste ano, o shopping deverá contar com uma loja da joalheria Tiffany & Co e outra da Channel Beauty. Segundo Emmanuele, as grifes de luxo instaladas aqui aproveitaram muito bem a demanda reprimida de consumo que resultou do cancelamento de viagens internacionais durante a pandemia. "Ficou muito clara a diferença de tratamento pelas equipes de vendas locais, que investem constantemente em uma relação mais próxima com o cliente", diz a executiva. "Lá fora, esse consumidor brasileiro é só mais um."

Fernanda Rigon, da Philipp Plein, que o diga. Os primeiros resultados no país incentivaram a "grife além a ter mais lojas e ampliar a oferta com outras linhas, como a Plein Sport. "Queremos triplicar o faturamento, este ano", diz. "Viemos para ficar e acreditamos muito no mercado brasileiro, apesar das suas dificuldades."



CONTEÚDO PATROCINADO POR CENTER NORTE

Inovador e pioneiro no varejo brasileiro, Center Norte celebra 40 anos

Primeiro shopping da zona norte de São Paulo, empreendimento aposta em conexão emocional, expansão física e experiências inéditas para manter relevância por décadas

O último censo brasileiro conduzido pela Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasce) destaca a força do setor ao revelar um faturamento superior a R$ 194,7 bilhões no ano passado. Com investimentos estratégicos e a integração de serviços como experiências inovadoras, conveniência e varejo, esses empreendimentos se consolidaram como destinos completos para os clientes. Um movimento que evidencia a inovação do setor em adaptar-se rapidamente às novas tendências de comportamento dos consumidores.

Dentro desse mercado, podemos utilizar como exemplo o Shopping Center Norte, que busca desde sua inauguração, há 40 anos, investir e antecipar tendências para expandir ainda mais sua relevância. Ainda, segundo a Abrasce, o setor apresentou aumento de 4,5% no número de lojas e de 4,3% na média de visitantes mensais. Nesse cenário, o Center Norte registrou, após sua expansão, um crescimento significativo no fluxo de pessoas (24%) e em vendas (22%) em apenas três meses.


© FOTO: DIVULGAÇÃO

Nova fachada após expansão do Center Norte: primeiro shopping da zona norte da cidade foi lançado em 1984

De acordo com Guilherme Marini, diretor-executivo do Center Norte e do Lar Center, o sucesso se baseia em empreendedorismo, pioneirismo e investimento no desenvolvimento local. "Ao longo das décadas, o shopping investiu significativamente em seu portfólio exclusivo e serviços inovadores para manter a relevância e liderança. Isso não só impulsionou o desenvolvimento econômico da zona norte, criando empregos diretos e indiretos, mas também contribuiu para a valorização imobiliária da região."

Estrategicamente localizado em uma das principais vias de acesso a São Paulo, o Shopping Center Norte atrai visitantes da Grande São Paulo, interior e litoral. Reconhecido por eventos inovadores, recentemente inaugurou a exposição imersiva "Game of Thrones e House of the Dragon Experience", que já registra ótimos números em vendas e público.

Além de sediar eventos e inaugurar novos restaurantes, o shopping oferece uma ampla gama de lojas, desde marcas populares até grifes internacionais — assim como serviços diversos que atendem às necessidades variadas dos consumidores. "Mantemos uma escuta ativa com os nossos clientes. Por meio de pesquisas de satisfação e comentários nas redes sociais, direcionamos os esforços para aprimorar os serviços e trazer as lojas mais desejadas pelos frequentadores, como as inéditas na zona norte Zara, Diesel, Sephora e Farm", afirma Marini.

CONEXÃO EMOCIONAL

O Center Norte sempre teve a preocupação de proporcionar uma boa experiência para toda a sua cadeia e, assim, gerar uma conexão emocional. Ou seja, não só com o cliente, mas também com os lojistas, que relembram histórias com carinho. "No meu espaço já recebi casal com carrinho de bebê e, anos depois, vem aquele bebê, agora crescido, com a própria família", conta Arno Van Enck, fundador do restaurante alemão Biergarten Munique e um dos primeiros lojistas do shopping.

Essa conexão emocional e nostálgica relatada pelo empresário também é compartilhada pelos consumidores, algo que o marketing do shopping abraça ao publicar regularmente relatos desse tipo nas redes sociais, especialmente durante sua campanha de aniversário.

Em vista disso, durante essas quatro décadas, o Shopping Center Norte destaca-se por sua capacidade de apropriar-se da conexão intrínseca entre o emocional e o comercial que criou com os mais variados públicos. Juntos, esses fatores foram fundamentais para manter a relevância do empreendimento ao longo de toda a sua trajetória, traçando um direcional de negócio que permeará seus projetos futuros pelos próximos anos.



CENTER NORTE EM NÚMEROS



- 1º shopping da zona norte
- 2800 vagas de estacionamento
- 55 mil pessoas por dia
- Mais de 300 lojas
- 72 mil metros quadrados de área locável
- 3000 funcionários, diretos e indiretos

PRODUZIDO POR G.lab GLAB.GLOBO.COM

DIVULGAÇÃO



Vencedora de três prêmios Telly Awards, a exposição "Tutankamon, Uma Experiência Imersiva", no Shopping Cidade São Paulo, foi encerrada no dia 16 de junho e atraiu 70 mil pessoas em apenas cinco meses

Eventos Tendência global projeta os centros comerciais para além das compras

Exposições imersivas entram na moda e trazem mais receitas

Kátia Mello
Para o Valor, de São Paulo

Na era da hiperconexão, em que as pessoas buscam viver experiências múltiplas em um único lugar, os shopping centers se tornaram os grandes palcos das exposições imersivas, em que as atrações não são as verdadeiras obras de arte, mas gigantescas projeções delas e de seus artistas renomados. A tendência, que projeta esses centros comerciais para além das compras, faz parte de um movimento internacional conhecido como "location-based entertainment", ou seja, um local voltado ao entretenimento.

A exposição "Klimt e Gaudí: o Impossível Existe", em cartaz no Mooca Plaza, ocupa um espaço de 2.400 m² e traz paredões de 7 metros de altura, em uma estrutura que só seria viável em uma área externa, no caso, o estacionamento do local. "É uma forma estratégica de rentabilizarmos um espaço que vai além dos destinados a lojas, restaurantes, quiosques e eventos internos. Com isso, trazemos um ganho para ambos os lados: para o shopping e para o operador do evento, que inaugura já com um público em potencial, que são os nossos frequentadores", diz Juliana Baitello, gerente de marketing do Mooca Plaza Shopping.

No caso do Mooca Plaza, a estratégia de trazer megaexposições é pensada e estruturada por um pessoal especializado. "Temos um time que trabalha constantemente em busca de novas operações. Esse time viu um potencial na exposição Klimt e Gaudí: o Impossível Existe em agradar ao público que já frequenta o shopping, além de atingir um novo público em potencial, que consome conteúdos mais voltados à arte e cultura", diz Baitello.

O Cidade São Paulo Shopping, por estar localizado na Avenida Paulista, por onde circulam cerca de 12 milhões de pessoas ao ano, já foi construído com a perspectiva de não ser apenas um centro de compras. Porém, veio a pandemia, com forte impacto para todo varejo em relação à diminuição do fluxo de clientes, que foram gradualmente retornando às compras presenciais.

Neste cenário pós-pandêmico, o grupo Syn Prop Tech (SYN), do qual o Cidade São Paulo faz parte, teve que se reestruturar. Para atrair maiores públicos, resolveu intensificar a busca por eventos e ações de marketing e com isso acabou descobrindo um novo negócio. "Há três anos revisitamos o planejamento estratégico dos nossos seis shoppings, incluindo o Cidade São Paulo. E então surgiu nossa vocação por entretenimento, eventos, ativações e mídias. A excelente localização nos favorece pela pluralidade de pessoas. O empreendimento vem conseguindo ampliar ano a ano o faturamento com o que chamamos de "mal e mídia", disse Ricardo Loducca, diretor comercial e de marketing da SYN.

A estratégia deu certo. Vencedora de três prêmios Telly Awards, a exposição "Tutankamon, Uma Experiência Imersiva", encerrada no dia 16 de junho, atraiu 70 mil pessoas em apenas cinco meses. "Hoje, no Shopping Cidade São Paulo, a receita para ativações das campanhas das marcas já passa o faturamento do estacionamento", completa Loducca, sem revelar as cifras. A mesma SYN promove até o dia 31 de julho, no Tietê Plaza Shopping, a exposição interativa "Divertida Mente 2", em torno dos novos personagens da animação recente da Disney, Ansiedade, Tédio, Vergonha e Inveja.

O público infantil também está na mira do Shopping Morumbi, que inaugurou em 20 de junho a exposição "Heróis DC", em uma área de 1.500 m². Essa mostra é voltada aos fãs da Liga da Justiça, principalmente dos heróis Superman, Batman e Mulher-Maravilha, que se espalham por 18 salas repletas de itens originais, réplicas e ambientes interativos montados com alta tecnologia, incluindo projeções mapeadas e responsivas, sensores de presença, hologramas e som 5.1.

Em 2023, os shoppings da companhia Multiplan, que incluem o Shopping Morumbi e o Barra Shopping, no Rio, realizaram 1.071 eventos, com o objetivo de melhorar a experiência dos visitantes e alavancar as vendas. Uma das exposições de grande sucesso foi a imersiva "Beyond Van Gogh", que nos quatro meses em que esteve Shopping Morumbi atraiu 370 mil pessoas.

A mostra que celebrou as obras do pintor holandês Vicent Van Gogh (1853 – 1890) se deu no estacionamento do shopping em mais de 2 mil m², onde se viam as projeções digitais. Essa exposição gerou para o Shopping Morumbi aumento das vendas de 40,8% no período, comparando-se aos dados de 2019. Além dela, em 2023, o mall recebeu as mostras "Imagine Picasso" e "Os Mundos de Leonardo da Vinci", que também tiveram grande sucesso de público.

1.071
eventos foram feitos pelos shoppings da Multiplan em 2023

Supermercado impulsiona fluxo de clientes durante a semana

Paulo Vasconcellos
Para o Valor, de Porto Alegre

Metade dos 639 shoppings brasileiros têm um supermercado. É um bom negócio para os dois lados. Operadoras de shopping centers, gestores de redes varejistas e consultorias empresariais concordam que um atrai público para o outro.

A Lumine, empresa com 40 anos de experiência em planejamento, desenvolvimento e gestão de shopping centers com atuação em todo o país, conta com parcerias com bandeiras diversificadas de supermercados: No Vila Romana Shopping, em Florianópolis, com o Carrefour; no Plaza Shopping Itu, em Itu, com o Pão de Açúcar; com a Naguno no Itaquá Park Shopping, em Itaquaquecetuba; com o Guanabara, no Praça Rio Grande Shopping Center, em Rio Grande; e com o Carrefour Express no WestPlaza, em São Paulo.

"Shopping centers que possuem supermercados têm um fluxo de clientes 30% maior durante a semana do que aqueles que não têm", afirma Marcelo Sallum, sócio da Lumine Soluções em Shopping Centers. "No shopping, o supermercado é um polo de atração, mas o shopping também é um polo de atração para o supermercado", afirma Fernando Martinez Basilio, diretor de expansão e galerias comerciais do Assaí Atacadista.

A empresa de atacarejo fundada em São Paulo há 50 anos para atender pequenos e médios comerciantes e consumidores focados em economia, com mais de 293 lojas nas cinco regiões brasileiras, já marca presença em seis shoppings centers — um de operação própria. O plano de expansão do grupo já previa o investimento em shopping, mas há dois anos, com a aquisição do Extra, o processo acelerou. A aposta tem sido positiva.

Apesar das peculiaridades de uma operação diferente da loja convencional e do foco estratégico na localização como opção de crescimento, há o ganho extra no posicionamento da marca.

O St Marche, que tem 31 lojas espalhadas pela cidade de São Paulo, Grande São Paulo e Campinas, expandiu o negócio para cinco shoppings: Park Shopping São Caetano, Shopping Villa-Lobos, Shopping Mooca Plaza, Shopping Higienópolis e Shopping Iguatemi Campinas. O foco no atendimento diferenciado associado a produtos de alta qualidade busca oferecer uma experiência única de compra. "Como supermercado de vizinhança, queremos fazer parte dos hábitos de consumo dos nossos clientes. Por isso, estamos sempre abertos para avaliar oportunidades de lojas nesse formato", ressalta Bernardo Ouro Preto, presidente do St Marche.

De acordo com o último Censo Brasileiro de Shopping Centers 2023-2024, da Abrasce, 49% dos shoppings centers do Brasil possuem em sua combinação de lojas um supermercado ou mercado. A concentração é maior no Sudeste, com 54%. Na região Norte, metade dos shoppings têm um supermercado ou mercado. No Sul, esse tipo de negócio está presente em 48% dos shoppings. No Nordeste a percentagem cai para 46% e é menor no Centro-Oeste, com 41%.

"Isso demonstra a agilidade dos empreendimentos em oferecer um mix completo e facilitar o dia a dia dos clientes", diz Glauco Humai, presidente da Abrasce. "Supermercado em shopping é um ganho de mão dupla, mas exige uma adaptação das lojas ao público", afirma João Alberto Giacomassi, diretor para varejo supermercado da Totvs, líder em sistemas e plataformas para empresas, com tecnologias de apoio ao crescimento e produtividade dos negócios, e participação, pelo ranking da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), em 59% das 100 maiores redes supermercadistas do país.

A gigante Carrefour, que opera 42 hipermercados dentro de centros comerciais, além de supermercados de vizinhança, drogarias e postos de combustíveis, soma ainda 20 lojas Carrefour Express — que funcionam como lojas de conveniência ou minimercado — dentro de shopping centers. A estratégia é ser uma alternativa de compra rápida que atende tanto o cliente quanto o próprio trabalhador do local. O perfil de venda muda: menos produtos de dispensa e mais de artigos de conveniência.

Em 49 anos de operação no Brasil, a parceria com shopping centers sempre fez parte do portfólio do Carrefour. "Uma loja de proximidade ou vizinhança nunca será uma âncora. No caso do shopping, o super é uma âncora", diz João Edson Gravata, diretor executivo de supermercados e proximidade do Carrefour.

"É um ganha-ganha", afirma Lídia Gomes, gerente de consultoria da JLL, uma empresa de consultoria estratégica, da seleção da locação de imóveis a estudos de viabilidade financeira. O relatório "Panorama dos Shopping Centers no Brasil 2024", elaborado pela JLL, aponta que a opção dos consumidores por compras on-line levou a uma diminuição no tráfego de pessoas nos shopping centers, mas também revela a resiliência do segmento.

DIVULGAÇÃO



"No shopping, o supermercado é um polo de atração, mas o shopping também é"
Fernando Basilio

Anúncios ajudam a monetizar espaços

Neide Martingo
Para o Valor, de São Paulo

Há uma disputa pela atenção dos consumidores nos shoppings que vai além das vitrines. Os vários espaços dos empreendimentos, como corredores, elevadores, portas e espelhos dos banheiros, escadas rolantes, colunas e mesas das praças de alimentação comportam também os recados de lojistas do próprio shopping e de marcas que ficam fora dele.

A venda desses espaços para publicidade é crescente. A Eletromidia, presente em mais de 85 shoppings do Brasil, registrou, no quarto trimestre de 2023, uma receita de R$ 32,5 milhões com a venda nos espaços destes empreendimentos, o que representa um crescimento de R$ 1,5 milhão ou 4,9% em relação a igual período de 2022. A receita da empresa obtida com o segmento, no ano passado, chegou a R$ 88,7 milhões, um aumento de 8,7% em comparação ao período anterior.

"A mídia em shopping tem alta penetração porque é um espaço de múltiplas experiências. Tem alta capacidade de alcance em um público diversificado e potencialmente interessado em produtos e serviços", diz o CRO da empresa, José Carlos Angelucci. Segundo ele, os anunciantes buscam uma combinação de formatos, considerando elevadores, corredores dos shoppings e telas com formatos diferenciados e inovadores.

Os anunciantes variam entre as áreas de cosméticos, eletrônicos e gastronomia, entre os principais. Mas as marcas que não têm um espaço físico dentro do shopping também estão de olho no público que frequenta os empreendimentos. Um exemplo são os streamings, que aproveitam para lembrar que a nova série, tão esperada, vai estrear.

No Allos, grupo de shoppings resultante da fusão entre Aliansce Sonae e BrMalls, aproximadamente 40% do faturamento da venda de espaços vêm dos lojistas internos e 60% das empresas externas. A alta, neste ano, deverá ser 35% no segmento, em relação a 2023.

A Helloo, empresa do grupo Allos responsável pela comercialização e mídia, atende 100 empreendimentos. Do total, 58 shoppings são do Allos. Rafael Saito, diretor comercial da empresa, diz que existe uma sazonalidade na procura pela visibilidade. "Dia das Mães, dos Namorados e Natal registram aumento de fluxo de pessoas. Mas o lançamento de um celular, de um grande empreendimento imobiliário ou um modelo de automóvel também acontece nos empreendimentos", detalha.

Desta forma os pontos de venda se tornam locais para exposição de anúncios. Mas as ideias vão além. A administradora de shoppings Iguatemi fez o lançamento do perfume de uma grande grife francesa no Shopping Pátio Higienópolis, em São Paulo. A ação acontece no espaço central do empreendimento, com pontos que contam a história da grife e oferecem experiências ao visitante. Há também a instalação de um painel que ocupa quase que a totalidade da parte central do Higienópolis.

A administradora de shoppings Iguatemi contabiliza mais de 500 pontos que podem ser comercializados. Rodrigo Rissato, diretor comercial no grupo, ressalta que o shopping Iguatemi está com os espaços de vendas de publicidade reservados até janeiro de 2025. O executivo diz que é possível explorar os estacionamentos dos shoppings para eventos infantis ou para um test drive. Relata ainda que 15% das vendas de um shopping podem vir das vendas dos espaços para publicidade. Na Iguatemi a expectativa é de que o crescimento desta receita seja de 25% neste ano.

Mauricio Felicio, professor de comunicação e publicidade da ESPM, alerta para possíveis excessos, já que as pessoas vão aos empreendimentos em busca de diversão e podem se irritar com a "poluição visual".


INÊS 249

Cenário Mudanças no mix com foco em lazer embasam onda de aportes de até R$ 800 milhões

Grupos dão prioridade à expansão em vez de novas unidades

Lilian Caramel
Para o Valor, de São Paulo

Sem espaço no mercado para abertura de novos empreendimentos, os grandes grupos do ramo estão apostando na ampliação dos espaços já existentes e na requalificação dos serviços. A Ancar Ivanhoe, por exemplo, expandiu as instalações do Natal Shopping no começo do ano com a abertura de um alpendre. O espaço ao ar livre, dedicado ao lazer, passou a contar palco, restaurantes gourmet, parque de diversões e área para pets. Mais duas expansões em outros empreendimentos ainda estão previstas. A empresa, que atua como proprietária e gestora de shoppings há 52 anos, ainda não revela o nome das unidades que irão crescer em área bruta locável (ABL).

"Existem oportunidades de aperfeiçoar porque, no pós-pandemia, o shopping começou a ser visto como extensão da casa das pessoas, com gastronomia e eventos ganhando destaque. Também reforçamos a digitalização atrelando o acesso às áreas de lazer com uso do nosso aplicativo. Além disso, a tecnologia nos conecta diretamente e em tempo real com todos os pontos de venda", conta Marcelo Carvalho, copresidente. Sobre o momento do setor, avalia como positivo. "Comparado com 2023, as vendas estão, em média, 12% maiores. Estamos otimistas", emenda. A Ancar possui 14 espaços de convivência em funcionamento.

No Nordeste, o Grupo JCPM lidera o setor com participação em 11 shoppings distribuídos entre as principais capitais, Olinda e Jaboatão dos Guararapes, ambos em Pernambuco. Deste total, administra sete. No Shopping Recife, uma nova área de 40 mil m² receberá um complexo formado por parque gourmet, centro médico, hotel e 380 unidades residenciais. A maior parte dele deve ser inaugurada em 2025. Já no Salvador Norte, cerca de 10 mil m² acabam de ser recebidos e estão sendo reservados para receber uma âncora e um corredor de lojas satélite. Salvador Shopping, RioMar Recife e o RioMar Fortaleza receberão novos restaurantes.

O presidente da empresa, João Carlos Paes Mendonça, acredita que o momento do setor é de pausa após forte crescimento. "Terrenos praticamente não existem mais, o custo da construção civil e dos juros é alto, o que dificulta novos lançamentos. Além disso, abrir um shopping é um projeto de longo prazo que demanda muito investimento. O segmento entendeu e está ajustando-se à realidade", explica, anunciando que irá manter o foco do negócio no Nordeste. As ampliações e reformas no pipeline do grupo, que também atua no setor imobiliário e comunicação, irão demandar R$ 570 milhões nos próximos três anos.



Paes Mendonça, do Grupo JCPM: "Terrenos praticamente não existem mais, o custo da construção civil e dos juros é alto, o que dificulta novos lançamentos"

DIVULGAÇÃO

Dona de 71% do mercado catarinense de shoppings, a Almeida Junior optou pela estratégia de "fechar mercado" em 2008 quando vendeu o Santa Úrsula, de Ribeirão Preto. Em 2023, a companhia familiar lançou o primeiro fundo de investimento imobiliário de uma rede de shoppings de sócio único, o AJ Malls. Com o produto, capta recursos para investir na expansão dos empreendimentos e aquisição de outros, sem perder o foco nos públicos A e B. Nos próximos cinco anos, a empresa planeja investir R$ 800 milhões na ampliação dos ativos, com as expansões do Balneário Shopping, de Camboriú, e do Neumarkt, de Blumenau, já licenciadas. Os equipamentos irão ganhar novas lojas-satélite, inclusive de marcas internacionais, restaurantes e estacionamentos maiores.

"Projetos greenfield estão inviabilizados por conta da taxa de juros e mercado saturado. As cidades que poderiam ter shopping, já têm. E shopping center significa capital intensivo de curto prazo com retorno no longo prazo. O fenômeno da expansão ao invés de abertura de unidades também está acontecendo na América do Sul e Estados Unidos", enfatiza Almeida Junior, CEO da empresa desde sua fundação em 1980.

22%
foi a alta nas vendas do Center Norte com ampliação de outubro

O executivo comemora o crescimento de 22% nas vendas, no primeiro trimestre do ano, além de indicadores financeiros acima da média, como taxa de inadimplência negativa em -0,2%. "As vendas estão aquecidas e os shoppings viraram a solução para o e-commerce onde o lojista faz o 'ship from store' e 'pick-up store' no seu espaço. O fluxo de consumidores está maior também", observa, referindo-se à entrega em casa de produtos dos pontos físicos ou ao 'retira em loja'.

Já em São Paulo, capital com o maior número de shoppings no país, o Center Norte inaugurou 27 novas lojas em outubro, acrescentado 10% à ABL. Um dos mais tradicionais da cidade, o equipamento ganhou marcas como Diesel, Sephora e Zara. Também abriu novas vagas no estacionamento, 600 delas cobertas, e um fraldário. O Lar Center, outro empreendimento do grupo, recebeu uma ala gastronômica com três novos restaurantes, incluindo um premiado internacionalmente. A empresa calcula que o aporte de R$ 120 milhões na expansão e melhorias gerou mil empregos diretos e indiretos.

"O fluxo de vendas no Center Norte cresceu 22% no pós-expansão, um bom sinal. O sucesso trazido nos faz pensar em mais ampliações, além de considerar transformações no mix para atender melhor o consumidor", comenta Guilherme Marini, diretor de operações.

Para Marini, eventos, variedade de serviços e ambientes mais agradáveis ajudam a contornar os desafios impostos pela conjuntura brasileira, como juros altos. "Inflação e juros afetam o poder de consumo das famílias, mas acredito que as requalificações são um caminho que ajuda a navegar o cenário, atraindo mais fluxo", defende. Para se diferenciar da forte concorrência que caracteriza o segmento, Marini diz que investe em pesquisas de mercado, programas de relacionamento e eventos exclusivos. Aportes futuros, no entanto, não foram revelados.

Investimentos miram ampliação dos outlets

Roseli Lopes
Para o Valor, de São Paulo

O Brasil tem, atualmente, cerca de 1.400 lojas instaladas em outlets, centros de compras com comodidades de shopping onde fabricantes vendem diretamente aos consumidores produtos com descontos que podem chegar a 80%. O número faz parte do estudo da Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasce), que analisa o comportamento dos frequentadores de outlets. O levantamento está no forno e deve ser publicado em outubro deste ano em comemoração aos 15 anos da chegada deste modelo de negócio no país. A despeito de alguns analistas considerarem o número atual de outlets — 17 em atividade — aquém do potencial de oportunidades, o crescimento deste segmento pode ser percebido pelo ritmo de expansão dos empreendimentos.

Com apenas nove anos, o Catarina Fashion Outlet inaugurou, em outubro de 2023, sua terceira expansão. O empreendimento, que tem por trás a JHSF, empresa do setor de incorporação imobiliária de alta renda e com forte presença nos mercados de shopping centers, entre outros, recebeu R$ 200 milhões para ampliar em 22 mil m² sua Área Bruta Locável (ABL), abrindo espaço para mais 150 lojas e 22 quiosques.

Os 51 mil m² atuais abrigam 300 lojas e 36 quiosques visitados diariamente por, em média, 25 mil clientes. Instalado no município paulista de São Roque, a ampliação fez do Catarina o maior outlet do Brasil em tamanho e número de lojas. E a JHSF já fala em uma quarta expansão, "mas só quando a terceira maturar", diz Walter Borghi, diretor geral da JHSF Malls.

O executivo conta que o principal gatilho para a recente ampliação foi a falta de espaço para abrigar novas marcas interessadas em operar no Catarina, cuja vacância estava à época zerada. "Começamos a perder marcas porque não tínhamos onde colocá-las. Como havia muito espaço físico para crescer, isso foi determinante na decisão", diz.

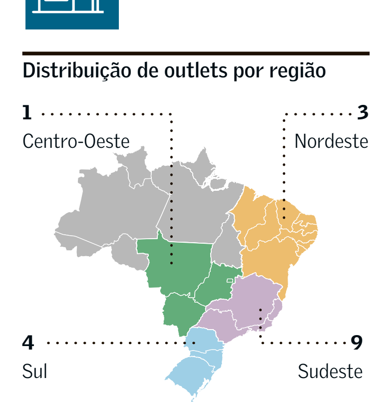
Raio-X
Setor de outlets

17 empreendimentos em operação no país

348 mil m² de área bruta locável (ABL)

1.400 lojas

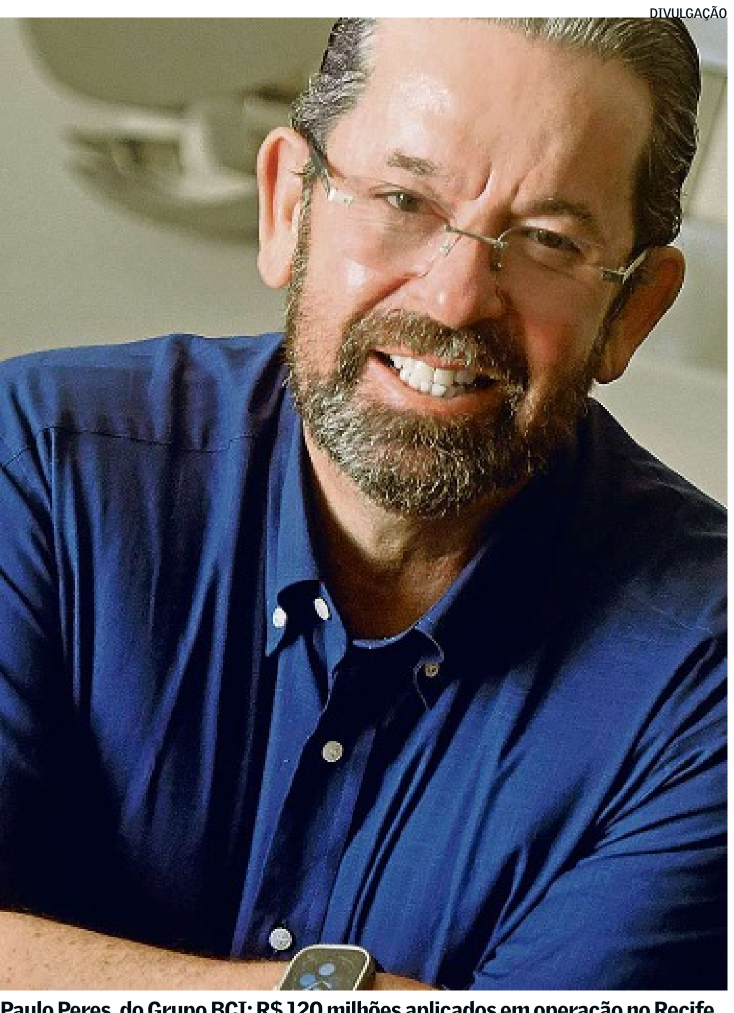
Distribuição de outlets por região



Fonte: Abrasce *Até abril/2024

Mas o Catarina não está sozinho nesse movimento. A busca de lojistas por um lugar nos outlets também colocou nos planos do Iguatemi, empresa do setor de shopping centers que tem em seu portfólio o I Fashion Outlet Novo Hamburgo, primeiro outlet Premium do Sul do país, criado dez anos atrás, e o I Fashion Outlet Santa Catarina, lançado em 2018, e a expansão do outlet de Novo Hamburgo após desembolsar R$ 24,5 milhões por uma participação adicional de 10% no empreendimento, em janeiro último.

1.400
lojas instaladas em 17 outlets no Brasil



DIVULGAÇÃO

Paulo Peres, do Grupo BCI: R$ 120 milhões aplicados em operação no Recife

"Passados dez anos podemos dizer que o empreendimento já alcançou a maturidade e por isso estamos neste momento na fase de estudos para aumentar a Área Bruta Locável", diz Charles Krell, vice presidente de Operações da Iguatemi S.A. Em um primeiro momento, afirma ele, o grupo mira em uma expansão física entre 25% e 30% com a inclusão de algo em torno de 30 lojas. O prazo para o início, no entanto, ainda não está definido.

"O outlet é um canal em expansão e prestes a comemorar, em 2024, 15 anos de operação no Brasil. Além dos 17 empreendimentos ativos no país, teremos mais duas novas operações até o fim de 2025, no interior paulista, o Santa Maria Outlet, em Cravinhos, em outubro de 2024, e o Olímpia Outlet, em Olímpia, em 2025, diz Glauco Humai, presidente da Abrasce.

Relatório da Agência Brasileira de Outlets prevê mais quatro entre setembro de 2024 e dezembro de 2025, totalizando 80 mil m² de ABL. Hoje, a ABL total de outlets no Brasil soma 348 mil m², segundo a Abrasce. O mais novo empreendimento lançado foi o Outlet Premium Imigrantes, aberto em 12 de abril na saída 23 da Rodovia dos Imigrantes, em São Bernardo do Campo, com pouco mais de 100 lojas e um investimento de R$ 230 milhões do Grupo General Shopping & Outlets, empresa líder no segmento de outlets no país. Esse modelo de negócios tem atraído consumidores das classes A e B, que vão atrás de roupas, calçados e acessórios de marcas famosas. Mas também atrai empresas com atuação distante do varejo tradicional.

Em maio de 2021, o grupo BCI, do ramo atacadista de distribuição de combustíveis, levou para Pernambuco o Recife Outlet, primeiro do gênero no Estado, localizado na BR-232, em uma área de 14 mil m² de ABL, 70 operações e investimento de R$ 120 milhões. "Pernambuco era um dos poucos Estados do Nordeste que não tinham esse empreendimento e acreditamos que era o momento de investirmos nessa área do varejo", diz Paulo Peres, diretor do Grupo BCI.

Em três anos, o outlet cresceu 30%, conta. Para 2024, espera crescer 40%. E apesar do tão pouco tempo de existência, os planos de expansão já estão sobre a mesa. "Temos uma área que nos permite expandir a Área Bruta Locável para 30 mil m², projeto que deveremos colocar em prática nos próximos seis anos", diz.

A JHSF já fala em uma quarta expansão do Catarina Fashion Outlet, "quando a terceira maturar"

Total de marcas cresce 35% em 10 anos

De São Paulo

O número de marcas presentes nos shoppings centers do país aumentou 35% nos últimos dez anos. Segundo estudo realizado pela Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasce) com a AGP Pesquisas, cerca de 25 mil marcas estão presentes nos centros de compras. Há dez anos, em 2014, quando o levantamento foi realizado pela primeira vez, eram 18,4 mil.

"Esse crescimento reflete o dinamismo e a capacidade de adaptação do setor às mudanças de mercado e às preferências dos consumidores", afirma Glauco Humai, presidente da Abrasce, na apresentação da nova edição do estudo, que coletou dados entre 18 de fevereiro e 20 de abril deste ano.

Alimentação é a categoria mais presente nos shoppings, com participação de 18% — mais de 4,4 mil marcas —, ocupando um lugar que há dez anos era da indústria de vestuário, que agora está em terceiro, ligeiramente atrás do segmento de serviços e conveniência.

O estudo mostra ainda que as 50 marcas mais presentes nos shoppings representam 17,5% do total de lojas. Dessas 50, 36 marcas são franquias. A primeira colocada no ranking geral, em quantidade de lojas em shoppings, é O Boticário (com 76% de penetração), seguida por Cacau Show e Americanas. Em quarto lugar aparece a Vivo e, em quinto, a Chilli Beans.

"Os dados também destacam a oportunidade significativa para pequenas e médias empresas: 79% das marcas operam com apenas uma loja", observa Humai, em nota.

INÊS 249

Cenário Grandes grupos reveem seu portfólio, num ritmo intenso de operações que contam com a parceria cada vez mais ativa de fundos de investimentos imobiliários

Compra e venda de participações em empreendimentos agitam mercado

Roseli Loturco
Para o Valor, de São Paulo

No que tange às transações de fusões e aquisições (M&A, na sigla em inglês), a crise da pandemia que abateu os shopping centers parece ter ficado para trás. Além de aquecidas, as operações têm sido bem avaliadas por especialistas pela estratégia e robustez e ganham a parceria cada vez mais ativa dos fundos de investimentos imobiliários.

Grandes empresas de capital aberto como Allos, Multiplan e Iguatemi têm saído de investimentos considerados menos lucrativos e, por outro lado, vêm aumentando suas participações em negócios mais estratégicos, maduros e de maior rentabilidade.

Nesta semana, por exemplo, a Iguatemi e o fundo BB Premium Malls se uniram à Combrashop para adquirir o shopping Riosul. A operação marca a volta da Iguatemi ao Rio de Janeiro — mercado que deixou em 2012 — e envolve o pagamento de R$ 360 milhões por 17% do empreendimento. Em maio, em um movimento contrário, a concorrente no segmento de alta renda JHSF vendeu ao fundo imobiliário XP Malls participações minoritárias em quatro shoppings por cerca de R$ 443 milhões.

Ao que indicam os analistas, transações como essas devem continuar. Relatório divulgado em maio pela agência classificadora de risco Fitch Ratings aponta para balanços capazes de absorver mais investimentos sem pressionar o gatilho de rebaixamento de seus ratings e diz que as atividades de M&As e expansões devem permanecer fortes nos próximos trimestres, impulsionadas pelos bons resultados operacionais das empresas e pelas recentes captações realizadas por relevantes fundos imobiliários no Brasil.

"Allos, Iguatemi e Multiplan têm classificação triplo A BRA e as novas aquisições devem afetar pouco a estrutura de capital dessas empresas. A gente ainda vê espaço para elas se alavancarem, pois a relação dívida versus Ebtida delas varia de 1,3 vezes a 2,1 vezes, sendo que o teto para preocupação é a partir de 3,5 vezes", observa Alexandre Garcia, diretor de corporates da Fitch Ratings.

Com base em anúncios já feitos pelas empresas em relação a planos atuais e futuros, a Fitch observa que os investimentos estão se dando prioritariamente em empreendimentos já existentes, por meio de aumento de compra de participações. "Por exemplo, a empresa tem participação de 70% e quer comprar o restante. O que impõe um risco bem menor do que investir em um shopping do zero, pois ela já tem todas as métricas de desempenho do negócio", diz Garcia.

A Fitch aponta que a opção da Allos por venda de ativos não estratégicos já totalizou R$ 1,8 bilhão desde setembro de 2023. "Além de sua forte geração de caixa operacional, o conselho de administração da empresa aprovou, em 9 de maio de 2024, um novo plano de desinvestimentos, de até R$ 1 bilhão, do qual R$ 111,5 milhões já foram concluídos", observa Garcia. As projeções consideram investimentos e aquisições de R$ 1,4 bilhão de 2024 a 2025. A Allos possuía caixa e aplicações financeiras de R$ 2,5 bilhões em março de 2024 e R$ 1,7 bilhão de dívida vencendo até o final de 2025.

Apesar da baixa alavancagem das empresas, a XP, que possui um dos fundos mais ativos na compra e venda de participações no setor, alerta para o aumento de custo de capital para o endividamento das companhias com o juro na casa de 10,5% e para o baixo valor de mercado das que estão listadas na B3. "Se pensar em transações mais relevantes, o valor das ações das empresas está baixo e não há muito espaço para novas emissões. Dá para tomar dívida de R$ 1 bilhão e manter alavancagem saudável, mas de R$ 5 bilhões para cima não vai dar para fazer por emissão de ações. Talvez isso limite o tamanho do cheque", observa Felipe Teatini, responsável pela área de relacionamento com investidores do XP Malls.

R$ 1,8 bi
em ativos foram vendidos pela Allos

Ele chama a atenção ainda para a participação cada vez mais relevante dos fundos nessas transações. "Em janeiro deste ano, o XP Mall vendeu metade da sua participação no Caxias Shopping, por R$ 70 milhões. Quem comprou foi o fundo da Genial (Mall 11). Fizemos isso para diminuir o risco de execução. Foi a última operação dessa natureza", conta Teatini.

Outro exemplo recente do XP Mall foi a aquisição de participação minoritária no Shopping Praia de Belas, em Porto Alegre, que é administrado pela Iguatemi. Em novembro de 2023, comprou 8% do shopping por R$ 60 milhões. "E este mês concluímos a maior aquisição dos fundos imobiliários no Brasil, que é a [compra de] participação nos shoppings da SYN – antiga Cyrela. Operação de R$ 1,8 bilhão", afirma Teatini.

Já para a casa especializada em assessoria financeira para M&A, Fortezza Partners, apesar do novo cenário macro dar outro tom para a indústria, as grandes empresas vêm apresentando crescimento elevado em suas receitas líquidas em 2023 e 2024.

"Allos avançou acima de 8% em 2023 e de 6,5% no primeiro trimestre de 2024. Multiplan acima de 12% em 2023 e 11% em 2024, e o Iguatemi acima de 14% em 2023 e de 6% em 2024", observa Priscila Cardanha Rosas, sócia da Fortezza Partners. Ela chama atenção ainda para o fato de as empresas listadas estarem sendo negociadas a valores atraentes este ano, pois enquanto o Ibovespa caiu 5% de janeiro a 17 de junho, o preço das ações das empresas recuou entre 13% e 17%, o que tem feito as transações saírem com cap rate (jargão em inglês que indica medida de retorno de investimentos em ativo imobiliário) bem inferiores.



DIVULGAÇÃO

"Os fundos estão aproveitando para entrar em ativos bons de empresas que estão desinvestindo" *Priscila Rosas*

"Quanto menor o cap rate, mais o ativo foi valorizado na transação e eles estão saindo entre 8% a 9% — as vendas de participação para os fundos imobiliários", afirma Rosas. "Os fundos estão aproveitando para entrar em ativos bons de empresas que estão desinvestindo. A Allos é quem mais está usando esta estratégia de vender participação minoritária para reciclar ativos."

Fundos dão a volta por cima, mas cenário macro é foco de atenção

William Salasar
De São Paulo

As turbulências da bolsa, dólar e taxas de juros preocupam, mas não tiram o sono dos gestores de fundos de investimentos imobiliários dedicados a shopping centers, cuja capacidade de adaptação fez o segmento, literalmente, dar a volta por cima do baque sofrido na pandemia: já nos primeiros quatro meses de 2024, a captação de R$ 5,79 bilhões superou todo o ano de 2019, com seus R$ 5,74 bilhões.

A valorização do segmento, de janeiro de 2019 até a primeira semana de julho deste ano acumulou 54,01%, batendo os 51,96% do CDI, os 42,34% do IFIX (o índice geral dos FIIs) e os 40,98% do Ibovespa. A quantidade de cotistas também deu um salto: passou de 103 mil em 2019 para mais de 1,2 milhão neste ano nove maiores FIIs de shoppings.

"O segmento voltou forte da pandemia, rendeu 33% no ano passado e atraiu mais de 170 mil novos investidores", ressalta o diretor comercial e de produtos da BB Asset, Mário Perrone, ao fundamentar a decisão da maior gestora de ativos do país de lançar, em abril, seu primeiro fundo do subsetor, o BB Premium Malls, que levantou R$ 991 milhões em subscrições — que serão aplicados exclusivamente em shoppings de alta renda do plano de expansão da administradora Iguatemi.

"É um segmento que tem uma resiliência grande de geração de resultado, de geração daquele dividendo passivo, isento de Imposto de Renda que a pessoa física tanto gosta, além da perspectiva de valorização da cota", detalha Perrone, cuja instituição tem R$ 1,4 trilhão em recursos sob gestão, mas, em 30 anos de existência, ainda estava fora dos 500 FII listados na B3.

Nos três anos de pandemia, de 2020 a 2022, as captações minguaram, chegando a R$ 480 milhões, no primeiro ano da covid-19 — e só retomando a casa do bilhão no ano passado, quando foram subscritos R$ 2,5 bilhões, de acordo com levantamento da gestora Capitânia Investimentos. O isolamento imposto pela pandemia afetou os shoppings com a ausência dos consumidores e a aceleração do crescimento do comércio eletrônico.

"O que aconteceu foi que o processo de transformação dos shoppings, que já vinha acontecendo antes da pandemia, acelerou. Hoje, o shopping tem muito mais serviço, tem mais interesse em eventos e mais lazer, tem gastronomia, tem laboratório, academia, e menos varejo do que dez anos atrás", nota Caio Conca, sócio da Capitânia. Essa mudança do mix de atividades dos centros comerciais aumenta sua rentabilidade a ponto de, segundo ele, compensar com folga a vacância das lojas, maior hoje do que antes da pandemia.

"A pandemia serviu como um catalisador importante nessa indústria e num momento de inflexão", define Carlos Ferrari, sócio da banca NFA Advogados, que atende tanto gestores de fundos na captação de recursos, quanto administradoras de shoppings. Ele ressalta a segurança jurídica da legislação específica que confere flexibilidade à ocupação e locação de espaços dos centros comerciais, em contraposição à rigidez dos contratos de outros equipamentos imobiliários, como lajes corporativas e galpões logísticos.

Flexibilidade na locação de espaços dos shoppings é vantagem, diz Carlos Ferrari

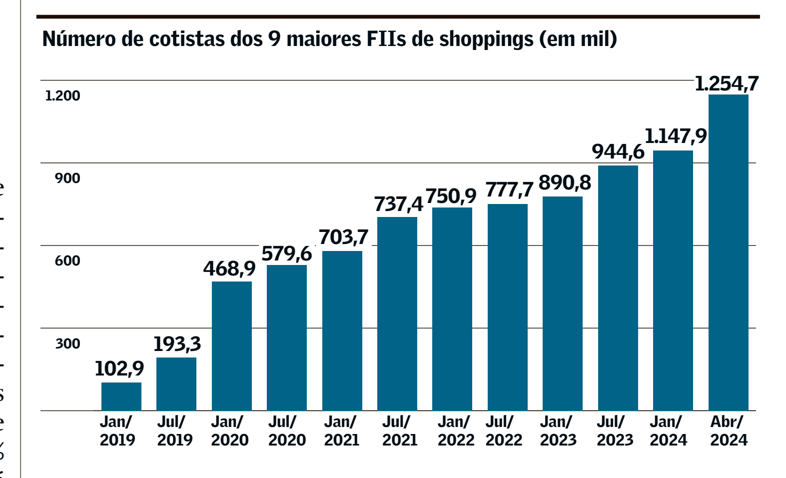
"Pode-se despejar uma loja e colocar outra no lugar em poucos dias, de modo que, no ambiente de shopping center, consegue-se ajustar a relação jurídica que se quer aos contratos, diferentemente de contratos residenciais ou comerciais comuns que seguem o que a lei exige e nem sempre se encaixam 100% nas características desejadas — é como usar uma roupa emprestada", compara Ferrari.

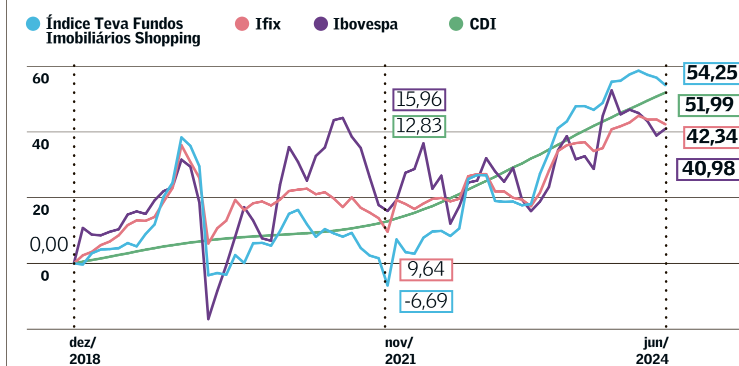
Rodrigo Selles, diretor da Genial Investimentos, sublinha a rapidez de correção do ativo shopping que os contratos facilitam, prevendo um aluguel fixo, reajustável pela inflação, como qualquer imóvel, porém agregando um aluguel variável relacionado às vendas da loja, dos dois o maior. "Se num dado mês a loja bombou, cresceu muito, ou vendeu pra caramba, você tem um percentual nas vendas do estabelecimento", explica ele.

Como os demais gestores, Selles reconhece que conjuntura turvada pelo problema fiscal pode implicar em juros altos, ou até crescentes, num futuro próximo, o que afetaria o valor da cota. "Ela pode oscilar, ter alguma volatilidade, até uma desvalorização, mas o rendimento, o quanto o investidor vai ganhar por mês, não acho que vá ser afetado", ressalta, ao mostrar os números que atestam a firmeza com que o investimento vem crescendo em termos de cotistas: eram 102,9 mil aplicadores nos nove maiores FIIs de shoppings em janeiro de 2019, que passaram a 469 mil um ano depois — um crescimento de 355%. No primeiro semestre deste ano o total ultrapassou 1,3 milhão de cotistas.

"Todo mundo tem um carinho por shopping center, todo mundo enxerga que é um bom investimento, defende da inflação e tem uma rentabilidade atraente", afirma Selles.

Em alta
Dados sobre fundos que investem em shoppings





Fontes: B3, Banco Central, Teva Indices, Valor PRO e Genial Investimentos. Elaboração: Valor Data.

Com a reforma, tributação de aluguéis é ponto de preocupação



DIVULGAÇÃO

Humai diz que shoppings e lojistas não merecem ser penalizados pela reforma tributária

Luiz Maciel
Para o Valor, de São Paulo

Uma reforma bem-vinda, pelo que trará de simplificação e transparência, mas que precisa ser acompanhada de perto durante sua regulamentação pelo Congresso, para que não resulte em um aumento real de impostos para o setor. Esta é a posição da Abrasce, a Associação Brasileira de Shopping Centers, sobre os impactos da reforma tributária: um otimismo cauteloso, compartilhado, aliás, pela maioria dos segmentos da economia, embora uns estejam mais preocupados do que outros pelo que virá a ser transformado em lei complementar por deputados e senadores. No caso dos shoppings, o foco está na futura tributação dos aluguéis cobrados.

"A reforma prevê um desconto de 20% na futura tributação do aluguel, além de um fator de dedução sobre o valor de mercado do imóvel. São medidas importantes para nós", reconhece Glauco Humai, presidente da Abrasce, que afirma apoiar a reforma, porque ela contribuirá para o desenvolvimento do país. "Mas estamos discutindo com a Receita Federal e os congressistas a melhor forma de apurar esse valor de mercado para que o setor não seja prejudicado." O texto-base da reforma propõe que o valor de mercado do imóvel seja deduzido da locação ao longo de 30 anos, à razão de 1/360 do valor estabelecido por mês.

A Abrasce espera que essas compensações já previstas pela reforma e as que poderão surgir ao longo da regulamentação evitem o aumento tributário para shoppings e lojistas, o que parece mais provável dada a grande diferença entre as alíquotas cobradas atualmente e a prevista no futuro IVA (Imposto sobre Valor Agregado).

Hoje os contratos de locação dos shoppings pagam apenas 3,65% quando a empresa opta pelo regime de lucro presumido ou 9,25% no regime de lucro real — estão isentos do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, estadual) e do ISS (Imposto sobre Serviços, municipal). "Mas isso vai mudar a partir de 2026, quando o futuro IBS [Imposto sobre Serviços] começar a substituir, gradativamente, o ICMS e o ISS, e passar a ser cobrado também nas locações de imóveis", esclarece o tributarista Alison Fernandes, do escritório Crowe Macro.

Em 2033, quando a transição tributária deverá se completar, o IVA agregará apenas outras duas siglas, o IBS e a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços, federal), esta em substituição aos atuais PIS e Cofins. A expectativa é de que a alíquota cheia do IVA chegue naquele ano a 26,5%, em média, o que representaria carga de 21,2% nos contratos de locação, considerando o desconto anunciado de 20%.

Além desse desconto e da dedução do valor de mercado no aluguel, a geração de créditos fiscais oferecidos pelos shoppings aos seus lojistas pode reduzir o impacto fiscal. Mas ainda não se tem ideia de quanto esses fatores atenuantes poderão ajudar a diminuir a diferença entre a carga tributária atual e a que será confirmada pelo Congresso.

Glauco Humai, da Abrasce, lembra que os shoppings e seus lojistas não foram incluídos no programa Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos) durante a pandemia e não merecem ser penalizados pela reforma. "Além disso, muitos dos nossos locatários atuam no regime do Simples Nacional, o que significa que não poderão aproveitar os créditos do IBS ou da CBS que serão repassados no contrato de locação."

O presidente da Abrasce também se mostra preocupado com a falta de um tratamento diferenciado para os consórcios e condomínios criados pelos lojistas.

Sustentabilidade Setor reforça adoção de fontes limpas de eletricidade e manejo correto de resíduos

Iniciativas reduzem uso de água e energia

Lúcia Helena de Camargo
Para o Valor, de São Paulo

Os shopping centers estão empenhados em se tornarem cada vez mais sustentáveis e em reduzir as emissões de carbono de suas operações. As ações vão desde a compra de eletricidade exclusivamente gerada por fontes renováveis ao investimento em um parque solar próprio, além de manejo e compostagem de resíduos da praça de alimentação com produção de hortaliças orgânicas, utilização de água de reúso e outras diferentes iniciativas de reciclagem.

Um dos pioneiros em projetos de sustentabilidade é o Shopping Eldorado, inaugurado em 1981 na zona oeste de São Paulo, que chega aos 43 anos como o segundo centro de compras mais antigo da cidade, atrás apenas do Iguatemi, que abriu as portas em 1966. "O telhado verde do Eldorado foi construído em 2012, pensado para dar um destino ecologicamente correto ao lixo orgânico gerado na praça de alimentação, marcando o pioneirismo do shopping em relação à sustentabilidade", afirma Bettina Quinteiro, superintendente do Shopping Eldorado.

As 140 toneladas mensais de sobras de alimentos são processadas na usina de compostagem, e transformadas em adubo para a plantação de 30 tipos de vegetais orgânicos, distribuídos aos funcionários a cada colheita. Os 6 mil m² de plantações rendem 40 mil hortaliças por ano.

"A iniciativa reduziu significativamente a quantidade de resíduos enviados ao aterro sanitário e as emissões de carbono na atmosfera, que seriam geradas pelo transporte do material até os aterros. E a horta ainda ganhou a importante função de amenizar a temperatura interna do empreendimento, reduzindo o consumo de energia e de água utilizada nos equipamentos de refrigeração", informa Quinteiro. O terraço pode ser visitado pelo público, mediante agendamento.

O shopping também encaminha para a reciclagem eletrônicos, bitucas de cigarro, além de papelão, plástico, alumínio e vidro, totalizando 1 mil toneladas por ano. Ainda trata o seu esgoto em estação própria, produzindo cerca de 90 mil litros de água de reúso diariamente, o que representa 40% do total utilizado pela operação.

Na zona leste da capital paulista, uma das áreas menos arborizadas cidade, o Shopping Penha se esforça para ser mais verde. De acordo com Julia Lima, gerente de marketing do empreendimento, o uso de energia comprada de fontes eólica, solar e biomassa permitiu ao centro de compras zerar suas emissões de carbono, que eram da ordem de 302 toneladas anuais.

Já o Praça da Moça, em Diadema, com uso de energia renovável, coleta seletiva de recicláveis e reúso da água, em quatro anos (2020 a 2024) reduziu as emissões em 1,6 mil tCO_2, equivalentes ao plantio de 11 mil árvores, segundo cálculos da Raízen.

O Village Mall, na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, foi ainda mais longe: em vez de comprar eletricidade de fonte limpa no mercado livre, decidiu gerar a própria energia. E desde 2019 produz 100% da energia que consome. O parque solar que provê a eletricidade fica em Itacarambi (MG), e foi construído por meio de uma parceria da administradora do shopping, a Multiplan, com a empresa portuguesa de distribuição de energia EDP, contando com aproximadamente 25 mil placas fotovoltaicas, que produzem cerca de 8,3 MWP. "O shopping consome por volta de 2 MW por mês e economiza até R$ 5,5 milhões anuais na conta de luz, evitando emissões de cerca de cerca de 18 mil toneladas de CO_2", declara


DIVULGAÇÃO
Placas solares no teto do Shopping Village Mall: em vez de comprar eletricidade de fontes limpas no mercado livre, a opção foi gerar a própria energia

100%
da energia é gerada pelo Village Mall

Vander Giordano, vice-presidente institucional da Multiplan. "Todos os 20 shoppings administrados por nós usam 100% de energia proveniente de fontes renováveis", afirma.

A Ancar Ivanhoe passa essa mesma diretriz aos 24 centros de compras que administra: que toda a energia venha de fontes renováveis. Além disso, estabeleceu a meta de redução de 5% no consumo de água em todos os shoppings da rede nos próximos seis anos. A administradora acaba de ingressar no Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) no Brasil.

"O objetivo é mobilizar a comunidade empresarial em torno da adoção de boas práticas de negócios nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção", diz Alexandre Sattos, gerente de ESG da companhia. Entre os destaques está o Shopping Parque das Bandeiras, em Campinas, que este ano alcançou a marca de 90% de resíduos sólidos reciclados; e a decoração de Natal totalmente feita em papel do Shopping Pátio Paulista, em 2022, que no ano seguinte encaminhou o material para a reciclagem, convertendo o dinheiro em doação de cadernos para a ONG Casa do Zezinho.

Considerado o maior outlet da América do Sul, com mais de 51 mil m² de área, o Catarina Fashion Outlet, em São Roque (SP), conquistou a certificação Leadership in Energy and Environmental Design (Leed), pela performance sustentável na operação. Com corredores ao ar livre, não consome energia para iluminar as áreas comuns. Além disso, reduziu em 56% o uso de água no último ano e envia para a reciclagem 335 toneladas de resíduos anuais, volume que representa 35% da geração, com meta para obter certificação lixo zero até o final de 2024. Na área social, o shopping mantém o programa Qualifica São Roque, para capacitação de mão-de-obra local.

"A sustentabilidade é questão tão importante quanto mix, preço, serviços e entretenimento", diz Walter Borghi, diretor de operações da JHSF, administradora do shopping.

Tendências Locais voltados aos animais de estimação são um movimento em alta e motivam reformas

Onda 'petfriendly' se espalha pelo país

Simone Goldberg
Para o Valor, do Rio

A onda "petfriendly" vem se expandindo no segmento de shoppings. Depois de liberar a circulação de cães pelos corredores e na maioria das lojas — raramente há restrições, em geral em drogarias e na parte interna de restaurantes — agora a cachorrada pode puxar seus tutores para um programa combo: eles se divertem em parques e os humanos, nas compras.

Jacqueline Vieira de Lemos, superintendente do Park Shopping Barigüi, em Curitiba, ressalta que locais dedicados aos animais de estimação são uma tendência em alta. Por isso, a expansão do estabelecimento, prevista para ser inaugurada em novembro, está levando em consideração a conveniência dos bichinhos e de seus tutores.

Segundo ela, a ampliação incluirá o Viva Barigui, um parque novo, com 600 metros de extensão, que integrará o shopping ao Parque Barigui, um dos cartões postais da cidade. Além de tudo que um parque costuma ter — áreas de convívio, ciclovias, equipamentos para atividade física, playground para crianças, quadras esportivas, bancos e passarelas — haverá um playpet.

"É um espaço com área gramada e cercada, ideal para que os clientes e os pets aproveitem o local com tranquilidade", diz Lemos. Para fazer a alegria dos peludos, o playpet terá equipamentos como plataforma, zigue-zague, gangorra, túnel, salto em aro e fonte.

Mas a turma cachorreira de Curitiba não precisa esperar até novembro. O Park Shopping Barigüi já tem um pet place com espaço gramado, bebedouro para os bichos e saquinho de lixo. A área para os cães é externa e fica junto à entrada principal. No interior, eles ainda desfrutam do espaço pet na praça de alimentação.

"Notamos que há um número considerável de clientes que frequentam tanto a área interna quanto a externa com seus pets. Isso motivou o Park Shopping Barigui a olhar para este público e criar soluções para atrair também essas famílias", diz a executiva.

O shopping de Curitiba é um dos vários exemplos de centro de compras, lazer e entretenimento a se engajar nessa entrega de soluções aos frequentadores. "Identificamos que temos cada vez mais clientes com pets e que eles demandam áreas ao ar livre para se divertirem juntos", destacou Juliana Baitello, gerente de marketing do Mooca Plaza Shopping.

> "Temos cada vez mais clientes com pets que demandam áreas ao ar livre"
> *Juliana Baitello*

O Mooca Plaza Shopping tem um petpark de 2 mil m² na área externa do estacionamento. Oferece, além espaço para correr, obstáculos, rampas, túneis, escalada e bastões para a diversão dos animais de estimação e de seus humanos, que devem estar presentes. Bebedouros estão espalhados pelo local garantir o conforto dos bichos.

O petpark, conta Baitello, também está preparado, com mesas e bancos em área coberta, para festas de aniversário dos peludos. Embora não dê para quantificar uma elevação do fluxo de pessoas ou de vendas no shopping por conta do Pet Park, ela lembra que o Mooca preza por ser um shopping com opções de entretenimento para toda a família e isso inclui os animais de estimação.

Por isso, além do parque, há uma praça pet, **uma área externa de 500 m²** com mesas, cadeiras e bancadas, anexa à praça de alimentação, para que os frequentadores comam em companhia de seus cães. "A nossa praça pet conta um cercadinho para que os tutores possam deixar os cães enquanto buscam sua refeição na área interna da praça de alimentação", ressalta a executiva. Ela lembra que diversos restaurantes do shopping também têm espaços destinados a refeições para tutores e cães.

O São Bernardo Plaza Shopping inaugurou, em junho de 2023, sua praça de alimentação pet. O espaço, de 45 m², fica afastado da praça de alimentação tradicional e conta com mesas e cadeiras — essas últimas com ganchos para prender os pets. A iniciativa foi pensada para que os tutores possam comer em companhia dos seus bichinhos. "Há bebedouros para os cachorros espalhados pela área", conta Ana Paula Faustino, gerente de marketing do São Bernardo Plaza.

Ela lembrou que pesquisas com os clientes mostraram que 54% das famílias frequentadoras possuem pets. Daí para o shopping decidir abrir uma área para refeições de humanos em companhia de seus animais de estimação foi um pulo, uma vez que a legislação sanitária proíbe bichos nas praças de alimentação tradicionais.

Segundo Faustino, não é possível mensurar se a área dedicada aos cães trouxe um aumento de visitantes ao shopping, mas ela nota que há um bom fluxo de pets circulando pelo estabelecimento. No São Bernardo Plaza, bichinhos preguiçosos ou com problemas de mobilidade podem circular e ver as vitrines a bordo de carrinhos apropriados, devidamente conduzidos por seus tutores.

Inaugurado em 2021, o shopping carioca Park Jacarepaguá, na zona oeste da cidade, já nasceu com um parque integrado. Dotado de piscina, o espaço de 886 m² é frequentado por cerca de 100 cães por dia, em média. "A área atrai mensalmente mais de 3 mil famílias", conta Vitor Cardoso, superintendente do Park Jacarepaguá. Na área dedicada, os peludos podem brincar livremente, sempre sob supervisão de seus tutores.

Dados de 2023 da Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação mostram que o Brasil tem mais de 160 milhões de pets (cachorros, aves ornamentais, gatos, peixes ornamentais, répteis e pequenos mamíferos). Os cães lideram a preferência: são 62,2 milhões.

Essa turma exige o desembolso de uma fortuna por parte de seus cuidadores. Projeções do Instituto Pet Brasil indicam que o mercado pet brasileiro chegará a um faturamento de R$ 76,3 bilhões em 2024, contra R$ 68,7 bilhões em 2023. Isso equivale a um crescimento de 11%. O Brasil é o terceiro maior mercado pet do mundo em faturamento, com 5,54% do total, ficando atrás de China e Estados Unidos, o campeão. Em 2023, o mercado mundial de animais de estimação cresceu 7,4% em comparação a 2022, faturando US$ 180,8 bilhões.

Melhor amigo Cães e gatos conquistam mais espaço nos shoppings

160 milhões é o número de animais de estimação no país, dos quais 62,2 milhões são cachorros

R$ 76,3 bi é o faturamento previsto para o mercado pet em 2024

11% é a alta esperada em relação a 2023

5,54% é a participação brasileira nas vendas globais do setor. O país é o 3º maior mercado, atrás de EUA e China

PRAÇA PET

Fontes: Anbipet e Instituto Pet Brasil. Foto: São Bernardo Plaza Shopping/Divulgação

Centros de saúde tornam-se novas âncoras

CLAUDIO BELLI/DIVULGAÇÃO

Lídia Abdalla, do Grupo Sabin: "Unidades em shoppings otimizam negócios"

Ricardo Ivanov
Para o Valor, de São Paulo

Foi-se o tempo em que as farmácias eram praticamente as únicas representantes do setor de saúde dentro dos shoppings. Clínicas, laboratórios e até hospitais estão vendo nos grandes e variados corredores dos empreendimentos uma forma de serem lembrados na hora da necessidade. Para os shoppings, é uma forma de atrair público e oferecer conveniência e comodidade aos frequentadores.

"A facilidade para o cliente é muito grande", diz Geraldo Carvalho, superintendente do shopping West Plaza, na zona oeste de São Paulo. "Existe a segurança, o mix de lojas e serviços e a facilidade de estacionamento coberto que às vezes uma clínica não tem. Aqui temos o Cema, com atendimento na área de oftalmologia, em que a pessoa pode sair de uma consulta e já encontrar lojas de óculos no mesmo piso, se quiser. Podemos dizer até que este tipo de serviço é uma âncora para nosso negócio, considerando o tamanho da operação, que gera um grande fluxo de visitantes". O Cema é um dos grupos com mais unidades em shoppings na região metropolitana de São Paulo, 18, sendo a mais nova, no Tamboré, aberta em abril.

Segundo a Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasce), dos 639 shoppings no Brasil, as farmácias estão presentes em 75% deles, as clínicas médicas (incluindo unidades de grupos hospitalares), em 52%, e laboratórios, em 34,6%.

Uma das pioneiras nesse movimento é a Unimed Sorocaba, que inaugurou em 2013 uma unidade de atendimento no Shopping Cidade Sorocaba. Mais recentemente, em 2022, ampliou os serviços com um pronto socorro 24 horas.

"Na nossa unidade avançada, temos pronto atendimento clínico, pediatria, ortopedia, diagnóstico de laboratório, ultrassonografia, ecocardiograma, tomografia computadorizada, entre outros", afirma Gustavo Ribeiro Neves, presidente do conselho de administração da Unimed Sorocaba, que conta com uma carteira de mais de 141 mil clientes diretos. "Os custos das unidades satélites é bastante convidativo e acabamos utilizando, claro, os recursos dos shoppings, como estacionamento coberto".

Já presente em mais de uma dezena de shoppings pelo Brasil, o Grupo Sabin, de medicina diagnóstica, inaugurou no fim de 2023 uma unidade conceito no Iguatemi Brasília, que reúne lojas de alto padrão no bairro do Lago Norte, no Distrito Federal. Para isso, alugou um espaço de 1.100 m² que tem como um dos alvos os check-ups para executivos.

"Num mesmo dia é possível realizar todos os exames e tomar todas as vacinas indicadas pelo médico. A proposta é tornar toda a experiência de saúde mais integrada e inserida na rotina de nossos clientes", diz a presidente executiva do Grupo Sabin, Lídia Abdalla. Há espaço para banho, descanso, café da manhã com cardápio exclusivo e horários específicos para homens e mulheres, garantindo maior privacidade.

"Lá temos o primeiro tomógrafo da América Latina totalmente guiado por inteligência artificial, que entrega laudos mais precisos. Das 353 unidades que temos no país, apenas 13 são em shoppings — é uma presença baixa, proporcionalmente, mas estamos satisfeitos com os resultados. No que tange à localização, acreditamos que as unidades em shoppings otimizam negócios e, ao aumentar o fluxo de clientes para o mall, fidelizam consumidores. Todos saem ganhando", diz Abdalla.

Tecnologia impulsiona programas de fidelidade dos empreendimentos

Maria Lúcia D'Urso
Para o Valor, de São Paulo

Lançados na década de 1990 com o intuito de oferecer vantagens para quem gastava mais, os programas de fidelidade se modernizaram e vêm ganhando papel central na estratégia dos shoppings, a partir das ferramentas tecnológicas que permitem mapear hábitos de consumo e estreitar o relacionamento com os clientes.

"Detectamos, hoje, uma nova geração de programas, cujo objetivo é identificar, por meio de tecnologias como inteligência artificial, o maior número possível de clientes. Dessa forma, geram-se estímulos aos consumidores, como prêmios, brindes, promoções, sugestões de produtos, ingressos em cinemas e teatros, entre outros", explica Luiz Alberto Marinho, sócio-diretor da Gouvêa Malls, empresa de consultoria especializada em centros comerciais.

De acordo com o consultor, a maioria dos shoppings está "correndo contra o tempo" para implementar esses programas, cuja sistemática baseia-se no cadastramento do cliente no aplicativo dos estabelecimentos e no acúmulo de pontos, gerado com o registro das notas fiscais de compras. Afinal, eles beneficiam não apenas os consumidores como também os lojistas e os próprios shoppings, que passam a vender mais.

Em alguns empreendimentos, como o Ibirapuera, o incremento das vendas atinge 30%. "Nosso programa de relacionamento tem como objetivo a conexão do consumidor com a nossa marca, ao mesmo tempo em que cria um processo de confiança entre ambos, para a construção de um relacionamento duradouro", afirma Ricardo Portela, gerente de marketing do Shopping Ibirapuera.

Os programas de fidelidade também são estratégicos para os três maiores grupos do setor no país: Multiplan, que reúne 20 shoppings, entre eles o Morumbi e o Barra Shopping; Allos, com 58 shoppings no portfólio, como o VillaLobos, Leblon e Mooca; e Iguatemi, com 14 shoppings e 2 outlets, entre eles o próprio Shopping Iguatemi de São Paulo.

O aplicativo do programa de fidelidade da Multiplan, o MultiVocê, acumula 5,5 milhões de downloads, sendo 2 milhões realizados somente em 2023, o que representa um crescimento de mais de 40% em relação a 2022. "O objetivo de nosso programa de fidelidade é conhecer melhor o cliente, para que possamos interagir e nos relacionar com ele de uma forma mais personalizada. Assim, podemos oferecer para cada um dos clientes uma experiência de acordo com seu perfil", afirma Marcelo Martins, vice-presidente de operações da Multiplan.

Martins acrescenta que a Multiplan não quer que os frequentadores de seus shoppings sejam apenas um número, mas sim uma pessoa com perfil identificado, para que se possa oferecer uma melhor jornada nos empreendimentos. A estratégia vem dando certo. Prova disso é que no Natal passado, 37% das vendas foram capturadas pelo programa de fidelidade MultiVocê.

O programa de fidelidade da Allos abrange por enquanto nove de seus shoppings, mas já conta com 1,5 milhão de pessoas cadastradas. "Registramos um aumento de vendas de 6% com o nosso programa de fidelidade. Além disso, os usuários ativos do programa elevaram, nos últimos meses, suas compras entre 15% a 30%", afirma Leonardo Cid, diretor executivo de tecnologia e inovação da Allos. O programa de fidelidade do grupo deverá abranger mais dois shoppings até o fim do ano, e, em 2025, a totalidade dos estabelecimentos.

Um exemplo de sucesso do programa de fidelidade da Allos aconteceu numa nova loja da L'Occitane, instalada no NorteShopping, no Rio. "Nos primeiros dias de inauguração, 50% das vendas foram geradas pelo programa de fidelidade", informa Cid. Segundo ele, acessam o aplicativo da Allos, diariamente, cerca de 30 mil pessoas.

O VillaLobos é um dos usuários mais fortes do programa de fidelidade do grupo Allos. "Oferecemos uma série de benefícios, que inclui desde facilidades como estacionamento, desconto em lojas, sorteios, além de promoções como compre e ganhe, com brindes exclusivos", cita Marcelo Baialuna,

> "Os usuários ativos do programa elevaram suas compras entre 15% a 30%"
> *Leonardo Cid*

superintendente do Shopping VillaLobos. No Dia das Mães, por exemplo, o estabelecimento presenteou suas clientes com um lenço da Scarf Me, em parceria com a artista plástica Patrícia Carparelli, feito exclusivamente para a data.

Reformulado em 2019, o Iguatemi One é o nome do programa de fidelidade da rede Iguatemi. "A proposta do programa é entender melhor a experiência do cliente no shopping e aprimorar a relação com ele, para que possamos oferecer o que eles querem, em termos de benefícios", assinala Renata Zitune, diretora de marketing e patrocínios da Iguatemi.

Foram oferecidas, nesta ação do Iguatemi One, panelas da marca Zwilling e cerâmicas da Staub. Para obtê-las, o consumidor precisa transformar as compras efetuadas em pins colecionáveis, que podem ser usados para resgatar qualquer um dos itens das marcas consagradas.